



RECUPERAR
PORTUGAL

RELATÓRIO 2024



REPÚBLICA
PORTUGUESA



Financiado pela
União Europeia
NextGenerationEU



Ficha Técnica

Título: Relatório Anual 2024

Edição: 1ª edição, 2025

Propriedade: Estrutura de Missão Recuperar Portugal

Relatório elaborado pela Estrutura de Missão Recuperar Portugal, ao abrigo da alínea e) do n.º 2 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 29-B/2021 relativo ao modelo de governação dos fundos europeus atribuídos a Portugal através do Plano de Recuperação e Resiliência.

Lista de siglas, acrónimos e abreviaturas

A.M. – Área Metropolitana
AAE – Áreas de Acolhimento Empresarial
ACSS – Administração Central do Sistema de Saúde, I.P.
AD&C – Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P.
ANEPC – Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil
BD – Beneficiários Diretos
BEI – Banco Europeu de Investimento
BF – Beneficiários Finais
BI – Beneficiários Intermediários
BPF – Banco Português de Fomento, S.A.
C&T – Ciência e Tecnologia
CAC – Comissão de Auditoria e Controlo
CCA – Comissão de Coordenação das Agendas
CCDR A – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo
CCDR Alg – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve
CCDR Centro – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro
CCDR LVT – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo
CCDR Norte – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte
CE – Comissão Europeia
CNA – Comissão Nacional de Acompanhamento
DIH – Digital Innovation Hubs
EMRP – Estrutura de Missão Recuperar Portugal
ENAAC – Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas 2020
ESCI – Equipa Segregada de Controlo Interno
FA – Fundo Ambiental
FBCP - Formação Bruta de Capital Fixo
FEEI – Fundos Europeus Estruturais de Investimento
FEI – Fundo Europeu de Investimento
I&D – Investigação e Desenvolvimento
I&D&I – Investigação, Desenvolvimento e Inovação
I&I – Investigação e Inovação

IDE – Ambiente de desenvolvimento integrado
IEFP – Instituto do Emprego e Formação Profissional, I.P.
IGF - AA – Inspeção Geral de Finanças – Autoridade de Auditoria
IHPC – Índice Harmonizado de Preços ao Consumidor
MRR – Mecanismo de Recuperação e Resiliência
MV – Mecanismo de Verificação
OPF – Organizações de Produtores Florestais
PACRP – Plano de Ações de Controlo da «Recuperar Portugal»
PD – Pedido de Desembolso
PIB – Produto Interno Bruto
PP – Pedido de Pagamento
PME – Pequenas e Médias Empresas
PNEC – Plano Nacional de Energia e Clima
PRR – Plano de Recuperação e Resiliência
RAA – Região Autónoma dos Açores
RAM – Região Autónoma da Madeira
RPFGC – Rede Primária de Faixas de Gestão de Combustível
SCI – Sistema de Controlo Interno
SGCI – Sistema de Gestão e Controlo Interno
SGIFR – Sistema de Gestão de Informação de Incêndios Florestais
SNS – Sistema Nacional de Saúde
TCE – Tribunal de Contas Europeu
TdC – Tribunal de Contas
UE – União Europeia
VL – Verificação no Local

Glossário

Beneficiário Direto (BD) – Entidade pública responsável pela implementação e execução física e financeira de uma reforma e ou de um investimento inscrito no PRR, e que lhe permite beneficiar de financiamento.

Beneficiário Final (BF) – Entidade selecionada por um Beneficiário Intermediário responsável pela execução física e financeira de um projeto, beneficiando de um financiamento do PRR diretamente enquanto «Beneficiário Direto», ou através do apoio de um «Beneficiário Intermediário».

Beneficiário Híbrido – Entidade pública que, para um mesmo investimento, em função dos diferentes projetos envolvidos, desempenha o papel de «Beneficiário Direto» e de «Beneficiário Intermediário».

Beneficiário Intermediário (BI) – Entidade pública globalmente responsável pela implementação física e financeira de um investimento inscrito no PRR, mas cuja execução é assegurada por entidades terceiras por si selecionadas.

Dimensões estruturantes – Três conjuntos de componentes, cada uma das quais incluindo uma ou mais medidas (reformas e investimentos), que respondem às prioridades do PRR: Resiliência, Transição Climática e Transição Digital.

Investimento – Medida do PRR à qual é associado um montante específico de financiamento através de subvenção ou empréstimo.

Marcos e Metas – Medida do progresso no sentido da realização de uma reforma ou de um investimento, sendo os marcos realizações qualitativas e as metas realizações quantitativas.

Reforma – Medida estrutural do PRR, de natureza política ou estratégica, cuja implementação é assegurada pela área governativa responsável, à qual, em regra, não é associado um montante específico de financiamento através de subvenção ou empréstimo.

Subinvestimento – Parte de um investimento, objeto de contratualização com um BD / BI específico e distinto dos BD / BI responsáveis pelo(s) outro(s) subinvestimento(s) que integra(m) esse investimento.

Valor em trânsito em BI – Diferença entre o valor transferido para BIs e o valor pago por estes a BFs.

CONTEÚDOS

1 NOTA INTRODUTÓRIA

2 MENSAGEM DO PRESIDENTE DA EMRP

3 SUMÁRIO EXECUTIVO

4 O PLANO DE RECUPERAÇÃO E RESILIÊNCIA

4.1 ENQUADRAMENTO E DESAFIOS DO PRR

4.2 MODELO DE GOVERNAÇÃO

4.3 INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

4.4 CAPACITAÇÃO

4.5 CONTROLO E AUDITORIA

5 PANORAMA GERAL

5.1 PROGRESSO GLOBAL 2024

5.2 MARCOS E METAS 2024

5.3 IMPLEMENTAÇÃO FINANCEIRA 2024

5.4 IMPACTO NOS PILARES EUROPEUS, INDICADORES COMUNS E INICIATIVAS EMBLEMÁTICAS

CONTEÚDOS

6 PROGRESSO DA IMPLEMENTAÇÃO DO PRR

6.1 DIMENSÕES ESTRUTURANTES

6.2 RESILIÊNCIA

6.3 TRANSIÇÃO CLIMÁTICA

6.4 TRANSIÇÃO DIGITAL

7 PERSPETIVAS PARA 2025

8 ANEXOS

ANEXO I E II – LISTAGEM DE PROJETOS APROVADOS A BENEFICIÁRIOS DIRETOS E FINAIS

ANEXO III – LISTAGEM DE MARCOS E METAS

Índice de figuras

[Figura 1: Evolução da dotação do PRR](#)

[Figura 2: Dotação do PRR por componente](#)

[Figura 3: Entidades envolvidas na gestão e execução do PRR](#)

[Figura 4: Organograma EMRP](#)

[Figura 5: Entidades e estruturas envolvidas na execução e coordenação do PRR](#)

[Figura 6: Página inicial do site do PRR](#)

[Figura 7: Página com a situação do PRR](#)

[Figura 8: Página de conteúdos do PRR](#)

[Figura 9: Página de notícias e reportagens do PRR](#)

[Figura 10: Página de vídeos da execução dos projetos](#)

[Figura 11: Exemplo de newsletter do PRR](#)

[Figura 12: Exemplo de alerta de Avisos PRR](#)

[Figura 13: Evolução do número de seguidores da conta do PRR na rede social LinkedIn](#)

[Figura 14: Página do PRR na rede social LinkedIn](#)

[Figura 15: Página do PRR na rede social X](#)

[Figura 16: Página do PRR na rede social Instagram](#)

[Figura 17: Programa do evento anual do PRR](#)

[Figura 18: Nova página “PRR por regiões”](#)

[Figura 19: Página “PRR por regiões”](#)

[Figura 20: Cronologia de atualização dos instrumentos do SCI](#)

[Figura 21: Progresso geral a 31 de dezembro de 2024](#)

[Figura 22: Cumprimento Global de Marcos e Metas a 31.12.2024](#)

[Figura 23: Cumprimento de Marcos e Metas, por dimensão a 31.12.2024](#)

[Figura 24: Distribuição por componente dos Marcos e Metas a 31.12.2024](#)

[Figura 25: Evolução da Implementação Financeira em 2024](#)

[Figura 26: Implementação Financeira por Dimensão Estruturante a 31.12.2024 \(milhões de euros\)](#)

[Figura 27: Implementação Financeira por Componente a 31.12.2024 \(milhões de euros\)](#)

[Figura 28: Representação Geográfica da Implementação Financeira por região NUTS III](#)

[Figura 29: Cronograma de Pedidos de Pagamento e Desembolsos](#)

[Figura 30: Cronograma de Pedidos de Pagamento e Desembolsos \(Cont.\)](#)

[Figura 31: Fluxos de Tesouraria do PRR a 31.12.2024](#)

[Figura 32: 6 Pilares Europeus](#)

Índice de figuras

Figura 33: Parcela estimada dos fundos do PRR (em %) que contribuem para cada pilar de política europeia

Figura 34: Desempenho de Portugal nos Indicadores Comuns

Figura 35: Desempenho de Portugal nos Indicadores Comuns (Cont.)

Figura 36: Relação entre componentes do PRR e iniciativas emblemáticas da EU

Índice de tabelas

Tabela 1: Canais de informação e comunicação

Tabela 2: Ações de capacitação ministradas em 2024

Tabela 3: Estrutura Integrada de Controlo Interno - Especificação das componentes

Tabela 4: Ações de Controlo no âmbito dos 5.º e 6.º Pedidos de Desembolso

Tabela 5: Implementação Financeira por tipologia de Beneficiário a 31.12.2024

Tabela 6: Implementação Financeira por região NUTS III e per capita, a 31.12.2024

Tabela 7: Listagem de Marcos e Metas respeitantes a Pedidos de Pagamento submetidos à Comissão Europeia

Tabela 8: Listagem de Marcos e Metas respeitantes ao 6.º e 7.º Pedidos de Pagamento

Tabela 9: Listagem de Marcos e Metas respeitantes ao 8.º, 9.º e 10.º Pedidos de Pagamento

RECUPERAR
PORTUGAL

Nota Introdutória



1. Nota Introdutória

O Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) é um programa de âmbito nacional, com um período de execução até 2026, que vai implementar um conjunto de reformas e investimentos. A aplicação do plano pretende acelerar a convergência com a União Europeia e garantir uma economia mais verde, mais digital, mais resiliente e competitiva, uma sociedade menos desigual, com mais e melhor emprego.

O PRR é hoje distinto daquele que fora concebido e aprovado em 2021. Inicialmente desenhado para impulsionar o caminho da recuperação e retoma do crescimento económico de Portugal, no seguimento da pandemia causada pelo vírus SARS-CoV-2, este plano necessitou de uma atualização e reprogramação face à mudança de conjuntura marcada pelos efeitos decorrentes da agressão militar da Rússia à Ucrânia, que gerou grandes desafios no mercado da energia da UE, grandes disrupções nas cadeias internacionais de abastecimento, constrangimentos no acesso a matérias-primas e um aumento generalizado e globalizado da taxa de inflação.

Em 2023, o PRR sofreu uma atualização da dotação (passou a dispor de uma dotação de 22,2 mil milhões de euros, face aos 16,6 mil milhões inicialmente previstos) e uma reprogramação que visou consolidar a visão do Programa enquanto instrumento da transformação estrutural do País, através de uma aceleração da alteração do perfil de especialização da economia portuguesa, do robustecimento do Estado Social e de uma resposta aos desafios das transições climática e digital

O PRR também é essencial para a execução do Plano REPowerEU, ao apoiar a ambição de Portugal em termos de independência energética e transição climática, no novo contexto geopolítico e do mercado energético. A fim de garantir esta execução, foi criada uma nova componente (REPowerEU) aquando da reprogramação do PRR, que assume um impulso adicional para a transição verde em Portugal, através de 6 reformas e 16 investimentos.

O presente relatório descreve o estado de progresso da execução e implementação financeira do PRR a 31 de dezembro de 2024, dando conta das realizações das reformas e dos investimentos.

O modelo de governação do PRR, publicado pelo Decreto-lei n.º 29-B/2021, estabelece que a Estrutura de Missão Recuperar Portugal (EMRP) é a entidade responsável pela coordenação técnica, gestão e monitorização da execução e da concretização dos objetivos operacionais do PRR português, competindo-lhe, entre outras, a obrigação de:

- Negociar e monitorizar a execução do PRR, assegurando o cumprimento das obrigações e requisitos previstos no Regulamento (UE) 2021/241;
- Acompanhar a execução das reformas e investimentos do PRR, assegurando a consecução dos seus objetivos estratégicos e promovendo a monitorização e a concretização dos objetivos operacionais através de marcos e de metas, contratualizando com os respetivos Beneficiários os correspondentes apoios e condições;
- Fornecer apoio técnico às equipas das áreas governativas coordenadoras e entidades executoras das reformas e investimentos do PRR, disponibilizando orientações técnicas que assegurem a sua execução mais eficaz e eficiente;

1. Nota Introdutória

- Preparar e submeter à Comissão Europeia os pedidos de desembolso dos financiamentos do PRR, recolhendo, junto das entidades competentes, as informações necessárias;
- Dar cumprimento às obrigações de reporte à Comissão Europeia fixadas no Regulamento (UE) 2021/241;
- Implementar um sistema de gestão e controlo interno, suportado em modelos adequados de monitorização e informação, que previna e detete irregularidades e permita a adoção das medidas corretivas oportunas e adequadas.

Em cumprimento com o disposto na alínea e), do art. 6.º do Decreto-Lei n.º 29-B/2021, a EMRP elaborou o presente relatório de Monitorização que, entre outros contempla:

- O panorama geral do progresso alcançado, quer ao nível dos Marcos e Metas, quer em termos de realização das reformas e dos investimentos;
- A caracterização, em cada uma das componentes do PRR, das suas realizações a 31 de dezembro de 2024;
- O ponto de situação dos pedidos de desembolso à CE;
- O impacto do PRR, nos 6 pilares europeus estabelecidos no Regulamento (UE) 2021/241, nos indicadores comuns e nas iniciativas emblemáticas da UE;
- As perspetivas gerais para o ano de 2025;
- A listagem anexa de todos os marcos e metas e o respetivo estado de execução.

RECUPERAR
PORTUGAL

Mensagem do Presidente da EMRP



2. Mensagem do Presidente da EMRP

É com grande satisfação que apresentamos o relatório anual do PRR. Este documento reflete o compromisso contínuo da Estrutura de Missão Recuperar Portugal (EMRP) em prestar contas sobre a execução de um plano de reforma e investimentos transformadores, indutores da recuperação e do desenvolvimento sustentável do nosso país.

Ao longo do ano 2024, enfrentámos desafios significativos, mas também alcançámos importantes marcos. A nossa dedicação e esforço conjunto permitiram-nos avançar em várias frentes, desde a implementação de projetos inovadores até ao fortalecimento das infraestruturas essenciais em áreas tão distintas como a habitação, a saúde, as respostas sociais, a competitividade das empresas, a transição digital e a transição climática.

Portugal recebeu o quinto desembolso da Comissão Europeia, marcando a metade do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), que prevê um total de dez pedidos de pagamento. Este pedido refere-se a 42 marcos e metas, sendo 27 marcos e 15 metas. A Estrutura de Missão Recuperar Portugal enviou evidências do cumprimento de 13 reformas e 29 investimentos, abrangendo as três dimensões estruturantes do PRR: Resiliência, Transição Climática e Transição Digital.

Entre as medidas incluídas estão a Bolsa de Alojamento Temporário, intervenções no parque habitacional, tanto nos Açores como no Continente, o lançamento do primeiro leilão para a compra centralizada de biometano sustentável, a aquisição de novos autocarros de zero emissões, a seleção de projetos de Indústria 4.0 e a entrada em vigor da legislação que cria o Observatório Nacional da Pobreza Energética (ONPE). Com o quinto desembolso a execução do PRR passou para 32%.

Ainda durante o ano de 2024, Portugal submeteu, no dia 14 de novembro, o sexto pedido de pagamento PRR à Comissão Europeia. Este pedido, que é o sexto de um total de dez, abrange 30 marcos e metas e representa um desembolso adicional de 1.868 milhões de euros. O pedido inclui 9 reformas e 21 investimentos que integram as três dimensões do PRR: Resiliência, Transição Climática e Transição Digital.

Entre os resultados alcançados, destacam-se a criação de 1200 novos lugares em equipas domiciliárias na Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados e na Rede Nacional de Cuidados Paliativos, a adaptação de 190 habitações para melhorar as condições de acesso para pessoas com mobilidade reduzida, e a renovação de mais de 105 mil edifícios residenciais privados para promover a eficiência energética e a descarbonização. Outros resultados incluem o aumento da capacidade instalada na Central Hidroelétrica da Serra de Água na Madeira, a instalação de um parque fotovoltaico e de um parque eólico na ilha do Corvo, e a implementação de melhorias em infraestruturas digitais críticas na Rede Nacional de Segurança Interna. Além disso, foram assinados contratos para a execução de projetos industriais relacionados com tecnologias estratégicas para a transição climática.

Estes esforços não só impulsionaram a economia, mas também melhoraram a qualidade de vida das nossas comunidades.

Além disso, continuamos a trabalhar arduamente para garantir a transparência e a eficiência na utilização dos recursos. A nossa equipa tem sido incansável na monitorização e avaliação dos progressos, assegurando que cada passo dado está alinhado com os objetivos estratégicos definidos. O nosso compromisso contínuo em prestar contas e assegurar uma boa e adequada execução das reformas e investimentos previstos no PRR é uma prioridade que guia todas as nossas ações.

2. Mensagem do Presidente da EMRP

Gostaria de expressar a minha profunda gratidão a todos os colaboradores da EMRP, mas também aos beneficiários do PRR, parceiros e cidadãos que contribuíram para o sucesso das nossas iniciativas. O vosso empenho e colaboração foram fundamentais para os progressos alcançados. Sem o vosso apoio, não teríamos conseguido atingir os resultados que hoje celebramos.

Olhando para o futuro, estamos determinados a continuar a nossa missão com renovado vigor e determinação. Sabemos que ainda há muito trabalho pela frente e o tempo é muito curto, mas estamos confiantes de que, juntos, podemos superar qualquer obstáculo e construir um Portugal mais resiliente e próspero.

RECUPERAR
PORTUGAL

Sumário Executivo



3. Sumário Executivo

O Mecanismo de Recuperação e Resiliência representa uma oportunidade sem precedentes para acelerar a recuperação da Europa e reforçar o compromisso com a transição verde e digital, financiando reformas e investimentos nos Estados-Membros até 2026.

Face à alteração da conjuntura originada pela guerra na Ucrânia existiu, em 2023, a oportunidade de Portugal submeter a Reprogramação do PRR, que solicitava um reforço de dotação e a nova componente “REPowerEU”. A 22 de setembro recebeu a avaliação positiva da Comissão Europeia e a 17 de outubro foi adotada a nova Decisão de Implementação do Conselho (CID) por parte do Conselho da União Europeia, na qual ficaram estabelecidos os 463 Marcos e Metas, bem como a descrição dos objetivos dos investimentos e das reformas. Com a atualização da reprogramação, o PRR passou a ter uma dotação total de 22,2 mil milhões de euros, para concretizar 44 reformas e 123 investimentos, distribuídos por 22 componentes.

O PRR está alinhado com as agendas da Estratégia 2030, tornando-o uma das mais relevantes fontes de financiamento, juntamente com o Quadro Financeiro Plurianual 2021-2027. A reprogramação não alterou estes pressupostos. A execução do PRR e o seu reforço vão continuar a apoiar a recuperação económica de Portugal, garantido uma economia mais verde (menos dependente dos combustíveis fósseis), mais digital e competitiva, uma sociedade menos desigual, com mais e melhor emprego e, em simultâneo, contribuir para alcançar a convergência com a União Europeia durante a próxima década.

Em dezembro de 2024, Portugal recebeu da CE o montante de 3.191 milhões de euros (valor bruto antes da dedução do pré-financiamento) referente ao 5.º pedido de pagamento do PRR. Tal foi possível pelo cumprimento dos 42 Marcos e Metas.

Em novembro foi submetido o 6.º Pedido de Pagamento, que comporta 30 Marcos e Metas e representa um desembolso adicional de 1.868 milhões de euros (valor bruto sem desconto de adiantamento).

A 31 de dezembro de 2024, já tinha sido lançado um montante de 17.255 milhões de euros em avisos de abertura de concursos e 3.954 milhões de euros em concursos públicos. Foram apresentadas 350.123 candidaturas, tendo sido aprovadas 206.461, beneficiando mais de 167.000 Beneficiários Finais. No final de 2024 tinham sido já pagos 6.273 milhões de euros aos Beneficiários Diretos e Finais.

Antecipando a manutenção da tendência de aceleração na taxa de execução, a implementação bem-sucedida do PRR requer um esforço coordenado de todas as partes envolvidas. Trata-se de um compromisso nacional que exige um elevado nível de alinhamento, transparência em todo o processo e uma comunicação eficaz. Esses princípios são fortalecidos pela atuação da Estrutura de Missão Recuperar Portugal, que promove a divulgação do Programa, apresenta oportunidades e assegura uma comunicação contínua sobre os resultados do PRR. Para esse fim, a EMRP recorre a diversos canais, incluindo o [site oficial](#), a página [PRR por regiões](#), a presença nas redes sociais e nos meios de comunicação, a newsletter institucional e a realização do Evento Anual.

2025 vai ser um ano essencial para execução do PRR e para o seu cumprimento dentro do prazo final, que culmina em 2026, estando prevista a submissão do 7.º e 8.º Pedidos de Pagamento.

RECUPERAR
PORTUGAL

O Plano de Recuperação e Resiliência



4.1 Enquadramento e Desafios do PRR

4.1 Enquadramento e Desafios do PRR

O Mecanismo de Recuperação e Resiliência constitui uma oportunidade sem precedentes para acelerar a recuperação na Europa e reforçar o empenho nas transições paralelas verde e digital, financiando reformas e investimentos nos Estados-Membros até 2026.

O Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) aprovado em 2021 é um programa de âmbito nacional, com um período de execução até 2026, que vai implementar um conjunto de reformas e de investimentos que pretendem acelerar a convergência com a União Europeia (EU) e garantir uma economia mais verde, mais digital, mais resiliente e competitiva, uma sociedade menos desigual, com mais e melhor emprego. O PRR está alinhado com os objetivos do Semestre Europeu e as Recomendações Específicas para Portugal que dali decorrem.

Em 2023, os efeitos decorrentes da agressão militar da Rússia à Ucrânia, resultaram em significativas alterações de contexto, e novos e grandes desafios à implementação do PRR. É de salientar que estas alterações – associadas, por exemplo, a fatores como as restrições de acesso a diversas matérias, energéticas e não energéticas, e as subidas dos respetivos preços – foram de tal ordem que tiveram impacto estrutural nas condições de ação dos agentes económicos, e na sua capacidade de implementar projetos de investimento.

Esta alteração de contexto internacional criou a necessidade de uma atualização ao PRR, com os seguintes princípios orientadores:

- Aumento da ambição do plano, com introdução de medidas novas e reforço de verbas, e respetivos objetivos;
- Reforço financeiro, que deverá ser também assegurado com recurso a empréstimos no âmbito do PRR ou, quando necessário, a financiamento nacional, para fazer face a novas necessidades relacionadas com projetos já previstos no plano ou em execução, mantendo a sua ambição;
- Ajustamentos nos marcos e nas metas que não implicam diminuição de ambição;
- Manutenção da estrutura inicial do PRR com as novas reformas e medidas alocadas a componentes já existentes;
- Novas medidas e o reforço da ambição focados na transição digital e climática, incluindo reforço da resiliência energética, não descurando a resposta social em áreas como a educação, habitação e saúde.

Surgiu também a oportunidade de ser criado um novo capítulo REPowerEU que assume um impulso adicional para a transição verde. Com o REPowerEU, a UE pretende pôr fim à sua dependência dos combustíveis fósseis poupando energia, diversificando o aprovisionamento e acelerando a transição para as energias limpa.

A 22 de setembro de 2023 foi recebida a avaliação positiva da Comissão Europeia, e a 17 de outubro do mesmo ano foi adotada a nova Decisão de Implementação do Conselho (CID), por parte do Conselho da União Europeia, na qual ficaram estabelecidos os 463 Marcos e Metas desembolso, bem como a descrição dos objetivos dos 123 investimentos e das 44 Reformas.

4.1 Enquadramento e Desafios do PRR

Com a atualização da reprogramação do PRR, a dotação máxima do PRR passou, assim, a ser de 22,2 mil milhões de euros, representando um acréscimo de cerca 2,4 mil milhões de euros em subvenções e 3,2 mil milhões de euros em empréstimos, face ao Plano aprovado em julho de 2021.

Figura 1: Evolução da dotação do PRR



Este incremento da dotação máxima permitiu igualmente reforçar a ambição de investimentos já em execução como sejam a Nova Geração dos Equipamentos e Respostas Sociais, a Reabilitação e Património Cultural, as 52 Agendas/Alianças Mobilizadoras para a Inovação Empresarial e Verdes, os Bairros Comerciais Digitais, o Alojamento Estudantil e o Reforço das Lojas de Cidadão e Espaços Cidadão.

Em particular, foi efetuado um reforço muito significativo das Agendas/Alianças Mobilizadoras com uma subida da sua dotação total de 930 milhões de euros para 2.874 mil milhões de euros. O Governo assumiu, por ocasião do concurso, que o mérito dos projetos considerados elegíveis justificava a mobilização de recursos para o total financiamento deste investimento tão relevante para a transformação da economia portuguesa.

Foi igualmente reforçada a aposta na Ciência e nas Instituições de Ensino Superior (IES) com investimentos no montante de 198 milhões de euros. O programa Impulso Mais Digital, complementando os investimentos Impulso Jovens STEAM e Incentivo Adultos já previstos no PRR, irá permitir a modernização tecnológica e digital da formação superior e o investimento Ciência Mais Capacitação irá desenvolver o ecossistema de inovação das IES e apoiar a investigação fundamental.

Foi reforçado em 100 milhões de euros o investimento já existente da Nova Geração de Respostas Sociais elevando assim este investimento para um total de 517 milhões de euros. Este acréscimo de dotação permitirá dar uma ambição acrescida a um investimento que tem demonstrado a sua relevância para o incremento de respostas tão relevantes como o alargamento da rede de creches ou os serviços de apoio domiciliário.

Decorrente do programa REPowerEU, é feito um reforço substancial da aposta na transição climática. São reforçados os investimentos da Eficiência Energética em Edifícios Residenciais, em 120 milhões de euros, e da Descarbonização dos Transportes Públicos, em 90 milhões de euros, permitindo neste último caso a introdução de, pelo menos, 260 novos autocarros com emissões nulas no transporte coletivo de passageiros. É igualmente reforçado o investimento Descarbonização da Indústria que apoia diretamente as empresas na transição das suas operações para a adaptação a uma economia neutra em carbono e circular.

Adicionalmente, o PRR passou a incluir um instrumento de apoio ao investimento estratégico empresarial (Apoio ao Desenvolvimento da Indústria Ecológica) promotor das transições verde e digital, destinando-se ao investimento industrial em tecnologias estratégicas para a transição climática, em particular as constantes do Plano Industrial do Pacto Ecológico Europeu.

4.1 Enquadramento e Desafios do PRR

A reprogramação levada a cabo em 2023 manteve as 3 dimensões estruturantes – Resiliência, Transição Climática e Transição Digital - mas adicionou uma 21ª componente - REPower EU.

Figura 2: Dotação do PRR por componente



Nota: os valores poderão ser sujeitos a pequenos ajustes no âmbito da contratação entre a Estrutura de Missão "Recuperar Portugal" e os Beneficiários Diretos e Intermediários

4.1 Enquadramento e Desafios do PRR

De realçar que este Mecanismo baseia-se no desempenho, o que significa que a Comissão Europeia só paga os montantes devidos a um Marco e Meta quando este tiver alcançado os objetivos intermédios e as metas acordados para a conclusão das reformas e dos investimentos previstos no respetivo plano. Uma vez cumpridos os objetivos intermédios e as metas acordados, os governos podem solicitar o pagamento, sendo limitado a dois pedidos por cada ano. Até à data já foram realizados seis Pedidos de Pagamento de Portugal à Comissão Europeia.

No dia 1 de agosto de 2024, Portugal submeteu à Comissão Europeia o segundo pedido de reprogramação do PRR. Esta reprogramação teve como grande objetivo assegurar que o Plano de Recuperação e Resiliência de Portugal continue a ser eficaz e relevante, apesar das circunstâncias imprevistas que surgiram desde a sua aprovação inicial. As alterações feitas comportam:

- Alterações devido a circunstâncias objetivas, de forma a implementar melhores alternativas e alcançar a ambição original da medida;
- Alterações que reduziram, significativamente, a carga administrativa associada ao cumprimento dos respetivos marcos e metas;
- Correções de erros administrativos.

A 17 de Setembro de 2024, a Comissão Europeia emitiu uma avaliação positiva à segunda reprogramação do PRR português, tendo sido aprovada pelo Conselho Europeu a 8 de Outubro de 2024, resultando na alteração da Decisão de Implementação do Conselho aprovada em 17 de Outubro de 2023.

Tendo em consideração a nova decisão, a 29 de Outubro de 2024, Portugal e a Comissão Europeia chegaram a acordo sobre a modificação do Acordo Operacional.

2025 assume-se como um ano de forte execução e concretização. Será possível ver no terreno ainda mais PRR, vislumbrando-se projetos em execução ou concretizados de Norte a Sul do país. Num contexto como o referido, torna-se essencial dar continuidade à estratégia de comunicação seguida e consolidada, apresentando os impactos no país e nos cidadãos.

4.2 Modelo de Governação

4.2 Modelo de Governação

Tendo como base a experiência consolidada de Portugal ao longo do tempo na gestão de fundos europeus, a opção passou por criar um modelo de governação ágil, com competências bem definidas e devidamente segregadas, e com mecanismos de articulação internos que permitam implementar o Plano de forma eficaz, recorrendo a procedimentos simples e expeditos. O objetivo foi o de criar um modelo transparente, seguindo as melhores práticas, evidenciando a forma como estão a ser aplicados os recursos disponíveis e os respetivos resultados.

Neste sentido, o modelo de governação do PRR apresenta 4 níveis de coordenação:

- **Nível estratégico de coordenação política** assegurado pela Comissão Interministerial do PRR;
- **Nível de acompanhamento** assegurado pela Comissão Nacional de Acompanhamento (CNA);
- **Nível de coordenação técnica e de monitorização** assegurado pela Estrutura de Missão Recuperar Portugal (EMRP); e
- **Nível de auditoria e controlo** assegurado por uma Comissão de Auditoria e Controlo (CAC).

Em 2023, o Decreto de Lei 61/2023 de 24 de julho introduziu mudanças ao Modelo de Governação no que respeita à composição e às competências dos órgãos de coordenação política, de acompanhamento e de auditoria e controlo do modelo de governação do PRR, tendo em vista clarificar as funções de cada um dos órgãos e a prossecução das mesmas. Entre outras mudanças, destaca-se o reforço e clarificação das competências da Comissão Nacional de Acompanhamento (CNA) e da Comissão de Auditoria e Controlo (CAC). No que diz respeito à EMRP, salienta-se o maior alcance do sistema de controlo interno, especialmente para prevenir a duplicação de apoios, de risco de conflito de interesses, corrupção e fraude.

O princípio da participação dos diversos atores nacionais (parceiros económicos e sociais, as organizações da economia social, as instituições científicas e de ensino superior e as entidades públicas) está consagrado no PRR, desde a sua elaboração, garantindo que as políticas a implementar são aquelas de que o País efetivamente necessita e que as mesmas estão devidamente alinhadas com as características e com o contexto territorial da sua implementação.

Em 2024, o modelo de governação foi alterado para reforçar a transparência das decisões de atribuição de fundos do PRR, e aumentar a capacidade de resposta da EMRP de forma a impulsionar a boa execução do plano, garantindo maior fiscalização e acompanhamentos dos investimentos e reformas.

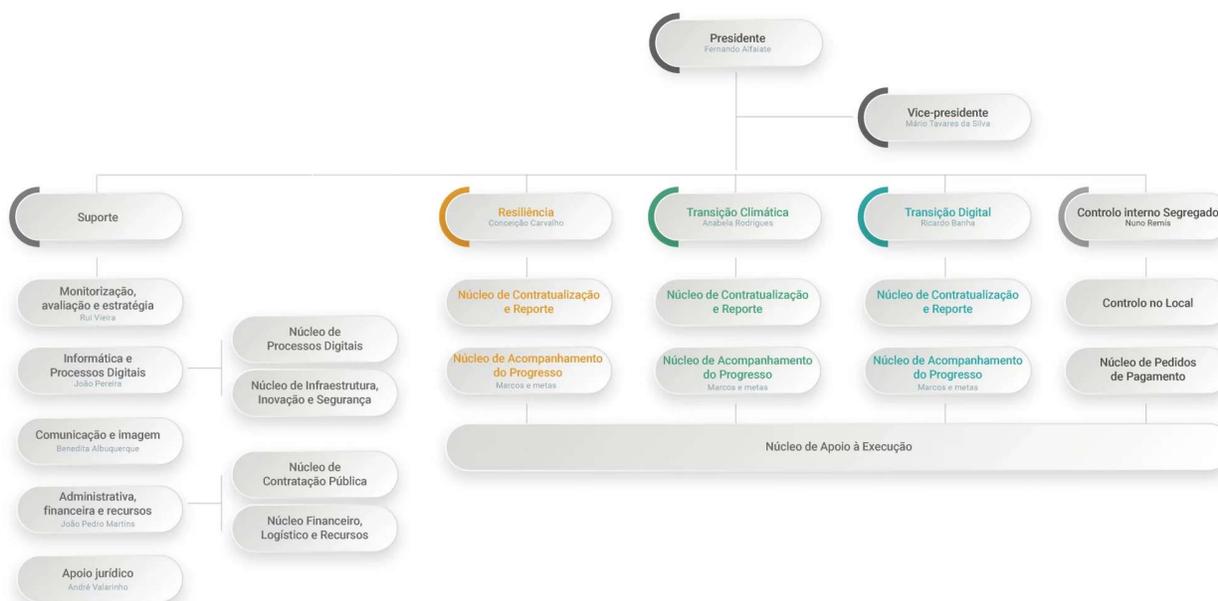
4.2 Modelo de Governação

Figura 3: Entidades envolvidas na gestão e execução do PRR



A EMRP é em termos de implementação e operacionais a entidade que coordena as atividades e centraliza o interesse de atuação das restantes entidades, através dos seus circuitos de operacionalização e das suas estruturas de suporte.

Figura 4: Organograma EMRP



4.2 Modelo de Governação

A estrutura e os mecanismos sob coordenação técnica e monitorização garantem que a utilização dos fundos do PRR está em conformidade com a legislação nacional e comunitária em vigor, assegurando-se simultaneamente, a prevenção, deteção e correção de situações de fraude, corrupção, duplo financiamento e conflito de interesses.

A EMRP viu também em 2023 a suas competências e a sua estrutura reforçadas.

Com efeito, ao longo da implementação do PRR têm surgido exigências ao nível do sistema de gestão e controlo que implicam a utilização de mais recursos dedicados à execução de atividades, como sejam verificações de gestão e de controlo sobre:

- I. Avaliação de risco de fraude;
- II. Prevenção e mitigação do risco de duplo financiamento;
- III. Risco de conflito de interesses.

Outras responsabilidades foram acrescentadas à EMRP, as quais concorreram igualmente para a necessidade do reforço do quadro de recursos humanos, como sejam:

- I. O modelo de governação do PRR foi alterado, com a publicação do Decreto-Lei n.º 61/2023, de 24 de julho, colocando tarefas e responsabilidades adicionais na EMRP relacionadas com a recuperação dos financiamentos, indevidamente pagos aos beneficiários do PRR, e com a verificação da não acumulação dos financiamentos do PRR com os fundos europeus (para além do PT 2020 e PT 2030) ou outros mecanismos europeus;
- II. Construção de um mecanismo de restituição do montante equivalente ao IVA, com âmbito mais alargado de beneficiários do que o inicialmente estava previsto e com mais exigências, validações e responsabilidades atribuídas à EMRP;
- III. Acompanhamento com maior intensidade pelos serviços da CE, implicando que a equipa da EMRP se desdobre em reuniões de coordenação semanais com os serviços da CE, reuniões técnicas, envolvendo os beneficiários (BI e BD) e as áreas governativas, e reuniões de trabalho com trocas diárias de documentação e discussões sobre validações, nomeadamente sobre a recolha de evidências relativas ao cumprimento dos marcos e das metas.

Para além das razões acima referidas, o PRR obteve uma atualização substancial da sua dotação, refletido em novos investimentos e reformas, que devem ser concretizadas no mesmo espaço temporal.

Adicionalmente, o Decreto-Lei n.º 61/2023, de 24 de julho, veio densificar as regras em matéria de duplo financiamento e estabelecer o regime aplicável à recuperação de financiamentos, clarificando-se também o procedimento relativo ao pagamento do montante equivalente ao imposto sobre o valor acrescentado de projetos financiados pelo PRR, o que convoca a intervenção da EMRP.

Face à atualização do PRR e ao acréscimo de competência da EMRP a Resolução do Conselho de Ministros n.º 183/2023, publicada a 22 de dezembro, veio reconhecer que, nestas novas circunstâncias, era necessário dotar a Recuperar Portugal, de recursos humanos que permitam acompanhar a atualização do PRR, no que respeita ao exercício das suas competências de coordenação técnica, de gestão, acompanhamento e execução do plano, tendo em vista o pleno cumprimento da sua missão e objetivos definidos no âmbito da execução do PRR.

4.2 Modelo de Governação

A EMRP passou a ter, assim, um quadro pessoal de 75 colaboradores, entre os quais até 60 técnicos superiores e até 4 assistentes técnicos ou operacionais, representando um aumento de 15 Técnicos Superiores.

Em 2024, o Decreto-Lei n.º 55/2024, de 9 de setembro, introduziu alterações ao modelo de governação do Plano de Recuperação e Resiliência, visando acelerar a sua execução e aumentar a transparência na gestão dos fundos europeus atribuídos a Portugal. As principais mudanças incluem:

- i) a criação de redes de articulação funcional, com o objetivo de monitorizar a execução dos marcos e metas das reformas e investimentos, identificar riscos e partilha de boas práticas entre todos os *stakeholders* do PRR;
- ii) o reforço da transparência, através da publicação dos relatórios semestrais e anuais no prazo máximo de 10 dias úteis após apreciação pela Comissão Interministerial, a publicitação de verificações no local para demonstrar os impactos dos projetos e o aumento da divulgação regional e local dos apoios, incluindo em jornais locais, regionais e nacionais;
- iii) melhoria da interoperabilidade entre o sistema de informação do PRR e os sistemas dos beneficiários diretos e intermediários; e
- iv) mitigação de riscos de duplo financiamento, através do cruzamento de dados.

Com o objetivo de reforçar os recursos humanos e melhorar a execução do PRR, a Resolução do Conselho de Ministros n.º 127/2024 introduz alterações na organização da EMRP, ao criar um contingente de 50 técnicos superiores de forma a mitigar potenciais atrasos na execução do PRR, garantindo mais capacidade técnica e operacional para análise, fiscalização e acompanhamento dos projetos financiados.

4.3 Informação e Comunicação

4.3 Informação e Comunicação

Comunicação e Transparência

A Comunicação constitui-se como um pilar fundamental na implementação do PRR, sendo necessário desenvolver um planeamento abrangente e ambicioso, que divulgue as mensagens relevantes da forma mais eficaz, com o objetivo de alcançar uma vasta audiência de públicos diferentes e mobilizar os agentes económicos, bem como os cidadãos.

A estratégia e plano de comunicação têm vindo a ser solidificados bem como incrementados a par com a execução do PRR. Tal situação deve-se ao facto de, por um lado, ser a primeira vez que um Fundo Europeu tem uma metodologia de execução por desempenho, o que obriga a seguir uma comunicação diferenciada, por outro, existirem, com a própria concretização, mais conteúdos a ser trabalhados e apresentados.

O ano de 2024 assumiu-se como um ano de implementação e execução do PRR. Neste contexto, a comunicação deste fundo estrutural centrou-se em cinco eixos essenciais: reconhecimento, informação e transparência, mobilização, sensibilização, e monitorização e avaliação.

Estrategicamente, pretendeu-se cumprir dois objetivos macro fundamentais:

1. Dar a conhecer e divulgar o Plano de Recuperação e Resiliência, destacando os seus objetivos, a sua implementação e os resultados alcançados;
2. Ampliar a perceção positiva sobre a aplicação do PRR em Portugal.

1. Divulgar o Plano de Recuperação e Resiliência

Passar uma mensagem simples e eficaz sobre o que é o PRR aos portugueses:

- Desenvolver materiais de comunicação acessíveis e simplificados, utilizando linguagem clara e exemplos práticos para transmitir de forma compreensível a finalidade e os benefícios do PRR;
- Utilizar canais de comunicação de massa, como campanhas em meios de comunicação social, para difundir informações-chave sobre o PRR de maneira envolvente.

Explicar de forma clara o modelo de governação e implementação deste mecanismo aos cidadãos:

- Criar conteúdos explicativos que detalhem a estrutura de governação do PRR, identificando os intervenientes e suas responsabilidades.

Dar a conhecer a execução do PRR em cada etapa e os objetivos alcançados:

- Apresentar relatórios regulares de progresso, detalhando as etapas concluídas e os resultados alcançados;
- Utilizar plataformas online, redes sociais e outros meios digitais para partilhar atualizações em tempo real sobre o desenvolvimento e os sucessos do PRR.

4.3 Informação e Comunicação

Apoiar os beneficiários na inclusão da imagem PRR nos seus materiais de comunicação:

- Fornecer orientações e materiais de suporte para que os beneficiários incorporem adequadamente a identidade visual do PRR em seus materiais.

2. Ampliar a percepção positiva sobre a aplicação dos fundos em Portugal

Desmistificar mensagens sobre a execução financeira do fundo:

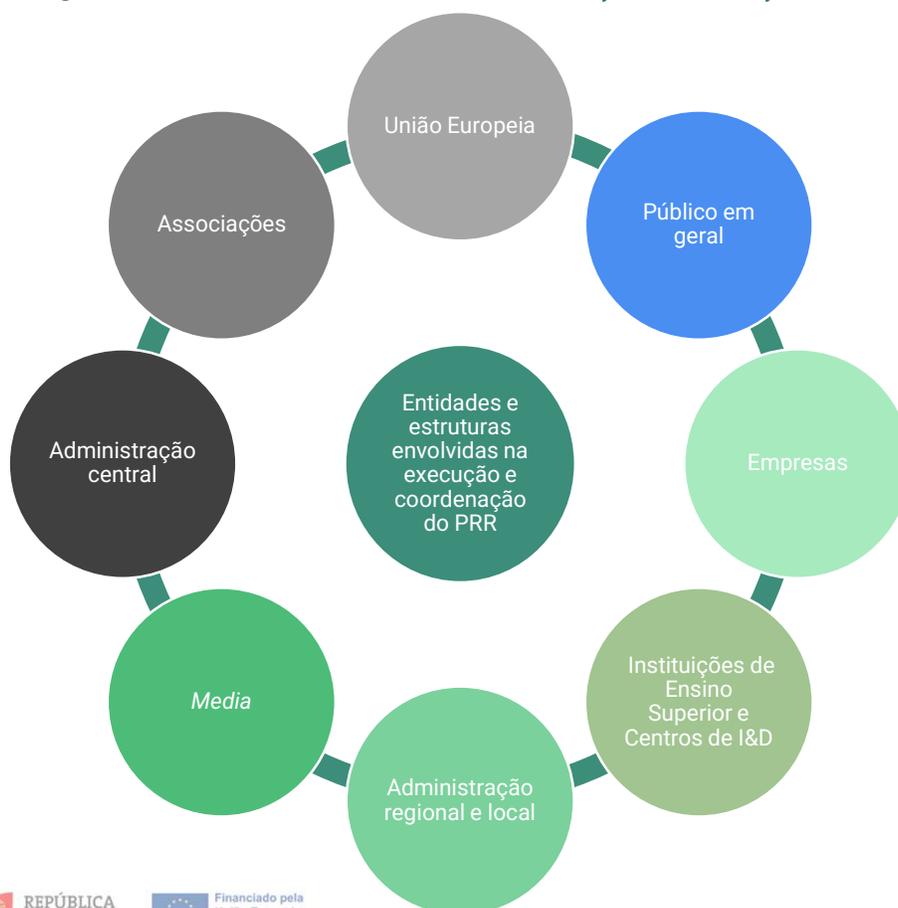
- Elaborar comunicados claros e transparentes sobre a execução do PRR

Educar a população sobre a forma como este fundo é distribuído, os seus beneficiários e impacto na sociedade:

- Utilizar estudos de caso e testemunhos para ilustrar exemplos concretos de projetos beneficiados e suas contribuições para a sociedade.

Num mecanismo como o PRR é necessária uma disseminação intensiva, com diferentes mensagens em diferentes canais, dado que é necessário atingir dois grupos de público-alvo, interno e externo, que se resumem em praticamente toda a população.

Figura 5: Entidades e estruturas envolvidas na execução e coordenação do PRR



4.3 Informação e Comunicação

No sentido de conseguir passar as referidas mensagens de forma eficaz, têm sido utilizados canais on e offline:

Tabela 1: Canais de informação e comunicação

CANAL	DETALHE
Website recuperarportugal.gov.pt	Plataforma central <i>user friendly</i> , interativa, regularmente atualizada e responder às necessidades dos vários públicos-alvo da estratégia
Redes Sociais associadas à marca PRR	Canais dinâmicos que funcionam como um portal para a partilha de diversos conteúdos e mensagens chave associadas ao PRR: Instagram, X (antigo Twitter), LinkedIn, Youtube
Newsletter/ Email Marketing	Um canal direto para distribuir atualizações, destacar informações e manter uma ligação consistente
Eventos e Workshops	Oportunidades para interação direta, esclarecimento de dúvidas e feedback em tempo real
Suportes de Comunicação Online e Offline	Preparação de suportes de comunicação, tanto online como offline como por exemplo: vídeos, banners, flyers e outdoors
Assessoria Imprensa	Garantir a resposta eficiente à imprensa, conseguindo assim veicular a mensagem correta sobre o PRR

4.3 Informação e Comunicação

Site PRR

O site recuperarportugal.gov.pt assume-se, desde o primeiro momento, como um eixo fundamental para a comunicação com os beneficiários, os cidadãos, sendo também bastante consultado pela imprensa. Ele é a primeira janela para um olhar sobre o PRR.

Neste âmbito e partindo dos pressupostos acima elencados, foi desenvolvida uma análise heurística do site, tendo em atenção os seguintes vetores:

- Aprendizagem** - Quão fácil é para os utilizadores realizarem tarefas básicas na primeira vez que interagem com o design da interface?
- Eficiência** - Depois dos utilizadores aprenderem a utilizar o design da interface, com que rapidez eles poderão executar as tarefas que necessitam?
- Memorização** - Sempre que os usuários retornam à interface, após um período sem utilizá-la, com que facilidade eles podem restabelecer a proficiência?
- Erros** - Quantos erros os utilizadores cometem, qual a gravidade desses erros e com que facilidade eles podem ultrapassá-los?
- Satisfação** - Quão agradável é a interação com esta interface?

Foram ainda analisados os sites dos PRR de outros Estados-Membros, numa lógica de benchmark

Tendo em conta as referidas análises, foi desenvolvido um novo site do PRR, mais *user friendly* e atrativo, com a marca em destaque, bem como acesso às redes sociais. Este novo website passou ainda a contar com uma forte componente de trabalho em Search Engine Optimization (SEO) para assegurar uma boa performance nos motores de busca.

Figura 6: Página inicial do site do PRR



4.3 Informação e Comunicação

Foram ainda acrescentadas algumas ferramentas que possibilitam a visualização fotográfica do PRR. “O que está no PRR?” e “Como está o PRR” são quadros interativos onde o público pode perceber exatamente o que está contemplado no plano, bem como o que está em execução e o progresso da implementação, respetivamente.

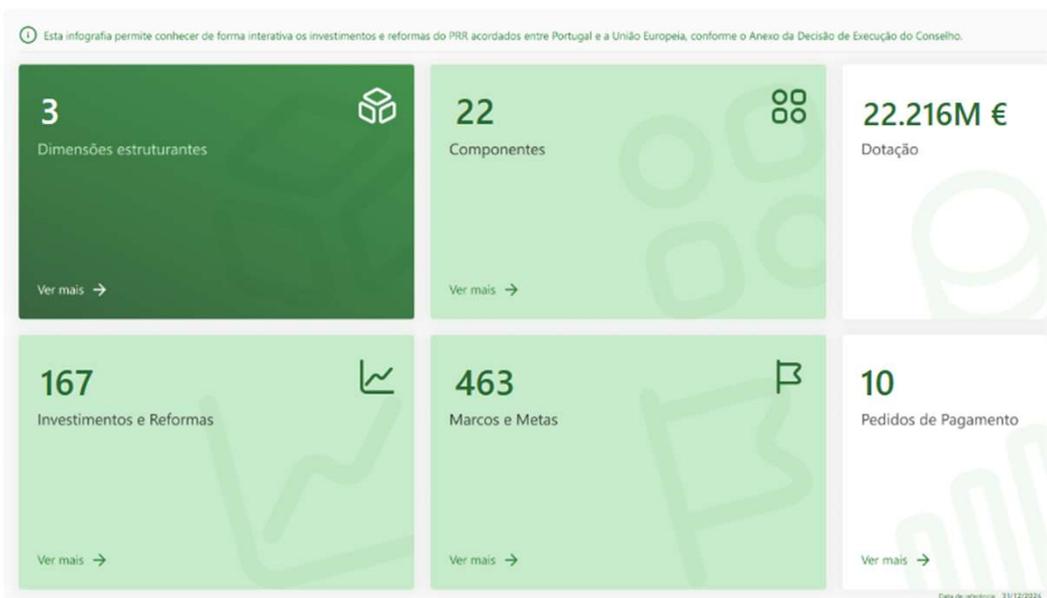
Figura 7: Página com a situação do PRR

Como está o PRR?



Figura 8: Página de conteúdos do PRR

O que está no PRR?



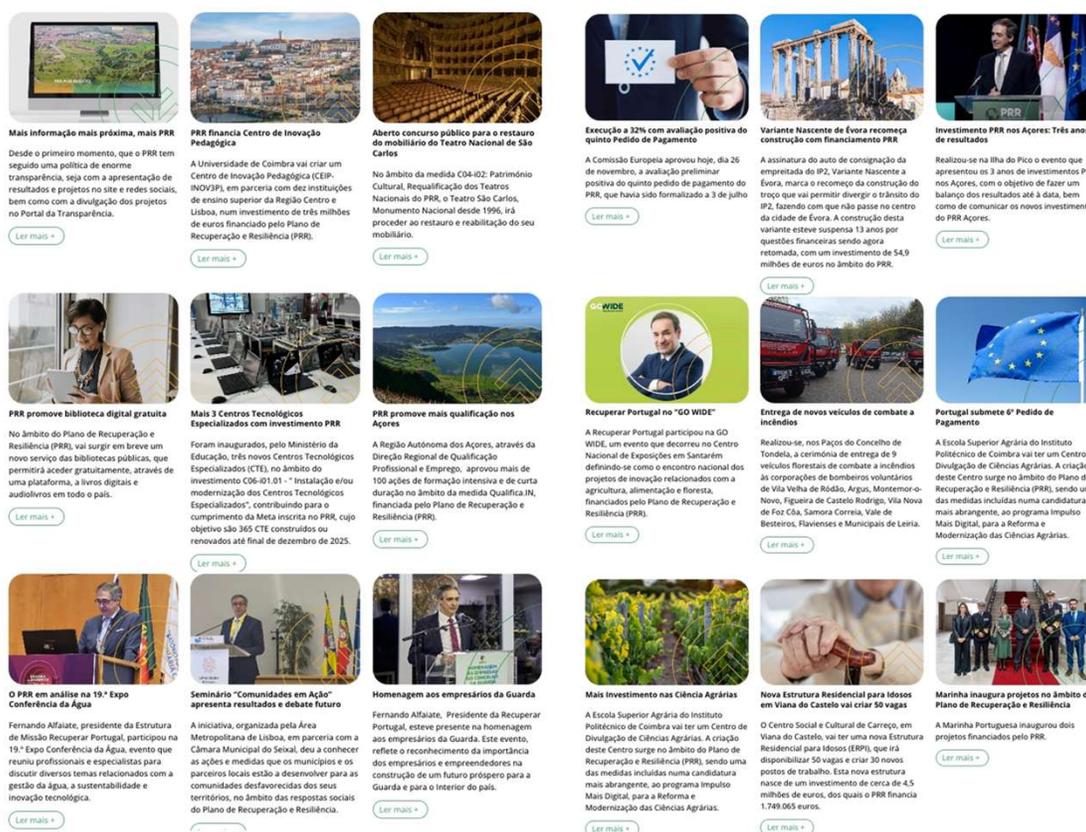
4.3 Informação e Comunicação

Notícias e Reportagens

Um dos grandes objetivos da comunicação do PRR é apresentar a execução física deste fundo, mostrando o que já está concretizado e o que está a ser feito. Para tal, são veiculadas, nas redes sociais da EMRP e no site, tanto na homepage como na página de comunicação, notícias e reportagens.

Ao longo de 2024, foram desenvolvidas e publicadas 180 notícias no site, com especial incidência na apresentação de projetos adjudicados ou concretizados, na publicitação de eventos sobre o PRR e/ou com participação de membros da Estrutura de Missão Recuperar Portugal e tutela e na execução do PRR.

Figura 9: Página de notícias e reportagens do PRR



Foram ainda desenvolvidas pela EMRP e publicadas no site e redes sociais 20 reportagens vídeo sobre investimentos PRR com testemunhos dos beneficiários e/ou utilizadores finais, por forma a apresentar o "PRR no Terreno":

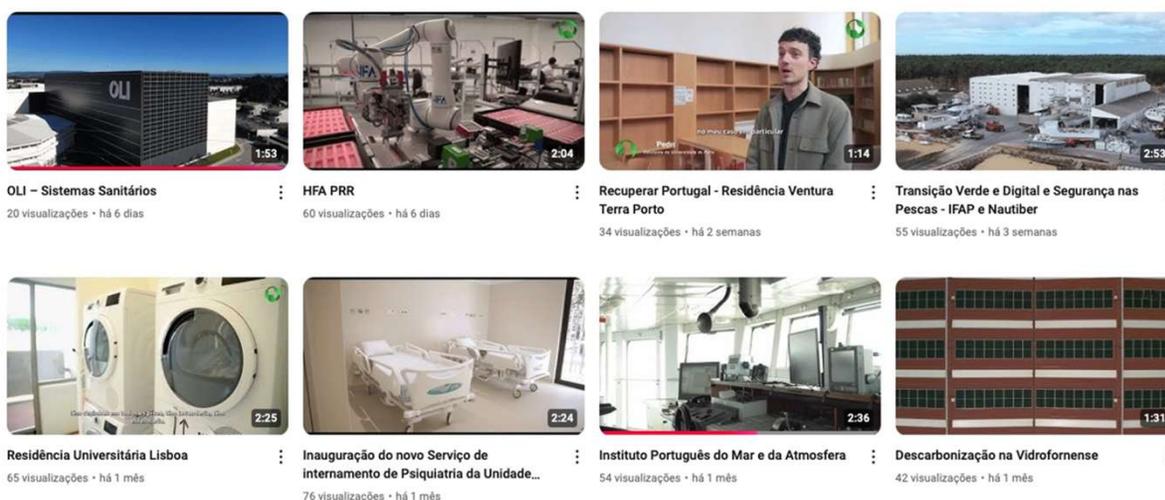
- Hospital Gaia Espinho (Saúde) Psiquiatria internamento C01-i03: Conclusão da Reforma da Saúde Mental e Implementação da Estratégia para as Demências;
- Residências universitárias (Lisboa, Melgaço, Porto) C02-i06 - Alojamento Estudantil a Custos Acessíveis;

4.3 Informação e Comunicação

- Acessibilidades – Câmara Municipal de Vila Franca de Xira (C03-i02 - Respostas Sociais);
- Investimento PIVP - Câmara da Póvoa do Varzim (C03-i02 - Respostas Sociais);
- Campo de férias inclusivo – Câmara de Arouca (C03-i06 Operações Integradas em Comunidades Desfavorecidas na Área Metropolitana do Porto);
- Instituto de Medicina Molecular (C05 -Capitalização e inovação empresarial (CTI));
- Smart Energy Lab (C05 - Capitalização e inovação empresarial (Colab));
- HFA, Henrique Fernando e Alves S.A. RE-C05-i01: Agendas/Alianças (.01) Mobilizadoras para a Reindustrialização e (.02) Verdes para a Inovação Empresarial;
- Agenda AM2R RE-C05-i01: Agendas/Alianças (.01) Mobilizadoras para a Reindustrialização e (.02) Verdes para a Inovação Empresarial;
- Smart Ocean Peniche RE-C05-i01: Agendas/Alianças (.01) Mobilizadoras para a Reindustrialização e (.02) Verdes para a Inovação Empresarial;
- IPMA Radares – C08-i04.03 - Meios de prevenção e combate a incêndios rurais: Rede de radares;
- IPMA Navio Mário Ruivo - C10-i01: Hub Azul, Rede de Infraestruturas para a Economia Azul;
- Embarcações de Pesca (Nautiber) C10-i02 - Transição Verde e Digital e Segurança nas Pescas;
- JFA Têxteis C11-i01 Descarbonização da indústria;
- Vidrofornense C11-i01 Descarbonização da indústria;
- Alsa Todi (autocarros) C15-i05: Descarbonização dos Transportes Públicos.

A EMPR partilhou ainda, tanto no site como nas redes, vídeos desenvolvidos pelos Beneficiários sobre a execução de projetos

Figura 10: Página de vídeos da execução dos projetos



4.3 Informação e Comunicação

Newsletter

Por forma a comunicar diretamente com os diferentes públicos-alvo, foi criada, ainda no ano 2021, uma newsletter, que assumiu, desde o início, bastante adesão junto do público, conseguindo uma boa taxa de subscrição.

No ano de 2024, tendo em atenção as tendências a nível de marketing digital e mail marketing que advogam que o envio de newsletters só deve ser feito com temas de grande relevância, já que as pessoas têm tendência (a não ser que sejam descontos comerciais) a classificar como SPAM, este meio só foi utilizado quando pertinente e não numa lógica de regularidade.

Assim, foram desenvolvidas 8 newsletters, sendo que a maioria apresentou como tema base a execução do PRR, nomeadamente a submissão de pedidos de pagamento e os reembolsos da Comissão Europeia. Não obstante, foram desenvolvidas duas newsletters sobre o evento anual e houve ainda espaço para newsletter sobre o “PRR no Terreno”.

A Newsletter tem, no fim de 2024, 20226 subscritores e uma taxa de abertura (Open rate) de 45,8%, sendo que uma taxa de abertura de 20% é considerada muito boa.

Refira-se ainda que a newsletter, enquanto instrumento de comunicação, tem demonstrado eficácia na ligação a alguns meios de comunicação social de referência, que recorrem aos textos publicados para fazer notícias. De notar que o editorial, assinado pelo Presidente da EMRP, já foi integralmente transcrito em órgão de comunicação social.

Figura 11: Exemplo de newsletter do PRR



RECUPERAR
PORTUGAL

Newsletter #42

A construir um futuro mais resiliente, mais sustentável e mais digital

É com satisfação e espírito de missão que, em nome de toda a equipa da Recuperar Portugal, anúncio que foi hoje aprovado o desembolso referente ao 5º Pedido de Pagamento do PRR. São mais 2.903M€ (valor líquido após desconto do pré-financiamento) que serão agora transferidos para Portugal e se juntam aos 8.493M€ já recebidos com os quatro desembolsos anteriores.

4.3 Informação e Comunicação

Alertas e Aviso

Os Alertas de Novos Avisos são uma outra forma de comunicação direta com os públicos-alvo, todos quantos têm interesse nas candidaturas lançadas no âmbito do PRR. Os subscritores desta ferramenta no site passam a receber e-mails cada vez que sai um ou mais novo(s) aviso(s) de candidatura(s). No fim do ano de 2024, existiam cerca de 17.000 e-mails na base de dados de envio subscritores das notificações de abertura de candidatura.

Figura 12: Exemplo de alerta de Avisos PRR

Componente: C1. Serviço Nacional de Saúde

Investimento: C01-i02 - Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados e Rede Nacional de Cuidados Paliativos

Beneficiários: Instituições da Economia Solidaria e Social, Empresas, Entidades Públicas, Empresas Públicas

Avisos: Aberto

[25. Investimento RE-C01-i02: Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados e Rede Nacional de Cuidados Paliativos \(Aviso n.º 25/C01-i02/2024\)](#)

Data do Aviso: 11/12/2024

Submissão de Candidaturas [aqui](#), de 12/12/2024 até 03/01/2025

Ver documentação [Aqui](#)

Contacto para informações e Esclarecimentos: pr@acss.min-saude.pt

 [Veja aqui exemplo de como submeter uma candidatura](#)

PRR
Resiliência
Transição Climática
Transição Digital
Candidaturas

4.3 Informação e Comunicação

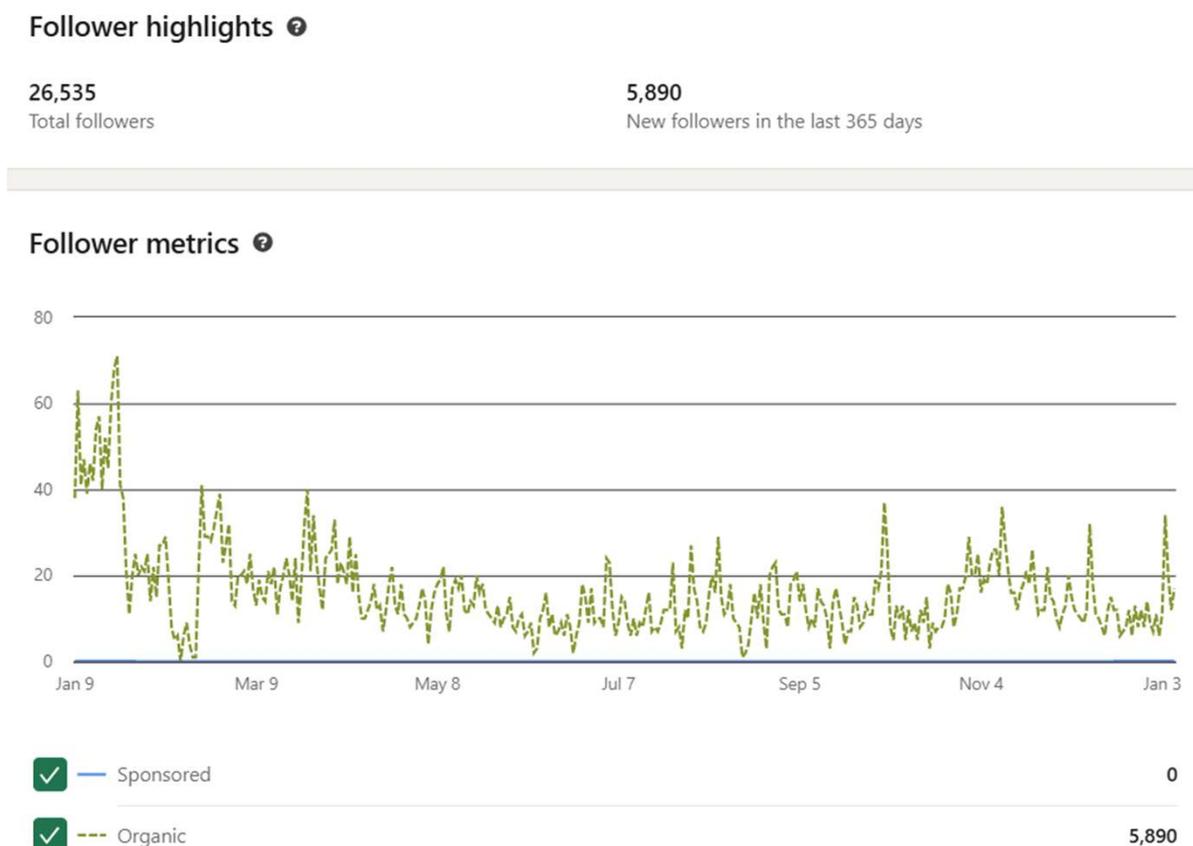
Redes Sociais

Ao longo de 2024, a EMRP alimentou a presença do PRR nas páginas de LinkedIn, Instagram e X (antigo Twitter), tendo utilizado o Youtube como repositório de vídeos para divulgação no site, redes e newsletters. Ainda assim, esta última plataforma conquistou 1010 subscritores, tendo tido um aumento de 260 face ao ano anterior.

No LinkedIn continuou a seguir-se a estratégia de apresentar as notícias e reportagens sobre o PRR, sendo esta uma estratégia que tem vindo a aumentar o número de seguidores, contando, neste momento, com 26535 subscritores, ultrapassando já o número de seguidores que tem a homóloga espanhola (20541 em início de janeiro de 2025).

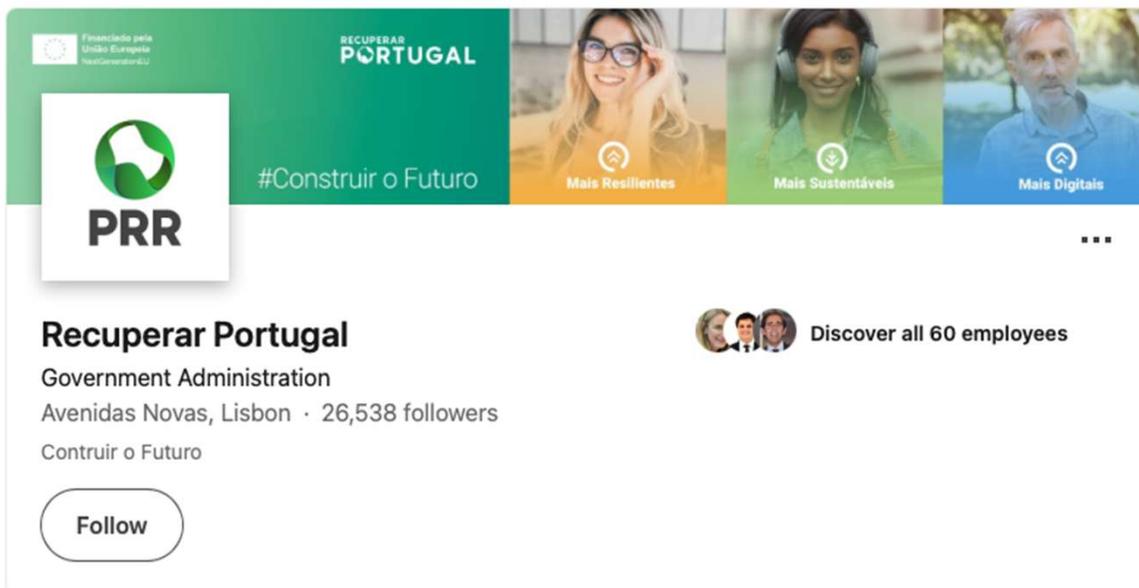
Nos últimos 365 dias, esta rede teve um crescimento totalmente orgânico alto, tendo conquistado 5.890 novos seguidores, conforme indicado no gráfico apresentado de seguida.

Figura 13: Evolução do número de seguidores da conta do PRR na rede social LinkedIn



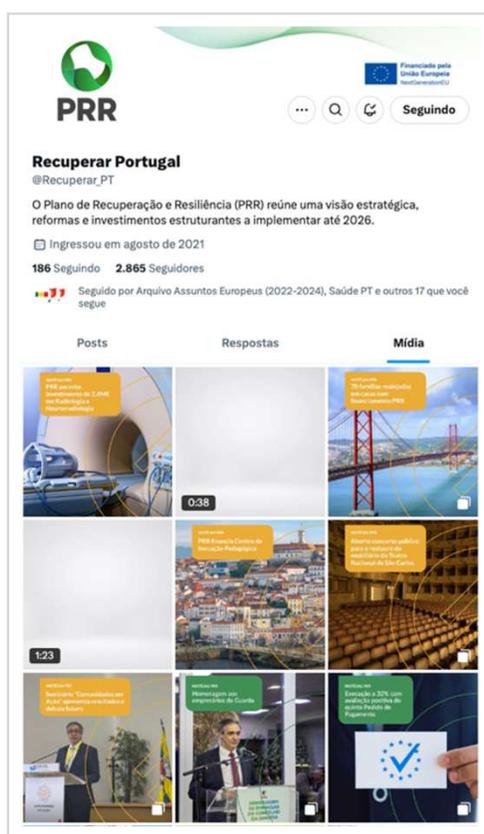
4.3 Informação e Comunicação

Figura 14: Página do PRR na rede social LinkedIn



O X (antigo Twitter) assume-se como um meio de baixa penetração em Portugal, mas dado ser utilizado por jornalistas e pela classe política, a EMPR continua a partilhar as notícias mais relevantes neste meio, tendo 2864 seguidores.

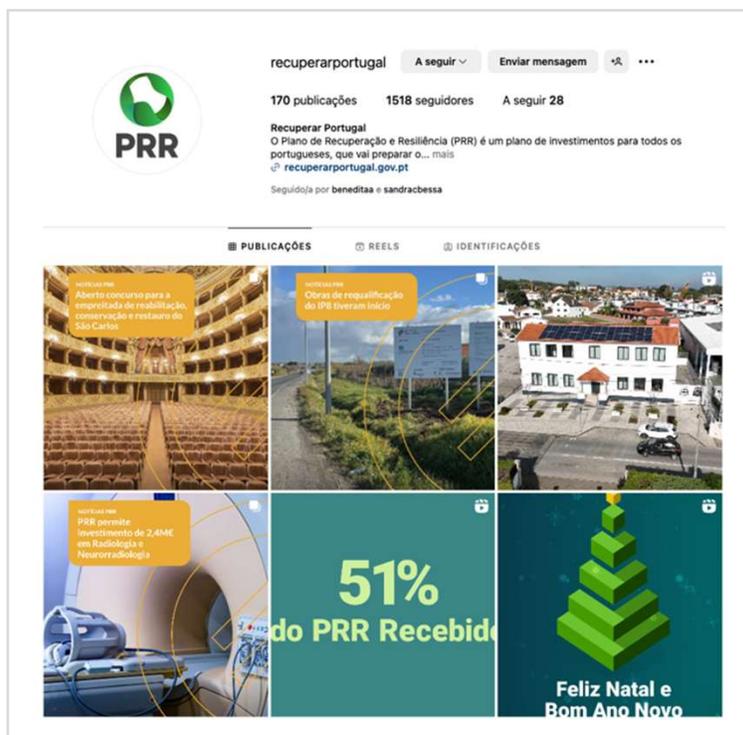
Figura 15: Página do PRR na rede social X



4.3 Informação e Comunicação

O Instagram, criado no segundo semestre de 2023 conta com 1517 seguidores. Sendo uma rede baseada em imagem, foi criado um estilo gráfico uniformizado com o novo site e as restantes redes, que teve um resultado bastante positivo, estando agora a ser pensada para 2025 uma linha gráfica atualizada para criar maior dinamismo.

Figura 16: Página do PRR na rede social Instagram



Assessoria Mediática / Media

O Plano de Recuperação e Resiliência, apresentado como um instrumento estratégico para a recuperação económica e social de Portugal no pós-pandemia, tem desde o início um elevado grau de exposição mediática, estando, regularmente, presente no debate político-partidário.

Com uma execução diferente daquela conhecida nos fundos europeus até à data e uma política de transparência desde o primeiro minuto, tem vindo a ser necessário decifrar mensagens e responder a várias questões sobre a execução do PRR.

A EMRP tem a responsabilidade de responder a questões colocadas pela imprensa, sendo que, para entrevistas, o Porta-voz da Estrutura de Missão Recuperar Portugal é o Presidente, que tem estado disponível para entrevistas no sentido de explicar todos os contornos do PRR e clarificar questões sobre este plano ambicioso.

A Imprensa nacional consulta o site da EMRP com regularidade enquanto fonte de informação, havendo vários jornalistas que subscrevem a newsletter.

4.3 Informação e Comunicação

Eventos

Em 2024, representantes da Estrutura de Missão Recuperar Portugal, nomeadamente, Presidente, Vice-Presidente e os Coordenadores das 3 dimensões, Resiliência, Transição Climática e Transição Digital, participaram em eventos/conferências, a convite de associações empresariais, consultoras, universidades, beneficiários, entre outros. Estes eventos, que ajudam a perceberem de forma correta o PRR, mereceram um registo muito positivo nos media nacionais e regionais.

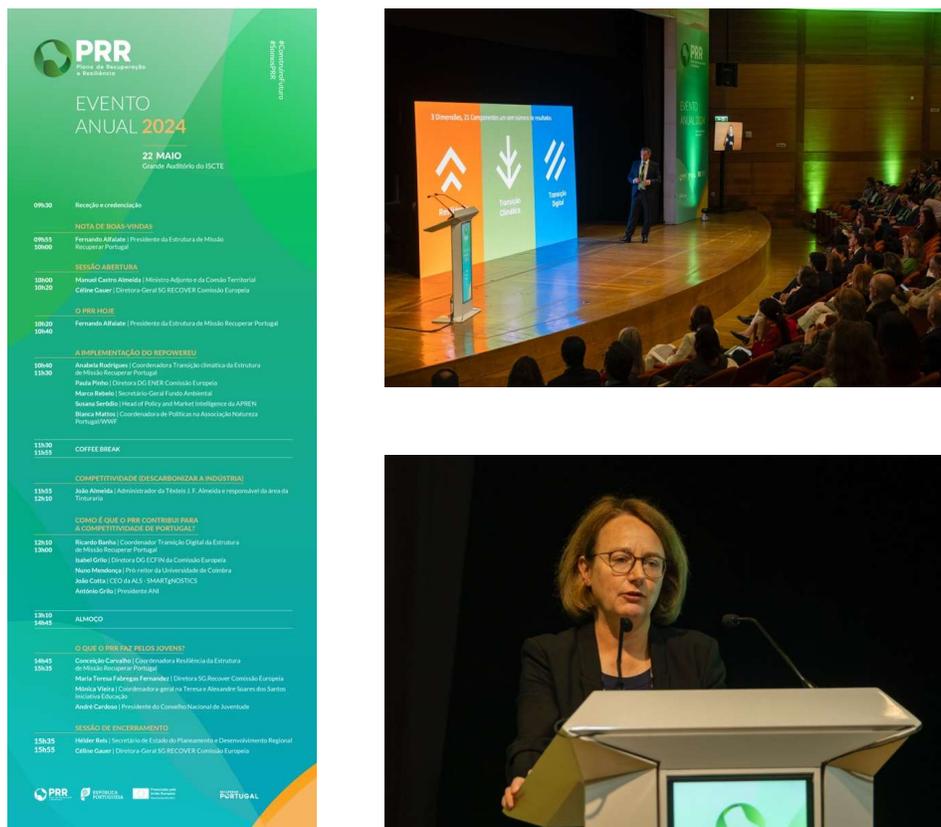
A esfera governativa continuou a assumir um papel de grande relevo na comunicação do PRR, com a presença das diferentes tutelas em iniciativas ligadas a este mecanismo.

Foram ainda desenvolvidas 5 ações de Capacitação para Beneficiários pela Estrutura de Missão Recuperar Portugal:

- a) Ética e Integridade II (online)
- b) Ação de Capacitação “Elegibilidade IVA” (online)
- c) Mecanismo Nacional Anticorrupção – Sessão Pedagógica e partilha de boas práticas nos Fundos Europeus (híbrida – presencial e transmitida online)
- d) 2 ações de capacitação “SIGA BF” (online)

O Evento Anual, que novamente deu a conhecer os resultados do PRR, apresentando ainda debates com os temas mais prementes do plano e indicações de futuro, teve lugar no ISCTE, um beneficiário do PRR.

Figura 17: Programa do evento anual do PRR



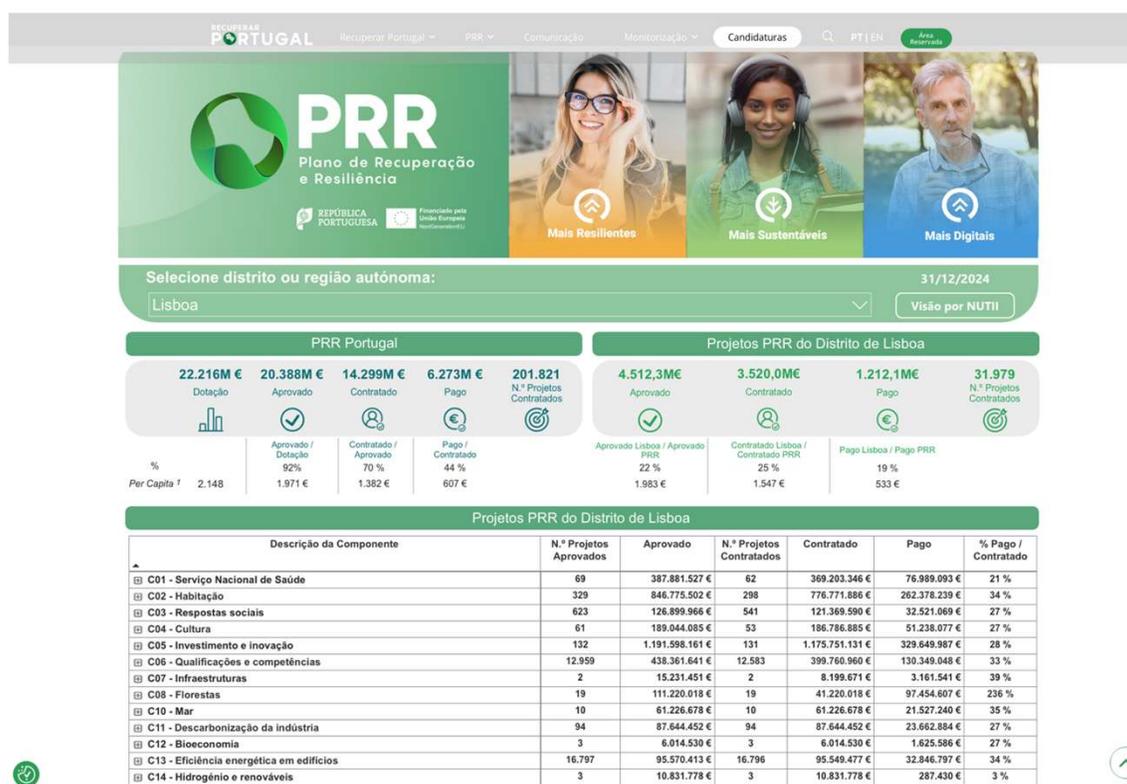
4.3 Informação e Comunicação

PRR Por Regiões

Ainda no fim de 2024, foi lançada a nova página no site “PRR por regiões”, tendo em consideração a política de enorme transparência, que o PRR segue deste o primeiro momento, seja com a apresentação de resultados e projetos no site e redes sociais, ou com a divulgação dos projetos no Portal da Transparência.

Nesta nova área do site, é possível consultar os investimentos PRR de Norte a Sul do país e ilhas, selecionando, NUT II ou os distritos de Portugal e conseguindo chegar ao pormenor dos concelhos. Pode ainda verificar-se a implementação de cada componente, investimento e projeto tanto de âmbito nacional como regional.

Figura 18: Nova página “PRR por regiões”



Competindo à Estrutura de Missão Recuperar Portugal, a divulgação, de 3 em 3 meses, das “candidaturas aprovadas no âmbito dos investimentos do PRR (...), em suporte de papel e/ou eletrónico, num dos dois jornais locais ou regionais de maior circulação do concelho ou dos concelhos onde esse investimento é executado, bem como num jornal de circulação nacional.”, nos termos legalmente estabelecidos no n.º 8 do artigo 11º do Decreto-Lei n.º 29-B/2021, de 4 de maio, na redação conferida pelo Decreto-lei n.º 55/2024, de 9 de setembro.

4.3 Informação e Comunicação

Começaram a ser publicadas **as referidas divulgações nos seguintes Órgãos de Comunicação Social** dos distritos indicados:

- Açores – Açoriano Oriental
- Aveiro – As Beiras
- Beja – Diário do Alentejo
- Braga – Diário do Minho
- Bragança – Mensageiro de Bragança
- Castelo-Branco – Reconquista
- Coimbra – Diário de Coimbra
- Évora – Diário do Sul
- Faro – Jornal do Algarve
- Guarda – O interior
- Leiria – Região de Leiria
- Lisboa – Badaladas + Correio da Linha
- Portalegre – Alto Alentejo
- Porto – Jornal de Matosinhos + o Gaiense + Mais Semanário
- Santarém – O Mirante
- Setúbal – Semmais
- Viana do Castelo – Correio do Minho
- Vila Real – A voz de Trás-os-Montes
- Viseu – Diário de Viseu

Adicionalmente, a divulgação dos projetos de âmbito nacional começou a ser publicada no jornal Correio da Manhã.

4.3 Informação e Comunicação

A página “PRR por regiões”, acima descrita, fará perdurar a informação publicada no tempo, já que os dados são atualizados semanalmente. Esta página, que está no menu “Monitorização” do site, também pode ser acessada, diretamente, através de QR Code que incluímos nas páginas publicadas nos órgãos de comunicação social.

Figura 19: Página “PRR por regiões”



4.4 Capacitação

4.4 Capacitação

Para responder às necessidades de formação dos trabalhadores da EMRP e dos beneficiários intermediários, diretos e finais do PRR, a Estrutura de Missão Recuperar Portugal, criou a Academia PRR, no final de 2022.

Esta Academia tem como missão reforçar as competências técnicas dos beneficiários, oferecendo formação multidisciplinar, ajudando a executar este fundo de forma mais eficiente.

Com efeito, em 2024, no âmbito da Academia PRR, realizaram-se 16 ações de capacitação, fortalecendo o conhecimento em várias áreas temáticas relevantes para o PRR.

Tabela 2: Ações de capacitação ministradas em 2024

NOME DAS AÇÕES	Nº DE PARTICIPANTES
Gestão do risco de fraude	51
Sistemas de informação do PRR	49
Introdução à gestão do risco de fraude no PRR	34
English for the office	26
Excel - Folha de cálculo - Análise e gestão de dados (1 a 4) (*Plataforma NAU)	72
1. Desenho e Estruturação de Base de Dados em Folha de Cálculo (Excel)	18
2. Gestão Avançada de Base de Dados em Folha de Cálculo (Excel)	17
3. Tabelas Dinâmicas em Folha de Cálculo (Excel)	18
4. Apoio à Tomada de Decisão em Folha de Cálculo (Excel)	19
Power BI - Elaboração de dashboards para análise do estado da implementação financeira do PRR	81
Cibersegurança	98
Data Science (1 a 3) (*Plataforma NAU)	28
1. Conceitos Introdutórios	10
2. Competências e Ferramentas do Data Scientist	11
3. Transformação de Dados em Conhecimento	7
Contratação pública	23
Acrobat - Formulários, segurança e assinaturas digitais	34
Power BI - Primeiros passos	59
PowerPoint - Criação de apresentações com qualidade	46
Ação de Capacitação Elegibilidade IVA	390
Ação de Capacitação SIGA - BF	240
Ação de Capacitação Ética e Integridade III	452
Mecanismo Nacional Anticorrupção	368
TOTAL	2051

4.5 Controlo e Auditoria

4.5 Controlo e Auditoria

O Sistema de Gestão e Controlo Interno do PRR

O **Sistema de Gestão e Controlo Interno** (SGCI) do PRR está suportado em modelos adequados de monitorização e informação, que previne e deteta irregularidades e que permite a adoção de medidas corretivas oportunas e adequadas.

O SGCI do PRR garante a verificação da realização física e financeira de todas as reformas e investimentos contratualizados, durante todo o seu ciclo de vida, permitindo prevenir, detetar e reportar situações de irregularidades e fraude, bem como a adoção de medidas corretivas, assegurando, designadamente, a prevenção de fraude, corrupção, conflitos de interesses e duplo financiamento, incluindo, igualmente, um mecanismo de recuperação de montantes indevidamente pagos ou utilizados de forma incorreta.

O Sistema de Controlo Interno (SCI) da Recuperar Portugal, observando as exigências regulamentares e as melhores práticas (COSO, designado por Internal Control - Integrated Framework), assenta em cinco componentes:

Tabela 3: Estrutura Integrada de Controlo Interno - Especificação das componentes

Ambiente de Controlo	Demonstra compromisso com integridade, valores éticos e competência	Exerce responsabilidade de supervisão	Estabelece estrutura, autoridade e responsabilidade
Gestão de Riscos	Especifica objetivos relevantes	Identifica e avalia riscos e alterações significativos	Avalia risco de fraude
Atividades de Controlo	Seleciona e desenvolve atividades de controlo	Seleciona e desenvolve controlos gerais sobre a tecnologia	Desenvolver políticas e procedimentos
Informação e Comunicação	Gera informação relevante	Comunicação interna e externamente	
Monitorização	Conduz avaliações contínuas e separadas	Avalia e comunica deficiências	

4.5 Controlo e Auditoria

Na Recuperar Portugal, a responsabilidade pela implementação do SGCI é da Equipa Segregada de Controlo Interno (ESCI), a qual definiu um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos de trabalho a serem utilizados e observados pelos colaboradores da Recuperar Portugal no exercício das suas funções, e que têm por base a legislação comunitária e nacional aplicável, os documentos de boas práticas produzidos pela Comissão Europeia (CE), e o conjunto de procedimentos e instrumentos que foram sendo adotados ao longo dos períodos de programação dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI), numa perspetiva de boas práticas e ajustados às regras específicas aplicáveis ao PRR.

Neste sentido, encontram-se divulgados e disponíveis no [website](#) da Recuperar Portugal os instrumentos e medidas de controlo que espelham a cultura de transparência das atividades, processos, procedimentos e métodos de trabalho da estrutura de missão, de modo a cumprir a missão que lhe está atribuída, com destaque para as orientações técnicas aprovadas pela EMRP e destinadas aos beneficiários do PRR, disponíveis no aludido [website](#).

4.5 Controlo e Auditoria

A cronologia da atualização dos instrumentos e medidas do SGCI do PRR, decorrentes da implementação de recomendações de entidades de auditoria e controlo externas e da própria iniciativa da Recuperar Portugal, prossegue uma política de melhoria contínua desses instrumentos e medidas, tendo sempre por foco a proteção dos interesses financeiros da União e de Portugal, encontrando-se espelhado na seguinte figura:

Figura 20: Cronologia de atualização dos instrumentos do SCI



4.5 Controlo e Auditoria

Principais realizações da ESCI

Sumário das Auditorias dos 5.º e 6.º Pedidos de Desembolso

No âmbito do processo dos 5.º e 6.º Pedidos de Desembolso apresentados à Comissão Europeia, cujas declarações de gestão relativas às subvenções e aos empréstimos foram subscritas pelo presidente da Recuperar Portugal, a ESCI procedeu à elaboração do documento denominado Sumário das Auditorias, que sintetiza as auditorias e os controlos realizados, transmitindo uma visão global sobre os impactos das suas conclusões nos marcos e metas dos investimentos e das reformas do PRR e das medidas necessárias a implementar para mitigar áreas de risco, e identificar as medidas corretivas a adotar.

Ações de controlo (72) dos Marcos e Metas dos 5.º e 6.º Pedidos de Desembolso

A ESCI realizou ações de controlo do cumprimento dos requisitos do Mecanismo de Verificação que abrangeram 100% dos 72 Marcos e Metas dos 5.º e 6.º Pedidos de Desembolso apresentados à Comissão Europeia no ano de 2024, de acordo com o Plano de Ações de Controlo da «Recuperar Portugal», envolvendo um total de 72 verificações administrativas e 18 verificações no local.

Também, neste âmbito, foram realizadas 86 ações de controlo específicas dissociadas do Mecanismo de Verificação dos marcos e metas, tendo por objeto o controlo da conformidade dos procedimentos de contratação pública (31 verificações), da conformidade da publicidade aos projetos financiados pelo PRR (41 verificações) com as regras europeias (visibilidade, notoriedade, reconhecimento) e a mitigação do risco de conflito de interesses (14 verificações), com o seguinte detalhe:

Tabela 4: Ações de Controlo no âmbito dos 5.º e 6.º Pedidos de Desembolso

5.º Pedido de Desembolso								
Investimentos	Reformas	Marcos	Metas	Verificações do Mecanismo de Verificação		Controlos dissociados do Mecanismo de Verificação		
				Administrativas	No Local	Contratos Públicos	Conflito de Interesses	Regras de Publicidade a Apoios PRR
29	13	27	15	42	12	24	7	24
6.º Pedido de Desembolso								
Investimentos	Reformas	Marcos	Metas	Verificações do Mecanismo de Verificação		Controlos dissociados do Mecanismo de Verificação		
				Administrativas	No Local	Contratos Públicos	Conflito de Interesses	Regras de Publicidade a Apoios PRR
21	9	22	8	30	6	7	7	17

4.5 Controlo e Auditoria

No âmbito da emissão de parecer prévio à apresentação dos pedidos de desembolso, a CAC considera os resultados das ações de controlo dos marcos e metas que integram esses pedidos, realizadas pela ESCI, cujos processos se encontram registados no SIPRR-SGI. O resultado dessas ações de controlo são sujeitos a análise da equipa de auditoria da IGF-AA que para esse efeito presta apoio técnico à CAC.

Ações de controlo realizadas sob contrato por ROC/SROC

A EMRP celebrou 10 contratos com ROC e SROC para prestarem serviços especializados na área de responsabilidade da ESCI visando a realização de ações de controlo específico (a concluir em 2025) tendo por objeto as seguintes temáticas: Sistema de Gestão de Controlo Interno, Avisos de Abertura de Concursos, Contratos Públicos, Conluio em Contratação Pública, Conflito de Interesses e Duplo Financiamento, abrangendo um universo de 17 beneficiários do PRR e 24 subinvestimentos previstos no PRR que a EMRP contratualizou com os mesmos.

Cumprimento dos Marcos 22.1 e 22.2 de Controlo e Auditoria

No âmbito da 1.ª Reprogramação do PRR, a Comissão Europeia incluiu uma nova reforma – a C22-r49, integrando dois Marcos específicos de controlo e auditoria (super marcos):

- Marco 22.1 Alteração dos contratos de financiamento entre a EMRP e os organismos de execução para incluir a obrigação de realizar uma avaliação do risco de fraude;
- Marco 22.2 Introdução de controlos cruzados em matéria de duplo financiamento.

A Comissão Europeia determinou que Portugal deveria assegurar o cumprimento destes super marcos, de acordo com os respetivos Mecanismos de Verificação, no decorrer dos procedimentos de avaliação do cumprimento dos marcos e metas dos 3.º e 4.º Pedidos de Desembolso, o que sucedeu, tendo Portugal garantido o cumprimento dos referidos dois super marcos, possibilitando o sucesso desses referidos Pedidos de Desembolso.

No âmbito destes marcos de controlo e auditoria, no decurso de 2024, a ESCI:

- Concluiu 68 ações de controlo específico ao cumprimento pelos beneficiários PRR da obrigação contratual de realizar uma Avaliação do Risco de Fraude decorrente do “Marco 22.1 Alteração dos contratos de financiamento entre a EMRP e os organismos de execução para incluir a obrigação de realizar uma avaliação do risco de fraude” (ações concluídas);

No universo de 79 beneficiários diretos e intermediários do PRR, 74 beneficiários apresentaram a Avaliação do Risco de Fraude, 3 beneficiários têm o prazo a decorrer para a apresentação da avaliação, e 2 beneficiários não apresentaram no prazo a avaliação;

4.5 Controlo e Auditoria

- Orientou a execução por diversos beneficiários do PRR de controlos adicionais, por indicação da equipa da auditoria da DG ECFIN (COM), no quadro da sua monitorização do cumprimento do Marco 22.2, o qual determina a execução de controlos de prevenção e mitigação do risco de duplo financiamento numa dimensão de controlos cruzados (cross-checks) com recurso a fontes de dados confiáveis;

A aludida execução teve por enquadramento a Orientação Técnica n.º 11/2023, revista em outubro de 2024, que atualizou e reforçou os procedimentos de controlo cruzado (cross-checks) e a utilização de bases dados confiáveis e centralizadas e estabeleceu como suporte a aplicação informática “FinDup”, disponibilizada pela EMRP no respetivo SI-PRR.

Adicionalmente, durante 2024, foram desenvolvidas ainda outras Ações de controlo:

- Concluiu 55 ações de controlo de follow-up de investimentos abrangidos pelas 4.ª, 5.ª e 6.ª Análises Sistemáticas desencadeadas pela Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P. de prevenção, mitigação e avaliação do risco de duplo financiamento;
- Deu início a 1 ação de controlo específico junto de beneficiários Intermediários, no âmbito da prevenção e mitigação do risco de duplo financiamento, em conformidade com o Marco 22.2, decorrente de orientação da COM emitida no decurso da análise preliminar do 5.º pedido de pagamento;
- Apuramento dos Beneficiários diretos e intermediários do PRR que comunicaram ao Ministério Público junto do DCIAP denúncias, queixas ou participações no âmbito do PRR, das quais foram destinatários, que refiram factos concretos indiciadores da prática de ilícito de matriz criminal (de realização quadrimestral).

Atualização do Manual de Procedimentos

O Manual de Procedimentos do PRR foi atualizado em 2024, com o objetivo de contemplar o novo modelo de governação instituído para garantir o princípio da segregação de funções por áreas de responsabilidade/atividades no que especificamente concerne às equipas de missão.

A sua atualização abrangeu ainda os investimentos do PRR, para incluir a Componente 21 - REPowerEU, criada por força da aprovação da reprogramação do PRR português, e o capítulo relativo aos Sistemas de Informação de Apoio à Gestão.

4.5 Controlo e Auditoria

Assegurar uma maior robustez e eficácia do SGCI do PRR

Ao abrigo do contrato de financiamento celebrado com a EMRP, é exigido aos beneficiários que adotem um Sistema de Gestão de Controlo Interno (SGCI) eficaz que assegure a regular execução do investimento contratado, e que previna, detete e corrija irregularidades.

A ESCI deu continuidade aos trabalhos de robustecimento e de melhoria da eficácia do SGCI do PRR – do qual fazem parte os SGCI dos beneficiários diretos e intermediários do PRR.

As ações de controlo específico que estão a ser realizadas pelos ROC/SROC abrangem a verificação do SGCI de 16 beneficiários do PRR.

A utilização da ferramenta ARACHNE por 59 Beneficiários do PRR

A ARACHNE é uma ferramenta informática criada pela Comissão Europeia que ajuda a identificar riscos de fraude e conflito de interesses com fundos europeus, com emissão de alertas de riscos para permitir melhor suportar as verificações da gestão, mas não fornece qualquer prova de erro, irregularidade ou fraude. A ferramenta identifica, com base num conjunto de indicadores de risco, os projetos, os beneficiários, os contratos e os contratantes suscetíveis de acarretar riscos de fraude, conflito de interesses e irregularidades, ainda que não avalie a conduta individual específica dos beneficiários dos fundos. A ARACHNE reforça a identificação, a prevenção e a deteção de fraudes.

A ARACHNE permite a exploração de dados e a pontuação do risco de fraude e conflitos de interesses, complementando, sem substituir, outras verificações e controlos, quer de natureza ex ante, quer de natureza ex post, combinando com outros instrumentos de mitigação do risco, designadamente, aqueles que revestem natureza obrigatória, tal como sucede, inter alia, com as declarações de inexistência de conflito de interesses.

A utilização da ARACHNE constitui uma boa prática prevista e incentivada pela Comissão Europeia, em especial para a implementação e funcionamento de um robusto e eficaz sistema de controlo interno do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR).

Na Recuperar Portugal, a utilização da ARACHNE compete à ESCI, e desde 2022 que todos os seus elementos se encontram registados na mesma.

A adesão a esta ferramenta não é obrigatória, mas a referência persistente nas ações de controlo e de auditoria à importância da utilização da ferramenta ARACHNE para robustecer o SGCI dos Beneficiários diretos e intermediários do PRR, teve como resultado que, no final de 2024, cerca de 75% dos beneficiários Diretos e Intermediários do PRR (59 beneficiários) já tivessem aderido à ARACHNE, encontrando-se designados 188 utilizadores, todos ativos (além de 16 utilizadores da EMRP).

4.5 Controlo e Auditoria

Orientações Técnicas destinadas aos Beneficiários do PRR

No decurso do ano de 2024, foi aprovada a atualização da Orientação Técnica. ° 11/2023, relativa à mitigação do risco de duplo financiamento – Beneficiários PRR. A sua atualização teve como objeto os procedimentos de mitigação do risco de duplo financiamento, designadamente, quanto a procedimentos de controlo cruzado (*cross-checks*) e utilização de bases dados confiáveis e centralizadas, no seguimento da alteração do modelo governação do PRR, através do Decreto-Lei n.º 55/2024, de 9 de setembro.

Neste contexto, considere-se que o ecossistema implementado no PRR, para mitigação do risco de duplo financiamento, está atualmente ainda mais reforçado e consolidado em resultado da introdução das seguintes medidas e instrumentos, considerando que:

- A atualização do modelo de governação do PRR aprovado pelo Decreto-lei 29-B/2021, de 4 de maio, através do Decreto-Lei n.º 55/2024, de 9 de setembro, nomeadamente pelo disposto no número 7, do artigo 12.º que concretiza e evidencia que “A estrutura de missão ‘Recuperar Portugal’ disponibiliza aos beneficiários intermediários no Sistema de Informação do PRR os dados transmitidos por outras entidades coordenadoras e gestoras de fundos europeus, permitindo o cruzamento e análise de dados, tendo em vista mitigar o risco de duplo financiamento nas operações que se encontrem em fase de decisão de aprovação ou de execução.”, o que só é possível pelo nível de operacionalidade da transmissão de dados entre as distintas entidades celebrantes do memorando e dos protocolos, assegurada nos termos anteriormente referidos;
- A atualização da Orientação Técnica n.º 11/2023, de 18 de outubro (versão 2.0), comunicada pela EMRP, aos beneficiários em 18 de outubro, que entrou em vigor em 21 de outubro, que procede à atualização de procedimentos de mitigação do risco de duplo financiamento, designadamente quanto a procedimentos de controlo cruzado (*cross-checks*) e utilização de bases dados confiáveis e centralizadas no seguimento da alteração indicada no ponto anterior. Através desta OT aprovam-se e promovem-se procedimentos que reforçam a capacidade de análise e de verificação por parte dos beneficiários nas principais questões associadas:
 - À relevância dos procedimentos de verificação e dos instrumentos de prevenção e mitigação do risco de duplo financiamento, com reforço dos procedimentos na dimensão da análise sistemática e do controlo cruzado (*cross-checks*), tendo como suporte a aplicação informática “FinDup”, disponibilizada pela EMRP no respetivo SI-PRR;
 - À disponibilização de dados confiáveis transmitidos por outras entidades coordenadoras e gestoras de fundos europeus, permitindo o cruzamento e análise de dados, tendo em vista mitigar o risco de duplo financiamento nas operações que se encontrem em fase de decisão de aprovação ou de execução, operacionalizado através da aplicação informática “FinDup”;

4.5 Controlo e Auditoria

- À recolha de evidências adicionais através da consulta à ferramenta de *data-mining* ARACHNE, bem como o resultado da consulta a outras fontes de dados confiáveis, como por exemplo a *Kohesio database* ou a *Financial Transparency System (FTS)* e, se necessário, a solicitação de informações adicionais, documentando-se sempre essas ações de mitigação do risco de duplo financiamento com a adequada evidência (pista de auditoria) da efetiva consulta a essas bases de dados confiáveis, identificando de forma clara e concreta qual o nível de risco atribuído em resultado dessa consulta e, sempre que justificado em razão de ocorrência de riscos elevados, as pertinentes medidas de mitigação a implementar.
- A entrada em produção, disponibilização e utilização da aplicação “**FinDup**”, pelos beneficiários do PRR, concretiza e materializa a interoperabilidade entre bases de dados confiáveis permitindo efetuar, com recurso à transmissão de dados confiáveis entre as entidades protocoladas, os procedimentos de verificação ex-ante, na dimensão da análise sistemática e do controlo cruzado (cross-checks), aquando da análise das candidaturas do PRR, respetiva aprovação e contratualização e ainda os procedimentos de verificação específicos para efeitos de acompanhamento e controlo, com vista a reduzir o risco de duplo financiamento nas operações do PRR.
- O detalhe sobre as funcionalidades e sobre os níveis de informação consultados e recolhidos, que constituem a pista de auditoria associada às verificações efetuadas pelos diversos intervenientes, constam da nova versão da OT n.º 11/2023, de 18 de outubro e do respetivo anexo.

As orientações técnicas encontram-se divulgadas no [website](#) da Estrutura de Missão, com exceção daquela que respeita à ferramenta ARACHNE, unicamente disponibilizada aos beneficiários do PRR que a utilizam, na sequência da sua adesão à mesma.

4.5 Controlo e Auditoria

Acompanhamento de auditorias externas ao PRR

Compete à ESCI assegurar o acompanhamento das auditorias externas ao PRR, envolvendo a sua preparação (designadamente, a obtenção sistematizada de documentação e informação) junto dos beneficiários do PRR auditados e de outras entidades (nas auditorias do Tribunal de Contas Europeu e do Tribunal de Contas português) e a sua participação no trabalho de campo (em reuniões e verificações no local), e ainda o seu envolvimento no procedimento do contraditório exercido pelos beneficiários do PRR e na implementação das recomendações que lhes são dirigidas. Em algumas das auditorias externas, a EMRP é igualmente entidade auditada.

Em 2024, a ESCI acompanhou 26 auditorias externas, sendo que a natureza da sua intervenção dependeu da fase em que as mesmas se encontravam.

As auditorias ao PRR são realizadas por entidades controlo e auditoria, europeias (Tribunal de Contas Europeu e Comissão Europeia) e nacionais (Tribunal de Contas, Comissão de Auditoria e Controlo do PRR e Inspeção-Geral de Finanças-Autoridade de Auditoria).

Participação no Think Tank

<https://thinktank-fundosue.ministeriopublico.pt/>

RECUPERAR
PORTUGAL

Panorama geral



5.1 Progresso Global 2024

5.1 Progresso geral a 31 de dezembro de 2024

Figura 21: Progresso geral a 31 de dezembro de 2024



Dados a 31 de dezembro de 2024

5.2 Marcos e Metas 2024

5.2 Marcos e Metas 2024

O PRR é um mecanismo baseado nos resultados alcançados e a sua execução é medida pela Comissão Europeia com base em indicadores de performance, traduzidos em Marcos e Metas contratualizados com a União Europeia. A Decisão de Execução do Conselho Europeu, que aprovou o PRR, estabelece no seu anexo 463 Marcos e Metas para comprovar a execução dos fundos atribuídos. A comprovação do cumprimento dos Marcos e Metas é concretizada na sequência da submissão de Pedidos de Pagamento.

Durante o ano de 2024, a Estrutura de Missão Recuperar Portugal, em representação do Estado Português, apresentou à Comissão Europeia, em 11 de junho de 2024, as evidências necessárias para a comprovação do montante que havia ficado suspenso do 3.º e 4º Pedidos de Pagamento. Apresentou também dois Pedidos de Pagamento, juntamente com as evidências documentais legalmente exigidas para demonstrar o cumprimento de 72 Marcos e Metas previstos para o respetivo período de implementação.

- 5.º Pedido de Pagamento (3 de julho de 2024): 27 Marcos e 15 Metas, dos quais 29 referentes a Investimentos e 13 referentes a Reformas;
- 6.º Pedido de Pagamento (14 de novembro de 2024): 22 Marcos e 8 Metas, dos quais 21 referentes a Investimentos e 9 referentes a Reformas.

Todos os Marcos e Metas relativos ao 5.º pedido de pagamento feito por Portugal foram avaliados como cumpridos de forma satisfatória, com base na Avaliação Preliminar adotada pela Comissão em 26 de novembro de 2024, e posterior parecer favorável do Comité Económico e Financeiro do Conselho sobre o pedido de pagamento que abriu caminho à adoção, pela Comissão, de uma decisão final sobre o desembolso dos fundos, evidenciando assim um progresso notável na implementação do Plano de Recuperação e Resiliência de Portugal.

5.2 Marcos e Metas 2024

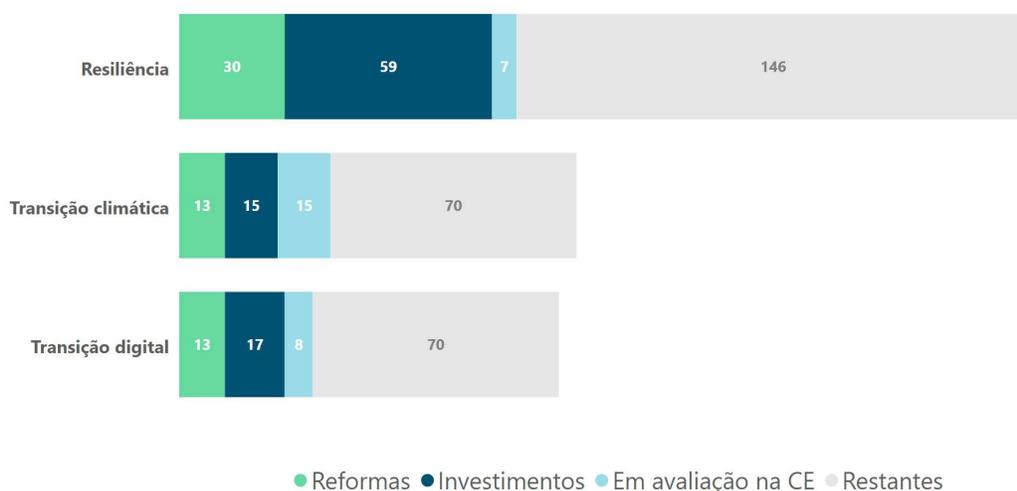
Portugal tem agora 32% dos Marcos e Metas cumpridos e cinco Pedidos de Pagamento validados.

A totalidade dos Marcos e Metas bem como os Marcos e Metas por componente encontram-se listados em anexo (Anexo III).

Figura 22: Cumprimento Global de Marcos e Metas a 31.12.2024



Figura 23: Cumprimento de Marcos e Metas, por dimensão a 31.12.2024



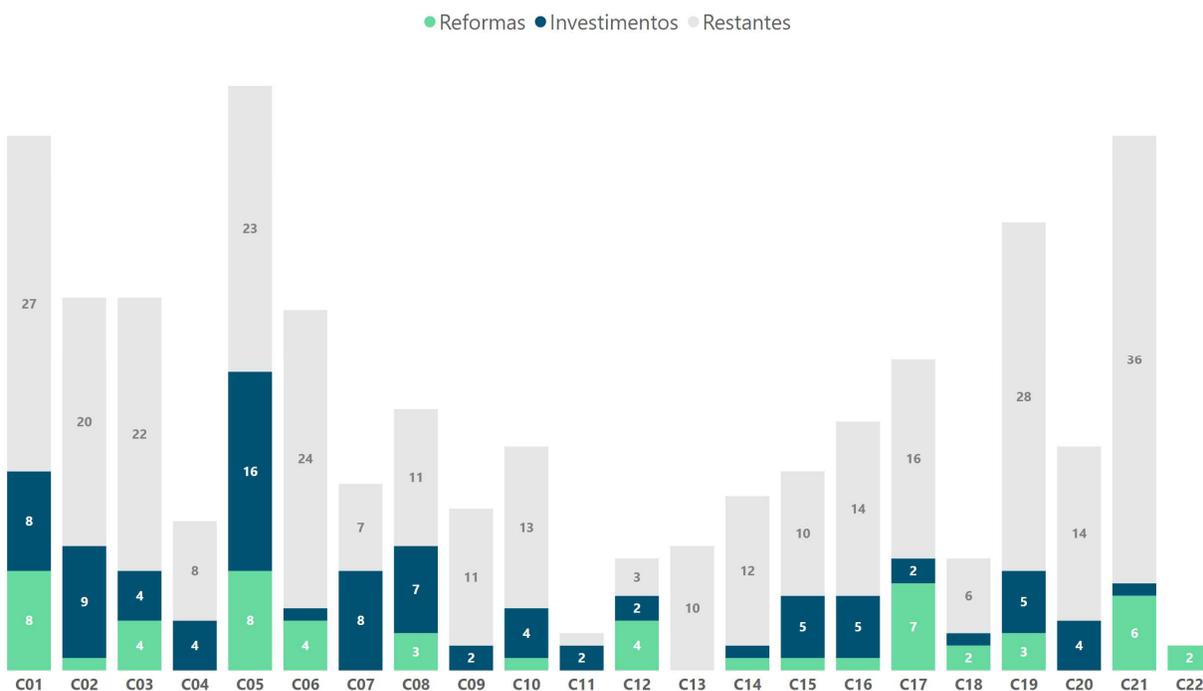
5.2 Marcos e Metas 2024

No que respeita às Dimensões Estruturantes, os Marcos e Metas cujo cumprimento se encontra demonstrado distribuem-se da seguinte forma:

- Resiliência: 89 Marcos e Metas, dos quais 59 relativos a investimentos e 30 relativos a reformas;
- Transição Climática: 28 Marcos e Metas, dos quais 15 relativos a investimentos e 13 relativos a reformas;
- Transição Digital: 30 Marcos e Metas, dos quais 17 relativos a investimentos e 13 relativos a reformas.

A figura seguinte mostra a distribuição por componente dos Marcos e Metas cujo cumprimento foi demonstrado até 31 de dezembro de 2024.

Figura 24: Distribuição por componente dos Marcos e Metas a 31.12.2024



5.3 Implementação Financeira 2024

5.3 Implementação Financeira 2024

Indicadores de Implementação Financeira

Em 2023, foi submetida e aprovada a reprogramação do PRR, passando este a ter uma dotação de 22.216 milhões de euros.

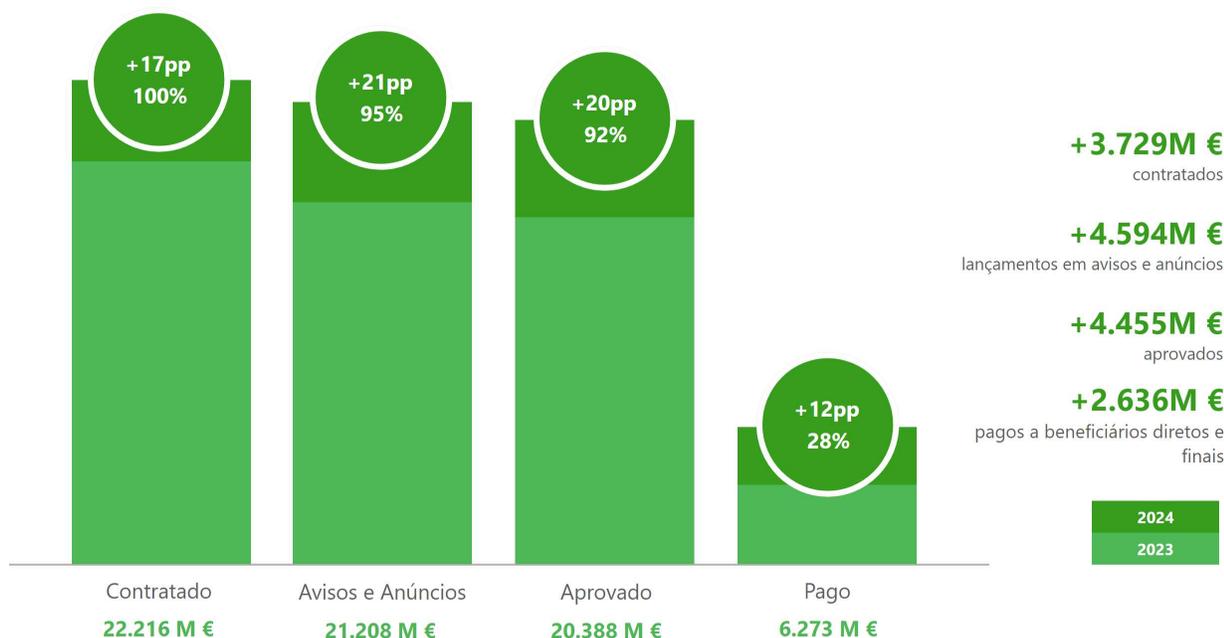
Durante o ano de 2024, foram lançados 4.594 milhões de euros em Avisos e Anúncios. Durante o ano foram também aprovados 4.455 milhões de euros e pagos 2.636 milhões de euros a Beneficiários Diretos e Finais.

Desta forma, até 31 de dezembro de 2024, tinham sido lançados Avisos de Abertura de Candidaturas no total de 17.255 milhões de euros (78% da dotação do PRR) e Procedimentos de Contratação Pública no total de 3.954 milhões de euros (18% da dotação do PRR). O montante lançado em Avisos e Anúncios ascendia no final do ano a 21.208 milhões de euros, correspondendo a 95% da dotação do PRR e representando um aumento de 21 pontos percentuais face a 2023 (esta variação é calculada tendo por base a dotação do PRR).

Já o montante de projetos aprovados a Beneficiários Diretos e Finais que totalizava, no final de 2024, 20.388 milhões de euros (92% da dotação do PRR), representa um aumento de 20 pontos percentuais face a 2023.

Os montantes pagos a Beneficiários Diretos e Finais ascendiam a 6.273 milhões de euros, o correspondente a 28% da dotação do PRR, e representando um aumento de 12 pontos percentuais face ao final do ano de 2023.

Figura 25: Evolução da Implementação Financeira em 2024



Os valores percentuais bem como as respetivas variações em pontos percentuais foram calculados tendo por base a dotação do PRR de 22.216 M € e estão arredondados à unidade.

5.3 Implementação Financeira 2024

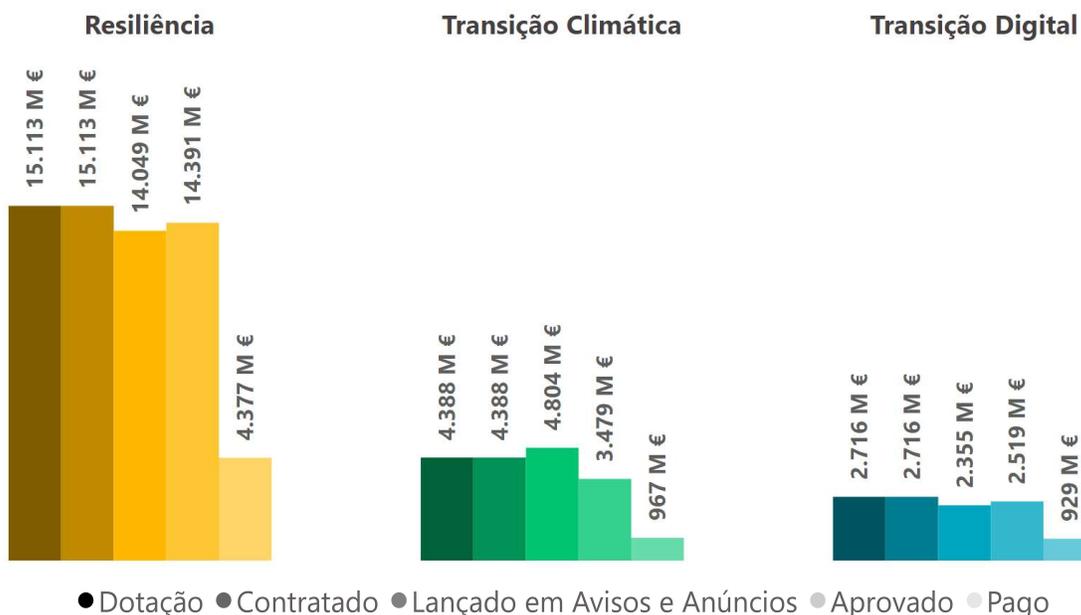
A 31 de dezembro de 2024, as três dimensões estruturantes do PRR - Resiliência, Transição Climática e Transição Digital - encontravam-se com os níveis de implementação financeira representados na figura 2.

Na dimensão Resiliência tinham sido lançados 14.049 milhões de euros em Avisos e Anúncios (93% da dotação da dimensão estruturante). O montante aprovado ascendia a 14.391 milhões de euros (95% da dotação da dimensão estruturante) e o montante pago a Beneficiários Diretos e Finais ascendia a 4.377 milhões de euros (29% da dotação da dimensão estruturante).

Na dimensão Transição Climática, o montante lançado em Avisos e Anúncios atingiu os 4.804 milhões de euros no final do ano (109% da dotação da dimensão estruturante). O montante aprovado a Beneficiários Diretos e Finais ascendia a 3.479 milhões de euros (79% da dotação da dimensão estruturante), e o montante pago aos mesmos atingiu os 967 milhões de euros (22% da dotação da dimensão estruturante).

Na dimensão Transição Digital, foram lançados até ao final do ano 2.355 milhões de euros (87% da dotação da dimensão estruturante), tendo sido aprovados 2.519 milhões de euros (93% da dotação da dimensão estruturante) e pagos a Beneficiários Diretos e Finais 929 milhões de euros (34% da dotação da dimensão estruturante).

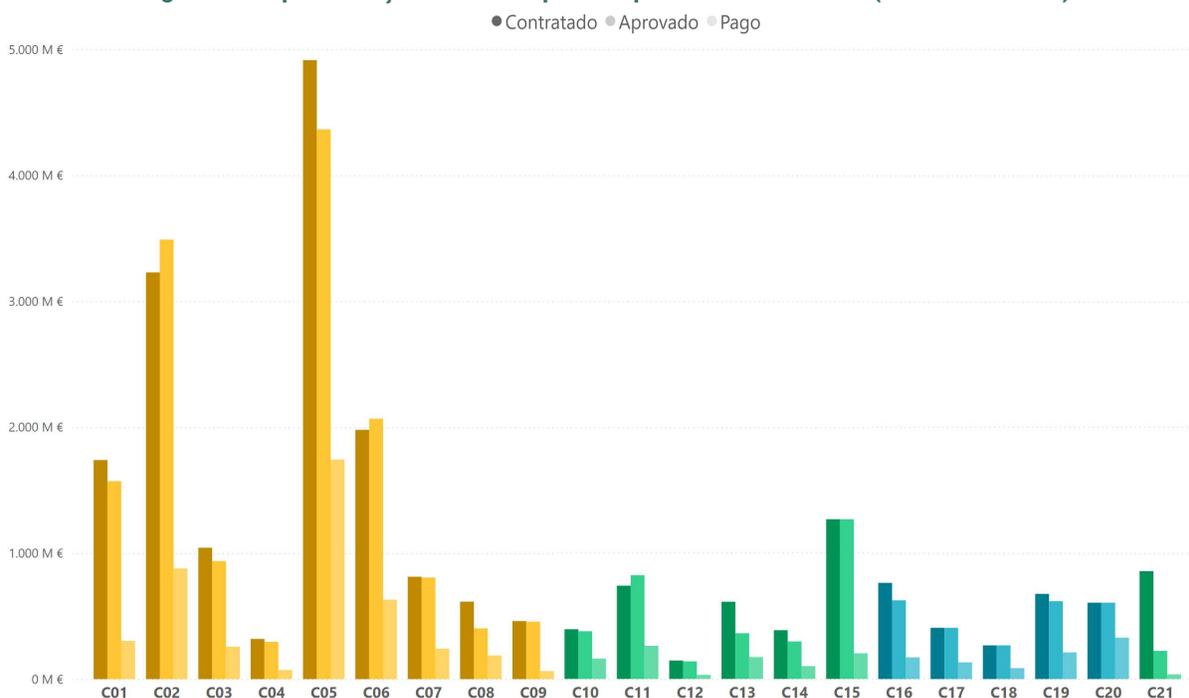
Figura 26: Implementação Financeira por Dimensão Estruturante a 31.12.2024 (milhões de euros)



5.3 Implementação Financeira 2024

A figura 3 mostra os montantes contratados entre a EMRP e os Beneficiários Diretos e Intermediários, e os montantes aprovados e pagos a Beneficiários Diretos e Finais, em cada uma das 21 componentes do PRR, a 31 de dezembro de 2024.

Figura 27: Implementação Financeira por Componente a 31.12.2024 (milhões de euros)



A tabela 5 apresenta a divisão previsional por tipo de Beneficiário Direto e Final da dotação lançada em avisos e procedimentos de contratação pública. Apresenta também os respetivos montantes aprovados e pagos por tipo de Beneficiário Direto ou Final.

Tabela 5: Implementação Financeira por tipologia de Beneficiário a 31.12.2024

TIPO DE BENEFICIÁRIO	Concursos Públicos	Avisos		Beneficiários Diretos e Finais		
	LANÇADOS (€) ¹	DOTAÇÃO (€) ²	CANDIDATURAS SUBMETIDAS	CANDIDATURAS APROVADAS	APROVADO (M€)	PAGO (M€)
Famílias		1.762 M €	269.760	152.483	241 M €	198 M €
Instituições da Economia Solidária e Social		1.229 M €	8.310	5.142	559 M €	181 M €
Empresas		5.674 M €	57.720	41.133	5.819 M €	2.216 M €
Instituições do Sistema Científico e Tecnológico		741 M €	1.023	279	405 M €	141 M €
Instituições de Ensino Superior		953 M €	2.532	350	804 M €	252 M €
Escolas	343 M €	590 M €	1.775	1.181	1.026 M €	448 M €
Autarquias e Áreas Metropolitanas	83 M €	1.927 M €	6.592	4.001	3.808 M €	754 M €
Entidades Públicas	1.425 M €	2.856 M €	2.101	1.635	4.835 M €	1.431 M €
Empresas Públicas	2.102 M €	1.522 M €	310	257	2.891 M €	650 M €
Total	3.954 M €	17.255 M €	350.123	206.461	20.388 M €	6.273 M €

¹ Procedimentos de Contratação Pública lançados por Beneficiários Diretos.

² Dotação sujeita a alterações no âmbito da contratação em curso entre a Recuperar Portugal e os Beneficiários Intermediários e Diretos.

5.3 Implementação Financeira 2024

A distribuição dos valores aprovados e pagos a Beneficiários Diretos e a Beneficiários Finais, em cada uma das regiões NUTS III de Portugal e nos projetos de cobertura nacional, é apresentada na tabela 6, bem como a sua distribuição relativa por habitante. A 31 de dezembro de 2024, tinha sido aprovado um montante equivalente a 1.971 euros por habitante no território nacional, e pago um montante equivalente a 607 euros por habitante.

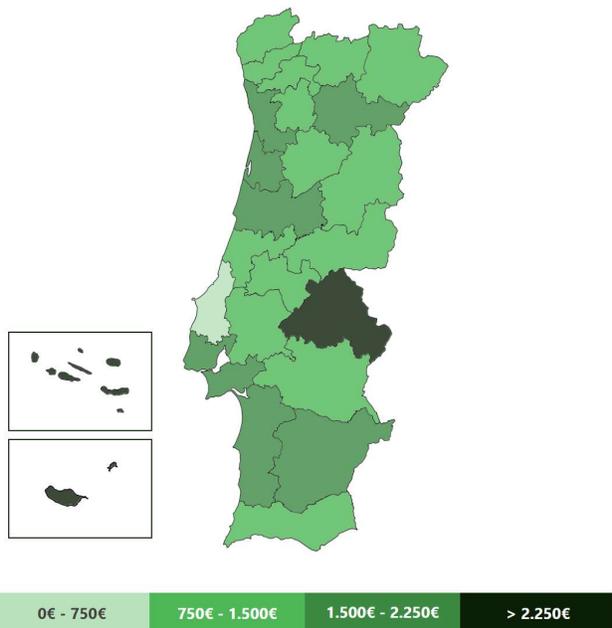
Tabela 6: Implementação Financeira por região NUTS III e per capita, a 31.12.2024

NUT III	Beneficiários Diretos e Finais		Por habitante	
	APROVADO (M€)	PAGO (€)	APROVADO (€/HABITANTE)	PAGO (€/HABITANTE)
Projetos Nacionais	3.621 M €	1.384 M €	350 €	134 €
Alto Minho	249 M €	79 M €	1.076 €	341 €
Cávado	606 M €	184 M €	1.454 €	441 €
Ave	526 M €	188 M €	1.258 €	449 €
Área Metropolitana do Porto	2.888 M €	893 M €	1.663 €	514 €
Alto Tâmega	76 M €	21 M €	900 €	247 €
Tâmega e Sousa	421 M €	138 M €	1.029 €	338 €
Douro	287 M €	70 M €	1.561 €	380 €
Terras de Trás-os-Montes	158 M €	47 M €	1.473 €	436 €
Região de Aveiro	765 M €	244 M €	2.082 €	664 €
Região de Coimbra	719 M €	198 M €	1.646 €	453 €
Região de Leiria	409 M €	149 M €	1.427 €	518 €
Viseu Dão Lafões	335 M €	111 M €	1.326 €	438 €
Beira Baixa	108 M €	30 M €	1.332 €	368 €
Beiras e Serra da Estrela	244 M €	75 M €	1.158 €	355 €
Oeste	250 M €	84 M €	689 €	230 €
Médio Tejo	250 M €	87 M €	1.095 €	379 €
Lezíria do Tejo	217 M €	66 M €	920 €	278 €
Área Metropolitana de Lisboa	5.064 M €	1.380 M €	1.764 €	481 €
Alentejo Litoral	216 M €	59 M €	2.236 €	612 €
Baixo Alentejo	257 M €	70 M €	2.241 €	609 €
Alto Alentejo	307 M €	59 M €	2.928 €	562 €
Alentejo Central	185 M €	59 M €	1.217 €	385 €
Algarve	572 M €	131 M €	1.225 €	281 €
Região Autónoma dos Açores	877 M €	285 M €	3.709 €	1.204 €
Região Autónoma da Madeira	780 M €	186 M €	3.112 €	743 €
Total	20.388 M €	6.273 M €	1.971 €	607 €

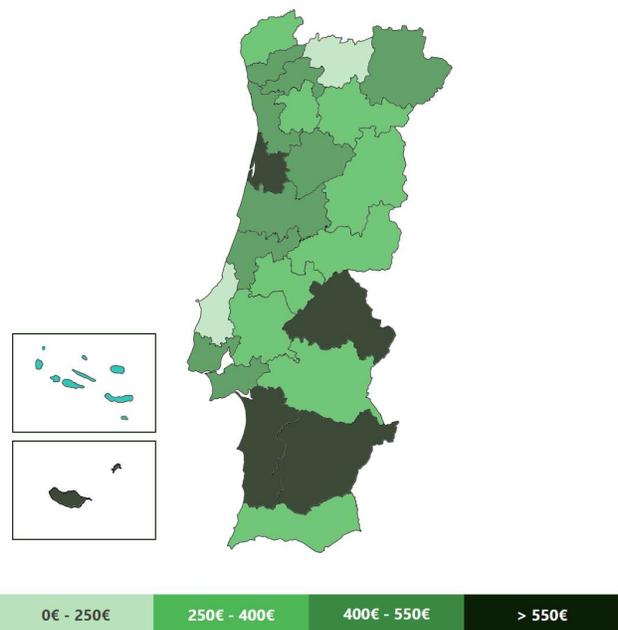
5.3 Implementação Financeira 2024

Figura 28: Representação Geográfica da Implementação Financeira por região NUTS III

Aprovado a Beneficiários Finais e Diretos por NUT III (valor por habitante)



Pago a Beneficiários Finais e Diretos por NUT III (valor por habitante)



5.3 Implementação Financeira 2024

FLUXOS DE TESOURARIA

A 3 de agosto de 2021, Portugal recebeu o adiantamento de 13% dos fundos do PRR, nos termos do disposto no artigo 13º do Regulamento (EU) 2021/241 do Parlamento Europeu e do Conselho e no seguimento da assinatura dos acordos de financiamento e de empréstimos. O pré-financiamento correspondeu a um valor total de 2.159 milhões de euros, sendo 1.808 milhões de euros relativos a subvenções e 351 milhões de euros relativos a empréstimos.

O desembolso dos fundos do PRR contratados com a Comissão Europeia depende do processo de avaliação do cumprimento de marcos e metas, estando prevista a submissão de 10 pedidos de pagamento até 2026, dos quais 6 foram já submetidos.

O primeiro Pedido de Pagamento foi submetido a 25 de janeiro de 2022, no total de 1.336 milhões de euros, dos quais 636 milhões de euros respeitantes a subvenções e 700 milhões de euros de empréstimos, que, deduzidos do correspondente valor do pré-financiamento de 13%, se traduziu no pagamento líquido, a 9 de maio de 2022, de 1.162 milhões de euros (553 milhões de euros de subvenções, e 609 milhões de euros de empréstimos).

O segundo Pedido de Pagamento foi formalizado a 31 de dezembro de 2022, no total de 2.092 milhões de euros, tendo recebido avaliação positiva da Comissão Europeia a 16 de dezembro. Após a dedução respetiva do adiantamento, este Pedido de Pagamento traduziu-se no recebimento líquido de 1.820 milhões de euros, dos quais 1.711 milhões de euros relativos a subvenções e 109 milhões de euros relativos a empréstimos. Com o desembolso do 2.º Pedido de Pagamento, que viria a ser realizado a 8 de fevereiro de 2023, Portugal já recebeu 5.141 milhões de euros, correspondente a cerca de 31% da dotação orçamental global do PRR inicialmente contratada com a Comissão Europeia.

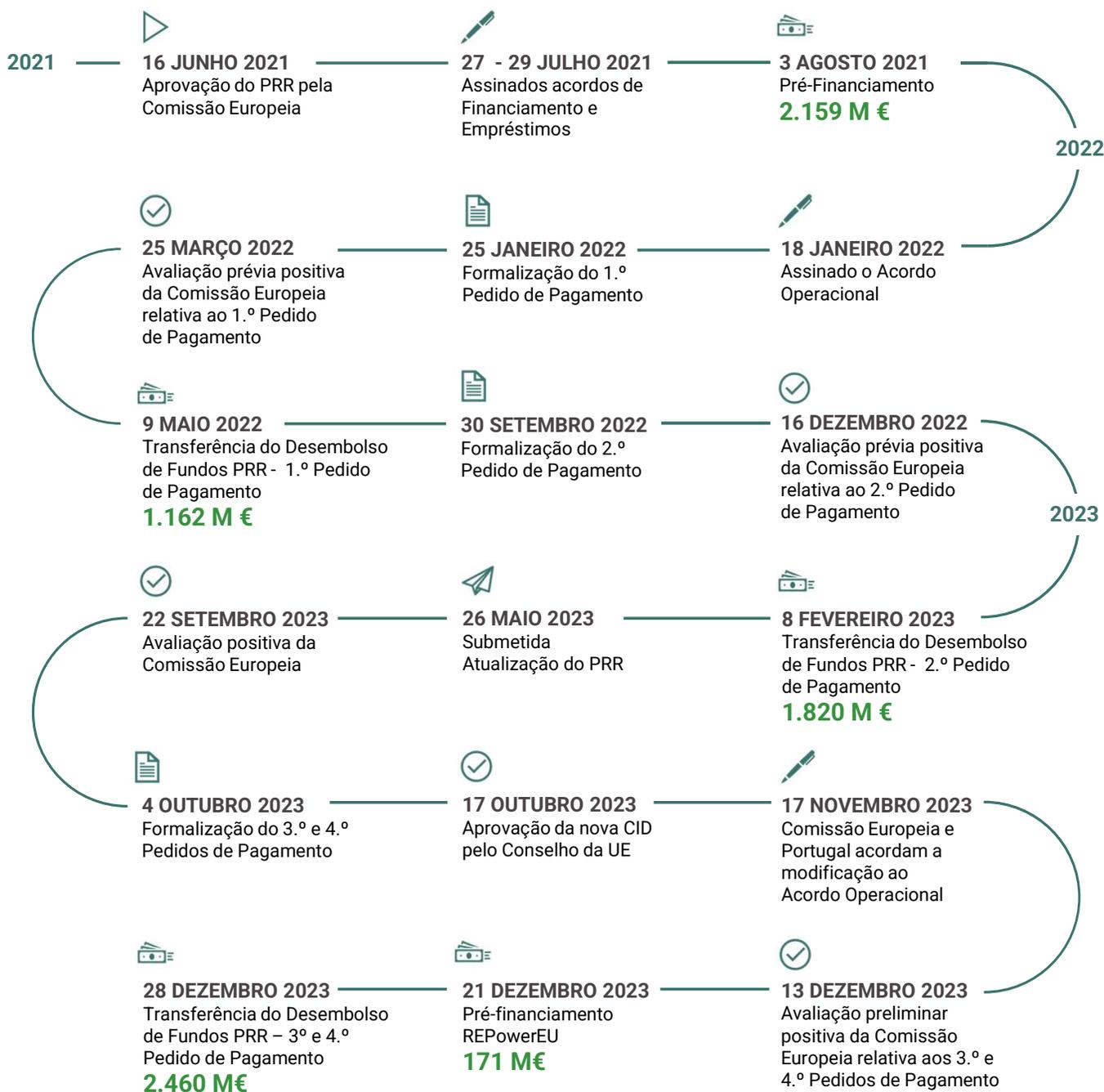
Os terceiro e quarto Pedidos de Pagamento foram formalizados a 4 de outubro de 2023, no total de 3.562 milhões de euros, dos quais 2.947 milhões de euros respeitantes a subvenções e 615 milhões de euros de empréstimos, que, deduzidos do correspondente valor do pré-financiamento de 13%, e do valor suspenso, se traduziu no recebimento líquido, a 28 de dezembro de 2023, de 2.460 milhões de euros, dos quais 1.875 milhões de euros respeitantes a subvenções e 585 milhões de euros de empréstimos. O pedido de levantamento da suspensão recebeu uma avaliação preliminar positiva da Comissão a 24 de junho, resultando no desembolso do valor suspenso de 714 milhões, no início de agosto.

O quinto Pedido de Pagamento foi formalizado a 3 de julho de 2024, no total de 3.191 milhões de euros, dos quais 1.878 milhões de euros respeitantes a subvenções e 1.313 milhões de euros de empréstimos, que deduzidos do correspondente valor de pré-financiamento se traduz no valor líquido de 2.903 milhões de euros, 1.653 de euros em subvenções e 1.250 milhões de euros em empréstimos. A avaliação preliminar positiva foi aprovada pela Comissão, a 26 de novembro 2024, resultando no desembolso do valor suspenso de 2.903 M€, no final de dezembro.

O sexto Pedido de Pagamento foi formalizado a 14 de novembro de 2024, no total de 1.868 milhões de euros, dos quais 1.502 milhões de euros respeitantes a subvenções e 366 milhões de euros de empréstimos, que deduzidos do correspondente valor de pré-financiamento se traduz no valor líquido de 1.671 milhões de euros, 1.322 milhões de euros em subvenções e 349 milhões de euros em empréstimos.

5.3 Implementação Financeira 2024

Figura 29: Cronograma de Pedidos de Pagamento e Desembolsos



5.3 Implementação Financeira 2024

Figura 30: Cronograma de Pedidos de Pagamento e Desembolsos (Cont.)



5.3 Implementação Financeira 2024

A figura 5 representa a distribuição dos valores recebidos da Comissão Europeia pelos Beneficiários Diretos, Intermediários e Finais ao longo da execução do PRR até ao final do ano de 2024. De acordo com o Decreto-Lei n.º 29-B/2021, de 4 de maio, a Recuperar Portugal emite ordens de pagamento e a AD&C processa os pagamentos a Beneficiários Diretos e Intermediários. Os Beneficiários Intermediários, por sua vez, fazem pagamentos aos Beneficiários Finais, após seleção e contratação com os mesmos.

A 31 de dezembro de 2024, tinham sido pagos 1.626 milhões de euros a Beneficiários Diretos. O montante total transferido a Beneficiários Intermediários ascendia a 6.498 milhões de euros, dos quais 4.648 milhões de euros foram já pagos a Beneficiários Finais e 1.851 milhões de euros encontram-se em trânsito.

Figura 31: Fluxos de Tesouraria do PRR a 31.12.2024





PRR

Plano de Recuperação
e Resiliência

5.4 Impacto nos Pilares Europeus, Indicadores Comuns e Iniciativas Emblemáticas

5.4 Impacto nos Pilares Europeus, Indicadores Comuns e Iniciativas Emblemáticas

Pilares Europeus

Considerando a necessidade de alinhar a utilização dos recursos financeiros do Mecanismo de Recuperação e Resiliência com as prioridades europeias, o regulamento do Instrumento de Recuperação e Resiliência determinou que o seu âmbito de aplicação deve centrar-se nos seguintes pilares relevantes da política comunitária:

Figura 32: 6 Pilares Europeus



Considerando a necessidade de alinhar a utilização dos recursos financeiros do Mecanismo de Recuperação e Resiliência com as prioridades europeias, o regulamento do Instrumento de Recuperação e Resiliência determinou que o seu âmbito de aplicação deve centrar-se nos seguintes pilares relevantes da política comunitária:

Figura 33: Parcela estimada dos fundos do PRR (em %) que contribuem para cada pilar de política europeia



5.4 Impacto nos Pilares Europeus, Indicadores Comuns e Iniciativas Emblemáticas

Impacto nos Indicadores Comuns

A Comissão Europeia, os Estados-Membros e o Parlamento Europeu identificaram 14 indicadores comuns para acompanhar os progressos da implementação dos planos de recuperação e resiliência (*Delegated Regulation EU 2021/2106*). Os Estados-Membros comunicam estes indicadores duas vezes por ano, cada indicador é atribuído a pilares específicos, sendo considerados indicadores de "resultados", indo além dos indicadores de output para medir o impacto nas pessoas e empresas. Está previsto nos acordos com a CE que, em casos excepcionais, quando nenhuma reforma ou investimento contribua para 1 dos 14 indicadores, estes não tenham de ser reportados pelos Estados Membro. Os indicadores seguintes representam a performance portuguesa e são reportados semestralmente, sendo que à data de elaboração deste Relatório, a informação disponível é referente ao segundo semestre do de 2024.

Figura 34: Desempenho de Portugal nos Indicadores Comuns

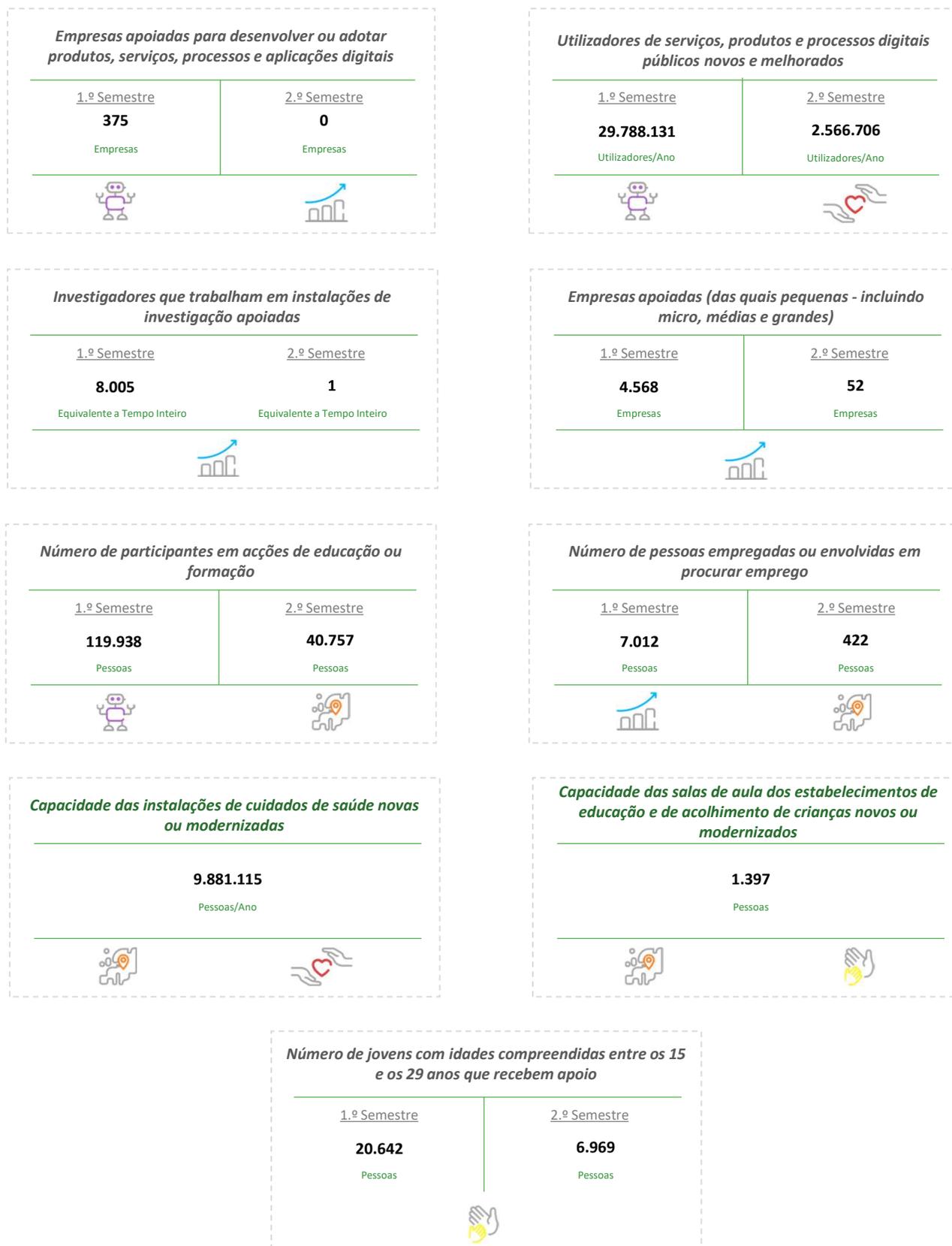


¹ Os números são adicionados cumulativamente, e os seus valores só podem aumentar ao longo do tempo.

² Os números reportados representam no momento em que foram reportados, podendo flutuar ao longo do tempo.

5.4 Impacto nos Pilares Europeus, Indicadores Comuns e Iniciativas Emblemáticas

Figura 35: Desempenho de Portugal nos Indicadores Comuns (Cont.)



5.4 Impacto nos Pilares Europeus, Indicadores Comuns e Iniciativas Emblemáticas

Impacto nas Iniciativas Emblemáticas

A tabela seguinte demonstra o alinhamento do PRR com as Iniciativas Emblemáticas identificadas pela Comissão, em setembro de 2020, na Estratégia Anual de Crescimento Sustentável.

Figura 36: Relação entre componentes do PRR e iniciativas emblemáticas da EU

Componente	Reforço da capacidade energética	Renovação de edifícios	Recarregamento e reabastecimento	Interligação	Modernização	Expansão	Requalificação e melhoria de competências
 C01. Serviço Nacional de Saúde		•	•		••	•	
 C02. Habitação		••					
 C03. Respostas Sociais		•	•				
 C04. Cultura		•					•
 C05. Capitalização e Inovação Empresarial	••				•		•
 C06. Qualificações e Competências					•		•••
 C07. Infraestruturas	•		••				
 C08. Florestas					•		
 C09. Gestão Hídrica	••						
 C10. Mar					••		•••
 C11. Descarbonização da Indústria	••						
 C12. Bioeconomia Sustentável					••		
 C13. Eficiência Energética em Edifícios	••	•••					
 C14. Hidrogénio e Renováveis	•••				••		
 C15. Mobilidade Sustentável			•••				
 C16. Empresas 4.0					•••	•	••
 C17. Qualidade e Sustentabilidade Finanças Públicas					•••		
 C18. Justiça Económica e Ambiente de Negócios					•••		•
 C19. Administração Pública Mais Eficiente					•••		••
 C20. Escola Digital					•••		•••
 C21. REPowerEU	•	•			•	•	•

Legenda

- Contributo indireto: •
- Contributo direto relevante: ••
- Contributo direto muito relevante: •••

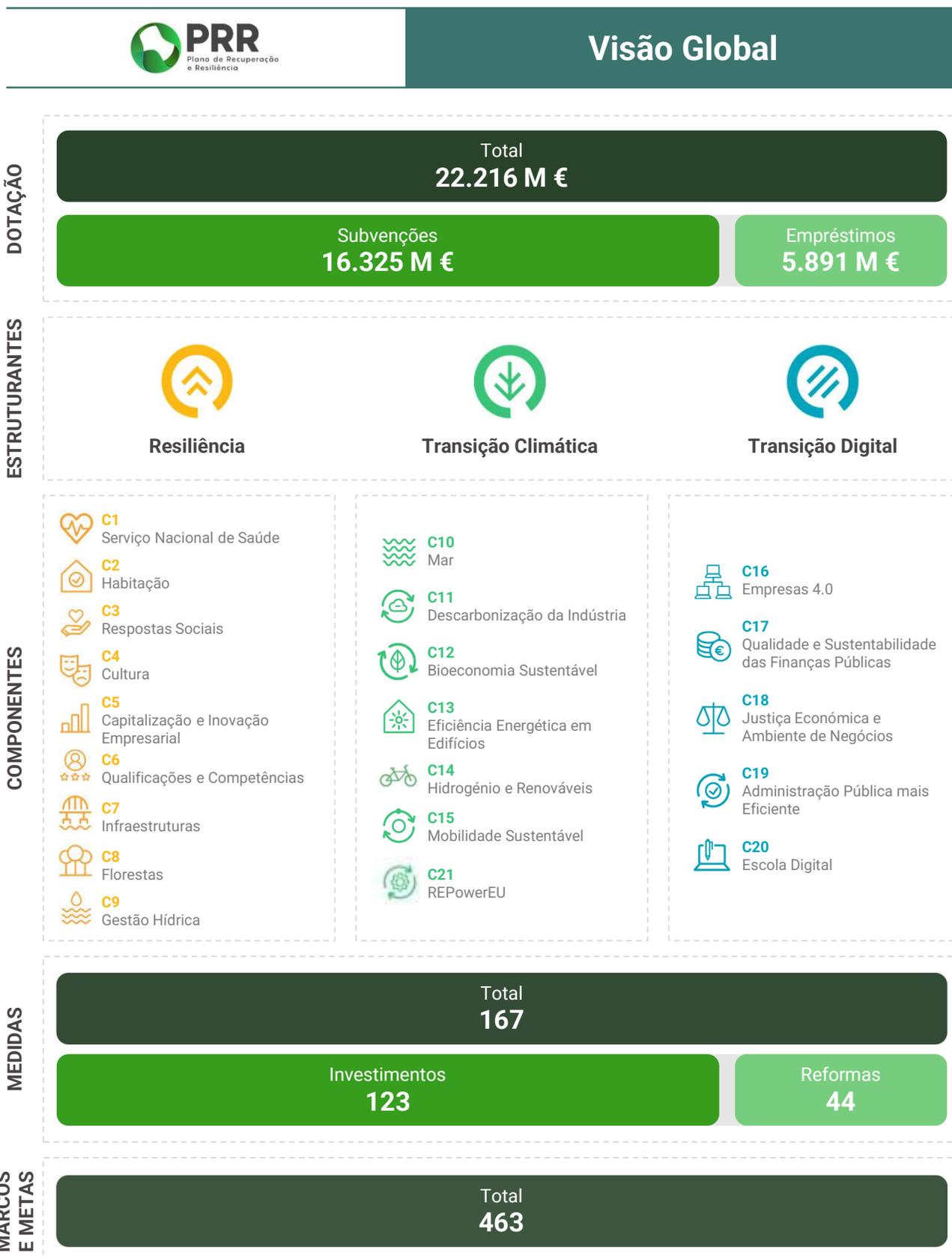
RECUPERAR
PORTUGAL

Progresso da implementação do PRR



6.1 Dimensões Estruturantes

6.1 Dimensões Estruturantes



6.1. Síntese da Implementação por Dimensão Estruturante



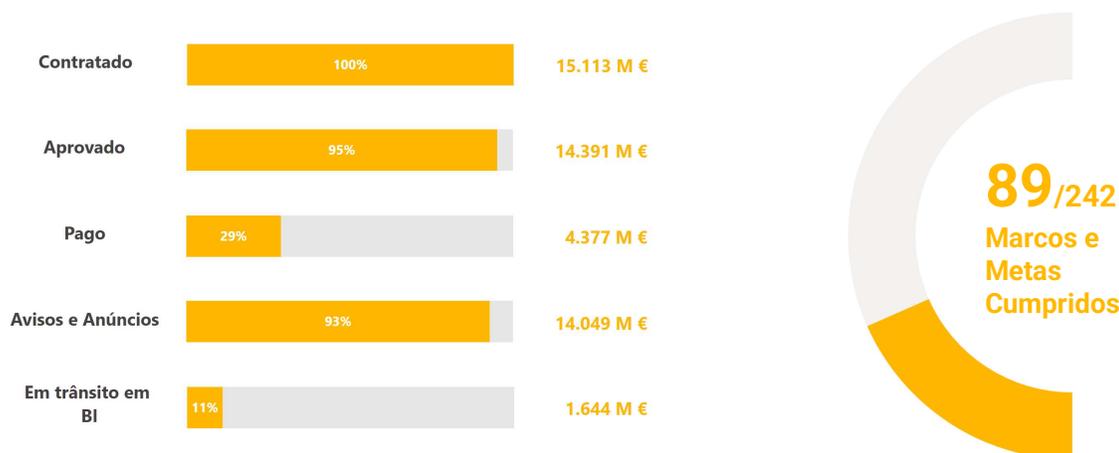
I - Resiliência



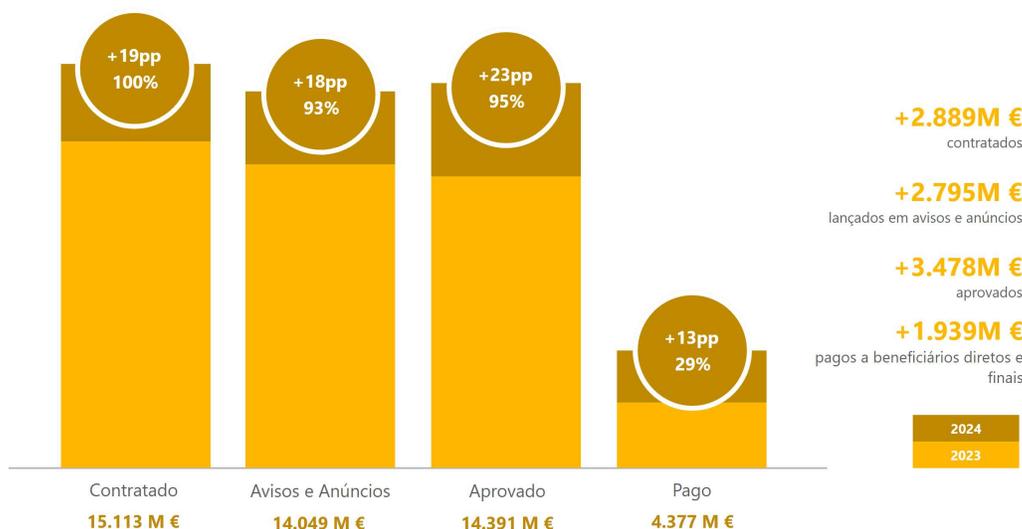
15.113 M €
Dotação orçamental

A dimensão da Resiliência visa reforçar a resiliência social, económica e territorial do país através de 9 componentes estratégicas, incluindo intervenções na saúde, habitação, respostas sociais, cultura, investimento empresarial, competências e qualificações, infraestruturas, florestas e gestão da água. Esta dimensão representa a maior parte do investimento total do PRR para a promoção de uma recuperação transformadora, duradoura, justa, sustentável e inclusiva.

Síntese da Implementação da Dimensão I – Resiliência a 31.12.2024



Evolução da Implementação Financeira em 2024



Os valores percentuais bem como as respetivas variações em pontos percentuais foram calculados tendo por base a dotação do PRR de 22.216 M €.

6.1. Síntese da Implementação por Dimensão Estruturante



II - Transição Climática

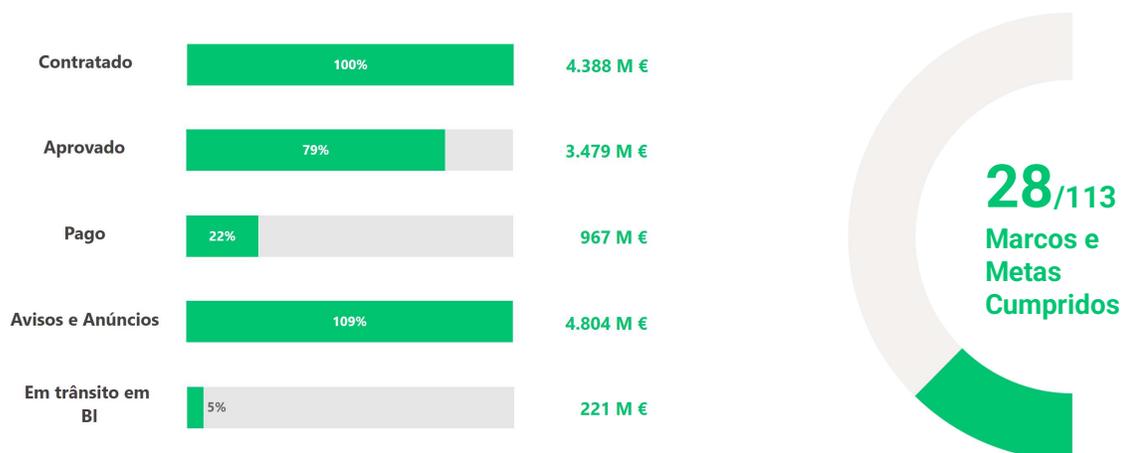


4.388 M €

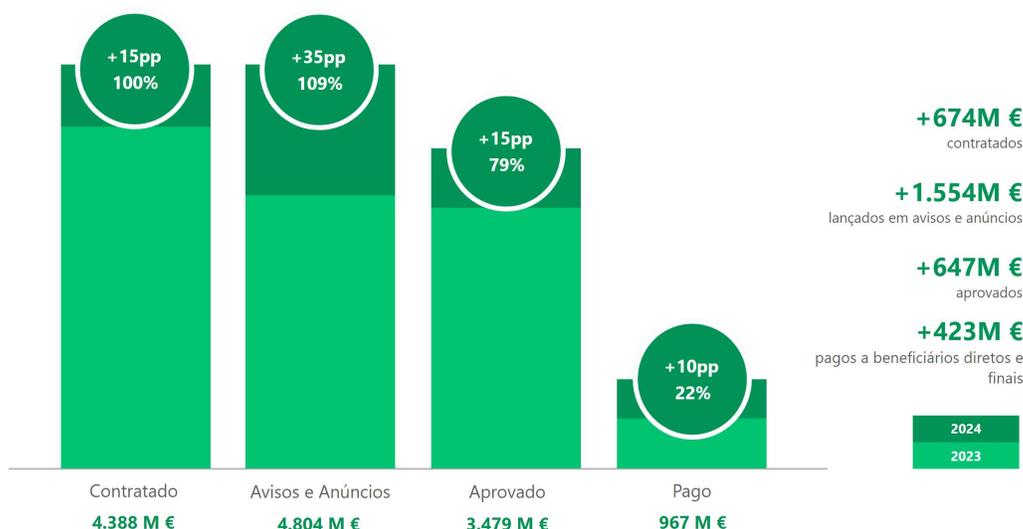
Dotação orçamental

A Transição Climática compreende 7 componentes estratégicas, incluindo intervenções em áreas como o mar, mobilidade sustentável, descarbonização da indústria, bioeconomia, eficiência energética em edifícios, e energias renováveis. Constitui um compromisso para o cumprimento das metas climáticas que permitirá a Portugal atingir a neutralidade carbónica até 2050, apresentando ao país oportunidades significativas para os fatores competitivos do futuro.

Síntese da Implementação da Dimensão II – Transição Climática a 31.12.2024



Evolução da Implementação Financeira em 2024



Os valores percentuais bem como as respetivas variações em pontos percentuais foram calculados tendo por base a dotação do PRR de 22.216 M €.

6.1. Síntese da Implementação por Dimensão Estruturante



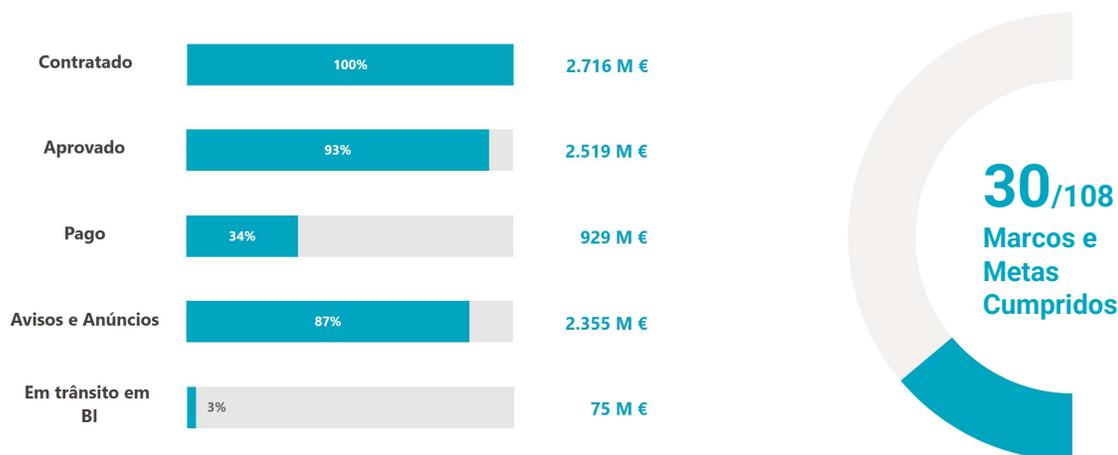
III - Transição Digital



2.716 M €
Dotação orçamental

A Transição Digital descreve 5 componentes para acelerar a transição de Portugal para uma sociedade mais digital, incluindo a capacitação e inclusão digital das pessoas através da educação, formação em competências digitais e promoção da literacia digital, transformação digital do setor empresarial e digitalização do Estado.

Síntese da Implementação da Dimensão III – Transição Digital a 31.12.2024



Evolução da Implementação Financeira em 2024



Os valores percentuais bem como as respetivas variações em pontos percentuais foram calculados tendo por base a dotação do PRR de 22.216 M €.

6.2 Resiliência

6.2 Resiliência

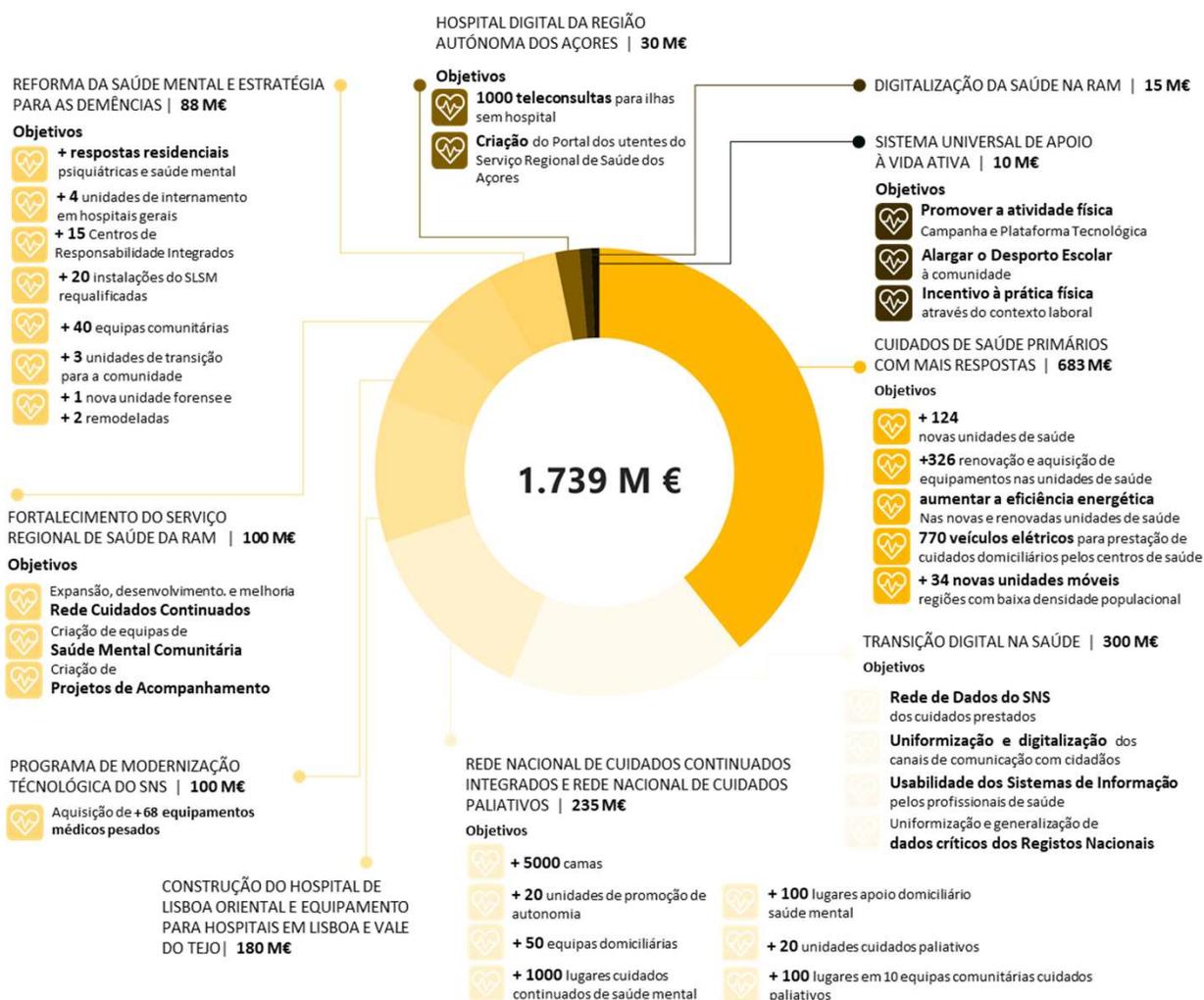


COMPONENTE C01 Serviço Nacional de Saúde

1.739 M €
Dotação orçamental

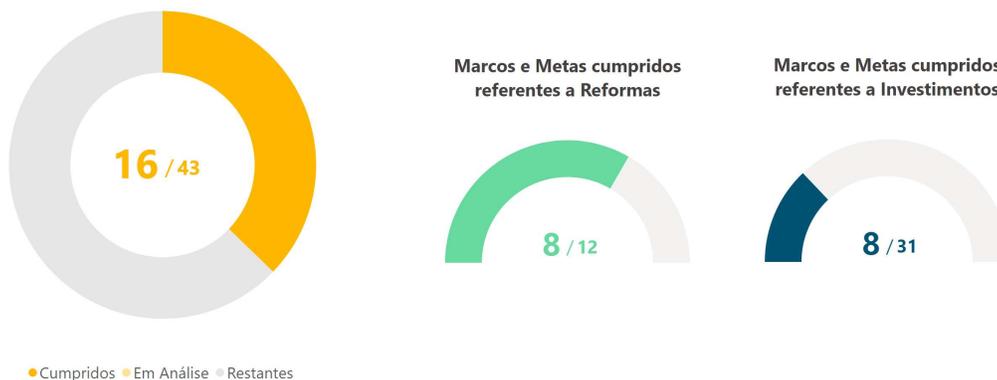
A **Componente 01 – Serviço Nacional de Saúde** é exemplo dos impactos diretos do PRR na vida das pessoas. Esta componente pretende reforçar a capacidade do Serviço Nacional de Saúde (SNS) para responder às mudanças demográficas e epidemiológicas do País, à inovação terapêutica e tecnológica, à tendência de custos crescentes em saúde e às expectativas de uma sociedade mais informada e exigente.

Visão Global e Objetivos



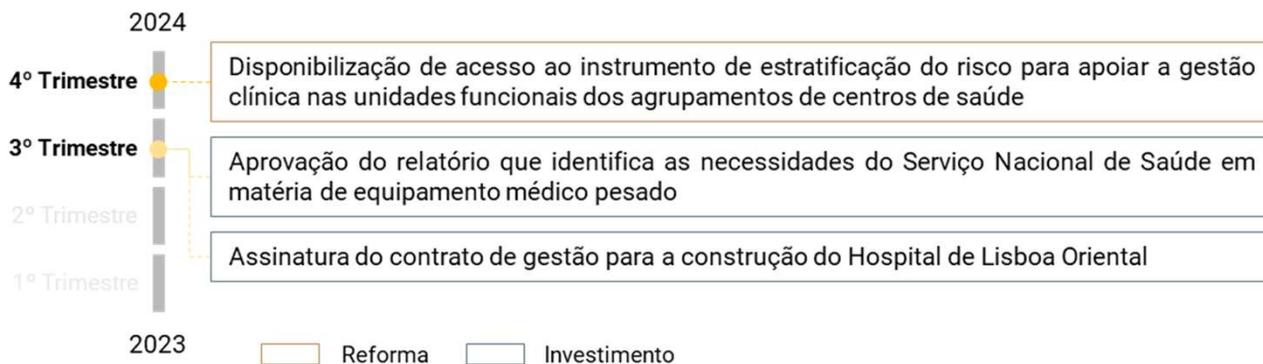
6.2 Resiliência

	COMPONENTE C01 Serviço Nacional de Saúde	1.739 M € Dotação orçamental
Execução		



No final de 2024, encontravam-se cumpridos 16 dos 43 Marcos e Metas previstos nesta componente, correspondendo a 37% do total previsto. Dos Marcos e Metas cumpridos, 8 são referentes a reformas e 8 a investimentos.

Em 2024 foram avaliados positivamente pela Comissão Europeia os 3 Marcos e Metas incluídos no 5º Pedido de Pagamento, 1 referente a reforma e 2 referente a investimentos, tendo estes sido cumpridos ao longo de 2023 e 2024, conforme a figura abaixo:



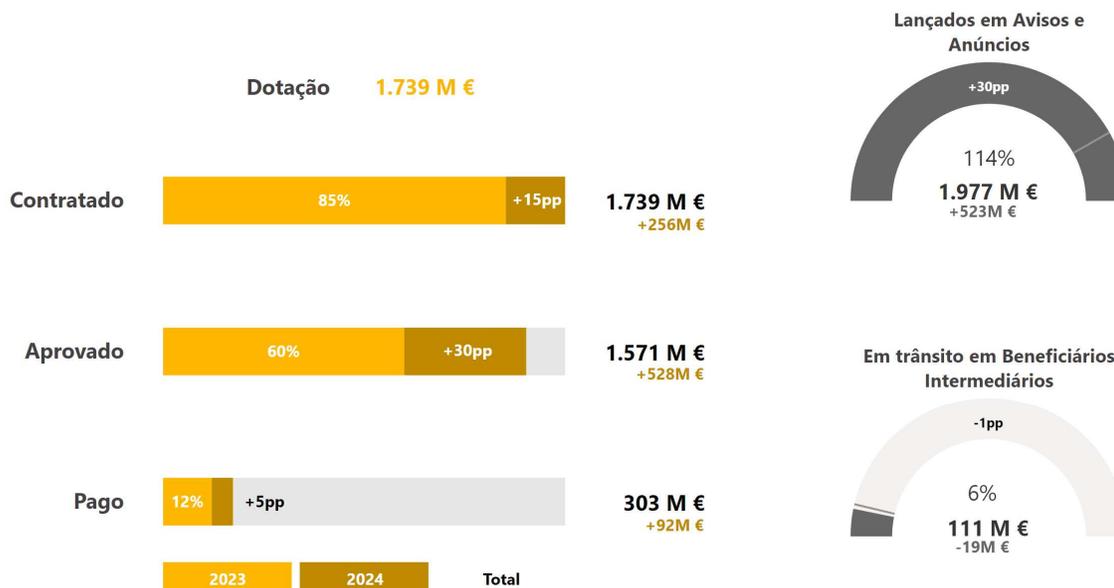
6.2 Resiliência



COMPONENTE C01 Serviço Nacional de Saúde

1.739 M €
Dotação orçamental

Síntese da Implementação Financeira da Componente a 31.12.2024



A 31 de dezembro de 2024, a dotação atualizada da componente 01 encontrava-se contratada com Beneficiários Diretos e Intermediários a 100%, que se traduz num montante de 1.739 M€. Por sua vez, o montante aprovado a Beneficiários Diretos e Finais ascendia a 1.571 M€ e o montante pago os 303 M€, 90% e 17% da dotação total, respetivamente. Do montante total transferido para Beneficiários Intermediários 111 M€ ainda se encontram "em trânsito". O montante lançado em Avisos de Abertura e Concursos Públicos nesta componente ascende a 1.977 M€, 114% da respetiva dotação orçamental.

Reformas

CÓDIGO	REFORMA	ESTADO DE IMPLEMENTAÇÃO A 31.12.2024
C01-r01	Reforma dos cuidados de saúde primários	● Concretizada
C01-r02	Reforma no domínio da saúde mental	● Concretizada
C01-r03	Conclusão da reforma do modelo de governação dos hospitais públicos	◐ Em fase de implementação

6.2 Resiliência



COMPONENTE C01 Serviço Nacional de Saúde

1.739 M €
Dotação orçamental

Investimentos

CÓDIGO	SUBINVESTIMENTO	DOTAÇÃO	APROVADO A 31.12.2024	PAGO A 31.12.2024
C01-i01	Cuidados de Saúde Primários com mais respostas Responsável: ADMINISTRAÇÃO CENTRAL DO SISTEMA DE SAÚDE I.P.	683 M €	74%	12%
C01-i02	Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados e Rede Nacional de Cuidados Paliativos Responsável: ADMINISTRAÇÃO CENTRAL DO SISTEMA DE SAÚDE I.P.	235 M €	126%	24%
C01-i03	Conclusão da Reforma de Saúde Mental e implementação da Estratégia para as Demências Responsável: ADMINISTRAÇÃO CENTRAL DO SISTEMA DE SAÚDE I.P.	88 M €	70%	20%
C01-i04	Construção do Hospital de Lisboa Oriental e Equipamento para Hospitais em Lisboa e Vale do Tejo Responsável: ADMINISTRAÇÃO CENTRAL DO SISTEMA DE SAÚDE I.P.	180 M €	73%	15%
C01-i05.01-RAM	Expansão, Desenvolvimento e Melhoria da Rede de Cuidados Continuados Integrados Responsável: INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL IP-RAM	60 M €	100%	13%
C01-i05.02-RAM	Reforço das respostas na área da saúde mental e das demências associadas ao envelhecimento Responsável: INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL IP-RAM	39 M €	100%	17%
C01-i06	Transição Digital na Saúde Responsável: SPMS - SERVIÇOS PARTILHADOS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, E.P.E.	300 M €	100%	28%
C01-i07.01-RAM	Digitalização da Saúde na RAM-IASAUDE Responsável: INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL IP-RAM	4 M €	100%	19%
C01-i07.02-RAM	Digitalização da Saúde na RAM-SESARAM Responsável: INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL IP-RAM	11 M €	100%	52%
C01-i07.03-RAM	Digitalização da Saúde na RAM-DRS Responsável: INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL IP-RAM	1 M €	100%	13%
C01-i08-RAA	Hospital Digital da Região Autónoma dos Açores Responsável: DIRECÇÃO REGIONAL DE PLANEAMENTO E FUNDOS ESTRUTURAIS	30 M €	100%	47%
C01-i09	Sistema Universal de Apoio à Vida Ativa Responsável: INSTITUTO PORTUGUÊS DO DESPORTO E JUVENTUDE, I.P.	10 M €	100%	36%
C01-i10	Programa de Modernização Tecnológica do SNS Responsável: ADMINISTRAÇÃO CENTRAL DO SISTEMA DE SAÚDE I.P.	100 M €	120%	0%

Concretizações - Concursos Públicos e Avisos lançados em 2024 ¹

Nome dos Investimentos	Concursos Públicos		Avisos			
	Número de Anúncios	Dotação Anúncios	Número de Avisos	Dotação Avisos	Candidaturas Aprovadas	Montante Aprovado
Conclusão da reforma da saúde mental e implementação da Estratégia para as Demências			2	4 M €		0 M €
Construção do Hospital de Lisboa Oriental e equipamento para hospitais em Lisboa e Vale do Tejo			1	17 M €	5	13 M €
Cuidados de saúde primários com mais respostas			2	55 M €		0 M €
Fortalecimento do Serviço Regional de Saúde da Região Autónoma da Madeira			3	13 M €		0 M €
Programa de Modernização Tecnológica do SNS			1	100 M €	23	120 M €
Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados e Rede Nacional de Cuidados Paliativos			5	191 M €	7	2 M €
Sistema Universal de Apoio à Vida Ativa	5	2 M €				
Transição digital da saúde	105	120 M €				
Total	110	122 M €	14	380 M €	35	135 M €

¹ Sempre que uma linha contiver uma coluna vazia, não existe nenhum valor para mostrar e sempre que o valor mostrado for 0, o valor é superior a 0, mas arredondado à unidade é de 0.



Serviço Nacional de Saúde



6.2 Resiliência

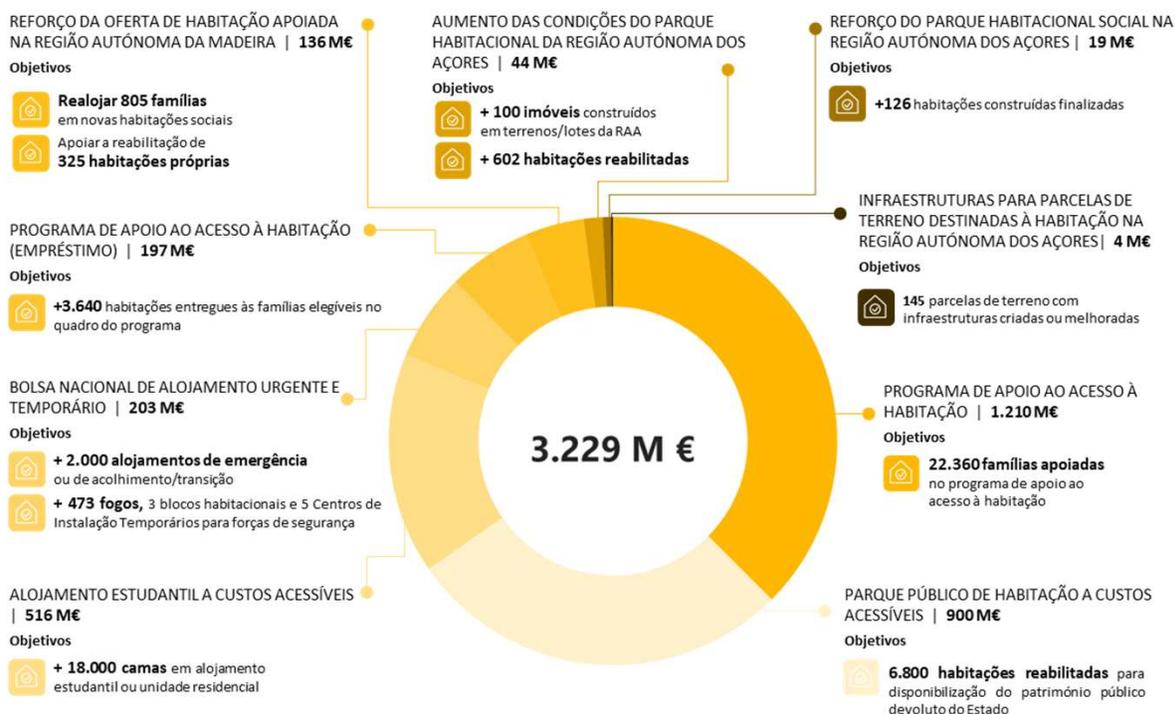


COMPONENTE C02 Habitação

3.229 M €
Dotação orçamental

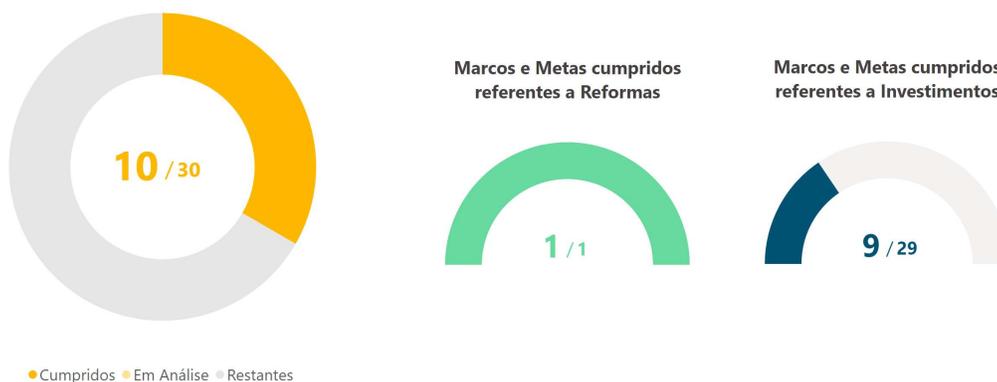
Atento aos problemas estruturais da sociedade portuguesa no acesso a uma habitação condigna e ao défice em matéria de pobreza energética, o PRR preconiza uma resposta integrada com os investimentos da **Componente C02 – Habitação**. Pretende-se relançar e reorientar a política de habitação em Portugal, salvaguardando habitação para todos, através do reforço do parque habitacional público e da reabilitação das habitações das famílias de menores rendimentos, por forma a promover um acesso generalizado a condições de habitação adequadas.

Visão Global e Objetivos



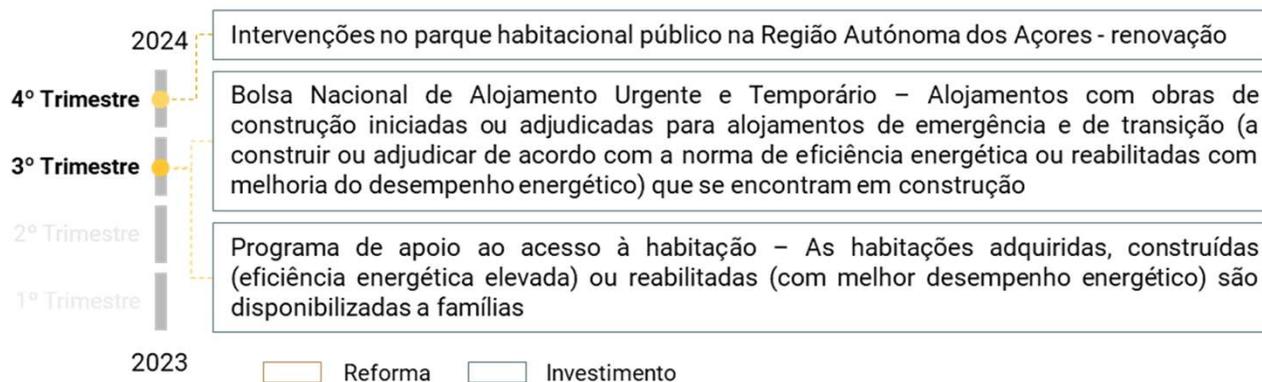
6.2 Resiliência

	COMPONENTE C02 Habitação	3.229 M € Dotação orçamental
Execução		



No final de 2024, encontravam-se cumpridos 10 dos 30 Marcos e Metas previstos nesta componente, correspondendo a 33% do total previsto. Dos Marcos e Metas cumpridos, 1 é referente a reformas e 9 referente a investimentos.

Em 2024 foram avaliados positivamente pela Comissão Europeia os 3 Marcos e Metas incluídos no 5º Pedido de Pagamento, referentes a investimentos, tendo estes sido cumpridos ao longo de 2023 e 2024, conforme a figura abaixo:



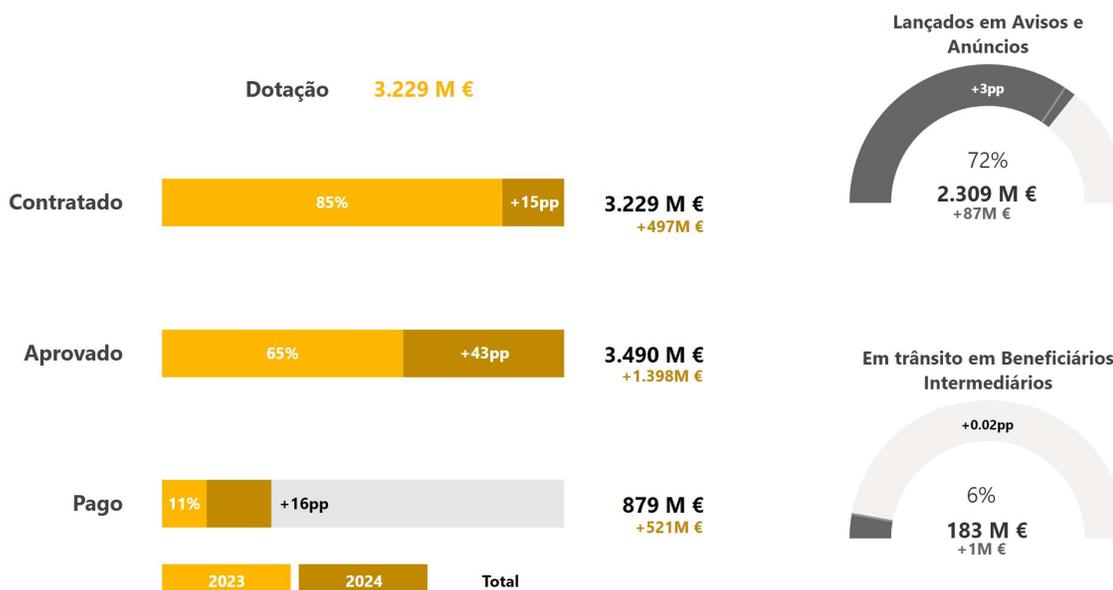
6.2 Resiliência



COMPONENTE C02 Habitação

3.229 M €
Dotação orçamental

Síntese da Implementação Financeira da Componente a 31.12.2024



A 31 de dezembro de 2024, a dotação atualizada da componente 02 encontrava-se contratada com Beneficiários Diretos e Intermediários a 100%, que se traduz num montante de 3.229 M€. Por sua vez, o montante aprovado a Beneficiários Diretos e Finais ascendia a 3.490M€ e o montante pago os 879 M€, 108% e 27% da dotação total, respetivamente. Do montante total transferido para Beneficiários Intermediários 183 M€ ainda se encontram "em trânsito". O montante lançado em Avisos de Abertura e Concursos Públicos nesta componente ascende a 2.309 M€, 72% da respetiva dotação orçamental.

Reformas

CÓDIGO	REFORMA	ESTADO DE IMPLEMENTAÇÃO A 31.12.2024
C02-r04	Plano Nacional de Alojamento Urgente e Temporário	Concretizada

6.2 Resiliência



COMPONENTE C02 Habitação

3.229 M €
Dotação orçamental

Investimentos

CÓDIGO	SUBINVESTIMENTO	DOTAÇÃO	APROVADO A 31.12.2024	PAGO A 31.12.2024
C02-i01	Programa de apoio ao acesso à habitação Responsável: INSTITUTO DA HABITAÇÃO E DA REABILITAÇÃO URBANA, I.P.	1.210 M €	143%	36%
C02-i02	Bolsa nacional de alojamento urgente e temporário Responsável: INSTITUTO DA HABITAÇÃO E DA REABILITAÇÃO URBANA, I.P.	203 M €	48%	17%
C02-i03-RAM	Reforço da oferta de habitação apoiada na Região Autónoma da Madeira Responsável: INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL IP-RAM	136 M €	100%	28%
C02-i04-RAA	Aumentar as condições habitacionais do parque habitacional da Região Autónoma dos Açores Responsável: DIRECÇÃO REGIONAL DE PLANEAMENTO E FUNDOS ESTRUTURAIS	44 M €	100%	35%
C02-i05	Parque público de habitação a custos acessíveis Responsável: INSTITUTO DA HABITAÇÃO E DA REABILITAÇÃO URBANA, I.P.	900 M €	88%	18%
C02-i06	Alojamento Estudantil a custos acessíveis Responsável: AGÊNCIA NACIONAL PARA A GESTÃO DO PROGRAMA ERASMUS+ EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO	516 M €	97%	32%
C02-i07-RAA	Infraestruturas para parcelas de terreno destinadas à habitação Responsável: DIRECÇÃO REGIONAL DE PLANEAMENTO E FUNDOS ESTRUTURAIS	4 M €	100%	20%
C02-i08-RAA	Reforço do parque habitacional social Responsável: DIRECÇÃO REGIONAL DE PLANEAMENTO E FUNDOS ESTRUTURAIS	19 M €	100%	20%
C02-i09	Programa de apoio ao acesso à habitação (empréstimo) Responsável: INSTITUTO DA HABITAÇÃO E DA REABILITAÇÃO URBANA, I.P.	197 M €	85%	13%

Concretizações - Concursos Públicos e Avisos lançados em 2024 ¹

Nome dos Investimentos	Concursos Públicos		Avisos			
	Número de Anúncios	Dotação Anúncios	Número de Avisos	Dotação Avisos	Candidaturas Aprovadas	Montante Aprovado
Alojamento estudantil a custos acessíveis			1	15 M €	19	50 M €
Infraestruturas para parcelas de terreno destinadas à habitação			2	4 M €	2	4 M €
Medida reforçada: Programa de apoio ao acesso à habitação (empréstimo)			1		143	166 M €
Parque habitacional público a custos acessíveis	45	21 M €				
Reforço da oferta de habitação apoiada na Região Autónoma da Madeira			1	6 M €		0 M €
Reforço do parque habitacional social			1	19 M €	1	19 M €
Total	45	21 M €	6	45 M €	165	240 M €

¹ Sempre que uma linha contiver uma coluna vazia, não existe nenhum valor para mostrar e sempre que o valor mostrado for 0, o valor é superior a 0, mas arredondado à unidade é de 0.



Habitação



6.2 Resiliência



COMPONENTE C03 Respostas Sociais

1.043 M €
Dotação orçamental

A Componente C03 – Respostas Sociais traduz uma nova orientação das respostas sociais em Portugal com o objetivo de reforçar, adaptar, requalificar e inovar as respostas sociais dirigidas às crianças, pessoas idosas, pessoas com deficiência ou incapacidades e famílias, tendo em vista a promoção da natalidade, do envelhecimento ativo e saudável, da inclusão e promoção da autonomia e da conciliação entre atividade profissional e a vida pessoal e familiar, bem como a coesão social e territorial. Pretende-se ainda promover uma intervenção integrada em comunidades desfavorecidas, com vista ao combate à pobreza.

Visão Global e Objetivos



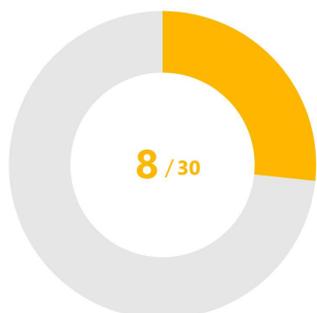
6.2 Resiliência



COMPONENTE C03 Respostas Sociais

1.043 M €
Dotação orçamental

Execução



● Cumpridos ● Em Análise ● Restantes

Marcos e Metas cumpridos referentes a Reformas

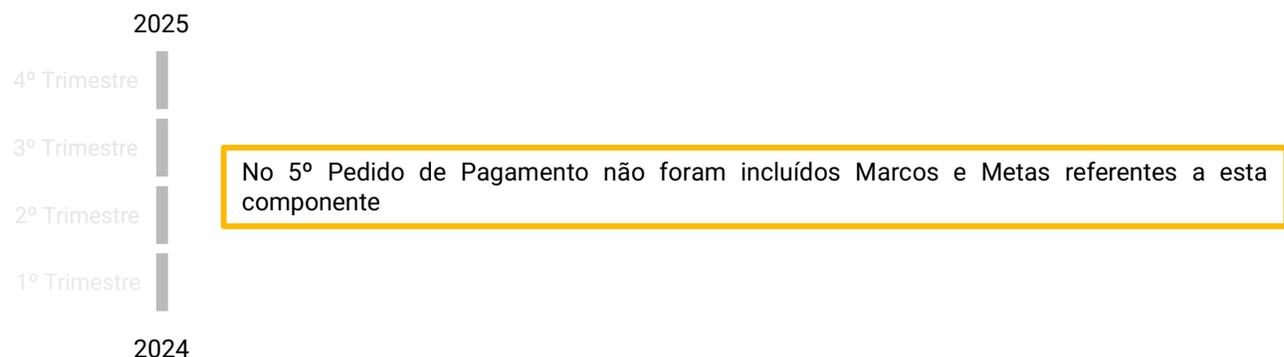


Marcos e Metas cumpridos referentes a Investimentos



No final de 2024, encontravam-se cumpridos 8 dos 30 Marcos e Metas previstos nesta componente, correspondendo a 27% do total previsto. Dos Marcos e Metas cumpridos, 4 são referentes a reformas e 4 referentes a investimentos.

Não foram incluídos Marcos e Metas referentes a esta componente no 5º Pedido de Pagamento, cujos Marcos e Metas foram avaliados positivamente pela Comissão Europeia em 2024.



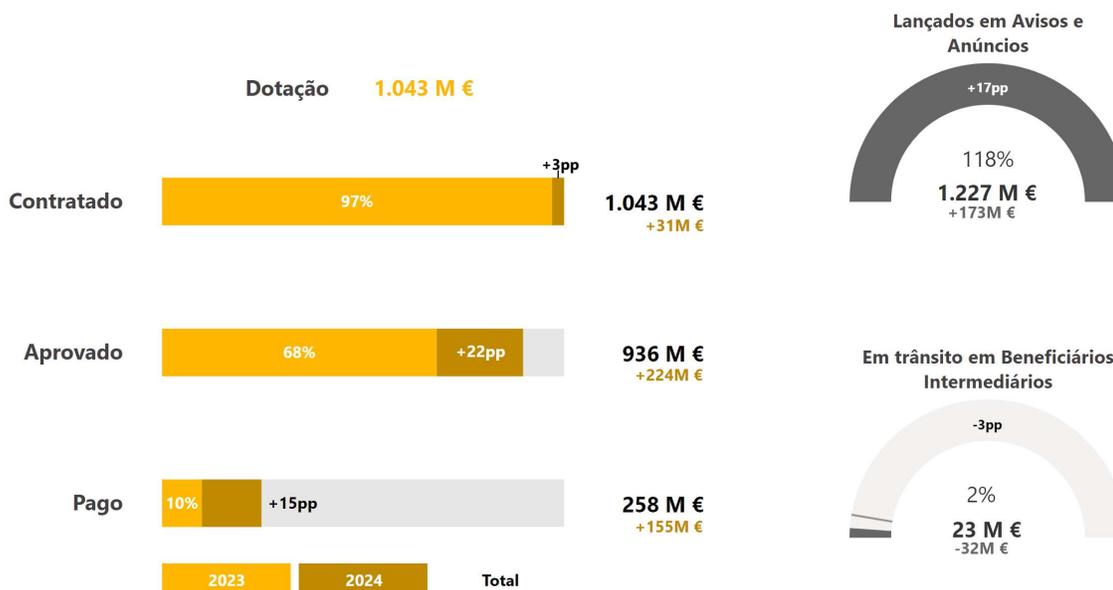
6.2 Resiliência



COMPONENTE C03 Respostas Sociais

1.043 M €
Dotação orçamental

Síntese da Implementação Financeira da Componente a 31.12.2024



A 31 de dezembro de 2024, a dotação atualizada da componente 03 encontrava-se contratada com Beneficiários Diretos e Intermediários a 100%, que se traduz num montante de 1.043 M€. Por sua vez, o montante aprovado a Beneficiários Diretos e Finais ascendia a 936M€ e o montante pago os 258 M€, 90% e 25% da dotação total, respetivamente. Do montante total transferido para Beneficiários Intermediários 23 M€ ainda se encontram "em trânsito. O montante lançado em Avisos de Abertura e Concursos Públicos nesta componente ascende a 1.227 M€, 118% da respetiva dotação orçamental.

Reformas

CÓDIGO	REFORMA	ESTADO DE IMPLEMENTAÇÃO A 31.12.2024
C03-r05	Reforma da provisão de equipamentos e respostas sociais	● Concretizada
C03-r06	Estratégia Nacional para a Inclusão das Pessoas com Deficiência 2021-2025	● Concretizada
C03-r07	Contratualização de programas integrados de apoio às comunidades desfavorecidas nas áreas metropolitanas	● Concretizada
C03-r08	Estratégia Nacional de Combate à Pobreza	● Concretizada
C03-r38	Simplificação e eficácia do sistema de segurança social	◐ Em fase de implementação

6.2 Resiliência



COMPONENTE C03 Respostas Sociais

1.043 M €
Dotação orçamental

Investimentos

CÓDIGO	SUBINVESTIMENTO	DOTAÇÃO	APROVADO A 31.12.2024	PAGO A 31.12.2024
C03-i01	Nova Geração de Equipamentos e Respostas Sociais Responsável: INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL, I.P.	591 M €	87%	29%
C03-i02	Acessibilidades 360º Responsável: INSTITUTO NACIONAL PARA A REABILITAÇÃO, I.P.	53 M €	54%	11%
C03-i03-RAM	Fortalecimento das respostas sociais na Região Autónoma da Madeira (RAM) Responsável: INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL IP-RAM	95 M €	92%	21%
C03-i04-RAA	Implementar a Estratégia Regional de Combate à Pobreza e Exclusão Social - Redes de Apoio Social (RAA) Responsável: DIRECÇÃO REGIONAL DE PLANEAMENTO E FUNDOS ESTRUTURAIS	40 M €	100%	46%
C03-i05	Plataforma +Acesso Responsável: INSTITUTO NACIONAL PARA A REABILITAÇÃO, I.P.	3 M €	100%	28%
C03-i06.01	Operações Integradas em Comunidades Desfavorecidas nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto – Programa Bairros Saudáveis Responsável: ADMINISTRAÇÃO CENTRAL DO SISTEMA DE SAÚDE I.P.	7 M €	98%	69%
C03-i06.02	Operações Integradas em Comunidades Desfavorecidas na Área Metropolitana de Lisboa Responsável: ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA	122 M €	100%	20%
C03-i06.03	Operações Integradas em Comunidades Desfavorecidas na Área Metropolitana do Porto Responsável: ÁREA METROPOLITANA DO PORTO	122 M €	100%	9%
C03-i07-RAA	Modernização e expansão da rede de estruturas residenciais para pessoas idosas (ERPI) Responsável: DIRECÇÃO REGIONAL DE PLANEAMENTO E FUNDOS ESTRUTURAIS	11 M €	100%	27%

Concretizações - Concursos Públicos e Avisos lançados em 2024 ¹

Nome dos Investimentos	Concursos Públicos		Avisos			
	Número de Anúncios	Dotação Anúncios	Número de Avisos	Dotação Avisos	Candidaturas Aprovadas	Montante Aprovado
Acessibilidades 360º			6	30 M €	491	5 M €
Fortalecimento das respostas sociais na Região Autónoma da Madeira (RAM)			2	37 M €	2	4 M €
Implementar a Estratégia Regional de Combate à Pobreza e Exclusão Social – Redes de Apoio Social (RAA)			2	3 M €	1	0 M €
Modernização e expansão da rede de estruturas residenciais para pessoas idosas (ERPI)			1	11 M €	6	11 M €
Nova Geração de Equipamentos e Respostas Sociais			2	53 M €	157	16 M €
Operações integradas em comunidades desfavorecidas nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto	5	0 M €	1	1 M €		0 M €
Total	5	0 M €	14	136 M €	657	36 M €

¹ Sempre que uma linha contiver uma coluna vazia, não existe nenhum valor para mostrar e sempre que o valor mostrado for 0, o valor é superior a 0, mas arredondado à unidade é de 0.



Respostas Sociais



6.2 Resiliência



COMPONENTE C04 Cultura

319 M €
Dotação orçamental

O objetivo geral da **Componente 04 - Cultura** passa por valorizar as artes, o património e a cultura enquanto elementos de afirmação da identidade, da coesão social e territorial e do aumento da competitividade económica das regiões e do País através do desenvolvimento de atividades de âmbito cultural e social de elevado valor económico.

Visão Global e Objetivos

REDES CULTURAIS E TRANSIÇÃO DIGITAL | **103 M€**

Objetivos



Modernização da infraestrutura tecnológica da rede de equipamentos culturais



Digitalização de artes e património



Internacionalização, modernização e transição digital do livro e dos autores



PATRIMÓNIO CULTURAL | **216 M€**

Objetivos



Requalificação e conservação de **+ 70 museus, monumentos e palácios do Estado** e construção do Arquivo Nacional do Som



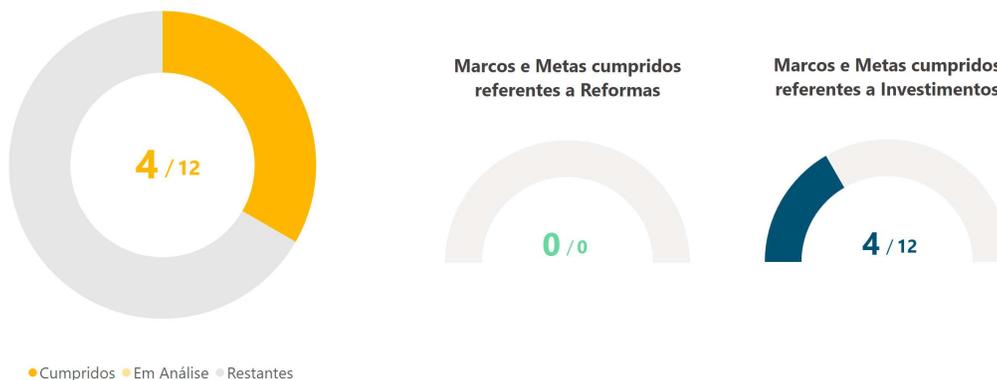
Intervenções de reabilitação e modernização em **3 teatros nacionais**



Implementação do **Programa Saber Fazer**

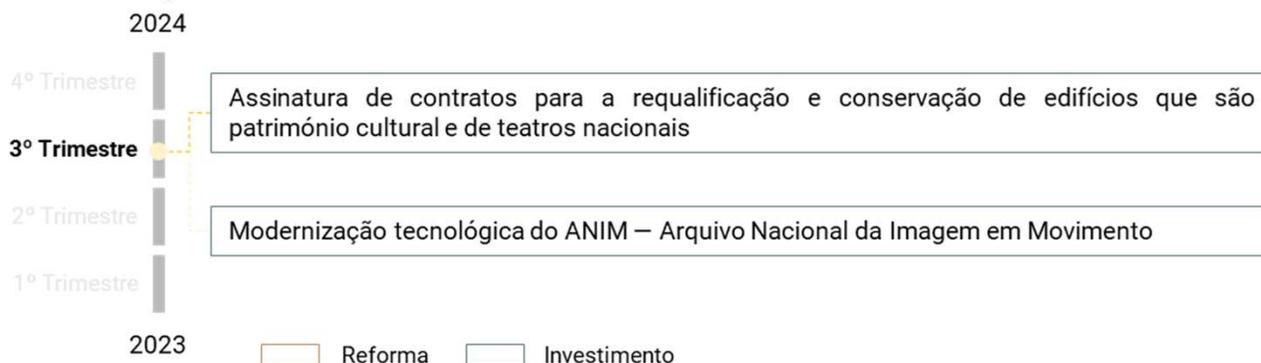
6.2 Resiliência

	COMPONENTE C04 Cultura	319 M € Dotação orçamental
Execução		



No final de 2024, encontravam-se cumpridos 4 dos 12 Marcos e Metas previstos nesta componente, correspondendo a 33% do total previsto. Os Marcos e Metas cumpridos são referentes a investimentos.

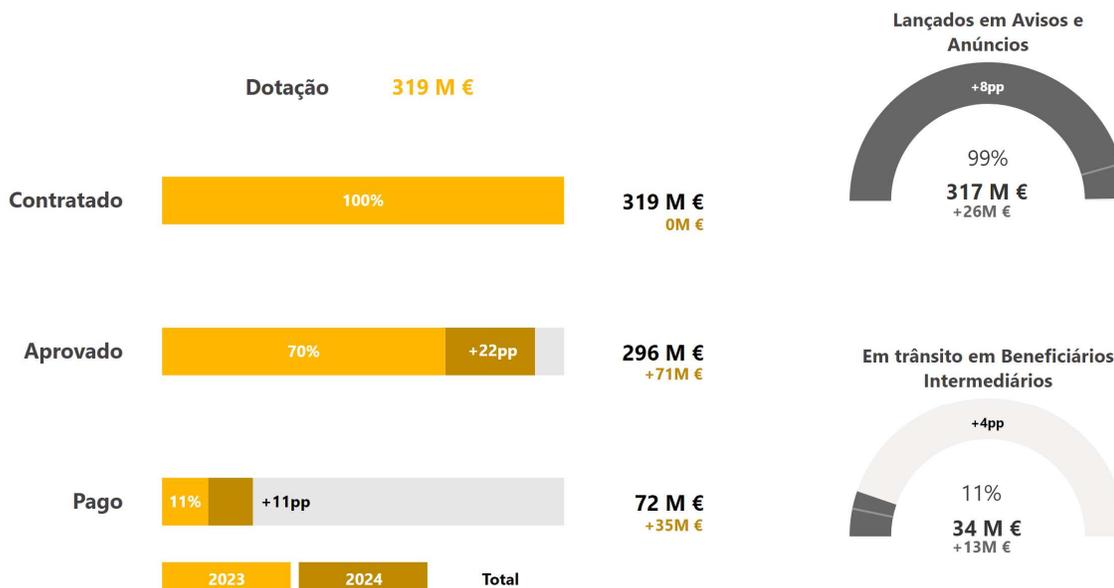
Em 2024 foram avaliados positivamente pela Comissão Europeia os 2 Marcos e Metas incluídos no 5º Pedido de Pagamento, referentes a investimentos, tendo estes sido cumpridos ao longo de 2023, conforme a figura abaixo:



6.2 Resiliência

	COMPONENTE C04 Cultura	319 M € Dotação orçamental
---	----------------------------------	--------------------------------------

Síntese da Implementação Financeira da Componente a 31.12.2024



A 31 de dezembro de 2024, a dotação atualizada da componente 04 encontrava-se contratada com Beneficiários Diretos e Intermediários a 100%, que se traduz num montante de 319 M€. Por sua vez, o montante aprovado a Beneficiários Diretos e Finais ascendia a 296€ e o montante pago os 72 M€, 93% e 23% da dotação total, respetivamente. Do montante total transferido para Beneficiários Intermediários 34 M€ ainda se encontram "em trânsito". O montante lançado em Avisos de Abertura e Concursos Públicos nesta componente ascende a 317 M€, 99% da respetiva dotação orçamental.

Reformas

Não existem reformas associadas a esta componente.

Investimentos

CÓDIGO	SUBINVESTIMENTO	DOTAÇÃO	APROVADO A 31.12.2024	PAGO A 31.12.2024
C04-i01	Redes Culturais e Transição Digital Responsável: GABINETE DE ESTRATÉGIA, PLANEAMENTO E AVALIAÇÃO CULTURAIS	103 M €	78%	24%
C04-i02	Património Cultural Responsável: FUNDO DE SALVAGUARDA DO PATRIMÓNIO CULTURAL	216 M €	100%	22%

6.2 Resiliência



COMPONENTE C04 Cultura

319 M €
Dotação orçamental

Concretizações - Concursos Públicos e Avisos lançados em 2024 ¹

Nome dos Investimentos	Concursos Públicos		Avisos			
	Número de Anúncios	Dotação Anúncios	Número de Avisos	Dotação Avisos	Candidaturas Aprovadas	Montante Aprovado
Redes culturais e transição digital			6	21 M €	6	0 M €
Total			6	21 M €	6	0 M €

¹ Sempre que uma linha contiver uma coluna vazia, não existe nenhum valor para mostrar e sempre que o valor mostrado for 0, o valor é superior a 0, mas arredondado à unidade é de 0.



Cultura

CONCLUÍDOS

7

monumentos

CONCLUÍDO

1

teatro



DIGITALIZADAS

4.825.002

imagens de espólio de bibliotecas públicas



DIGITALIZADOS

2.390.017

documentos de espólio dos arquivos nacionais



ADQUIRIDOS

Equipamentos para Modernização tecnológica do ANIM - Arquivo Nacional da Imagem em Movimento

DIGITALIZADOS

537

filmes portugueses da Cinemateca



6.2 Resiliência



COMPONENTE C05 Capitalização e Inovação Empresarial

4.915 M €
Dotação orçamental

Com as empresas na mira, a **Componente 05 - Capitalização e Inovação Empresarial** assume o compromisso de aumentar a competitividade e a resiliência da economia com base em I&D, inovação, diversificação e especialização da estrutura produtiva. Os objetivos passam ainda por capitalizar empresas economicamente viáveis anteriormente à eclosão da recessão económica originada pela pandemia e incentivar o investimento produtivo em áreas de interesse estratégico nacional e europeu.

Visão Global e Objetivos



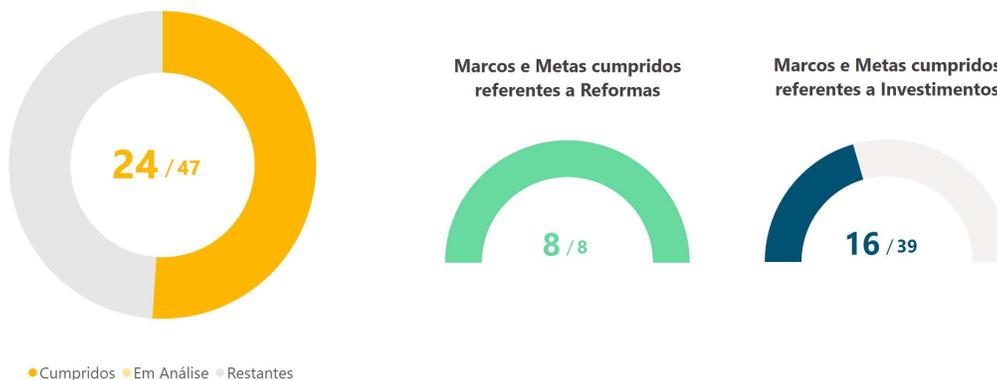
6.2 Resiliência



COMPONENTE C05
Capitalização e Inovação Empresarial

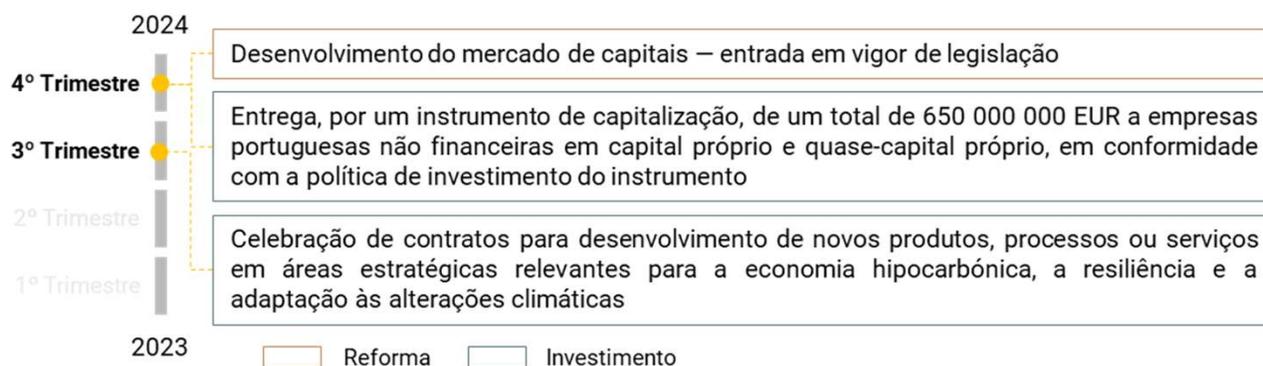
4.915 M €
Dotação orçamental

Execução



No final de 2024, encontravam-se cumpridos 24 dos 47 Marcos e Metas previstos nesta componente, correspondendo a 51% do total previsto. Dos Marcos e Metas cumpridos, 8 são referentes a reformas e 16 referentes a investimentos.

Em 2024 foram avaliados positivamente pela Comissão Europeia os 3 Marcos e Metas incluídos no 5º Pedido de Pagamento, 1 referente a reforma e 2 referente a investimentos, tendo estes sido cumpridos ao longo de 2023 e 2024, conforme a figura abaixo:



6.2 Resiliência



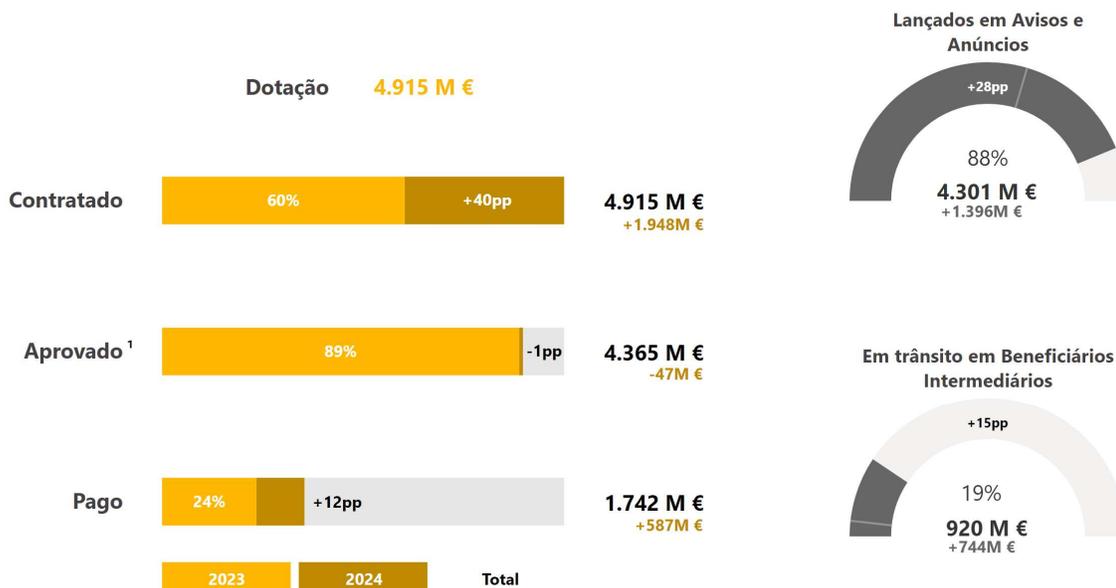
COMPONENTE C05

Capitalização e Inovação Empresarial

4.915 M €

Dotação orçamental

Síntese da Implementação Financeira da Componente a 31.12.2024



A 31 de dezembro de 2024, a dotação atualizada da componente 05 encontrava-se contratada com Beneficiários Diretos e Intermediários a 100%, que se traduz num montante de 4.915 M€. Por sua vez, o montante aprovado a Beneficiários Diretos e Finais ascendia a 4.365 M€ e o montante pago os 1.742 M€, 99% e 36% da dotação total, respetivamente. Do montante total transferido para Beneficiários Intermediários 920 M€ ainda se encontram "em trânsito". O montante lançado em Avisos de Abertura e Concursos Públicos nesta componente ascende a 4.301 M€, 88% da respetiva dotação orçamental.

Reformas

CÓDIGO	REFORMA	ESTADO DE IMPLEMENTAÇÃO A 31.12.2024
C05-r09	Promoção da Investigação, Desenvolvimento e Inovação (I&D&I) e do investimento inovador nas empresas	● Concretizada
C05-r10	Criação e desenvolvimento do Banco Português de Fomento	● Concretizada
C05-r11	Alargamento e consolidação da Rede de Instituições de Interface	● Concretizada
C05-r12	Agenda de investigação e inovação para a sustentabilidade da agricultura, alimentação e agroindústria	● Concretizada
C05-r13	Desenvolvimento do mercado de capitais e promoção da capitalização das empresas não-financeiras	● Concretizada

¹Informação corrigida, pelo beneficiário, após a data de fecho deste relatório

6.2 Resiliência



COMPONENTE C05 Capitalização e Inovação Empresarial

4.915 M €
Dotação orçamental

Investimentos

CÓDIGO	SUBINVESTIMENTO	DOTAÇÃO	APROVADO A 31.12.2024	PAGO A 31.12.2024
C05-i01.01	Agendas/Alianças mobilizadoras para a Inovação Empresarial Responsável: IAPMEI - AGÊNCIA PARA A COMPETITIVIDADE E INOVAÇÃO, I.P.	558 M €	84%	31%
C05-i01.02	Agendas/Alianças Verdes para a Inovação Empresarial Responsável: IAPMEI - AGÊNCIA PARA A COMPETITIVIDADE E INOVAÇÃO, I.P.	372 M €	91%	31%
C05-i02	Missão Interface - renovação da rede de suporte C&T e orientação para o tecido produtivo Responsável: ANI - AGÊNCIA NACIONAL DE INOVAÇÃO, S.A.	186 M €	102%	46%
C05-i03	Agenda de investigação e inovação para a sustentabilidade da agricultura, alimentação e agroindústria Responsável: INSTITUTO DE FINANCIAMENTO DA AGRICULTURA E PESCAS (IFAP, I.P.)	93 M €	100%	31%
C05-i04-RAA	Recapitalizar Sistema Empresarial dos Açores Responsável: DIRECÇÃO REGIONAL DE PLANEAMENTO E FUNDOS ESTRUTURAIS	125 M €	103%	26%
C05-i05-RAA	Relançamento Económico da Agricultura Açoriana Responsável: DIRECÇÃO REGIONAL DE PLANEAMENTO E FUNDOS ESTRUTURAIS	34 M €	144%	30%
C05-i06.01	Capitalização de empresas e resiliência Financeira Responsável: BANCO PORTUGUÊS DE FOMENTO, S.A.	1.300 M €	67%	23%
C05-i06.02	Capitalização de empresas e resiliência financeira/Banco Português de Fomento Responsável: BANCO PORTUGUÊS DE FOMENTO, S.A.	250 M €	100%	100%
C05-i07-RAM	Instrumentos de capitalização para empresas da Madeira Responsável: INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL IP-RAM	4 M €	100%	13%
C05-i08	Ciência Mais Digital Responsável: FUNDAÇÃO PARA A CIÊNCIA E A TECNOLOGIA	48 M €	75%	47%
C05-i09	Reforço: Agendas/Alianças Mobilizadoras para a Inovação Empresarial Responsável: IAPMEI - AGÊNCIA PARA A COMPETITIVIDADE E INOVAÇÃO, I.P.	319 M €	81%	35%
C05-i10	Reforço: Agendas/Alianças Verdes para a Inovação Empresarial Responsável: IAPMEI - AGÊNCIA PARA A COMPETITIVIDADE E INOVAÇÃO, I.P.	320 M €	93%	40%
C05-i11	Reforço: Agendas/Alianças Mobilizadoras para a Inovação Empresarial (Empréstimos) Responsável: IAPMEI - AGÊNCIA PARA A COMPETITIVIDADE E INOVAÇÃO, I.P.	772 M €	99%	41%
C05-i12	Reforço: Agendas/Alianças Verdes para a Inovação Empresarial (Empréstimos) Responsável: IAPMEI - AGÊNCIA PARA A COMPETITIVIDADE E INOVAÇÃO, I.P.	533 M €	116%	32%

6.2 Resiliência



COMPONENTE C05 Capitalização e Inovação Empresarial

4.915 M €
Dotação orçamental

Concretizações - Concursos Públicos e Avisos lançados em 2024 ¹

Nome dos Investimentos	Concursos Públicos		Avisos			
	Número de Anúncios	Dotação Anúncios	Número de Avisos	Dotação Avisos	Candidaturas Aprovadas	Montante Aprovado
Agenda de investigação e inovação para a sustentabilidade da agricultura, alimentação e agroindústria [Agenda de Inovação para a Agricultura 20 30]	8	0 M €				
Ciência Mais Digital	51	22 M €	1	8 M €		0 M €
Instrumentos de capitalização para empresas da Madeira			1	4 M €	1	4 M €
Recapitalizar o Sistema Empresarial dos Açores			1	50 M €		0 M €
Recuperação económica da agricultura dos Açores			7	1 M €	2	0 M €
Total	59	23 M €	10	64 M €	3	4 M €

¹ Sempre que uma linha contiver uma coluna vazia, não existe nenhum valor para mostrar e sempre que o valor mostrado for 0, o valor é superior a 0, mas arredondado à unidade é de 0.



Capitalização e Inovação Empresarial



6.2 Resiliência



COMPONENTE C06

Qualificação e Competências

1.979 M €

Dotação orçamental

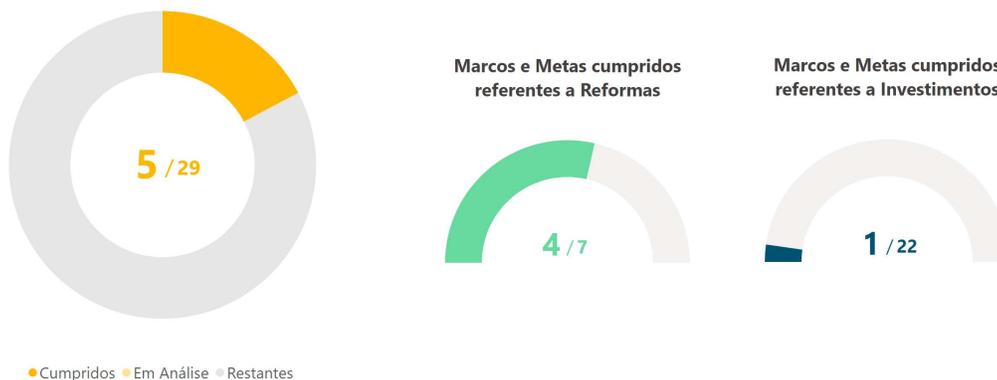
Não descurando a base do conhecimento e das competências, a **Componente 06 - Qualificações e Competências** foca-se na necessidade de aumentar a capacidade de resposta do sistema educativo e formativo, para combater as desigualdades sociais e de género e aumentar a resiliência do emprego (em situações de crise económica como a provocada pela pandemia), sobretudo dos jovens e dos adultos com baixas qualificações, bem como numa participação equilibrada entre mulheres e homens no mercado de trabalho.

Visão Global e Objetivos



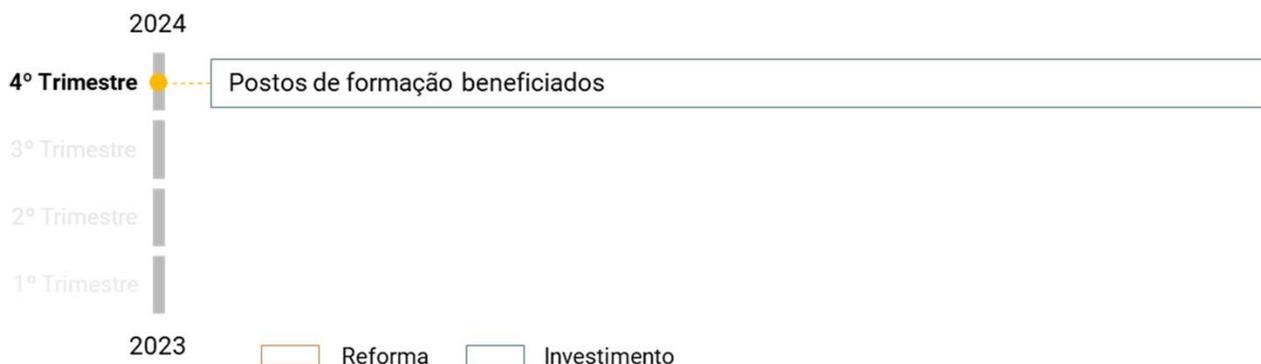
6.2 Resiliência

	COMPONENTE C06 Qualificação e Competências	1.979 M € Dotação orçamental
Execução		



No final de 2024, encontravam-se cumpridos 5 dos 29 Marcos e Metas previstos nesta componente, correspondendo a 17% do total previsto. Dos Marcos e Metas cumpridos, 4 são referentes a reformas e 1 referente a investimento.

Em 2024 foi avaliado positivamente pela Comissão Europeia o Marco e Meta incluído no 5º Pedido de Pagamento, referente a investimento, tendo este sido cumprido ao longo de 2024, conforme a figura abaixo:



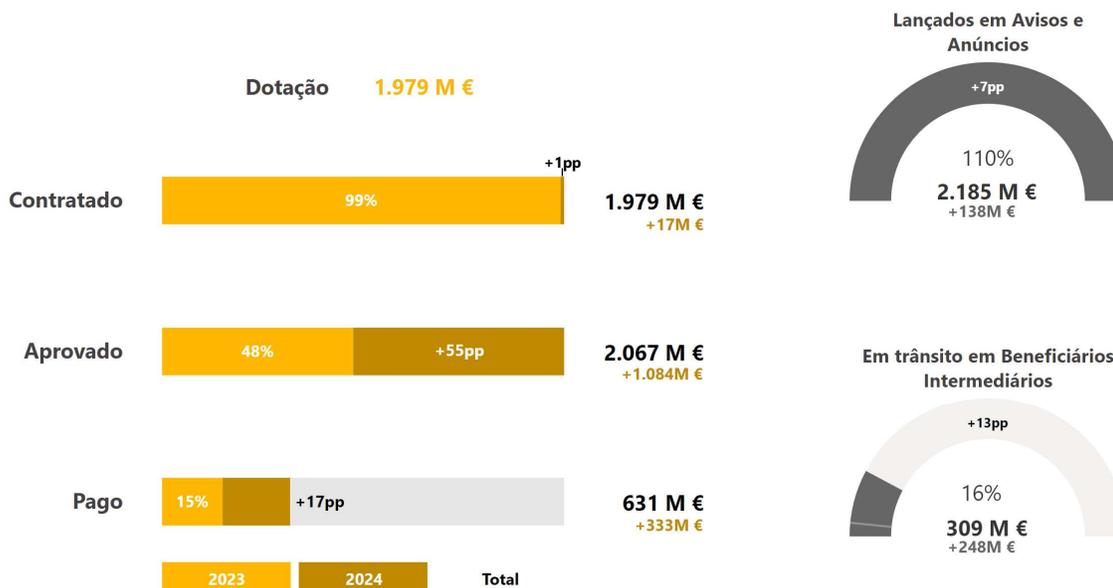
6.2 Resiliência



COMPONENTE C06 Qualificação e Competências

1.979 M €
Dotação orçamental

Síntese da Implementação Financeira da Componente a 31.12.2024



A 31 de dezembro de 2024, a dotação atualizada da componente 06 encontrava-se contratada com Beneficiários Diretos e Intermediários a 100%, que se traduz num montante de 1.979 M€. Por sua vez, o montante aprovado a Beneficiários Diretos e Finais ascendia a 2.067 M€ e o montante pago os 631 M€, 103% e 32% da dotação total, respetivamente. Do montante total transferido para Beneficiários Intermediários 309 M€ ainda se encontram "em trânsito". O montante lançado em Avisos de Abertura e Concursos Públicos nesta componente ascende a 2.185 M€, 110% da respetiva dotação orçamental.

Reformas

CÓDIGO	REFORMA	ESTADO DE IMPLEMENTAÇÃO A 31.12.2024
C06-r14	Reforma do ensino e formação profissionais	Em fase de implementação
C06-r15	Reforma da cooperação entre ensino superior e administração pública e empresas	Concretizada
C06-r16	Redução das restrições nas profissões altamente regulamentadas	Concretizada
C06-r17	Agenda de promoção do trabalho digno	Concretizada
C06-r18	Combate às desigualdades entre mulheres e homens	Em fase de implementação

6.2 Resiliência



COMPONENTE C06 Qualificação e Competências

1.979 M €
Dotação orçamental

Investimentos

CÓDIGO	SUBINVESTIMENTO	DOTAÇÃO	APROVADO A 31.12.2024	PAGO A 31.12.2024
C06-i01.01	Instalação e/ou modernização dos Centros Tecnológicos Especializados: Responsável: INSTITUTO DE GESTÃO FINANCEIRA DA EDUCAÇÃO, I.P.	480 M €	98%	30%
C06-i01.02	Modernização da oferta e dos estabelecimentos de ensino e da formação profissional - Modernização da Formação Profissional Responsável: INSTITUTO DO EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL, I.P.	230 M €	100%	21%
C06-i01.03	Modernização das instituições de ensino e formação profissionais - Instalação e/ou modernização dos Centros Tecnológicos Especializados - Turismo Responsável: TURISMO DE PORTUGAL I.P.	20 M €	100%	14%
C06-i02	Compromisso Emprego Sustentável Responsável: INSTITUTO DO EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL, I.P.	230 M €	152%	84%
C06-i03.01	Incentivo Adultos - Projetos Locais Promotores de Qualificações de Nível B1/B2/B3 Responsável: AGÊNCIA NACIONAL PARA A QUALIFICAÇÃO E O ENSINO PROFISSIONAL, I.P.	40 M €	97%	13%
C06-i03.02	Incentivo Adultos - Acelerador Qualifica Responsável: AGÊNCIA NACIONAL PARA A QUALIFICAÇÃO E O ENSINO PROFISSIONAL, I.P.	55 M €	56%	50%
C06-i03.03	Impulso Adultos Responsável: DIRECÇÃO-GERAL DO ENSINO SUPERIOR	138 M €	95%	28%
C06-i04.01	Impulso Jovens STEAM Responsável: DIRECÇÃO-GERAL DO ENSINO SUPERIOR	131 M €	93%	33%
C06-i04.02	Impulso Jovens STEAM - Rede Ciência Viva Responsável: CIÊNCIA VIVA - AGÊNCIA NACIONAL PARA A CULTURA CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA	9 M €	93%	65%
C06-i05-RAA	Qualificação de adultos e aprendizagem ao longo da vida na RAA Responsável: DIRECÇÃO REGIONAL DE PLANEAMENTO E FUNDOS ESTRUTURAIS	29 M €	103%	25%
C06-i06	Ciência Mais Capacitação Responsável: FUNDAÇÃO PARA A CIÊNCIA E A TECNOLOGIA	45 M €	7%	1%
C06-i07	Impulso Mais Digital Responsável: DIRECÇÃO-GERAL DO ENSINO SUPERIOR	105 M €	100%	30%
C06-i08-RAM	Ampliação do Edifício do CITMA Responsável: INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL IP-RAM	18 M €	100%	0%
C06-i09.01	Escolas novas ou renovadas - CCDR Norte Responsável: COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO NORTE, I. P. (CCDR NORTE, I. P.)	125 M €	104%	18%
C06-i09.02	Escolas novas ou renovadas - CCDR Centro Responsável: COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO CENTRO (CCDR CENTRO)	150 M €	100%	0%
C06-i09.03	Escolas novas ou renovadas - CCDR LVT Responsável: COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE LISBOA E VALE DO TEJO, I.P. (CCDR LISBOA E VALE DO TEJO, I.P.)	125 M €	139%	33%
C06-i09.04	Escolas novas ou renovadas - CCDR Alentejo Responsável: COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO ALENTEJO, I. P. (CCDR ALENTEJO, I. P.)	20 M €	89%	27%
C06-i09.05	Escolas novas ou renovadas - CCDR Algarve Responsável: COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO ALGARVE, I.P. (CCDR ALGARVE, I.P.)	30 M €	140%	36%

6.2 Resiliência



COMPONENTE C06 Qualificação e Competências

1.979 M €
Dotação orçamental

Concretizações - Concursos Públicos e Avisos lançados em 2024 ¹

Nome dos Investimentos	Concursos Públicos		Avisos			
	Número de Anúncios	Dotação Anúncios	Número de Avisos	Dotação Avisos	Candidaturas Aprovadas	Montante Aprovado
Ampliação do edifício do CITMA			1	18 M €	1	18 M €
Ciência Mais Capacitação			5	42 M €		0 M €
Impulso Jovens — CTEAM			2	1 M €	20	1 M €
Impulso Mais Digital			10	210 M €	65	105 M €
Modernização das instituições de ensino e formação profissionais	17	12 M €				
Qualificação de Adultos e Aprendizagem ao Longo da Vida (RAA)			2	0 M €		0 M €
Total	17	12 M €	20	271 M €	86	124 M €

¹ Sempre que uma linha contiver uma coluna vazia, não existe nenhum valor para mostrar e sempre que o valor mostrado for 0, o valor é superior a 0, mas arredondado à unidade é de 0.



Qualificações e Competências



653

clubes ciência viva adicionais

CONTRATUALIZADOS

365

CTES

MATRICULADOS

517

adultos adicionais no ensino pós-secundário e superior na Região Autónoma dos Açores

APOIADOS

35.404

contratos de trabalho



30.853

participantes em cursos de pós-graduação no ensino superior



CONTRATUALIZADOS

226

projetos locais promotores de qualificações de nível B1/B2/B3



2.696

estudantes nos domínios STEAM com uma bolsa anual



REALIZADAS

30.000

certificações de competências através de processos RVCC

ASSINADOS

77

Termos de Aceitação

ENVOLVIDOS

4.509

adultos envolvidos em qualificações de nível qualificações de nível B1/B2/B3

9.758

número adicional estudantes formados em cursos do ensino superior em domínios STEAM (em relação a 2020)

18

novas Escolas Ciência Viva

BENEFICIADOS

11.500

postos de formação

6.2 Resiliência



COMPONENTE C07 Infraestruturas

813 M €
Dotação orçamental

A **Componente 07 - Infraestruturas** pretende contribuir não só para a modernização de áreas de acolhimento empresarial nas três dimensões, mais resilientes, mais verdes e mais digitais, mas também para uma melhoria na gestão e organização do tráfego rodoviário, retirando veículos das áreas urbanas construindo corredores de tráfego rápido, com melhores condições de segurança, menos impactos a nível ambiental e aos utilizadores vulneráveis, e construindo também “missing links” cuja inexistência afeta a rede rodoviária nacional e, conseqüentemente, os agentes económicos, em especial as empresas, que perdem competitividade.

Visão Global e Objetivos

LIGAÇÕES TRANSFRONTEIRIÇAS | 77 M€

Objetivos

- **potenciar a mobilidade transfronteiriça e reduzir dos custos de contexto**, através dos seguintes investimentos nas ligações:
 - Vinhais / Bragança (variantes);
 - Ligação de Bragança a Puebla de Sanabria (ES);
 - Ponte internacional sobre o Rio Sever;
 - Ponte Alcoutim – Salunçar de Gadiana (ES).

ALARGAMENTO DA REDE DE CARREGAMENTO DE VEÍCULOS ELÉTRICOS | 0 M€

Objetivos

- **+15.000 pontos de carregamento** de veículos elétricos até 2025

MISSING LINKS E AUMENTO DE CAPACIDADE DA REDE | 367 M€

Objetivos

- **promover a eliminação de travessias urbanas e a adequação da capacidade da rede rodoviária**, através das seguintes intervenções rodoviárias:
 - Interface Rodoferroviário da Trofa / Santana, incluindo nova ponte sobre o Rio Ave;
 - Maia (Via Diagonal) / Interface Rodoferroviário da Trofa;
 - Variante da Atalaia;
 - Penafiel (EN15) / Rans;
 - Rans / Entre-os Rios;
 - Variante nascente de Évora;
 - Ligação de Baião a Ponte de Ermida;
 - Eixo Rodoviário Aveiro – Águeda;
 - km 67+800 a km 75+520 – Pampilhosa da Serra;
 - Variante a Olhão;
 - IC2 (EN1). Meirinhas (km 136,700) / Pombal (KM 148,500);
 - IP8 (EN121). Ferreira do Alentejo / Beja, incluindo Variante a Beringel;
 - IP8 (EN259). Sta. Margarida do Sado / Ferreira do Alentejo, incluindo Variante de Figueira de Cavaleiros;
 - IP8(A26). Aumento de Capacidade na ligação entre Sines e a A2;
 - Variante à EN211 – Quintã / Mesquinhata.

CIRCUITOS LOGÍSTICOS – REDE VIÁRIA REGIONAL DOS AÇORES | 92 M€

Objetivos

- **melhoria das acessibilidades** através de um conjunto de intervenções relevantes, como:
 - Ilha de Santa Maria: Variante à Vila do Porto;
 - Ilha de São Miguel: Melhoria da acessibilidade Furnas / Povoação – 1ª Lanço – Variante Furnas; Variante Capelas; Variante de São Roque; Variante Portal do Vento;
 - Ilha Terceira: Promoção das condições de acessibilidade, mobilidade e segurança rodoviária – Ligação entre Via Vitorino Nemésio e Circular de Angra;
 - Ilha Graciosa: Ligação entre a E.R. 3-2ª e a E.R. 4-2ª;
 - Ilha de São Jorge: Promoção das condições de acessibilidade, mobilidade e segurança rodoviária – Ligação entre o norte e sul da ilha (transversal);
 - Ilha do Pico: Construção da Circular à Vila da Madalena;
 - Ilha do Faial: Construção da 2ª fase da Variante à Cidade da Horta.

ÁREAS DE ACOlhIMENTO EMPRESARIAL (AAE) | 110 M€

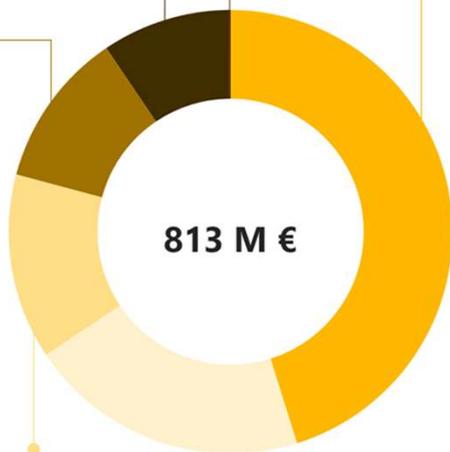
Objetivos

- **+10 áreas de acolhimento empresarial intervenionadas**, para assegurar:
 - Sistemas de produção e armazenamento de energia renovável para;
 - Intervenções piloto para testar ilhas de qualidade de serviço de estabilidade energética;
 - Mobilidade sustentável;
 - Reforço da cobertura com soluções de comunicação 5G;
 - Medidas ativas de prevenção e proteção contra incêndios.

ÁREAS DE ACOlhIMENTO EMPRESARIAL (AAE) – ACESSIBILIDADES RODOVIÁRIAS | 166 M€

Objetivos

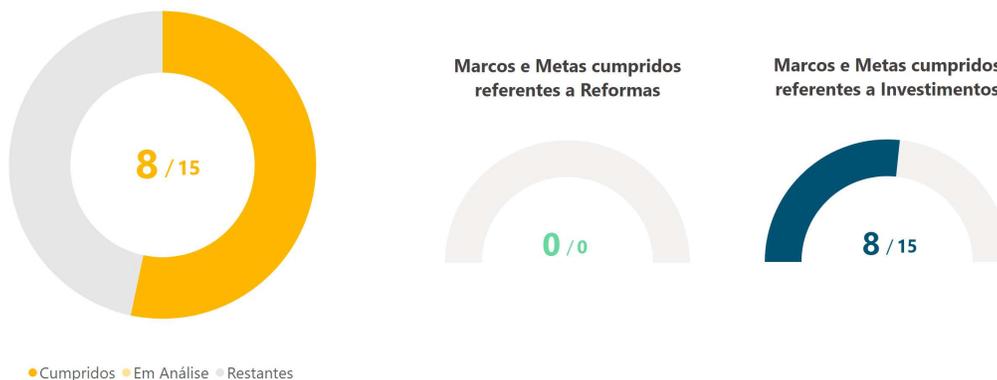
- **Melhoria da acessibilidade rodoviária, através da criação ou construção de 19 estradas:**
 - Ligação da A8 à Área Empresarial das Palhagueiras em Torres Vedras;
 - Ligação da Zona Industrial de Cabeça de Porca (Felgueiras) à A11;
 - Melhoria das acessibilidades à Área de Localização Empresarial de Lavagueiras (Castelo de Paiva);
 - Melhoria de acessibilidades à Zona Industrial Campo Maior;
 - Variante à EN248 (Arruda dos Vinhos);
 - Variante de Aljustrel – Melhoria das acessibilidades à Zona de Extração Mineira e à Área de Localização Empresarial;
 - Via do Tâmega – Variante à EN210 (Celorico de Basto);
 - Ligação do Parque Empresarial do Casarão ao IC2;
 - Nova travessia do Rio Lima entre EN203-Deocriste e EN202-Nogueira;
 - Acesso ao Avepark - Parque de Ciência e Tecnologia das Taipas (Guimarães);
 - Acesso rodoviário da zona industrial do Vale do Neiva ao Nó da A28;
 - Ligação ao Parque Industrial do Mundão - Eliminação de estrangulamentos na EN229 Viseu / Sátão;
 - Acessibilidades à Zona Industrial de Riachos;
 - Acesso do Parque Empresarial de Camporês ao IC8 (Ansião);
 - EN10-4. Setúbal / Mitrena;
 - Ligação à Área Industrial de Fontiscos e reformulação do Nó de Ermida (Santo Tirso);
 - Ligação da Zona Industrial de Rio Maior à EN114;
 - Rotunda na EN246 para acesso à zona industrial de Portalegre;
 - Ligação ao Parque Industrial do Mundão: EN229 – ex-IP5 / Parque Industrial do Mundão



813 M €

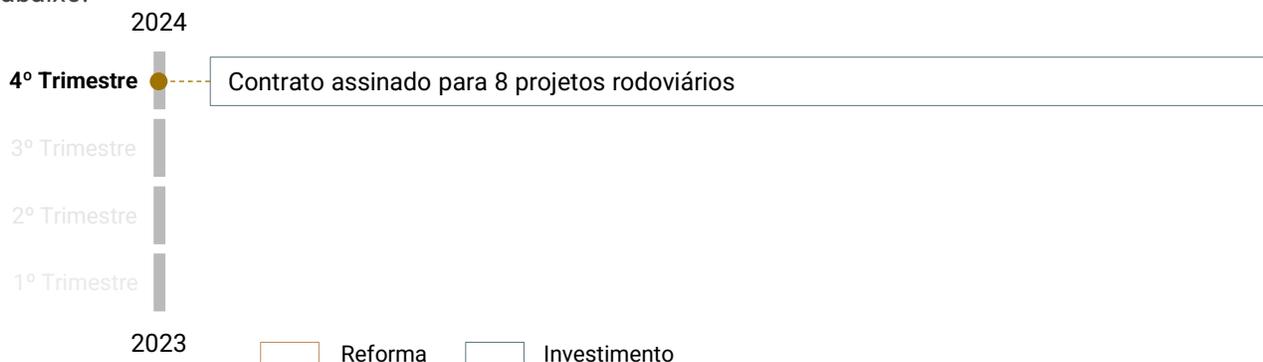
6.2 Resiliência

	COMPONENTE C07 Infraestruturas	813 M € Dotação orçamental
Execução		



No final de 2024, encontravam-se cumpridos 8 dos 15 Marcos e Metas previstos nesta componente, correspondendo a 47% do total previsto. Os Marcos e Metas cumpridos são referentes a investimentos.

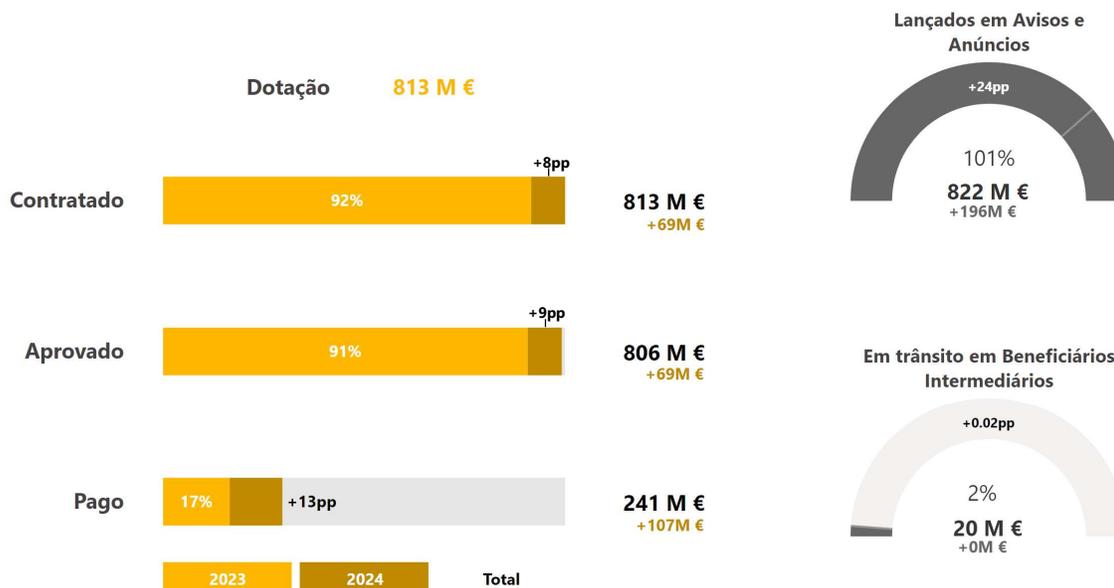
Em 2024 foi avaliado positivamente pela Comissão Europeia o Marco e Meta incluído no 5º Pedido de Pagamento, referente a investimento, tendo este sido cumprido ao longo de 2024, conforme a figura abaixo:



6.2 Resiliência

	COMPONENTE C07 Infraestruturas	813 M € Dotação orçamental
---	--	--------------------------------------

Síntese da Implementação Financeira da Componente a 31.12.2024



A 31 de dezembro de 2024, a dotação atualizada da componente 07 encontrava-se contratada com Beneficiários Diretos e Intermediários a 100%, que se traduz num montante de 813 M€. Por sua vez, o montante aprovado a Beneficiários Diretos e Finais ascendia a 806 M€ e o montante pago os 241 M€, 99% e 30% da dotação total, respetivamente. Do montante total transferido para Beneficiários Intermediários 20 M€ ainda se encontram "em trânsito". O montante lançado em Avisos de Abertura e Concursos Públicos nesta componente ascende a 822 M€, 101% da respetiva dotação orçamental.

Reformas

Não existem reformas associadas a esta componente.

¹ Sempre que uma linha contiver uma coluna vazia, não existe nenhum valor para mostrar e sempre que o valor mostrado for 0, o valor é superior a 0, mas arredondado à unidade é de 0.

6.2 Resiliência



COMPONENTE C07 Infraestruturas

813 M €
Dotação orçamental

Investimentos

CÓDIGO	SUBINVESTIMENTO	DOTAÇÃO	APROVADO A 31.12.2024	PAGO A 31.12.2024
C07-i01.01	Áreas de Acolhimento Empresarial (AAE) Responsável: COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO NORTE, I. P. (CCDR NORTE, I. P.)	31 M €	100%	7%
C07-i01.02	Áreas de Acolhimento Empresarial (AAE) Responsável: COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO CENTRO (CCDR CENTRO)	32 M €	100%	14%
C07-i01.03	Áreas de Acolhimento Empresarial (AAE) Responsável: COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE LISBOA E VALE DO TEJO, I.P. (CCDR LISBOA E VALE DO TEJO, I.P.)	13 M €	100%	1%
C07-i01.04	Áreas de Acolhimento Empresarial (AAE) Responsável: COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO ALENTEJO, I. P. (CCDR ALENTEJO, I. P.)	30 M €	99%	13%
C07-i01.05	Áreas de Acolhimento Empresarial (AAE) Responsável: COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO ALGARVE, I.P. (CCDR ALGARVE, I.P.)	4 M €	100%	4%
C07-i02.01	Missing links e Aumento capacidade da Rede - EN14, EN4, IC35, IP2, EN125, EN211, EN344, IC2, IP8 (A26), Baião/Pone Ermida, IP8 (EN121), IP8 (EN259) Responsável: INFRAESTRUTURAS DE PORTUGAL, S.A.	320 M €	100%	38%
C07-i02.02	Missing links e Aumento capacidade da Rede - Eixo Rodoviário Aveiro – Águeda Responsável: COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO CENTRO (CCDR CENTRO)	47 M €	100%	13%
C07-i03.01	Ligações transfronteiriças - Ponte internacional sobre o Rio Sever Responsável: COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO ALENTEJO, I. P. (CCDR ALENTEJO, I. P.)	11 M €	100%	7%
C07-i03.02	Ligações transfronteiriças - Ponte Alcoutim – Saluncar del Guadiana (ES) Responsável: COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO ALGARVE, I.P. (CCDR ALGARVE, I.P.)	11 M €	100%	9%
C07-i03.03	Ligações transfronteiriças - EN103. Vinhais / Bragança (variantes) Responsável: INFRAESTRUTURAS DE PORTUGAL, S.A.	37 M €	100%	17%
C07-i03.04	Ligações transfronteiriças - Ligação de Bragança a Puebla de Sanabria (ES) Responsável: COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO NORTE, I. P. (CCDR NORTE, I. P.)	19 M €	100%	10%
C07-i04.01	Áreas de Acolhimento Empresarial (AAE) – Acessibilidades Rodoviárias Responsável: INFRAESTRUTURAS DE PORTUGAL, S.A.	106 M €	100%	45%
C07-i04.02	Áreas de Acolhimento Empresarial (AAE) – Acessibilidades Rodoviárias - EN10-4. Setúbal/ Mitrena e Ligação da A8 à Área Empresarial das Palhagueiras em Torres Vedras Responsável: COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE LISBOA E VALE DO TEJO, I.P. (CCDR LISBOA E VALE DO TEJO, I.P.)	11 M €	100%	17%
C07-i04.03	Áreas de Acolhimento Empresarial (AAE) – Acessibilidades Rodoviárias : Ligação do Parque Empresarial do Casarão ao IC2 Responsável: COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO CENTRO (CCDR CENTRO)	7 M €	100%	13%
C07-i04.04	Áreas de Acolhimento Empresarial (AAE) – Acessibilidades Rodoviárias Responsável: COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO NORTE, I. P. (CCDR NORTE, I. P.)	42 M €	85%	11%
C07-i04.05	Áreas de Acolhimento Empresarial (AAE) – Acessibilidades Rodoviárias - Rotunda na EN246 para acesso à zona industrial de Portalegre Responsável: COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO ALENTEJO, I. P. (CCDR ALENTEJO, I. P.)	0 M €	100%	84%
C07-i05-RAA	Circuitos Logísticos - Rede Viária Regional dos Açores Responsável: DIREÇÃO REGIONAL DE PLANEAMENTO E FUNDOS ESTRUTURAIS	92 M €	100%	41%

6.2 Resiliência



COMPONENTE C07 Infraestruturas

813 M €
Dotação orçamental

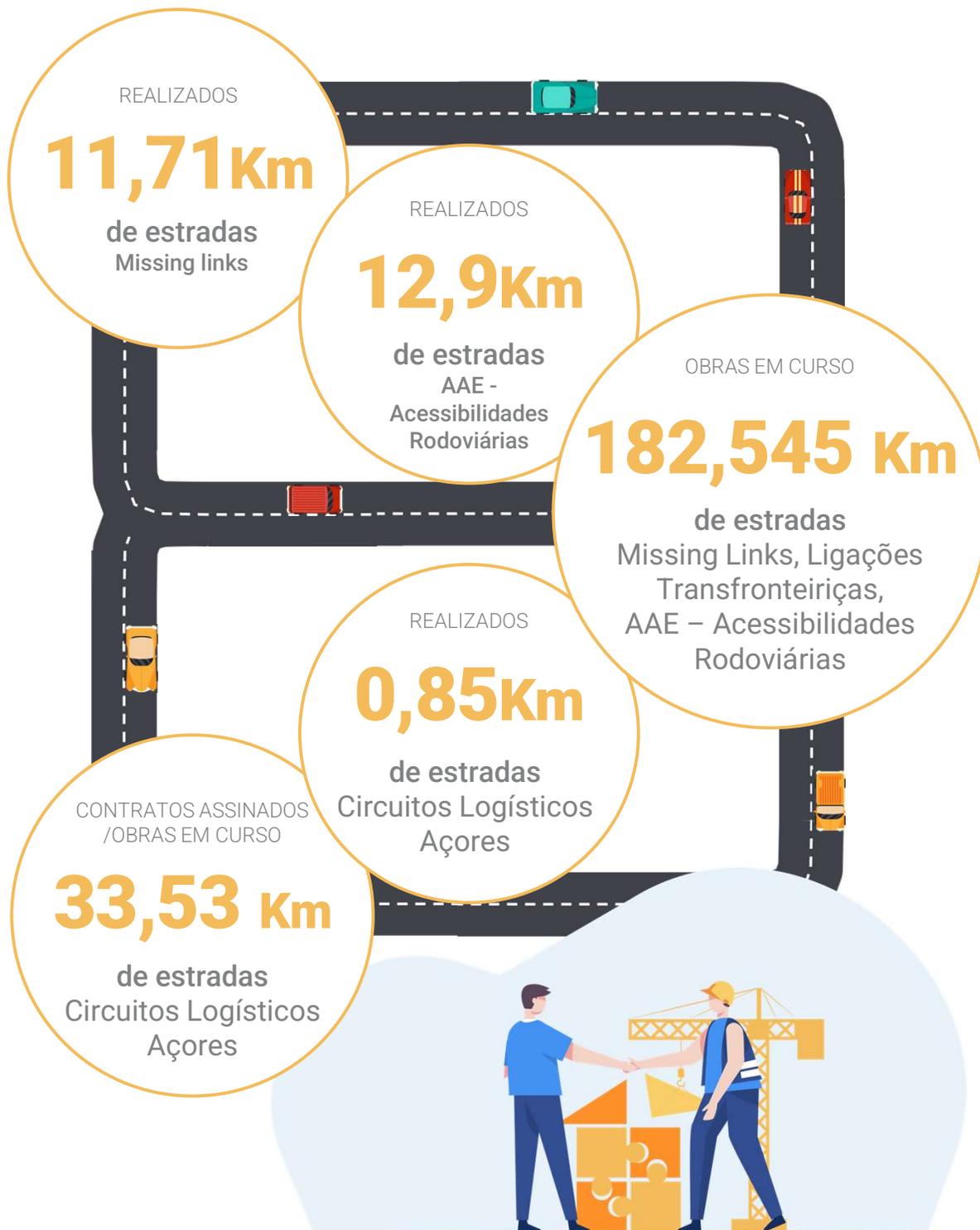
Concretizações - Concursos Públicos e Avisos lançados em 2024 ¹

Nome dos Investimentos	Concursos Públicos		Avisos			
	Número de Anúncios	Dotação Anúncios	Número de Avisos	Dotação Avisos	Candidaturas Aprovadas	Montante Aprovado
▲						
Ligações em falta e aumento de capacidade da rede	9	122 M €				
Ligações transfronteiras	2	25 M €				
Zonas de acolhimento de empresas — acessibilidade rodoviária	1	1 M €				
Total	12	147 M €				

¹ Sempre que uma linha contiver uma coluna vazia, não existe nenhum valor para mostrar e sempre que o valor mostrado for 0, o valor é superior a 0, mas arredondado à unidade é de 0.



Infraestruturas



6.2 Resiliência

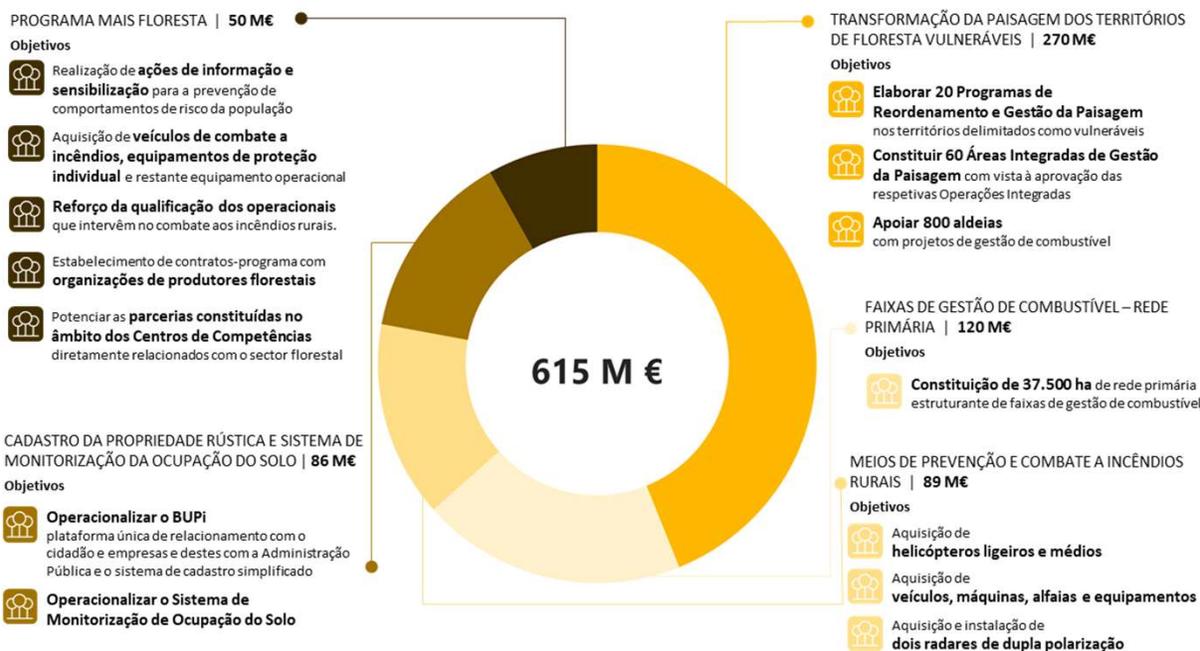


COMPONENTE C08 Florestas

615 M €
Dotação orçamental

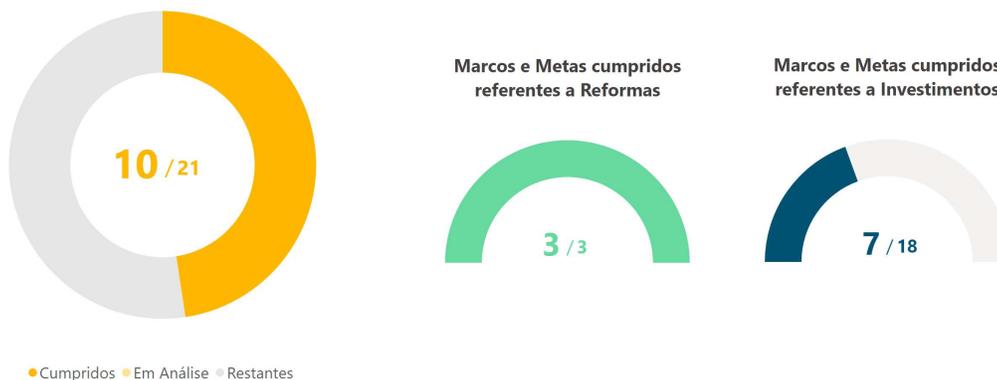
A **Componente 08 - Florestas** tem como objetivo desenvolver uma resposta estrutural na prevenção e combate de incêndios rurais capaz de proteger Portugal de incêndios rurais graves num contexto de alterações climáticas, e com impacto duradouro ao nível da resiliência, sustentabilidade e coesão territorial. Pretende ainda proteger a biodiversidade apoiando o restauro de ecossistemas agrícolas e florestais, em particular de áreas ardidas, e contribuir para a coesão territorial e criação de emprego revitalizando a atividade económica de territórios rurais.

Visão Global e Objetivos



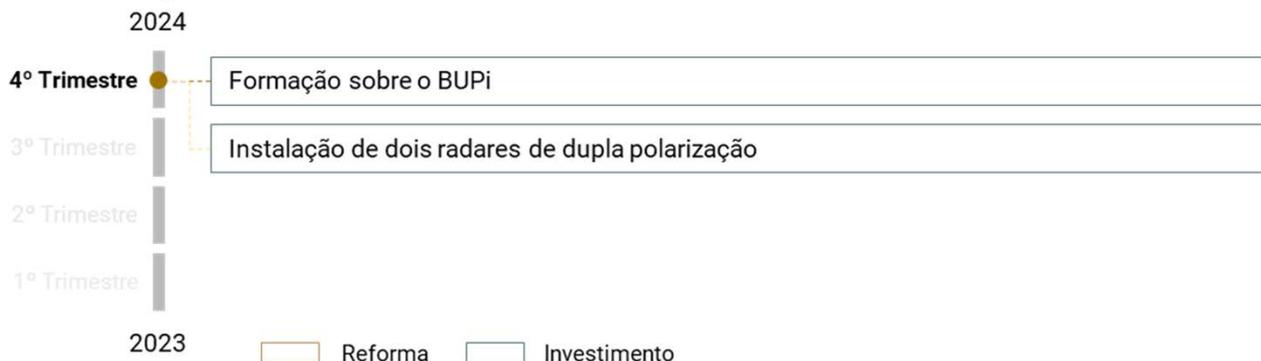
6.2 Resiliência

	COMPONENTE C08 Florestas	615 M € Dotação orçamental
Execução		



No final de 2024, encontravam-se cumpridos 10 dos 21 Marcos e Metas previstos nesta componente, correspondendo a 48% do total previsto. Dos Marcos e Metas cumpridos, 3 são referentes a reformas e 7 referentes a investimentos.

Em 2024 foram avaliados positivamente pela Comissão Europeia os 2 Marcos e Metas incluídos no 5º Pedido de Pagamento, referentes a investimentos, tendo estes sido cumpridos ao longo de 2024, conforme a figura abaixo:



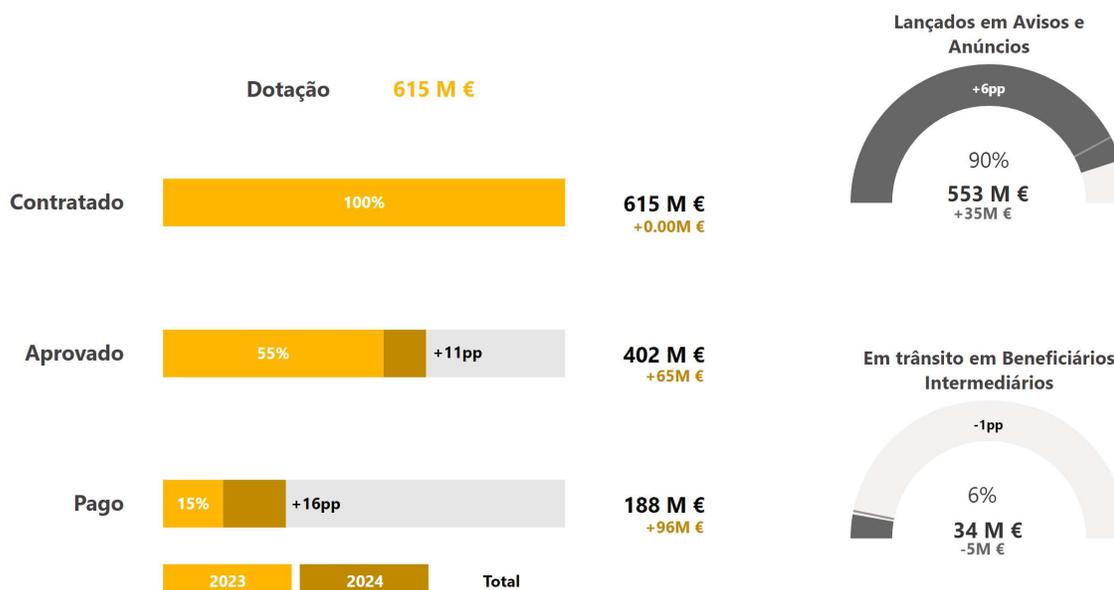
6.2 Resiliência



COMPONENTE C08 Florestas

615 M €
Dotação orçamental

Síntese da Implementação Financeira da Componente a 31.12.2024



A 31 de dezembro de 2024, a dotação atualizada da componente 08 encontrava-se contratada com Beneficiários Diretos e Intermediários a 100%, que se traduz num montante de 615 M€. Por sua vez, o montante aprovado a Beneficiários Diretos e Finais ascendia a 402 M€ e o montante pago os 188 M€, 65% e 31% da dotação total, respetivamente. Do montante total transferido para Beneficiários Intermediários 34 M€ ainda se encontram "em trânsito". O montante lançado em Avisos de Abertura e Concursos Públicos nesta componente ascende a 553 M€, 90% da respetiva dotação orçamental.

Reformas

CÓDIGO	REFORMA	ESTADO DE IMPLEMENTAÇÃO A 31.12.2024
C08-r19	Transformação da paisagem dos territórios de floresta vulneráveis	Concretizada
C08-r20	Reorganização do sistema de cadastro da propriedade rústica e do Sistema de Monitorização de Ocupação do Solo	Concretizada
C08-r21	Prevenção e combate de fogos rurais	Concretizada

6.2 Resiliência



COMPONENTE C08 Florestas

615 M €
Dotação orçamental

Investimentos

CÓDIGO	SUBINVESTIMENTO	DOTAÇÃO	APROVADO A 31.12.2024	PAGO A 31.12.2024
C08-i01.01	Transformação da Paisagem dos Territórios de Floresta Vulneráveis – Subinvestimento Áreas integradas de gestão da paisagem (AIGP) e Condomínios de Aldeia Responsável: FUNDO AMBIENTAL	257 M €	22%	5%
C08-i01.02	Transformação da Paisagem dos Territórios de Floresta Vulneráveis: Programas de Reordenamento e Gestão da Paisagem Responsável: DIREÇÃO-GERAL DO TERRITÓRIO	3 M €	100%	41%
C08-i01.03	Transformação da Paisagem dos Territórios de Floresta Vulneráveis - Emparcelar para Ordenar Responsável: INSTITUTO DE FINANCIAMENTO DA AGRICULTURA E PESCAS (IFAP, I.P.)	10 M €	0%	0%
C08-i02.01	Cadastro da Propriedade Rústica e Sistema de Monitorização da Ocupação do Solo: SMOS e Sistema de conservação do cadastro e de acreditação de técnicos de cadastro predial do Sistema Nacional de Cadastro Predial Responsável: DIREÇÃO-GERAL DO TERRITÓRIO	28 M €	100%	31%
C08-i02.02	Cadastro da Propriedade Rústica e Sistema de Monitorização da Ocupação do Solo: Inventário Florestal Nacional Responsável: INSTITUTO DA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E DAS FLORESTAS, I.P.	3 M €	100%	13%
C08-i02.03	Cadastro da Propriedade Rústica e Sistema de Monitorização da Ocupação do Solo: Sistema Nacional de Cadastro Predial Responsável: SECRETARIA-GERAL DO MINISTERIO DA JUSTIÇA	45 M €	97%	63%
C08-i02.04	Cadastro da Propriedade Rústica e Sistema de Monitorização da Ocupação do Solo: Sistema Nacional de Cadastro Predial – Dimensão Local Região Norte Responsável: COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO NORTE, I. P. (CCDR NORTE, I. P.)	5 M €	101%	0%
C08-i02.05	Cadastro da Propriedade Rústica e Sistema de Monitorização da Ocupação do Solo: Sistema Nacional de Cadastro Predial – Dimensão Local Região Centro Responsável: COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO CENTRO (CCDR CENTRO)	5 M €	100%	0%
C08-i03	Faixas de gestão de combustível - Rede Primária Responsável: INSTITUTO DA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E DAS FLORESTAS, I.P.	120 M €	100%	17%
C08-i04.01	Meios de prevenção e combate a incêndios rurais – Subinvestimento Meios aéreos Responsável: ESTADO MAIOR DA FORÇA AEREA	70 M €	100%	89%
C08-i04.02	Meios de prevenção e combate a incêndios rurais – Subinvestimento Meios terrestres Responsável: INSTITUTO DA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E DAS FLORESTAS, I.P.	16 M €	100%	98%
C08-i04.03	Meios de prevenção e combate a incêndios rurais: Rede de radares Responsável: INSTITUTO PORTUGUÊS DO MAR E DA ATMOSFERA, I.P.	3 M €	100%	100%
C08-i05.01	Programa MAIS Floresta: Reforma do sistema de prevenção e combate de incêndios Responsável: SECRETARIA-GERAL DO MINISTERIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA	40 M €	103%	87%
C08-i05.02	Programa MAIS Floresta: Reforço de atuação das organizações de produtores florestais (OPF) e dos Centros de Competências no setor florestal Responsável: FUNDO AMBIENTAL	10 M €	67%	7%

6.2 Resiliência



COMPONENTE C08 Florestas

615 M €
Dotação orçamental

Concretizações - Concursos Públicos e Avisos lançados em 2024 ¹

Nome dos Investimentos	Concursos Públicos		Avisos			
	Número de Anúncios	Dotação Anúncios	Número de Avisos	Dotação Avisos	Candidaturas Aprovadas	Montante Aprovado
▲						
Cadastro da propriedade rústica e Sistema de Monitorização da Ocupação do Solo	72	11 M €				
Meios de prevenção e combate a incêndios rurais	6	3 M €				
Programa MAIS Floresta			4	6 M €	4	2 M €
Quebras na gestão do combustível — rede primária	14	2 M €				
Transformação da paisagem dos territórios de floresta vulneráveis	2	1 M €	3	12 M €	2	0 M €
Total	94	17 M €	7	18 M €	6	2 M €

¹ Sempre que uma linha contiver uma coluna vazia, não existe nenhum valor para mostrar e sempre que o valor mostrado for 0, o valor é superior a 0, mas arredondado à unidade é de 0.



Florestas



6.2 Resiliência



COMPONENTE C09 Gestão Hídrica

461 M €
Dotação orçamental

A gestão hídrica constitui uma área de intervenção estratégica face à necessidade de se mitigar a escassez hídrica e assegurar a resiliência dos territórios do Algarve, Alentejo e Madeira, as regiões com maior necessidade de intervenção em Portugal, tendo em conta a ocorrência de episódios de seca agravados em resultado das alterações climáticas. A **Componente 09 - Gestão Hídrica** tem por base os cenários de alterações climáticas e a perspetiva explanada na Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas (EN AAC) e no Programa de Ação para as Alterações Climáticas (P-3AC), contribuindo para a diversificação da atividade económica destas regiões e para o seu desenvolvimento económico, social e ambiental.

Visão Global e Objetivos

PLANO DE EFICIÊNCIA E REFORÇO HÍDRICO DOS SISTEMAS DE ABASTECIMENTO E REGADIO DA RAM | **82 M€**

Objetivos

- Reforço de Adução ao **Canal do Norte**
- Recuperação da **Levada das Rabaças**
- Otimização da Adução do **Sistema Adutor Machico Funchal**
- Reforço de Adução ao **Canal dos Tornos**
- Reforço de Adução ao **Lanço Sul do Canal dos Tornos**
- Construção da **Galeria de Captação de Água Salgada no Porto Santo**
- Intervenções nas **Redes de Abastecimento de Água do Porto Santo**
- Reforço de adução ao **Reservatório da Trompica**



PLANO REGIONAL DE EFICIÊNCIA HÍDRICA DO ALGARVE | **237 M€**

Objetivos

- Reduzir perdas de água** no setor urbano
- Reduzir perdas de água e aumentar eficiência** no setor agrícola
- Reforçar a governança dos recursos hídricos** (monitorização, licenciamento, fiscalização e sensibilização)
- Promover a utilização de **Água Residual Tratada**
- Aumentar a capacidade disponível e resiliência das **albufeiras e sistemas de adução em alta**
- Promover a **dessalinização de água do mar**

APROVEITAMENTO HIDRÁULICO DE FINS MÚLTIPLOS DO CRATO | **141 M€**

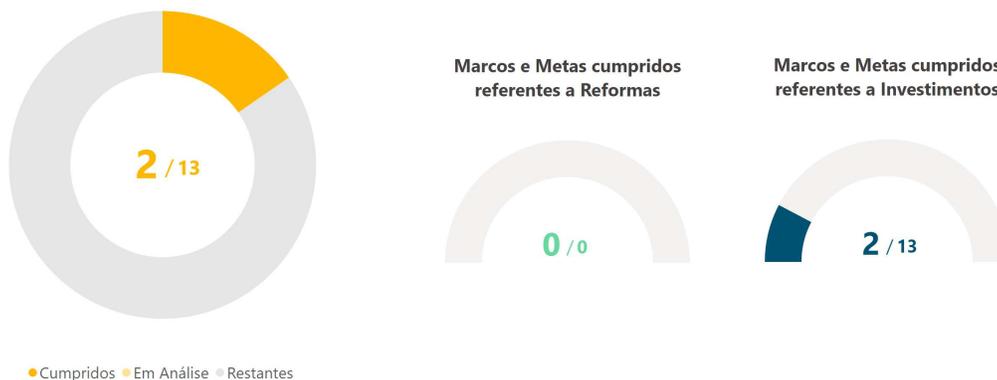
Objetivos

- Criação de uma **reserva estratégica de água** que constituirá uma alternativa de abastecimento público às populações (cerca de 55.000 pessoas)
- Estabelecimento de **novas áreas de regadio**

- Acomodar uma **central fotovoltaica** que, para uma potência instalada correspondente a 75 MW, permitiria **satisfazer mais de 60% das atuais necessidades energéticas da região** e **reduzir mais de 80.000 t/ano de emissões de dióxido de carbono**

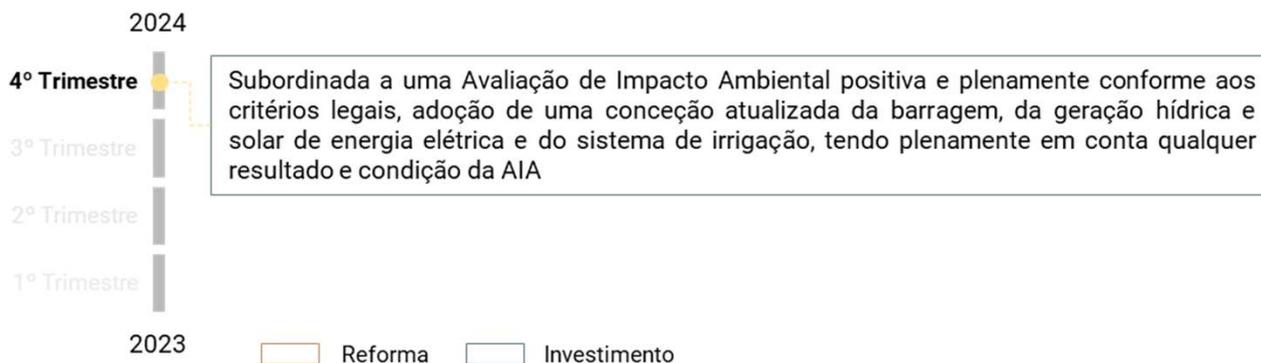
6.2 Resiliência

	COMPONENTE C09 Gestão Hídrica	461 M € Dotação orçamental
Execução		



No final de 2024, encontrava-se cumprido 2 dos 13 Marcos e Metas previstos nesta componente, correspondendo a 15% do total previsto. O Marco e Meta cumprido é referente a investimentos.

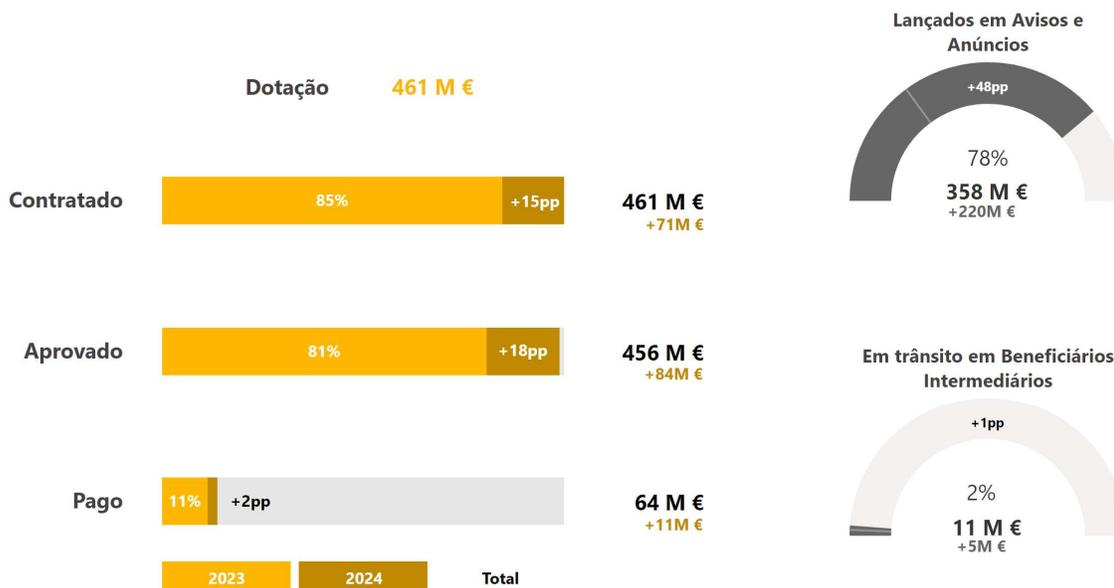
Em 2024 foi avaliado positivamente pela Comissão Europeia o Marco e Meta incluído no 5º Pedido de Pagamento, referente a investimento, tendo este sido cumprido ao longo de 2024, conforme a figura abaixo:



6.2 Resiliência

	COMPONENTE C09 Gestão Hídrica	461 M € Dotação orçamental
---	---	--------------------------------------

Síntese da Implementação Financeira da Componente a 31.12.2024



A 31 de dezembro de 2024, a dotação atualizada da componente 09 encontrava-se contratada com Beneficiários Diretos e Intermediários a 100%, que se traduz num montante de 461 M€. Por sua vez, o montante aprovado a Beneficiários Diretos e Finais ascendia a 456 M€ e o montante pago os 64 M€, 99% e 14% da dotação total, respetivamente. Do montante total transferido para Beneficiários Intermediários 11 M€ ainda se encontram "em trânsito". O montante lançado em Avisos de Abertura e Concursos Públicos nesta componente ascende a 358 M€, 78% da respetiva dotação orçamental.

Reformas

Não existem reformas associadas a esta componente.

6.2 Resiliência



COMPONENTE C09 Gestão Hídrica

461 M €
Dotação orçamental

Investimentos

CÓDIGO	SUBINVESTIMENTO	DOTAÇÃO	APROVADO A 31.12.2024	PAGO A 31.12.2024
C09-i01.01	Plano Regional de Eficiência Hídrica do Algarve: SM1 – Reduzir perdas de água no setor urbano Responsável: CI - AMAL - COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO ALGARVE	44 M €	99%	16%
C09-i01.02	Plano Regional de Eficiência Hídrica do Algarve: SM2 – Reduzir perdas de água e aumentar a eficiência no setor agrícola Responsável: FUNDO AMBIENTAL	19 M €	73%	7%
C09-i01.03	Plano Regional de Eficiência Hídrica do Algarve: SM3 – Reforçar a governança dos recursos hídricos Responsável: AGÊNCIA PORTUGUESA DO AMBIENTE, I.P.	6 M €	100%	13%
C09-i01.04	Plano Regional de Eficiência Hídrica do Algarve: SM4 – Promover a utilização de Água Residual Tratada, SM5 – Aumentar a capacidade disponível e resiliência das albufeiras/sistemas de adução em alta existentes e reforçar com novas origens de água e SM Responsável: ÁGUAS DO ALGARVE S.A.	169 M €	100%	12%
C09-i02 ¹	Aproveitamento hidráulico de fins múltiplos do Crato-Planeamento Responsável: COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO ALTO ALENTEJO	0 M €	0%	0%
C09-i03-RAM	Plano de eficiência e reforço hídrico dos sistemas de abastecimento e regadio da RAM Responsável: INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL IP-RAM	82 M €	100%	22%
C09-i04	Aproveitamento hidráulico de fins múltiplos do Crato - fase de construção Responsável: COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO ALTO ALENTEJO	141 M €	100%	12%

Concretizações - Concursos Públicos e Avisos lançados em 2024 ²

Nome dos Investimentos	Concursos Públicos		Avisos			
	Número de Anúncios	Dotação Anúncios	Número de Avisos	Dotação Avisos	Candidaturas Aprovadas	Montante Aprovado
Aproveitamento hidráulico de fins múltiplos do Crato — fase de construção	24	74 M €				
Plano Regional de Eficiência Hídrica do Algarve	22	129 M €	1	7 M €		0 M €
Total	46	203 M €	1	7 M €		0 M €

¹A dotação do investimento C09.i02 é de 0€ uma vez que esta verba foi transferida para o investimento C09.i04

²Sempre que uma linha contiver uma coluna vazia, não existe nenhum valor para mostrar e sempre que o valor mostrado for 0, o valor é superior a 0, mas arredondado à unidade é de 0.



Gestão Hídrica

CONCLUÍDAS

71

Empreitadas do Plano Regional de Eficiência Hídrica do Algarve



INSTALADOS

24

dataloggers com telemetria em grandes consumidores de água

CONCLUÍDA

Empreitada de "Captação do Volume Morto da Albufeira de Odeleite"



CONCLUÍDOS

15 piezómetros

dos 50 que estão contratualizados construir na região algarvia

POUPADOS

0,73Hm³

de água

REABILITADOS

34,5Km

De rede de abastecimento de águas municipais



INSTALADAS

21

Zonas de Medição e Controlo (ZMC)

ASSINADO

Contrato

Da Empreitada para a Conceção, Construção e Exploração do Sistema de Dessalinização na Região do Algarve

EM CURSO

4

Empreitadas para o aproveitamento de Água para Reutilização

ADJUDICADA

Empreitada

Geral de Construção das Infraestruturas Primárias de Regularização de Caudais do Aproveitamento Hidráulico de Fins Múltiplos do Crato – Barragem e Central Hidroelétrica do Pisão

"Redes de abastecimento de água do Porto Santo com vista à redução de perdas intervencionadas"
"Reforço de adução ao Canal dos Tornos – EE Lombo do Urzal"

6.3 Transição Climática

6.3 Transição Climática



COMPONENTE C10 Mar

393 M €
Dotação orçamental

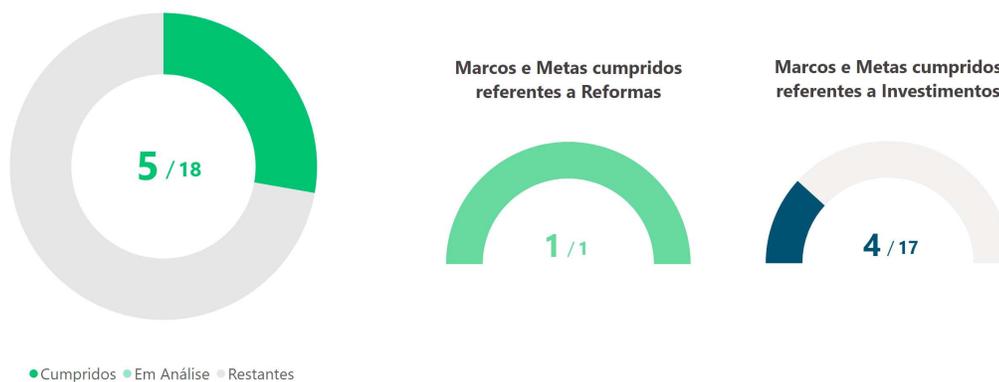
A **Componente C10 - Mar** visa desenvolver uma resposta estrutural, duradoura e impactante preparando o caminho para a construção de uma economia do mar mais competitiva, mais coesa e mais inclusiva, mas também mais descarbonizada e sustentável, com maior capacidade de aproveitamento das oportunidades decorrentes das transições climática e digital. Alinhada com estes princípios, a componente Mar irá contribuir para as opções nacionais relacionadas com o reforço do potencial produtivo nacional, procurando garantir condições de sustentabilidade e competitividade do tecido empresarial ligado ao mar, assim como assumir a ambição de combater algumas das bolsas de pobreza localizadas em comunidades costeiras, e assegurar um território simultaneamente competitivo e coeso num contexto de adaptação às transições climática e digital. Ao nível da preservação do valor dos serviços ecossistémicos oceânicos, esta componente irá contribuir de forma inequívoca para a “Saúde dos Oceanos”. Complementarmente, a mesma contribuirá para o reforço da capacidade operacional, formativa e científica do País.

Visão Global e Objetivos



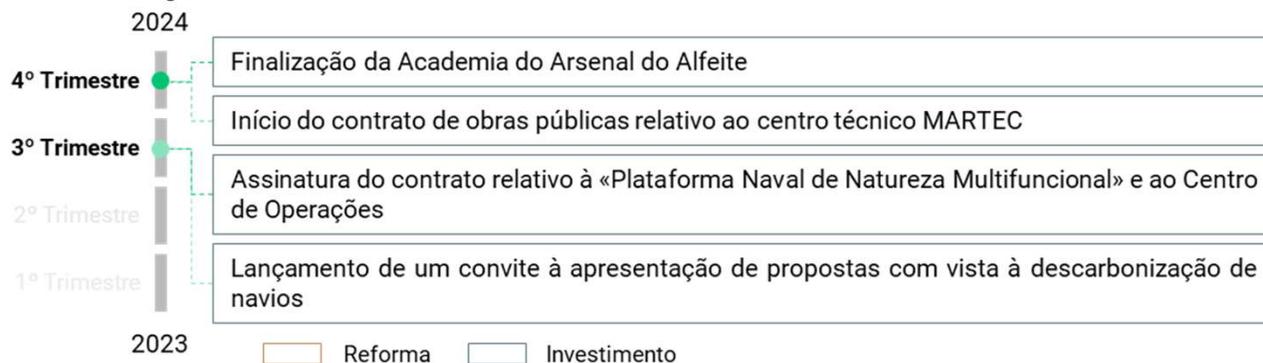
6.3 Transição Climática

	COMPONENTE C10 Mar	393 M € Dotação orçamental
Execução		



No final de 2024, encontravam-se cumpridos 5 dos 18 Marcos e Metas previstos nesta componente, correspondendo a 28% do total previsto. O Marco e Meta cumprido é referente a reformas.

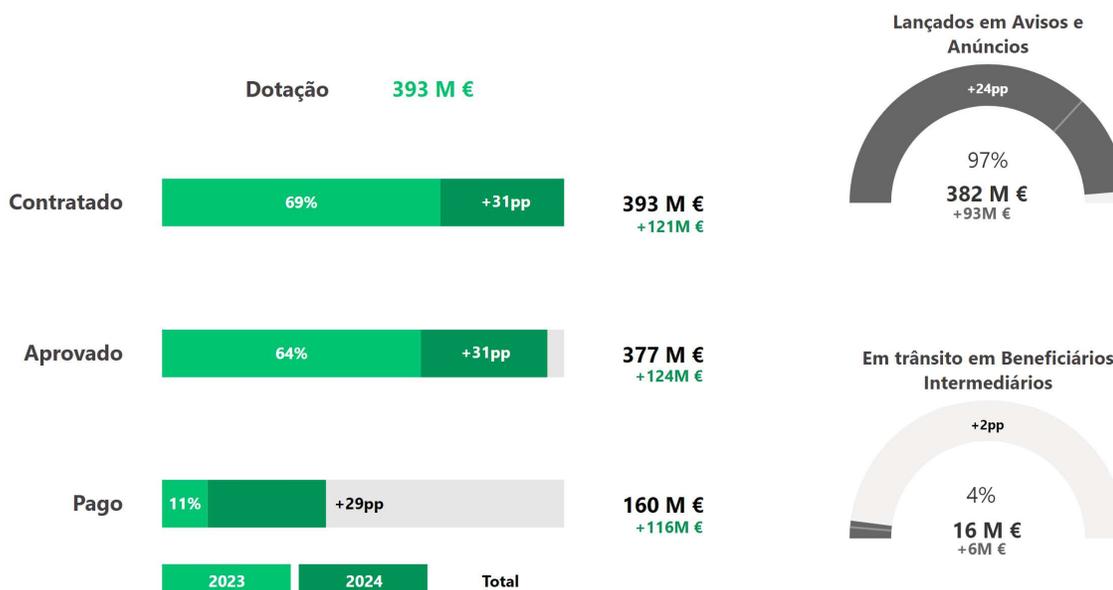
Em 2024 foram avaliados positivamente pela Comissão Europeia os 4 Marcos e Metas incluídos no 5º Pedido de Pagamento, referentes a investimentos, tendo estes sido cumpridos ao longo de 2023 e 2024, conforme a figura abaixo:



6.3 Transição Climática

	COMPONENTE C10 Mar	393 M € Dotação orçamental
---	------------------------------	--------------------------------------

Síntese da Implementação Financeira da Componente a 31.12.2024



A 31 de dezembro de 2024, a dotação atualizada da componente 10 encontrava-se contratada com Beneficiários Diretos e Intermediários a 100%, que se traduz num montante de 393 M€. Por sua vez, o montante aprovado a Beneficiários Diretos e Finais ascendia a 377 M€ e o montante pago os 160 M€, 96% e 41% da dotação total, respetivamente. Do montante total transferido para Beneficiários Intermediários 16 M€ ainda se encontram "em trânsito". O montante lançado em Avisos de Abertura e Concursos Públicos nesta componente ascende a 382 M€, 97% da respetiva dotação orçamental.

Reformas

CÓDIGO	REFORMA	ESTADO DE IMPLEMENTAÇÃO A 31.12.2024
C10-r23	Reforma do Ecossistema de Infraestruturas de Suporte à Economia Azul	● Concretizada

6.3 Transição Climática



COMPONENTE C10 Mar

393 M €
Dotação orçamental

Investimentos

CÓDIGO	SUBINVESTIMENTO	DOTAÇÃO	APROVADO A 31.12.2024	PAGO A 31.12.2024
C10-i01	Hub Azul, Rede de Infraestruturas para a Economia Azul Responsável: Fundo Azul	99 M €	97%	28%
C10-i02	Transição Verde e Digital e Segurança nas Pescas Responsável: INSTITUTO DE FINANCIAMENTO DA AGRICULTURA E PESCAS (IFAP, I.P.)	21 M €	97%	46%
C10-i03.01	Centro de Operações de Defesa do Atlântico e Plataforma Naval - Pilar I - Plataforma Naval Multifuncional e Pilar II - Centro de Operações Responsável: MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL-MARINHA	148 M €	100%	61%
C10-i03.02	Centro de Operações de Defesa do Atlântico e Plataforma Naval - Pilar III - Academia do Arsenal do Alfeite (Academia 4.0) Responsável: ARSENAL DO ALFEITE, S.A.	2 M €	100%	82%
C10-i04-RAA	Desenvolvimento do "Cluster do Mar dos Açores" Responsável: DIRECÇÃO REGIONAL DE PLANEAMENTO E FUNDOS ESTRUTURAIS	48 M €	100%	52%
C10-i05-RAA	Transição energética, digitalização e redução do impacto ambiental no setor da Pesca e da Aquicultura Responsável: DIRECÇÃO REGIONAL DE PLANEAMENTO E FUNDOS ESTRUTURAIS	5 M €	100%	13%
C10-i06-RAM	Tecnologias Oceânicas Responsável: INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL IP-RAM	20 M €	100%	13%
C10-i07	Green Shipping Responsável: IAPMEI - AGÊNCIA PARA A COMPETITIVIDADE E INOVAÇÃO, I.P.	50 M €	74%	6%

Concretizações - Concursos Públicos e Avisos lançados em 2024 ¹

Nome dos Investimentos	Concursos Públicos		Avisos			
	Número de Anúncios	Dotação Anúncios	Número de Avisos	Dotação Avisos	Candidaturas Aprovadas	Montante Aprovado
Centro de operações de defesa do Atlântico e plataforma naval	17	1 M €				
Desenvolvimento do «Agrupamento do Mar dos Açores			1	6 M €	1	6 M €
Navegação ecológica			1	50 M €	12	37 M €
Tecnologias oceânicas			1	20 M €	2	20 M €
Transição ecológica e digital e segurança nas pescas			1	1 M €		0 M €
Transição energética, digitalização e redução do impacto ambiental no setor das pescas e da aquicultura			1	5 M €	1	5 M €
Total	17	1 M €	5	82 M €	16	68 M €

¹ Sempre que uma linha contiver uma coluna vazia, não existe nenhum valor para mostrar e sempre que o valor mostrado for 0, o valor é superior a 0, mas arredondado à unidade é de 0.



Mar



CONCRETIZADA

Academia do Arsenal do Alfeite

finalizada e certificada



6.3 Transição Climática



COMPONENTE C11
Descarbonização da Indústria

737 M €
Dotação orçamental

A **Componente C11 – Descarbonização da Indústria** visa a descarbonização do setor industrial e empresarial e a promoção da mudança de paradigma na utilização dos recursos concretizando medidas do Plano Nacional Energia e Clima 2030 (PNEC), constituindo um objetivo estratégico central no PRR, no sentido em que contribui para acelerar a transição para uma economia neutra em carbono e, ao mesmo tempo, para promover a competitividade da indústria e das empresas, por via da sua descarbonização, redução do consumo de energia e da promoção de fontes endógenas de energia.

Visão Global e Objetivos



DESCARBONIZAÇÃO DA INDÚSTRIA | 737 M€

Objetivos

-  Introdução de **novos processos e tecnologias de baixo carbono na indústria**
-  Adoção de **medidas de eficiência energética na indústria**
-  Incorporação de **energia de fonte renovável e armazenamento de energia**
-  Apoio à **capacitação das empresas e a elaboração de instrumentos de informação**

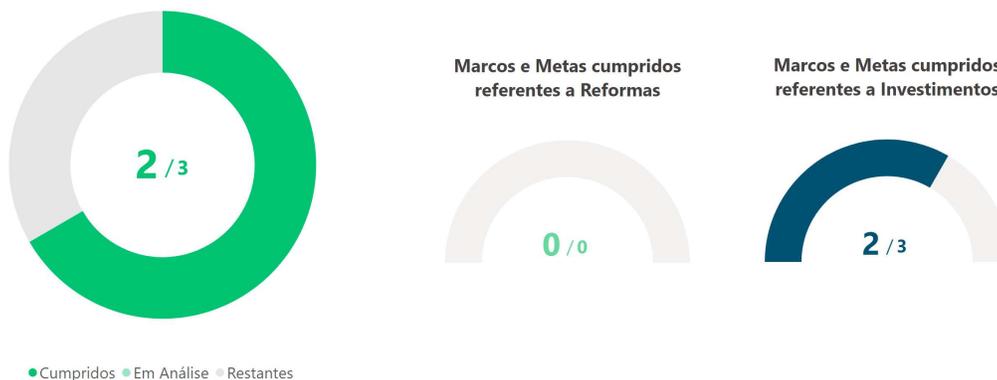
6.3 Transição Climática



COMPONENTE C11
Descarbonização da Indústria

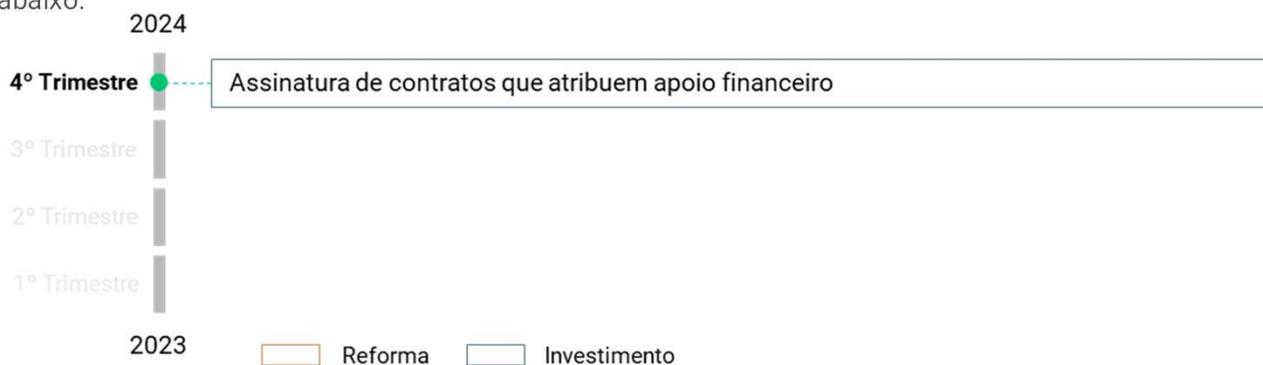
737 M €
Dotação orçamental

Execução



No final de 2024, encontrava-se cumprido 2 dos 3 Marcos e Metas previstos nesta componente, correspondendo a 67% do total previsto. O Marco e Meta cumprido é referente a investimentos.

Em 2024 foi avaliado positivamente pela Comissão Europeia o Marco e Meta incluído no 5º Pedido de Pagamento, referente a investimento, tendo este sido cumprido ao longo de 2024, conforme a figura abaixo:



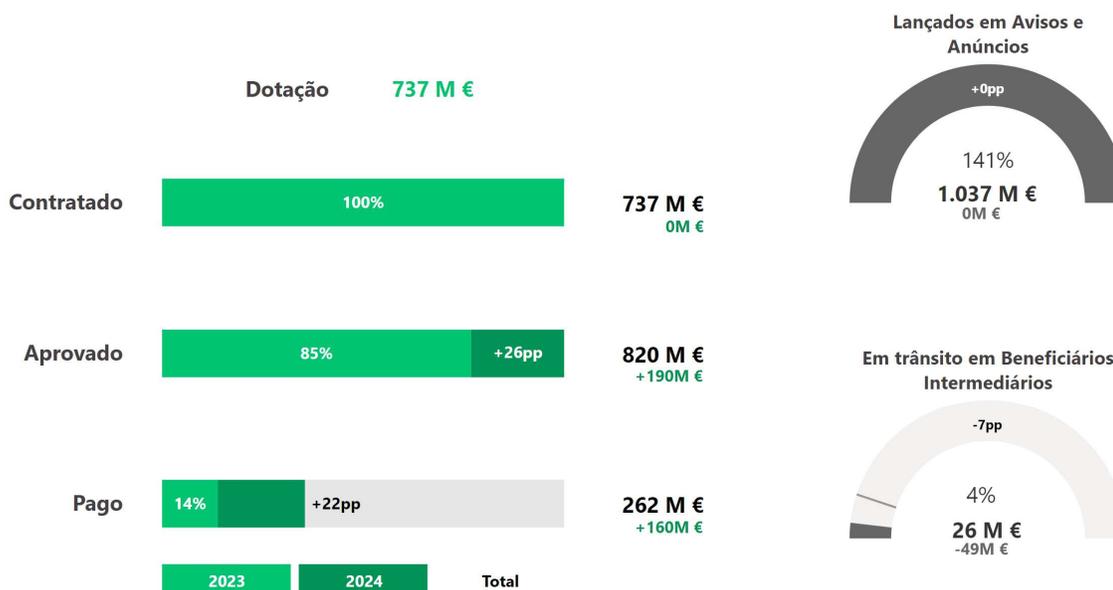
6.3 Transição Climática



COMPONENTE C11 Descarbonização da Indústria

737 M €
Dotação orçamental

Síntese da Implementação Financeira da Componente a 31.12.2024



A 31 de dezembro de 2024, a dotação atualizada da componente 11 encontrava-se contratada com Beneficiários Diretos e Intermediários a 100%, que se traduz num montante de 737 M€. Por sua vez, o montante aprovado a Beneficiários Diretos e Finais ascendia a 820 M€ e o montante pago a 262 M€, 111% e 36% da dotação total, respetivamente. Do montante total transferido para Beneficiários Intermediários 26 M€ ainda se encontram "em trânsito". O montante lançado em Avisos de Abertura e Concursos Públicos nesta componente ascende a 1.037 M€, 141% da respetiva dotação orçamental.

Reformas

Não existem reformas associadas a esta componente.

Investimentos

CÓDIGO	SUBINVESTIMENTO	DOTAÇÃO	APROVADO A 31.12.2024	PAGO A 31.12.2024
C11-i01	Descarbonização da Indústria Responsável: IAPMEI - AGÊNCIA PARA A COMPETITIVIDADE E INOVAÇÃO, I.P.	737 M €	111%	36%

Concretizações - Concursos Públicos e Avisos lançados em 2024

No ano corrente não foram lançados avisos e/ou anúncios.



Descarbonização da Indústria

Assinados

1659
Termos de
Aceitação



Aprovados

820 milhões €

a empresas para projetos
de descarbonização
industrial



6.3 Transição Climática



COMPONENTE C12
Bioeconomia Sustentável

145 M €
Dotação orçamental

A **Componente C12 – Bioeconomia Sustentável** pretende desenvolver as iniciativas necessárias à alteração de paradigma para acelerar a produção de produtos de alto valor acrescentado a partir de recursos biológicos (em alternativa às matérias de base fóssil). Através de uma transição para a Bioeconomia Sustentável é possível apoiar a modernização e a consolidação da indústria por meio da criação de novas cadeias de valor e de processos industriais mais ecológicos, apresentando-se assim como uma oportunidade para toda a Europa.

Visão Global e Objetivos



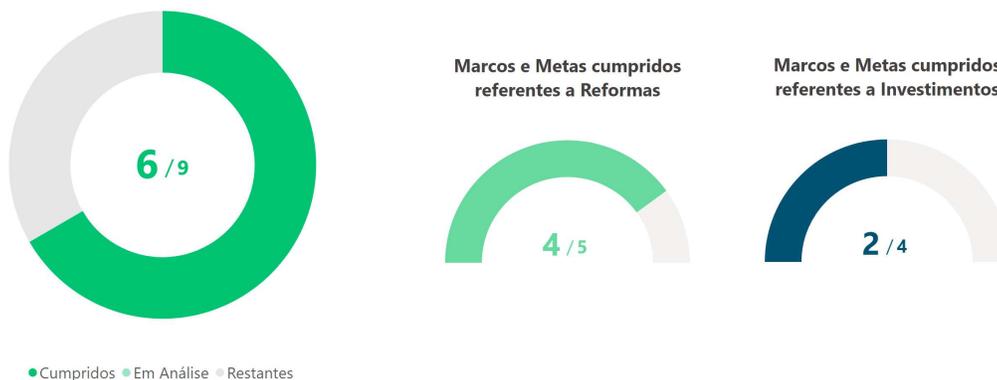
BIOECONOMIA | 145 M€

Objetivos

-  **Incorporação de materiais de base biológica em 3 setores de atividade económica nacional:** Têxtil e Vestuário, Calçado e Resina Natural
-  Desenvolver **10 novos produtos ou tecnologias e pelo menos 5 processos-piloto industriais**
-  Aumentar o nº de adesões por ano de **resineiros vigilantes**
-  Atribuir apoio financeiro à **beneficiação de 8.500 ha. de povoamentos de pinheiro bravo com potencial para a resinagem**

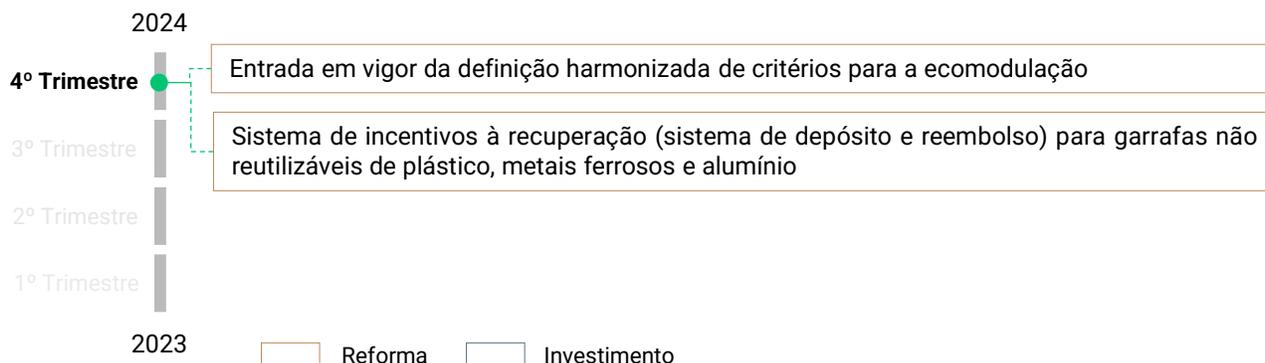
6.3 Transição Climática

	COMPONENTE C12 Bioeconomia Sustentável	145 M € Dotação orçamental
Execução		



No final de 2024, encontravam-se cumpridos 6 dos 9 Marcos e Metas previstos nesta componente, correspondendo a 67% do total previsto. Dos Marcos e Metas cumpridos, 4 são referentes a reformas e 2 são referentes a investimentos.

Em 2024 foram avaliados positivamente pela Comissão Europeia os 2 Marcos e Metas incluídos no 5º Pedido de Pagamento, referentes a reformas, tendo estes sido cumpridos ao longo de 2024, conforme a figura abaixo:



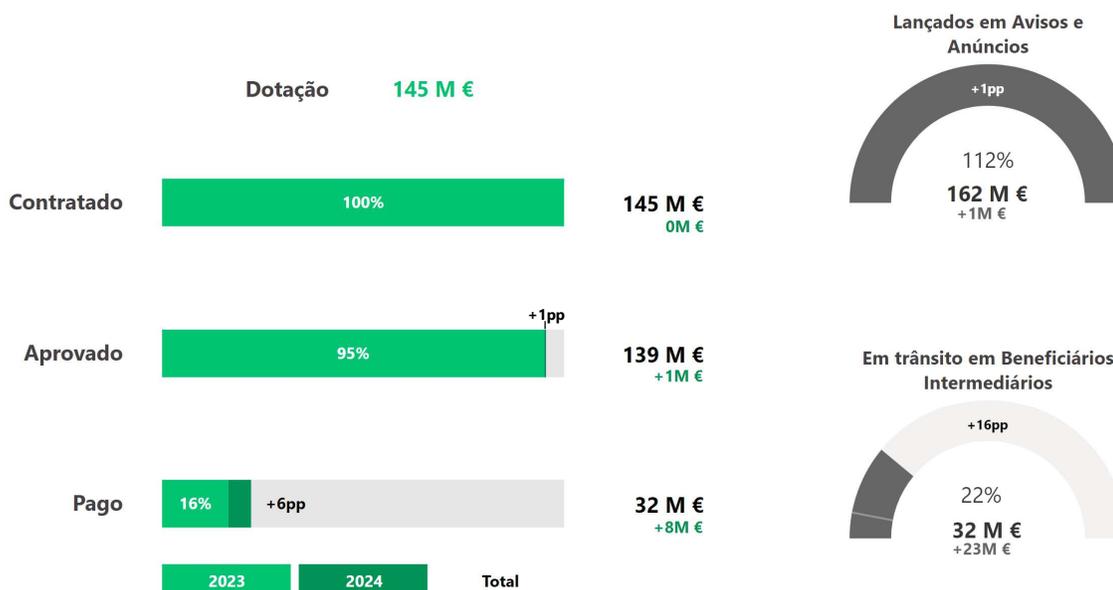
6.3 Transição Climática



COMPONENTE C12 Bioeconomia Sustentável

145 M €
Dotação orçamental

Síntese da Implementação Financeira da Componente a 31.12.2024



A 31 de dezembro de 2024, a dotação atualizada da componente 12 encontrava-se contratada com Beneficiários Diretos e Intermediários a 100%, que se traduz num montante de 145 M€. Por sua vez, o montante aprovado a Beneficiários Diretos e Finais ascendia a 139 M€ e o montante pago os 32 M€, 96% e 22% da dotação total, respetivamente. Do montante total transferido para Beneficiários Intermediários 32 M€ ainda se encontram "em trânsito". O montante lançado em Avisos de Abertura e Concursos Públicos nesta componente ascende a 162 M€, 112% da respetiva dotação orçamental.

Reformas

CÓDIGO	REFORMA	ESTADO DE IMPLEMENTAÇÃO A 31.12.2024
C12-r25	Bioeconomia sustentável	Concretizada
C12-r39	Promover a economia circular e uma gestão mais eficiente dos resíduos	Em fase avançada de implementação

Investimentos

CÓDIGO	SUBINVESTIMENTO	DOTAÇÃO	APROVADO A 31.12.2024	PAGO A 31.12.2024
C12-i01.01	Bioeconomia: Projetos Integrados (Têxtil e Vestuário, Calçado e Resina Natural) e Beneficiação de Povoamentos de Pinheiro Bravo com Potencial para a Resinagem Responsável: FUNDO AMBIENTAL	140 M €	96%	20%
C12-i01.02	Bioeconomia - Gestão Florestal e Apoio à Resinagem Responsável: INSTITUTO DA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E DAS FLORESTAS, I.P.	5 M €	92%	91%

6.3 Transição Climática



COMPONENTE C12 Bioeconomia Sustentável

145 M €
Dotação orçamental

Concretizações - Concursos Públicos e Avisos lançados em 2024 ¹

Nome dos Investimentos	Concursos Públicos		Avisos			
	Número de Anúncios	Dotação Anúncios	Número de Avisos	Dotação Avisos	Candidaturas Aprovadas	Montante Aprovado
Bioeconomia			1	1 M €		0 M €
Total			1	1 M €		0 M €

¹ Sempre que uma linha contiver uma coluna vazia, não existe nenhum valor para mostrar e sempre que o valor mostrado for 0, o valor é superior a 0, mas arredondado à unidade é de 0.



Bioeconomia Sustentável

20

veículos ligeiros de combate a incêndios

30

tratores

REALIZADA

Gestão Florestal

Estudo do potencial da resinagem em áreas geridas pelo estado e áreas privadas



60

alfaias florestais

DESENVOLVIDO

Apoio à resinagem

ações de vigilância anuais no âmbito do Programa Resineiros Vigilantes

2021

82

Profissionais em ações

2022

90

Profissionais em ações

2024

98

Profissionais em ações

2023

110

Profissionais em ações



6.3 Transição Climática



COMPONENTE C13 Eficiência Energética em Edifícios

610 M €
Dotação orçamental

O intuito da **Componente C13 - Eficiência Energética em Edifícios** é tornar os edifícios energeticamente mais eficientes, potenciando o alcance de múltiplos objetivos, designadamente, a melhoria dos níveis de conforto térmico, a redução do montante da fatura e da dependência energética do País, a redução de emissões de gases com efeito de estufa, a melhoria da qualidade do ar interior, o benefício para a saúde, a promoção da produtividade laboral, a redução da pobreza energética, a extensão da vida útil dos edifícios e o aumento da sua resiliência.

Visão Global e Objetivos

EFICIÊNCIA ENERGÉTICA EM EDIFÍCIOS DE SERVIÇOS | 70 M€

Objetivos



360.000 m2 edifícios renovados para a eficiência energética



+30 MW capacidade de produção de energia renovável para autoconsumo e para utilização em comunidades de energia renovável

EFICIÊNCIA ENERGÉTICA EM EDIFÍCIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA CENTRAL | 240 M€

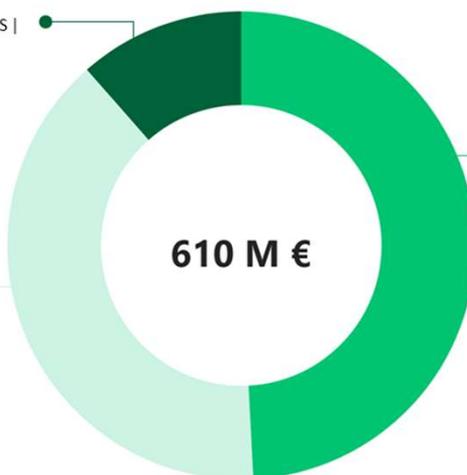
Objetivos



1.255.000 m2 edifícios renovados para a eficiência energética



+28 MW capacidade de produção de energia renovável para autoconsumo e para utilização em comunidades de energia renovável



EFICIÊNCIA ENERGÉTICA EM EDIFÍCIOS RESIDENCIAIS | 300 M€

Objetivos



1.020.000 m2 edifícios renovados para a eficiência energética



100.000 "Vales eficiência" para agregados familiares em situação de pobreza energética



+35 MW capacidade de produção de energia renovável para autoconsumo e para utilização em comunidades de energia renovável

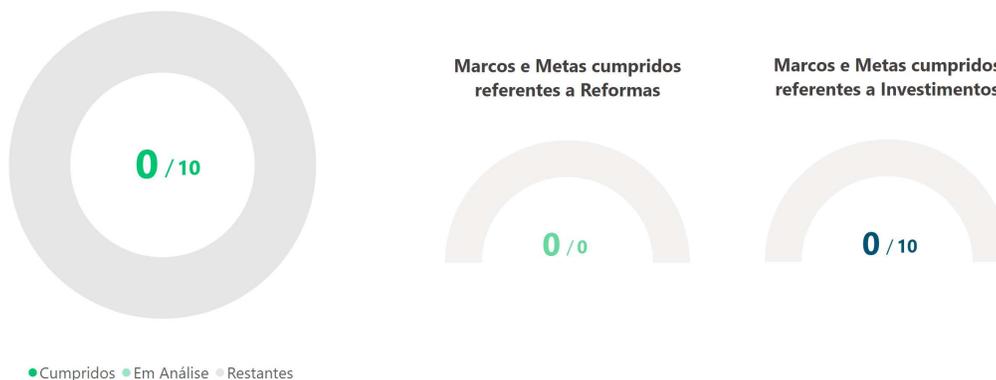
6.3 Transição Climática



COMPONENTE C13
Eficiência Energética em Edifícios

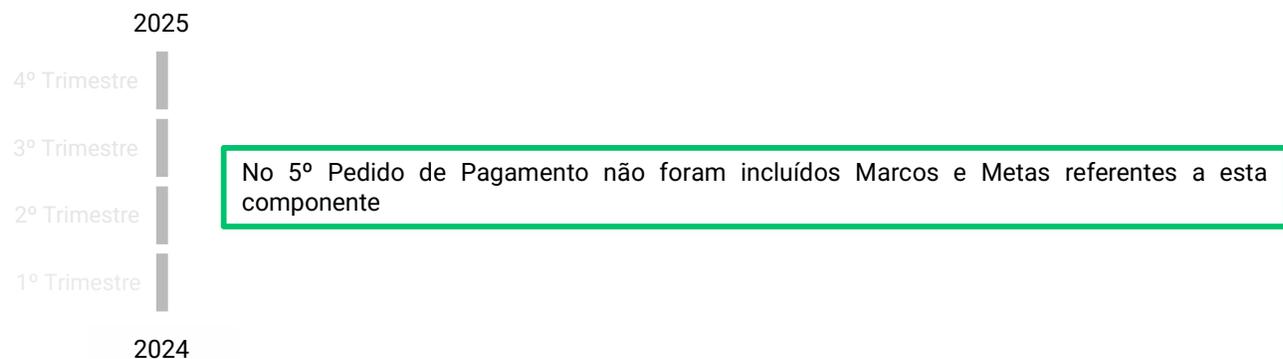
610 M €
Dotação orçamental

Execução



Na componente 13 estão previstos 10 Marcos e Metas. De acordo com o Anexo à CID, está estabelecido que a primeira Meta deverá ser alcançada em 2025.

Não foram incluídos Marcos e Metas referentes a esta componente no 5º Pedido de Pagamento, cujos Marcos e Metas foram avaliados positivamente pela Comissão Europeia em 2024.



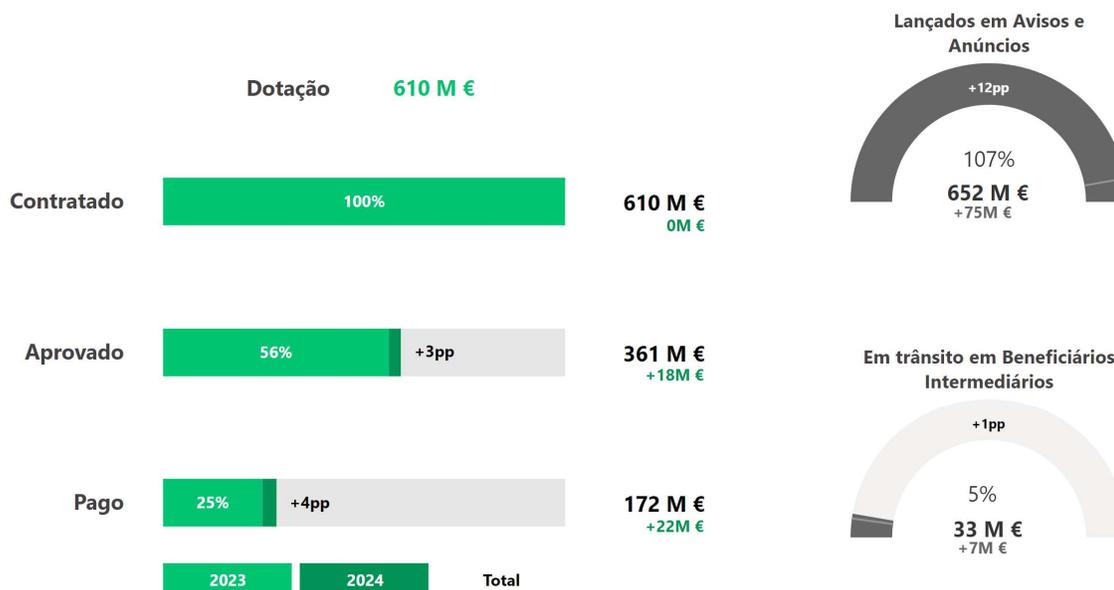
6.3 Transição Climática



COMPONENTE C13 Eficiência Energética em Edifícios

610 M €
Dotação orçamental

Síntese da Implementação Financeira da Componente a 31.12.2024



A 31 de dezembro de 2024, a dotação atualizada da componente 13 encontrava-se contratada com Beneficiários Diretos e Intermediários a 100%, que se traduz num montante de 610 M€. Por sua vez, o montante aprovado a Beneficiários Diretos e Finais ascendia a 361 M€ e o montante pago os 172 M€, 59% e 28% da dotação total, respetivamente. Do montante total transferido para Beneficiários Intermediários 33 M€ ainda se encontram "em trânsito". O montante lançado em Avisos de Abertura e Concursos Públicos nesta componente ascende a 652 M€, 107% da respetiva dotação orçamental.

Reformas

Não existem reformas associadas a esta componente.

Investimentos

CÓDIGO	SUBINVESTIMENTO	DOTAÇÃO	APROVADO A 31.12.2024	PAGO A 31.12.2024
C13-i01	Eficiência energética em edifícios residenciais Responsável: FUNDO AMBIENTAL	300 M €	51%	50%
C13-i02	Eficiência energética em edifícios da administração pública central Responsável: FUNDO AMBIENTAL	240 M €	77%	9%
C13-i03	Eficiência energética em edifícios de serviços Responsável: FUNDO AMBIENTAL	70 M €	31%	3%



6.3 Transição Climática



COMPONENTE C13 Eficiência Energética em Edifícios

610 M €
Dotação orçamental

Concretizações - Concursos Públicos e Avisos lançados em 2024

Nome dos Investimentos	Concursos Públicos		Avisos			
	Número de Anúncios	Dotação Anúncios	Número de Avisos	Dotação Avisos	Candidaturas Aprovadas	Montante Aprovado
▲						
Eficiência energética em edifícios da administração pública central			1	30 M €		0 M €
Eficiência energética em edifícios residenciais			1	25 M €		0 M €
Eficiência energética em edifícios utilizados pelo setor dos serviços			1	20 M €		0 M €
Total			3	75 M €		0 M €

¹ Sempre que uma linha contiver uma coluna vazia, não existe nenhum valor para mostrar e sempre que o valor mostrado for 0, o valor é superior a 0, mas arredondado à unidade é de 0.



Eficiência Energética em Edifícios

RENOVAÇÃO

Eficiência Energética

em edifícios residenciais privados

Foram renovados **10.094.006m²**

para a eficiência energética de edifícios no setor residencial (famílias), através de:

5.148

caldeiras e recuperadores de calor a biomassa instalados

16.800

imóveis com janelas substituídas

18.433

bombas de calor adquiridas ou substituídas

26.219

imóveis dotados de sistemas fotovoltaicos

2.116

imóveis dotados com sistemas solares térmicos

Poupança de

487 000
[MWh/ano]

no consumo anual de energia primária

CONTRIBUEM PARA

152 MW

de capacidade adicional de produção de energia renovável

Redução de

47,4%

em média, do consumo anual de energia primária

Dentro dos parâmetros definidos na Recomendação (EU) 2019/786 da COMISSAO

6.3 Transição Climática



COMPONENTE C14 Hidrogénio e Renováveis

385 M €
Dotação orçamental

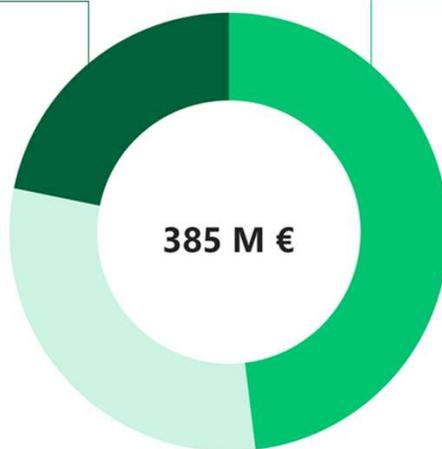
A Componente C14 – Hidrogénio e Renováveis tem como objetivo promover a transição energética por via do apoio às energias renováveis, com grande enfoque na produção de hidrogénio e de outros gases de origem renovável e, no contexto das Regiões Autónomas, de energias de fonte renovável. Em consequência, fomentar o crescimento económico e o emprego por via do desenvolvimento de novas indústrias e serviços associados, bem como a investigação e o desenvolvimento, acelerando o progresso tecnológico e o surgimento de novas soluções tecnológicas, com elevadas sinergias com o tecido empresarial e reduzir a dependência energética nacional, quer pela produção de energia a partir de fontes endógenas, quer pela utilização direta de hidrogénio, quer pela utilização indireta (ex.: amónia verde), e dessa forma contribuir significativamente para a melhoria da balança comercial e o reforço da resiliência da economia nacional.

Visão Global e Objetivos

ELETRICIDADE RENOVÁVEL NO ARQUIPÉLAGO DA MADEIRA | 84 M€

Objetivos

-  **Remodelação das centrais hidroelétricas** de Serra de Água e Calheta I
-  **Instalação de sistema de baterias** para o reforço da capacidade da produção de eletricidade renovável
-  **Instalação de um compensador síncrono**, visando contribuir para a operação segura do sistema elétrico, com recurso integral a energias renováveis
-  **Desenvolvimento de redes inteligentes** salientando-se a substituição de 130.000 contadores tradicionais por inteligentes, associados à rede de comunicações, num prazo de 5 anos, a modernização da rede de iluminação pública (8.750 pontos) e o desenvolvimento de sistemas de carregamento de veículos elétricos inteligentes



HIDROGÉNIO E GASES RENOVÁVEIS | 185 M€

Objetivos

-  **+200 MW de hidrogénio renovável e gases**
Produção de hidrogénio ou biometano, exclusivamente a partir de fontes de energia renovável.

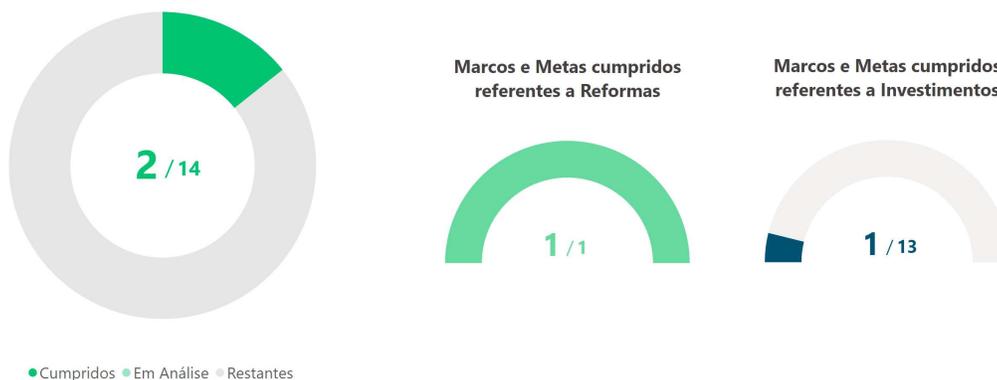
TRANSIÇÃO ENERGÉTICA NOS AÇORES | 116 M€

Objetivos

-  **Aumento da capacidade de produção renovável em 28 MW, dos quais 17 MW de produção renovável geotérmica**
-  **Integração de sistemas de armazenamento de energia**
-  **Sistemas de produção descentralizada de energia renovável fotovoltaica - 11,2 MW**

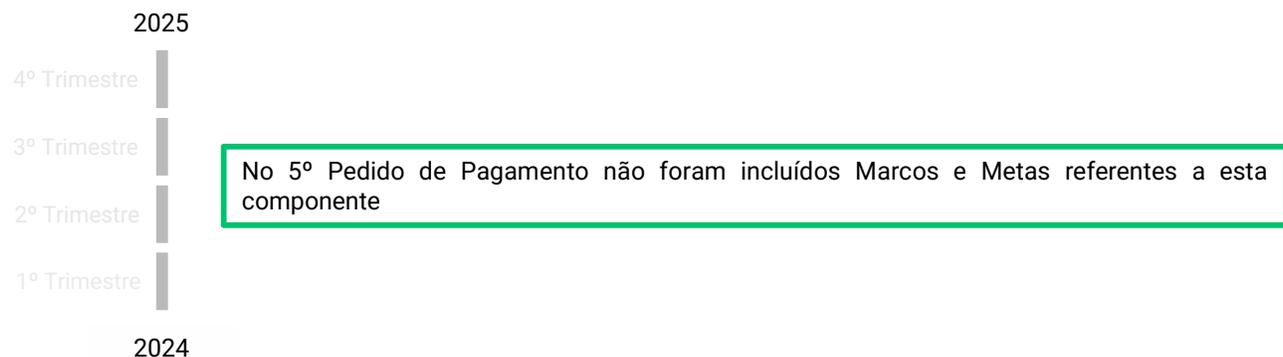
6.3 Transição Climática

	COMPONENTE C14 Hidrogénio e Renováveis	385 M € Dotação orçamental
Execução		



No final de 2024, encontravam-se cumpridos 2 dos 14 Marcos e Metas previstos nesta componente, correspondendo a 14% do total previsto. Dos Marcos e Metas cumpridos, 1 é referente a reformas e 1 é referente a investimentos.

Não foram incluídos Marcos e Metas referentes a esta componente no 5º Pedido de Pagamento, cujos Marcos e Metas foram avaliados positivamente pela Comissão Europeia em 2024.



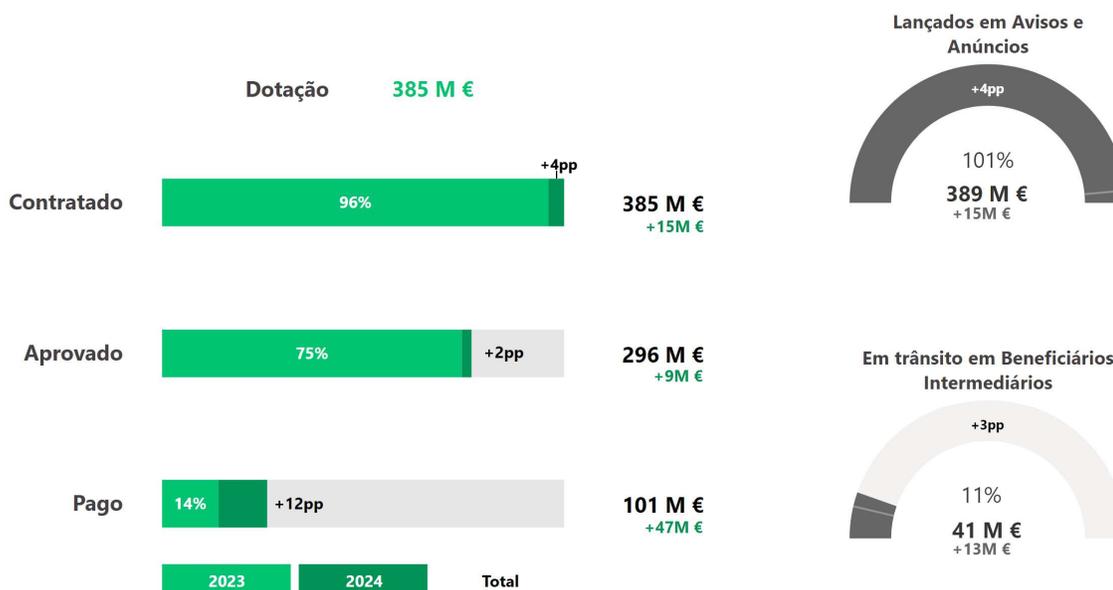
6.3 Transição Climática



COMPONENTE C14 Hidrogénio e Renováveis

385 M €
Dotação orçamental

Síntese da Implementação Financeira da Componente a 31.12.2024



A 31 de dezembro de 2024, a dotação atualizada da componente 14 encontrava-se contratada com Beneficiários Diretos e Intermediários a 100%, que se traduz num montante de 385 M€. Por sua vez, o montante aprovado a Beneficiários Diretos e Finais ascendia a 296 M€ e o montante pago os 101 M€, 77% e 26% da dotação total, respetivamente. Do montante total transferido para Beneficiários Intermediários 41 M€ ainda se encontram "em trânsito". O montante lançado em Avisos de Abertura e Concursos Públicos nesta componente ascende a 389 M€, 101% da respetiva dotação orçamental.

Reformas

CÓDIGO	REFORMA	ESTADO DE IMPLEMENTAÇÃO A 31.12.2024
C14-r29	Estratégia Nacional para o Hidrogénio (EN-H2)	Concretizada

Investimentos

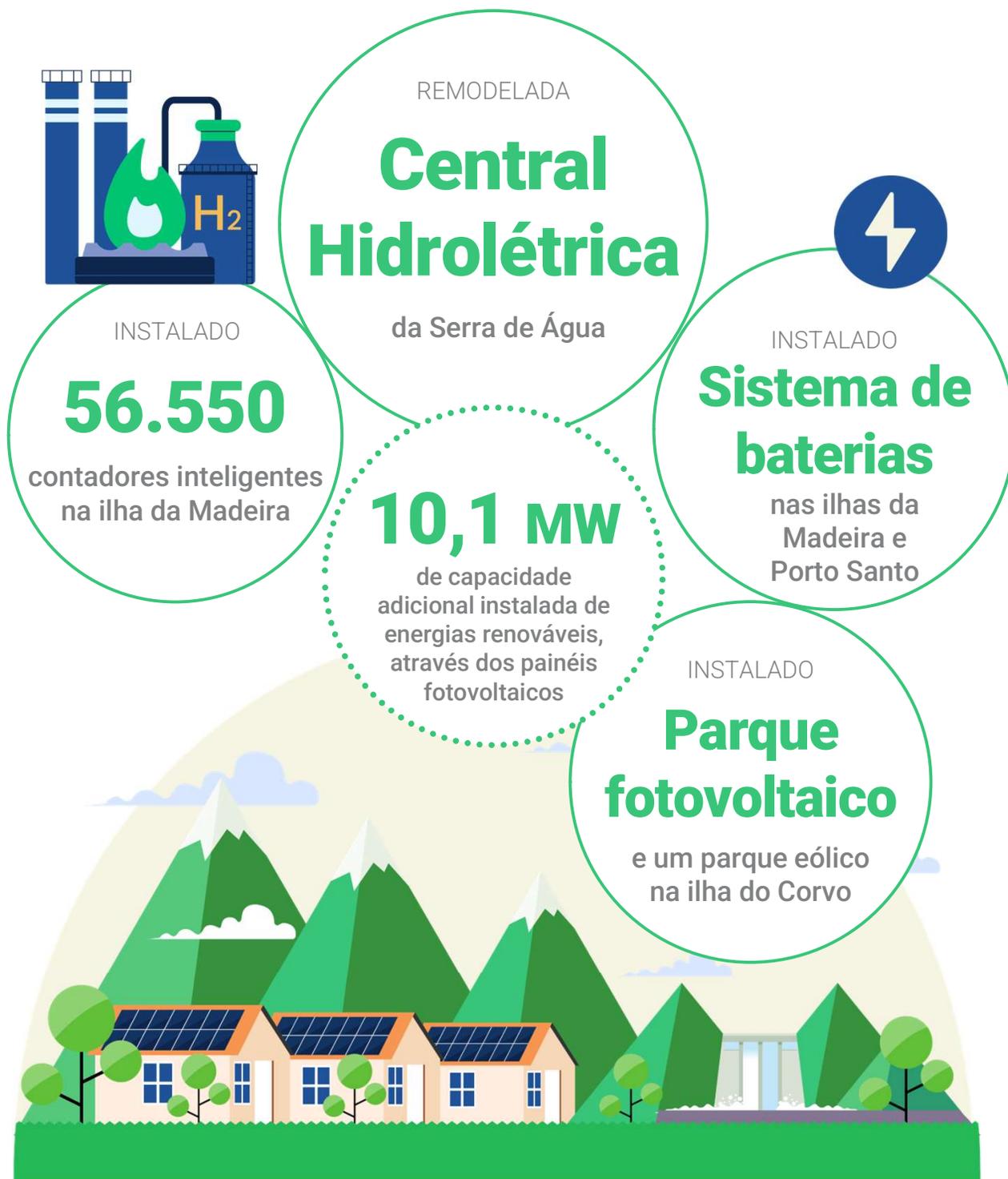
CÓDIGO	SUBINVESTIMENTO	DOTAÇÃO	APROVADO A 31.12.2024	PAGO A 31.12.2024
C14-i01	Hidrogénio e gases renováveis Responsável: FUNDO AMBIENTAL	185 M €	52%	3%
C14-i02-RAM	Potenciação da eletricidade renovável no Arquipélago da Madeira Responsável: INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL IP-RAM	84 M €	100%	50%
C14-i03-RAA	Transição Energética nos Açores Responsável: DIRECÇÃO REGIONAL DE PLANEAMENTO E FUNDOS ESTRUTURAIS	116 M €	100%	46%

Concretizações - Concursos Públicos e Avisos lançados em 2024

No ano corrente não foram lançados avisos e/ou anúncios.



Hidrogénio e Renováveis



6.3 Transição Climática

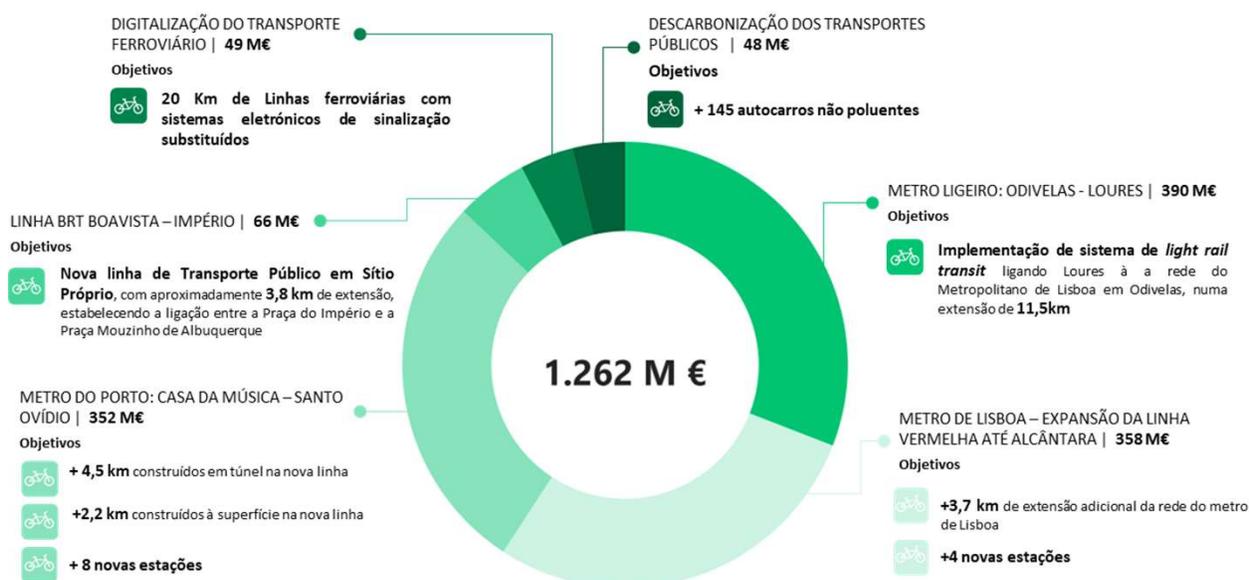


COMPONENTE C15 Mobilidade Sustentável

1.262 M €
Dotação orçamental

A **Componente C15 – Mobilidade Sustentável** tem como objetivo assegurar o desenvolvimento de projetos robustos, com forte contributo para a melhoria dos sistemas de transporte coletivo, que promovam o reforço e a utilização crescente do transporte público com a consequente redução da dependência do transporte individual rodoviário, que promovam a descarbonização do setor dos transportes, e que tenham um importante contributo para a recuperação dos efeitos económicos e sociais resultantes da crise pandémica, em particular ao nível do emprego.

Visão Global e Objetivos



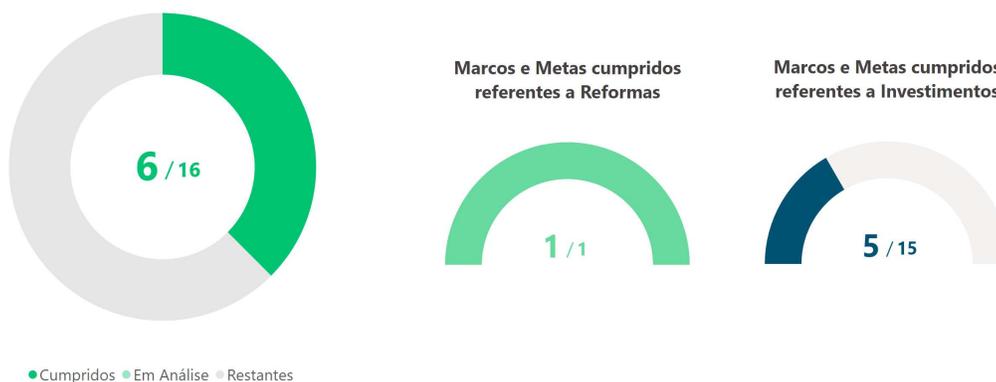
6.3 Transição Climática



COMPONENTE C15
Mobilidade Sustentável

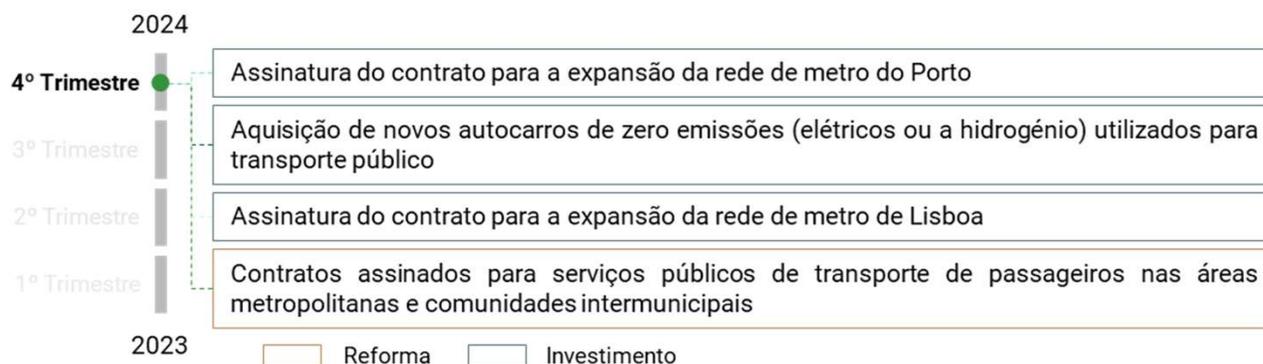
1.262 M €
Dotação orçamental

Execução



No final de 2024, encontravam-se cumpridos 6 dos 16 Marcos e Metas previstos nesta componente, correspondendo a 38% do total previsto. Dos Marcos e Metas cumpridos, 1 é referente a reformas e 5 são referentes a investimentos.

O 5º Pedido de Pagamento, realizado em 2024, incluiu 1 Marco e Meta, referente a reformas e 3 Marcos e Metas referentes a investimentos, tendo estes sido cumpridos ao longo de 2023, conforme a figura abaixo:



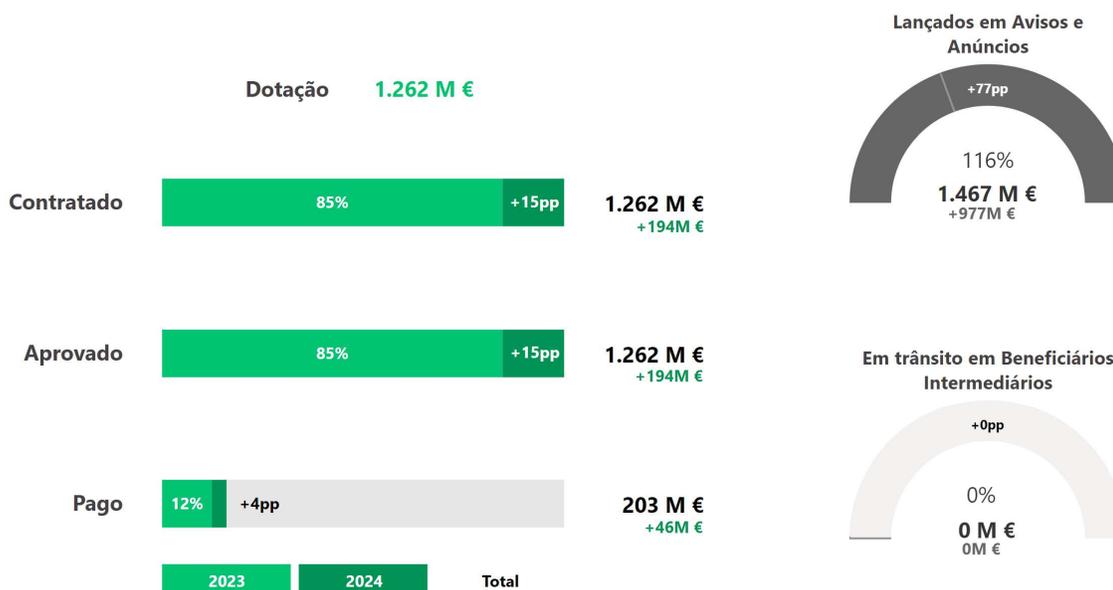
6.3 Transição Climática



COMPONENTE C15 Mobilidade Sustentável

1.262 M €
Dotação orçamental

Síntese da Implementação Financeira da Componente a 31.12.2024



A 31 de dezembro de 2024, a dotação atualizada da componente 15 encontrava-se contratada com Beneficiários Diretos e Intermediários a 100%, que se traduz num montante de 1.262 M€. Por sua vez, o montante aprovado a Beneficiários Diretos e Finais ascendia a 1.262 M€ e o montante pago os 203 M€, 100% e 16% da dotação total, respetivamente. O montante lançado em Avisos de Abertura e Concursos Públicos nesta componente ascende a 1.467 M€, 116% da respetiva dotação orçamental.

Reformas

CÓDIGO	REFORMA	ESTADO DE IMPLEMENTAÇÃO A 31.12.2024
C15-r30	Reforma do ecossistema de transportes	Concretizada

Investimentos

CÓDIGO	SUBINVESTIMENTO	DOTAÇÃO	APROVADO A 31.12.2024	PAGO A 31.12.2024
C15-i01	Expansão da Rede de Metro de Lisboa - Linha Vermelha até Alcântara Responsável: METROPOLITANO DE LISBOA, E.P.E.	358 M €	100%	12%
C15-i02	Expansão da Rede de Metro do Porto - Casa da Música-Santo Ovídio Responsável: METRO DO PORTO S.A.	352 M €	100%	18%
C15-i03	Metro Ligeiro de Superfície Odivelas-Loures Responsável: METROPOLITANO DE LISBOA, E.P.E.	390 M €	100%	8%
C15-i04	Linha BRT Boavista - Império Responsável: METRO DO PORTO S.A.	66 M €	100%	42%
C15-i05	Descarbonização dos Transportes Públicos Responsável: FUNDO AMBIENTAL	48 M €	100%	60%
C15-i06	Digitalização do Transporte Ferroviário Responsável: INFRAESTRUTURAS DE PORTUGAL, S.A.	49 M €	100%	13%

6.3 Transição Climática



COMPONENTE C15 Mobilidade Sustentável

1.262 M €
Dotação orçamental

Concretizações - Concursos Públicos e Avisos lançados em 2024

Nome dos Investimentos	Concursos Públicos		Avisos			
	Número de Anúncios	Dotação Anúncios	Número de Avisos	Dotação Avisos	Candidaturas Aprovadas	Montante Aprovado
▲						
Digitalização do transporte ferroviário	1	77 M €				
Expansão da rede de metro de Lisboa — linha vermelha até Alcântara	21	14 M €				
Expansão da rede de metro do Porto — Casa da Música-Santo Ovídio	122	406 M €				
Trânsito ferroviário ligeiro Odivelas — Loures	10	451 M €				
Trânsito rápido de autocarro Boavista — Império	28	30 M €				
Total	182	977 M €				

¹ Sempre que uma linha contiver uma coluna vazia, não existe nenhum valor para mostrar e sempre que o valor mostrado for 0, o valor é superior a 0, mas arredondado à unidade é de 0.



Mobilidade Sustentável

ADQUIRIDOS

Autocarros de zero emissões

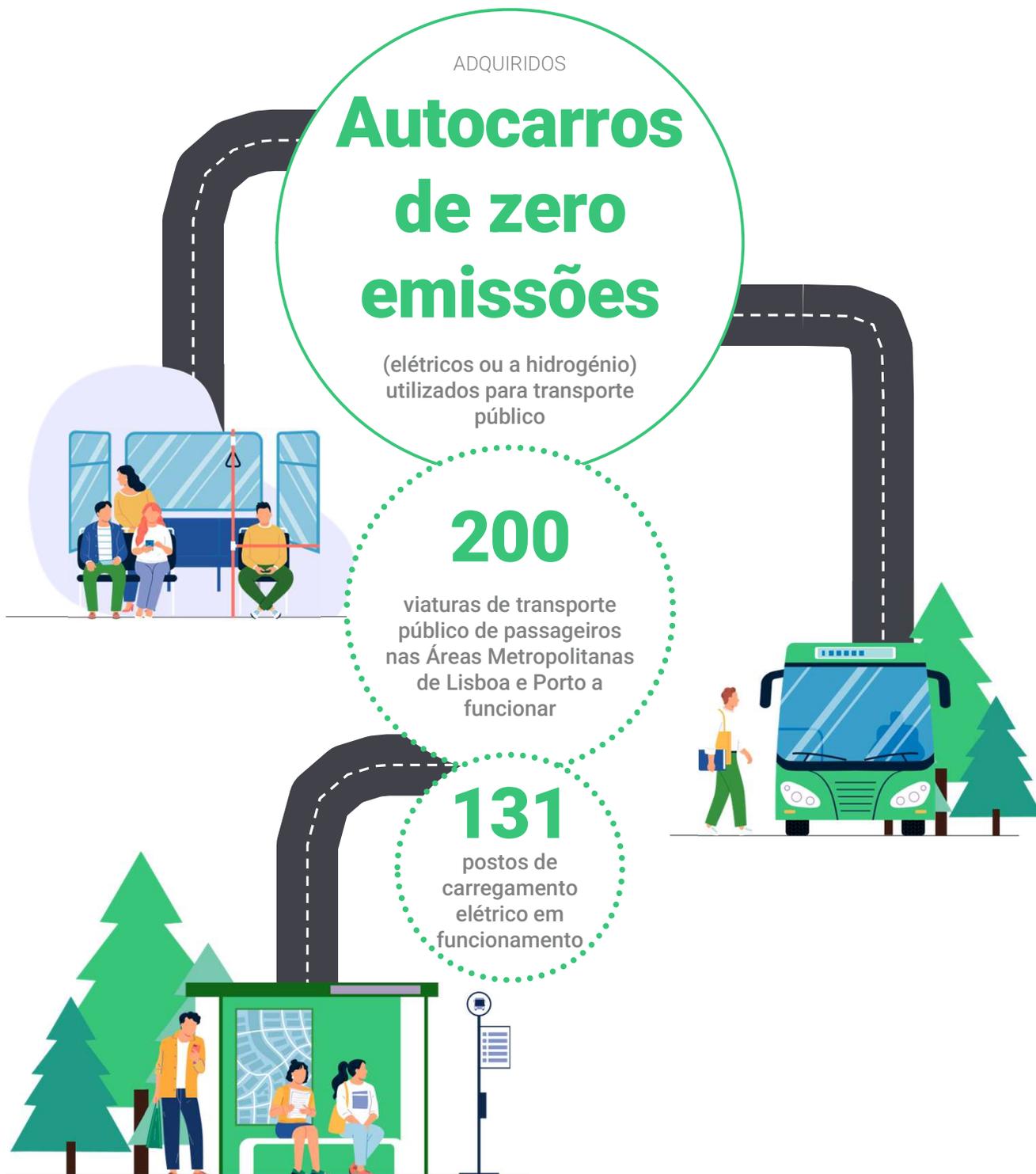
(elétricos ou a hidrogénio) utilizados para transporte público

200

viaturas de transporte público de passageiros nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto a funcionar

131

postos de carregamento elétrico em funcionamento



6.3 Transição Climática

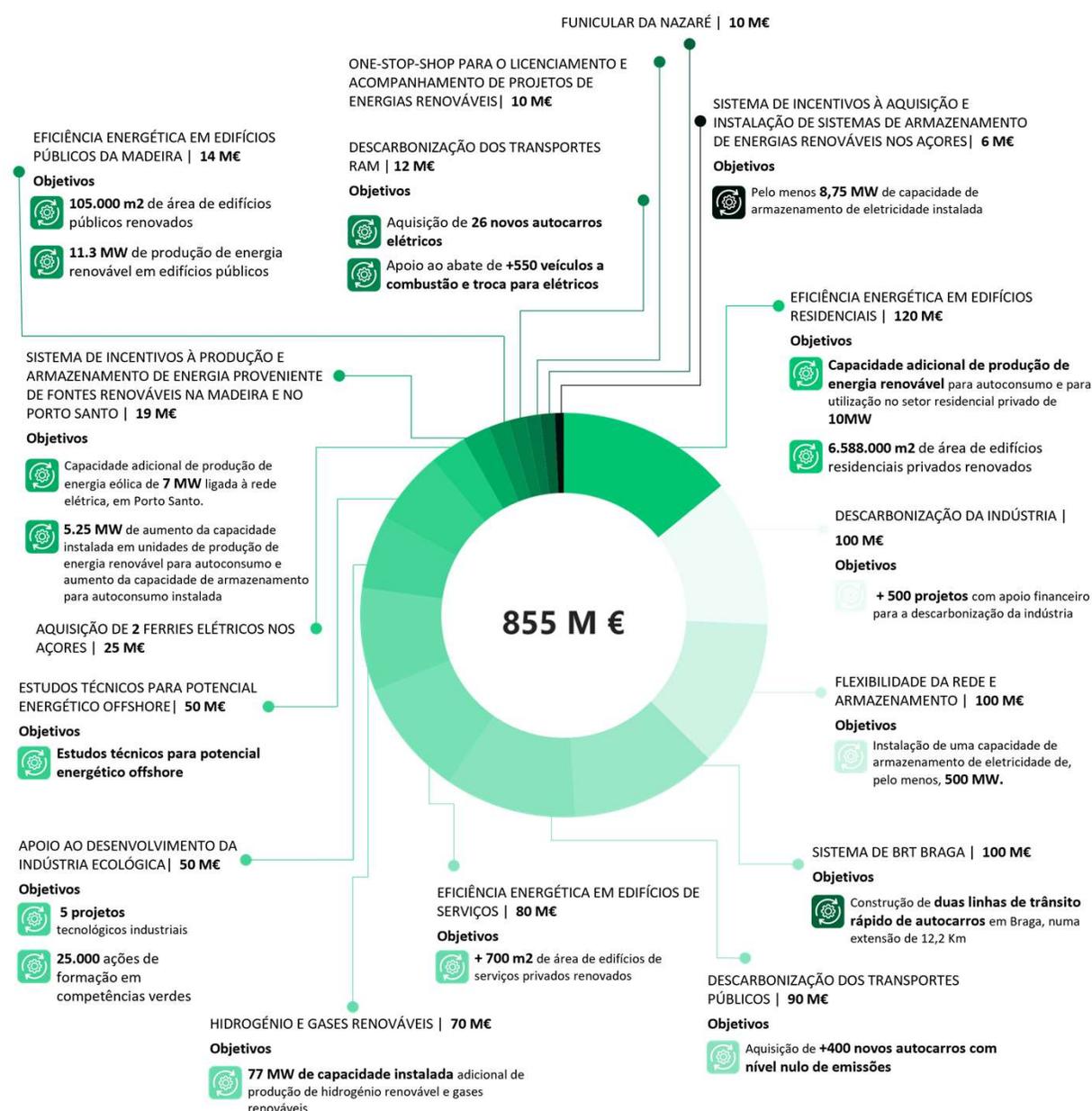


COMPONENTE C21 REPower EU

855 M €
Dotação orçamental

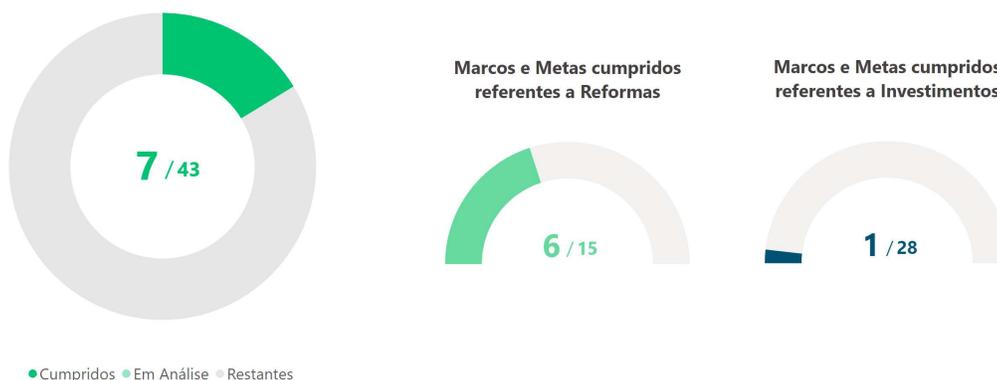
A **Componente C21 – REPowerEU** surge da reprogramação do PRR, como reforço substancial da aposta na transição climática e propõe mais 6 reformas e 16 investimentos. Esta componente pretende contribuir para aumentar a independência dos combustíveis fósseis, após a invasão da Rússia à Ucrânia, com medidas pensadas para poupar energia, produzir energia limpa e diversificar o fornecimento.

Visão Global e Objetivos



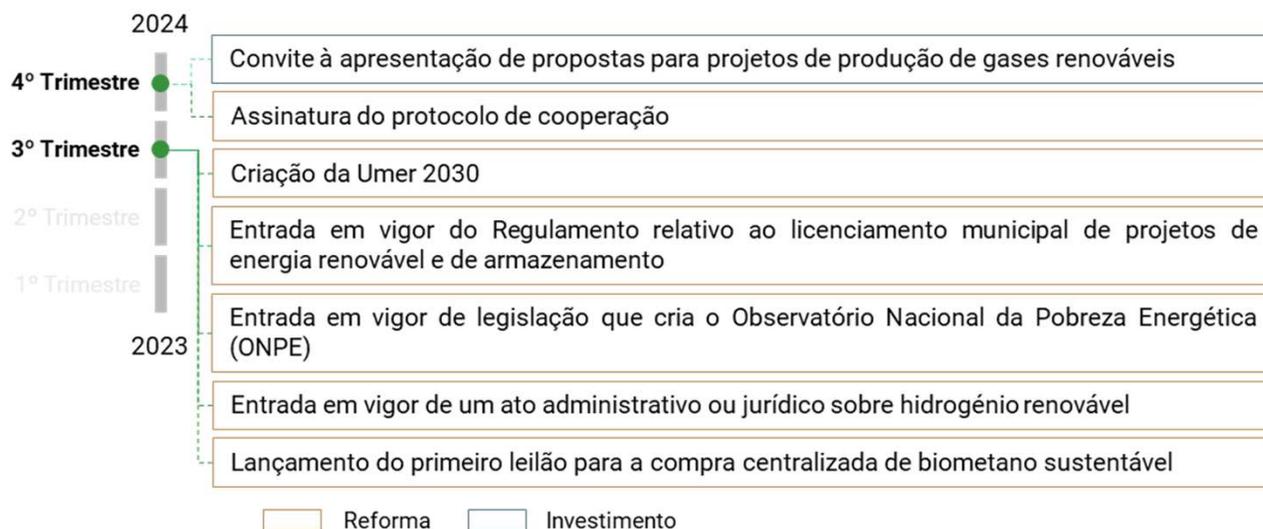
6.3 Transição Climática

	COMPONENTE C21 REPower EU	855 M € Dotação orçamental
Execução		



No final de 2024, encontravam-se cumpridos 7 dos 43 Marcos e Metas previstos nesta componente, correspondendo a 16% do total previsto. Dos Marcos e Metas cumpridos, 6 é referente a reformas e 1 é referente a investimentos.

Em 2024 foram avaliados positivamente pela Comissão Europeia os 7 Marcos e Metas incluídos no 5º Pedido de Pagamento, 6 referente a reformas e 1 referente a investimento, tendo estes sido cumpridos ao longo de 2023 e 2024, conforme a figura abaixo:



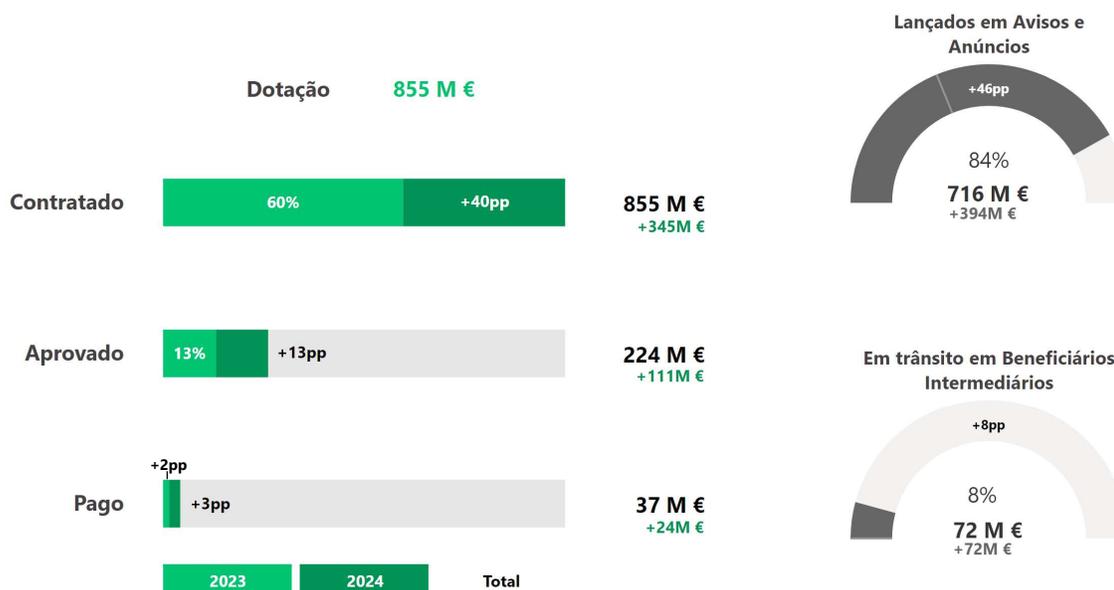
6.3 Transição Climática



COMPONENTE C21 REPower EU

855 M €
Dotação orçamental

Síntese da Implementação Financeira da Componente a 31.12.2024



A 31 de dezembro de 2024, a dotação atualizada da componente 21 encontrava-se contratada com Beneficiários Diretos e Intermediários a 100%, que se traduz num montante de 855 M€. Por sua vez, o montante aprovado a Beneficiários Diretos e Finais ascendia a 224 M€ e o montante pago os 37 M€, 26% e 4% da dotação total, respetivamente. Do montante total transferido para Beneficiários Intermediários 72 M€ ainda se encontram "em trânsito". O montante lançado em Avisos de Abertura e Concursos Públicos nesta componente ascende a 716 M€, 84% da respetiva dotação orçamental.

Reformas

CÓDIGO	REFORMA	ESTADO DE IMPLEMENTAÇÃO A 31.12.2024
C21-r43	Observatório Nacional da Pobreza Energética	Em fase de implementação
C21-r44	Criação de balcões únicos para os cidadãos em matéria de eficiência energética (Espaços Cidadão Energia)	Em fase de implementação
C21-r45	Competências verdes	Em fase de implementação
C21-r46	Quadro regulamentar para o hidrogénio renovável	Em fase de implementação
C21-r47	Primeiro leilão para a compra de biometano sustentável e plano de ação para o biometano	Em fase de implementação
C21-r48	Simplificação do quadro jurídico e regulamentar aplicável aos projetos de energias renováveis	Em fase de implementação

6.3 Transição Climática



COMPONENTE C21 REPower EU

855 M €
Dotação orçamental

Investimentos¹

CÓDIGO	SUBINVESTIMENTO	DOTAÇÃO	APROVADO A 31.12.2024	PAGO A 31.12.2024
C21-i01	Medida reforçada: Descarbonização da Indústria Responsável: IAPMEI - AGÊNCIA PARA A COMPETITIVIDADE E INOVAÇÃO, I.P.	100 M €	0%	0%
C21-i02	Medida reforçada: Eficiência energética em edifícios residenciais Responsável: FUNDO AMBIENTAL	120 M €	1%	0%
C21-i03	Medida reforçada: Eficiência energética em edifícios de serviços Responsável: FUNDO AMBIENTAL	80 M €	1%	0%
C21-i04-RAM	Eficiência energética em edifícios públicos da Madeira Responsável: INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL IP-RAM	14 M €	100%	0%
C21-i05	Apoio ao desenvolvimento de uma indústria ecológica Responsável: IAPMEI - AGÊNCIA PARA A COMPETITIVIDADE E INOVAÇÃO, I.P.	50 M €	35%	8%
C21-i06	Medida reforçada: Hidrogénio e Gases Renováveis Responsável: FUNDO AMBIENTAL	70 M €		
C21-i07.01	Estudos técnicos para potencial energético offshore: Estudos geofísicos, geotécnicos e de parâmetros ambientais Responsável: INSTITUTO PORTUGUÊS DO MAR E DA ATMOSFERA, I.P.	42 M €	100%	25%
C21-i07.02	Estudos técnicos para potencial energético offshore: Estudos de recurso eólico, ondulação e correntes Responsável: LNEG - LABORATÓRIO NACIONAL DE ENERGIA E GEOLOGIA I.P.	8 M €	100%	50%
C21-i08	Flexibilidade da Rede e Armazenamento Responsável: FUNDO AMBIENTAL	100 M €	0%	0%
C21-i09	One-Stop-Shop para o Licenciamento e Acompanhamento de Projetos de Energias Renováveis Responsável: DIRECÇÃO-GERAL DE ENERGIA E GEOLOGIA	10 M €	100%	13%
C21-i10-RAA	Sistema de Incentivos à aquisição e instalação de sistemas de armazenamento de energias renováveis nos Açores Responsável: DIRECÇÃO REGIONAL DE PLANEAMENTO E FUNDOS ESTRUTURAIIS	6 M €	100%	33%
C21-i11.01-RAM	Sistema de Incentivos à produção e Armazenamento de Energia Proveniente de Fontes Renováveis Responsável: INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL IP-RAM	6 M €		
C21-i11.02-RAM	Reforço da produção de eletricidade renovável na Ilha do Porto Santo Responsável: INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL IP-RAM	13 M €	100%	13%
C21-i12	Medida reforçada: Descarbonização dos Transportes Públicos Responsável: FUNDO AMBIENTAL	90 M €		
C21-i13-RAM	Descarbonização dos Transportes Responsável: INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL IP-RAM	12 M €		
C21-i14	Sistema de BRT Braga Responsável: TUB - TRANSPORTES URBANOS DE BRAGA, E.M.	100 M €	100%	13%
C21-i15-RAA	Aquisição de 2 ferries elétricos Responsável: DIRECÇÃO REGIONAL DE PLANEAMENTO E FUNDOS ESTRUTURAIIS	25 M €		
C21-i16	Funicular da Nazaré Responsável: MUNICÍPIO DA NAZARE	10 M €	100%	0%

¹ Sempre que uma barra não for mostrada, o valor é de 0% e sempre que uma barra for mostrada com indicação de 0%, o valor é superior a 0%, mas arredondado à unidade é de 0%.

6.3 Transição Climática



COMPONENTE C21 REPower EU

855 M €
Dotação orçamental

Concretizações - Concursos Públicos e Avisos lançados em 2024 ¹

Nome dos Investimentos	Concursos Públicos		Avisos			
	Número de Anúncios	Dotação Anúncios	Número de Avisos	Dotação Avisos	Candidaturas Aprovadas	Montante Aprovado
Apoio ao desenvolvimento de uma indústria ecológica			1	50 M €	7	17 M €
Descarbonização dos transportes			2	20 M €		0 M €
Eficiência energética em edifícios públicos da Madeira			1	14 M €	1	14 M €
Estudos técnicos para potencial energético offshore	2	9 M €				
Flexibilidade de rede e armazenamento			1	100 M €		0 M €
Funicular da Nazaré	2	9 M €				
Medida reforçada: Descarbonização dos transportes públicos			1	90 M €		0 M €
Medida reforçada: Hidrogénio e gases renováveis			1	70 M €		0 M €
Sistema de BRT Braga	1	0 M €				
Sistema de incentivos à aquisição e instalação de sistemas de armazenamento de energias renováveis nos Açores			2	12 M €	208	6 M €
Sistema de incentivos à produção e armazenamento de energia proveniente de fontes renováveis na Madeira e em Porto Santo			2	19 M €	4	13 M €
Total	5	19 M €	11	375 M €	220	51 M €

¹ Sempre que uma linha contiver uma coluna vazia, não existe nenhum valor para mostrar e sempre que o valor mostrado for 0, o valor é superior a 0, mas arredondado à unidade é de 0.



REPowerEU

Aprovados

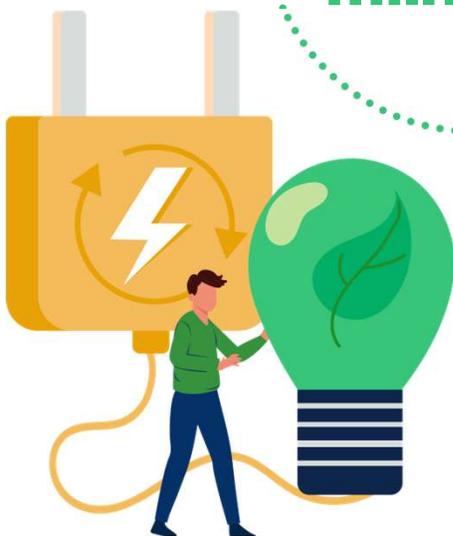
7 projetos

Para apoio ao desenvolvimento de uma Indústria Ecológica



Num montante

17,5 milhões €



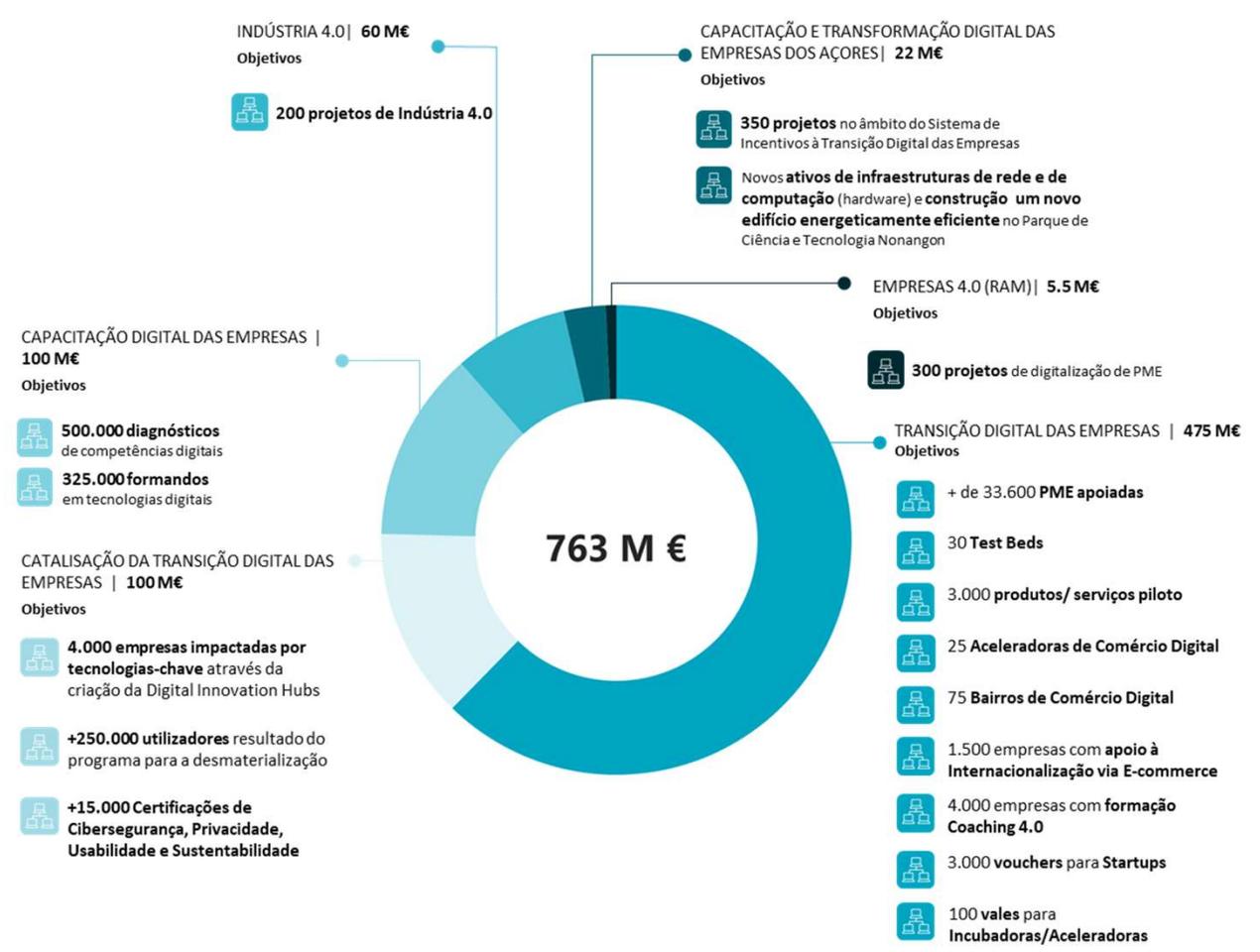
6.4 Transição Digital

6.4 Transição Digital

	COMPONENTE C16 Empresas 4.0	763 M € Dotação orçamental
--	---------------------------------------	--------------------------------------

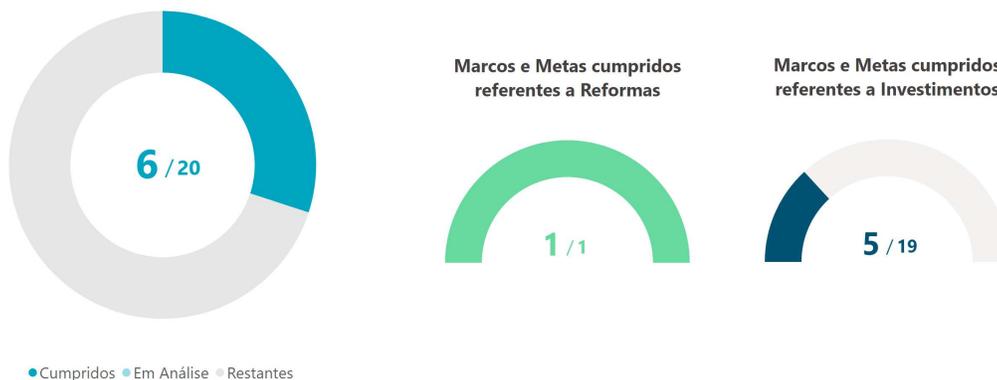
A **Componente C16 – Empresas 4.0**, dirigida especificamente ao reforço de digitalização das empresas, tem como objetivo recuperar o atraso relativamente ao processo de transição digital, permitindo o acesso ao conhecimento e aos meios tecnológicos digitais que promovem: a modernização do trabalho e dos processos de produção, a desmaterialização dos fluxos de trabalho, a mitigação dos défices de competências na utilização das tecnologias digitais, abranger de forma equilibrada mulheres e homens, a incorporação de ferramentas e metodologias de teletrabalho, a criação de novos canais digitais de comercialização de produtos e serviços, a adoção de uma cultura de experimentação e inovação, o reforço do ecossistema de empreendedorismo nacional e a incorporação de tecnologias disruptivas nas suas propostas de valor das empresas.

Visão Global e Objetivos



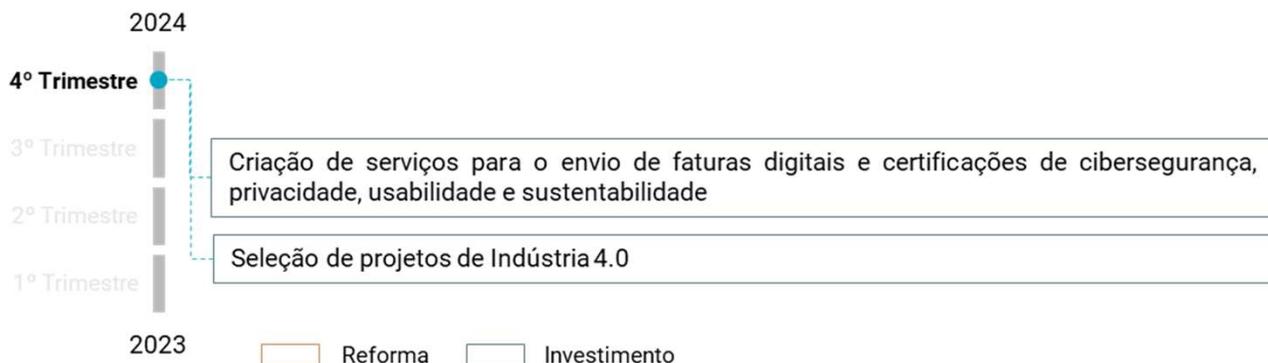
6.4 Transição Digital

	COMPONENTE C16 Empresas 4.0	763 M € Dotação orçamental
Execução		



No final de 2024, encontravam-se cumpridos 6 dos 20 Marcos e Metas previstos nesta componente, correspondendo a 30% do total previsto. Dos 6 Marcos e Metas cumpridos, 1 é referente a reformas e 5 são referentes a investimentos.

Em 2024 foram avaliados positivamente pela Comissão Europeia os 2 Marcos e Metas incluídos no 5º Pedido de Pagamento, referentes a investimentos, tendo estes sido cumpridos ao longo de 2024, conforme a figura abaixo:



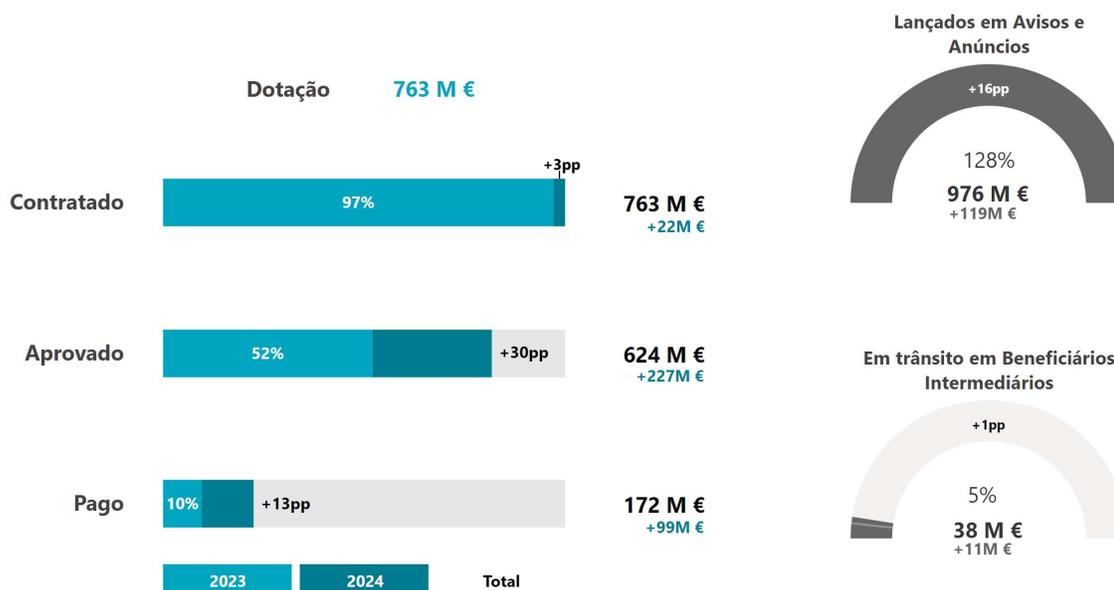
6.4 Transição Digital



COMPONENTE C16 Empresas 4.0

763 M €
Dotação orçamental

Síntese da Implementação Financeira da Componente a 31.12.2024



A 31 de dezembro de 2024, a dotação atualizada da componente 16 encontrava-se contratada com Beneficiários Diretos e Intermediários a 100%, que se traduz num montante de 763 M€. Por sua vez, o montante aprovado a Beneficiários Diretos e Finais ascendia a 624 M€ e o montante pago os 172 M€, 82% e 23% da dotação total, respetivamente. Do montante total transferido para Beneficiários Intermediários 38 M€ ainda se encontram "em trânsito". O montante lançado em Avisos de Abertura e Concursos Públicos nesta componente ascende a 976 M€, 128% da respetiva dotação orçamental.

Reformas

CÓDIGO	REFORMA	ESTADO DE IMPLEMENTAÇÃO A 31.12.2024
C16-r31	Transição digital do ambiente empresarial	Concretizada

Investimentos

CÓDIGO	SUBINVESTIMENTO	DOTAÇÃO	APROVADO A 31.12.2024	PAGO A 31.12.2024
C16-i01	Capacitação Digital das Empresas Responsável: IAPMEI - AGÊNCIA PARA A COMPETITIVIDADE E INOVAÇÃO, I.P.	100 M €	154%	47%
C16-i02	Transição Digital das Empresas Responsável: IAPMEI - AGÊNCIA PARA A COMPETITIVIDADE E INOVAÇÃO, I.P.	475 M €	66%	18%
C16-i03	Catalisação da Transição Digital das Empresas Responsável: IAPMEI - AGÊNCIA PARA A COMPETITIVIDADE E INOVAÇÃO, I.P.	100 M €	71%	16%
C16-i04	Indústria 4.0 Responsável: IAPMEI - AGÊNCIA PARA A COMPETITIVIDADE E INOVAÇÃO, I.P.	60 M €	100%	29%
C16-i05-RAA	Capacitação e Transformação Digital das Empresas dos Açores Responsável: DIRECÇÃO REGIONAL DE PLANEAMENTO E FUNDOS ESTRUTURAIS	22 M €	100%	40%
C16-i06-RAM	Empresas 4.0 Responsável: INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL IP-RAM	6 M €	100%	0%

6.4 Transição Digital



COMPONENTE C16 Empresas 4.0

763 M €
Dotação orçamental

Concretizações - Concursos Públicos e Avisos lançados em 2024 ¹

Nome dos Investimentos	Concursos Públicos		Avisos			
	Número de Anúncios	Dotação Anúncios	Número de Avisos	Dotação Avisos	Candidaturas Aprovadas	Montante Aprovado
Capacitação digital das empresas			2	61 M €	251	54 M €
Capacitação Digital e Transformação das Empresas dos Açores			5	42 M €	3	22 M €
Empresas 4.0			2	11 M €	1	6 M €
Transição digital das empresas			2	5 M €		0 M €
Total			11	119 M €	255	81 M €

¹ Sempre que uma linha contiver uma coluna vazia, não existe nenhum valor para mostrar e sempre que o valor mostrado for 0, o valor é superior a 0, mas arredondado à unidade é de 0.



Empresas 4.0

Aprovados

400
projetos

Indústria 4.0

19.867
empresas

com trabalhadores
envolvidos em ações de
formação em competências
digitais

206.424
pessoas

envolvidas em ações de
formação em competências
digitais



6.4 Transição Digital



COMPONENTE C17 Qualidade e Sustentab. das Finanças Públicas

406 M €
Dotação orçamental

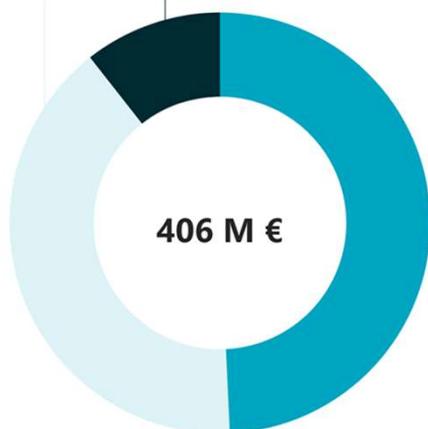
A **Componente C17 - Qualidade e Sustentabilidade das Finanças Públicas** tem como objetivos primordiais a modernização e simplificação da gestão financeira pública, promovendo assim uma mudança estrutural e fundamental para o aumento da qualidade e sustentabilidade das finanças públicas portuguesas.

Visão Global e Objetivos

SISTEMAS DE INFORMAÇÃO DE GESTÃO FINANCEIRA PÚBLICA | 163 M€

Objetivos

-  Solução processual integrada de **gestão dos ciclos da receita e despesa**
-  Solução integrada de **gestão central do Ministério das Finanças**
-  Solução de **reconhecimento das operações gerais do Estado** - Entidade Contabilística Estado
-  Redesenho e implementação do **processo orçamental**, incorporando a orçamentação por programas
-  Definição e implementação do **processo de consolidação global** e sua integração na produção dos indicadores e contas da República
-  Modernização e renovação **dos sistemas de informação**
-  Modernização dos sistemas de informação do **Parque de Veículos do Estado**
-  Redesenho e implementação de **arquiteturas de sistemas** que otimizem a interoperabilidade entre sistemas e a partilha de informação
-  Implementação do **SOC** de forma a permitir um aumento da segurança da informação e do acesso aos dados
-  Consolidação dos dados existentes nos sistemas de **inventariação dos imóveis do Estado**
-  Evolução tecnológica dos sistemas de informação nas áreas transversais à **gestão financeira** em termos de infraestruturas tecnológicas



MODERNIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA DO SISTEMA DE INFORMAÇÃO PATRIMONIAL DA AUTORIDADE TRIBUTÁRIA | 43 M€

Objetivos

-  Digitalização da informação de suporte às **matrizes prediais**
-  Desenvolvimento de sistema de informação de suporte à **avaliação cadastral da propriedade rústica**
-  Desenvolvimento de **sistema de liquidação da propriedade rústica**
-  Desenvolvimento de solução de gestão da **informação georreferenciada**
-  Desenvolvimento de serviços de **pré-preenchimento declarativo** (IMI e ISStg)
-  Aquisição de serviços informáticos para a implementação de um **Sistema de Informação de Gestão de Património Imobiliário Público**

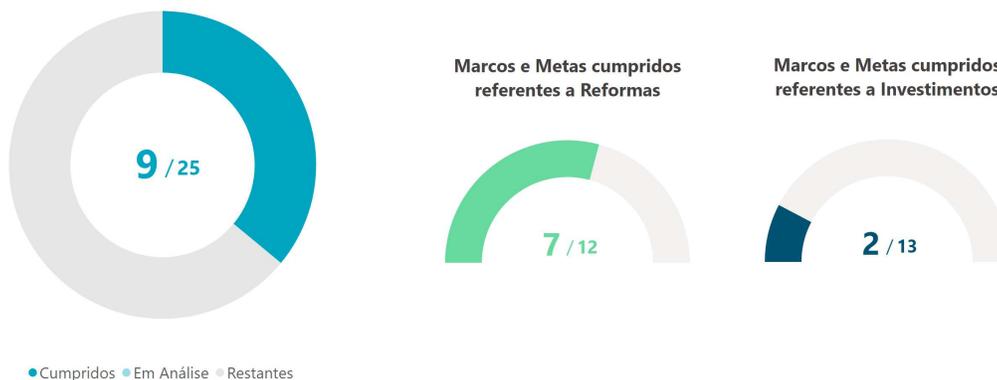
TRANSIÇÃO DIGITAL DA SEGURANÇA SOCIAL | 200 M€

Objetivos

-  Reorganização da **conceção do sistema de Segurança Social** e modernização do Sistema de Informação da Segurança Social
-  Desenvolvimento de um **novo modelo de relacionamento** (Visão 360º) que agilize e integre os variados canais de interação do cidadão e da empresa com a Segurança Social
-  **Reformular e adaptar o posto de trabalho** ("Posto de trabalho 21"), viabilizando o recurso a modos mais adaptativos de trabalho (ex. teletrabalho)
-  Implementar **soluções de infra-estrutura e suporte** aos sistemas da Segurança Social baseados em soluções *Cloud*

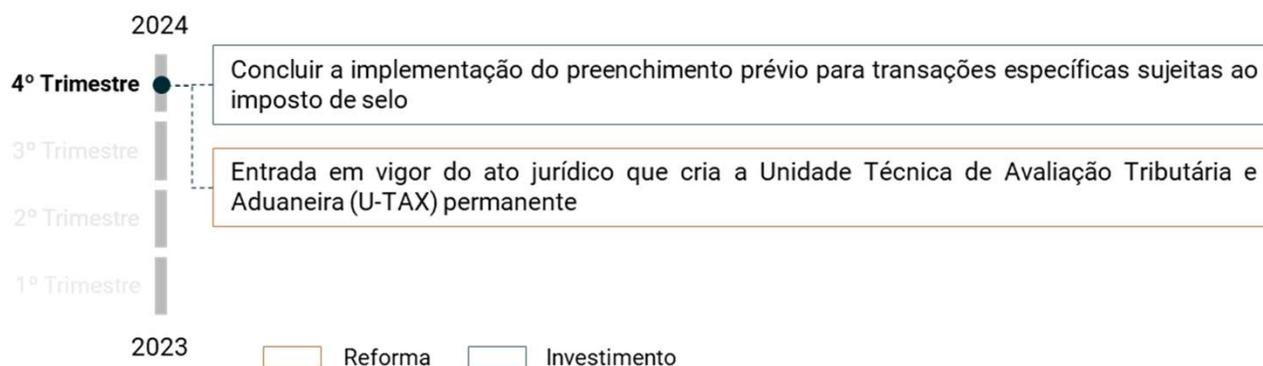
6.4 Transição Digital

	COMPONENTE C17 Qualidade e Sustentab. das Finanças Públicas	406 M € Dotação orçamental
Execução		



No final de 2024, encontravam-se cumpridos 9 dos 25 Marcos e Metas previstos nesta componente, correspondendo a 36% do total previsto. Dos 9 Marcos e Metas cumpridos, 7 são referentes a reformas e 2 são referente a investimentos.

Em 2024 foram avaliados positivamente pela Comissão Europeia os 2 Marcos e Metas incluídos no 5º Pedido de Pagamento, 1 referente a reforma e 1 referente a investimento, tendo estes sido cumpridos ao longo de 2024, conforme a figura abaixo:



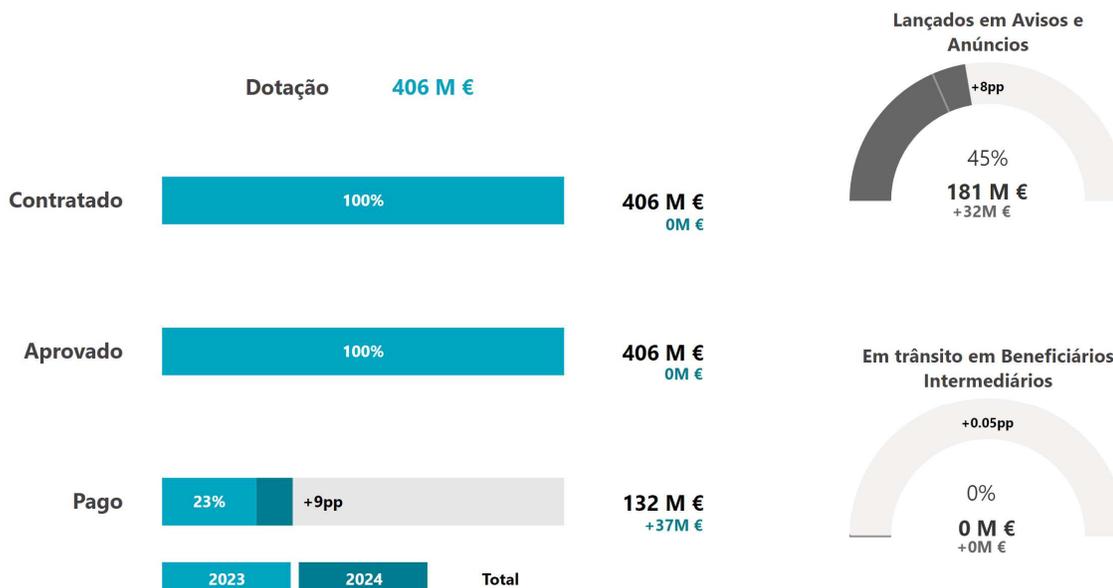
6.4 Transição Digital



COMPONENTE C17
Qualidade e Sustentab. das Finanças Públicas

406 M €
Dotação orçamental

Síntese da Implementação Financeira da Componente a 31.12.2024



A 31 de dezembro de 2024, a dotação atualizada da componente 17 encontrava-se contratada com Beneficiários Diretos e Intermediários a 100%, que se traduz num montante de 406 M€. Por sua vez, o montante aprovado a Beneficiários Diretos e Finais ascendia a 406 M€ e o montante pago os 132 M€, 100% e 33% da dotação total, respetivamente. O montante lançado em Avisos de Abertura e Concursos Públicos nesta componente ascende a 181 M€, 45% da respetiva dotação orçamental.

Reformas

CÓDIGO	REFORMA	ESTADO DE IMPLEMENTAÇÃO A 31.12.2024
C17-r32	Modernização e simplificação da gestão financeira pública	● Em fase avançada de implementação
C17-r40	Simplificação do sistema fiscal	● Em fase de implementação

Investimentos

CÓDIGO	SUBINVESTIMENTO	DOTAÇÃO	APROVADO A 31.12.2024	PAGO A 31.12.2024
C17-i01.01	Sistemas de informação de Gestão Financeira Pública Responsável: ENTIDADE DE SERVIÇOS PARTILHADOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, I.P.	161 M €	100%	19%
C17-i01.02	Sistemas de informação de Gestão Financeira Pública/ SIGPIP Responsável: ENTIDADE DE SERVIÇOS PARTILHADOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, I.P.	2 M €	100%	0%
C17-i02	Modernização da infraestrutura do sistema de informação patrimonial da Autoridade Tributária Responsável: AUTORIDADE TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA	43 M €	100%	23%
C17-i03.01	Transição digital da Segurança Social (ISS) Responsável: INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL, I.P.	19 M €	100%	51%
C17-i03.02	Transição digital da Segurança Social (II) Responsável: INSTITUTO DE INFORMÁTICA, I.P.	182 M €	100%	5%

6.4 Transição Digital



COMPONENTE C17 Qualidade e Sustentab. das Finanças Públicas

406 M €
Dotação orçamental

Concretizações - Concursos Públicos e Avisos lançados em 2024 ¹

Nome dos Investimentos	Concursos Públicos		Avisos			
	Número de Anúncios	Dotação Anúncios	Número de Avisos	Dotação Avisos	Candidaturas Aprovadas	Montante Aprovado
Modernização dos sistemas de informação da Autoridade Tributária e Aduaneira para a tributação dos prédios rústicos	2	5 M €				
Sistemas de informação sobre a gestão das finanças públicas	51	7 M €				
Transição digital da Segurança Social	31	20 M €				
Total	84	32 M €				

¹Sempre que uma linha contiver uma coluna vazia, não existe nenhum valor para mostrar e sempre que o valor mostrado for 0, o valor é superior a 0, mas arredondado à unidade é de 0.



Qualidade e Sustentabilidade Finanças Públicas



Conclusão

**Implementação da
Entidade
Contabilística do
Estado**

Criada

a U-TAX

Unidade Técnica de
Avaliação de Políticas
Tributárias e Aduaneiras

Implementados

**2 pré-
preenchimentos**

Da declaração de IMI e
Imposto de Selo

Prestações
Suplementares
(Compensatórias)

DISPONÍVEIS &
EM UTILIZAÇÃO

4

Novos serviços no sítio
web da Segurança
Social Direta

Pensão de
Sobrevivência

Prestações
Familiares
Reavaliação

Assessoria
Técnica aos
Tribunais



6.4 Transição Digital



COMPONENTE C18 Justiça Económica e Ambiente de Negócios

267 M €
Dotação orçamental

Os objetivos da **Componente C18 - Justiça Económica e Ambiente de Negócios** são robustecer e tornar mais eficientes as relações dos cidadãos e empresas com o Estado, bem como reduzir os encargos e complexidades que inibem a atividade empresarial e assim impactam sobre a produtividade. Com esta componente pretende-se a diminuição da carga administrativa e regulamentar enfrentada pelas empresas, atuando especificamente ao nível dos Licenciamentos, na área da Insolvência e nos Tribunais Administrativos e Fiscais, bem como no aumento da eficiência dos Tribunais.

Visão Global e Objetivos

JUSTIÇA ECONÓMICA E AMBIENTE DE NEGÓCIOS | 267 M€

Objetivos

- Plataformas digitais dos tribunais e meios RAL** em todos os tribunais e instâncias, abrangendo cerca de **400 tribunais e 3.000 magistrados**:
 - novas plataformas de serviços digitais e sistemas de informação;
 - plataforma de suporte aos processos de Insolvência e Recuperação;
 - sistema de tramitação processual para as Secretarias Judiciais, impactando a atividade de cerca de **7.000 oficiais de justiça**;
 - Fase 2 do Projeto Tribunal+: Balcão+ eletrónico e Comarca+.



- Plataformas Digitais para Ciclos de Vida dos Cidadãos e das Empresas**
 - Sistema de informação "Empresa 2.0", (criação, gestão e encerramento) e-Residency (para empresas estrangeiras).
 - Plataforma integrada de registos (civil, comercial, predial e de nacionalidade), abrangendo **434 conservatórias e 4.658** trabalhadores.
 - Cartão de Cidadão: novo serviço que desmaterializa o processo de pedido e entrega do CC.
 - Novos serviços *online* e reengenharia dos existentes na plataforma digital da Justiça e no Portal Único Digital Nacional.

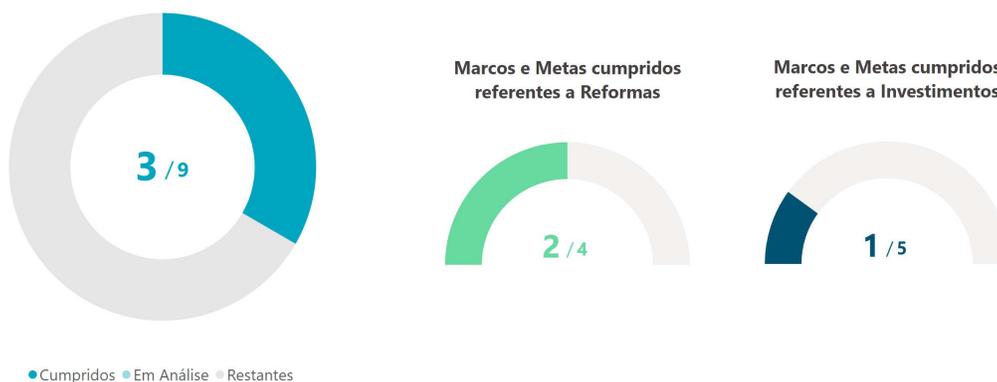
- Plataformas Digitais para a Investigação Criminal e Forense**
 - Modernização dos sistemas de informação na área da investigação criminal.
 - Desenvolvimento do sistema de informação de monitorização da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção.

- Plataformas de Gestão de Conhecimento**
 - Plataforma de Serviços Comuns da Justiça.
 - Plataforma de Indicadores e Estatísticas da Justiça.
 - Plataforma de suporte à criação e gestão de modelos de documentos transversal ao MJ

- Reforço das Infraestruturas e Equipamentos Tecnológicos**: redes de comunicações; sistemas hw/sw operativos; criação de *Contact Center* para resposta a mais de **200.000 chamadas/mês**; videoconferência para tribunais, conservatórias e outros serviços da Justiça; novo *service desk* transversal; e criação de *contact center* multicanal da Justiça.

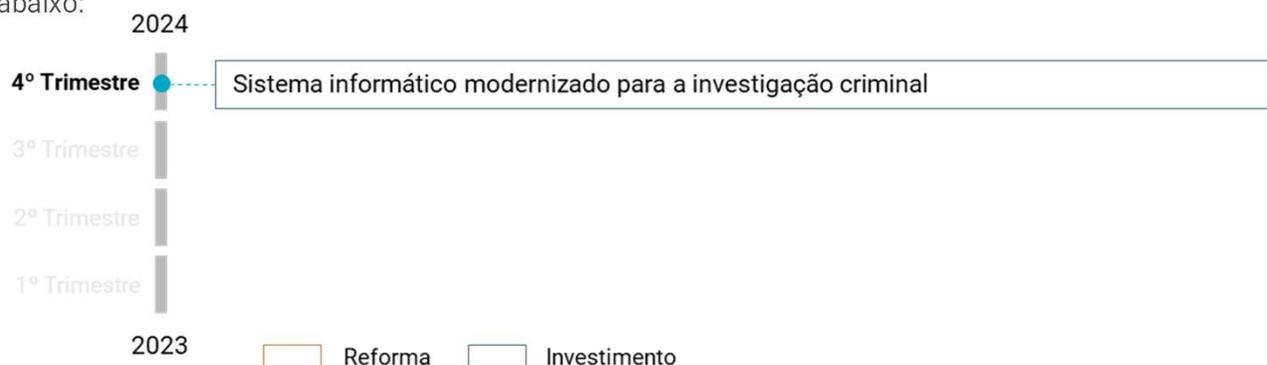
6.4 Transição Digital

	COMPONENTE C18 Justiça Económica e Ambiente de Negócios	267 M € Dotação orçamental
Execução		



No final de 2024, encontravam-se cumpridos 3 dos 9 Marcos e Metas previstos nesta componente, correspondendo a 33% do total previsto. Dos 3 Marcos e Metas cumpridos, 2 são referentes a reformas e 1 é referente a investimentos.

Em 2024 foi avaliado positivamente pela Comissão Europeia o Marco e Meta incluído no 5º Pedido de Pagamento, referente a investimento, tendo este sido cumprido ao longo de 2024, conforme a figura abaixo:



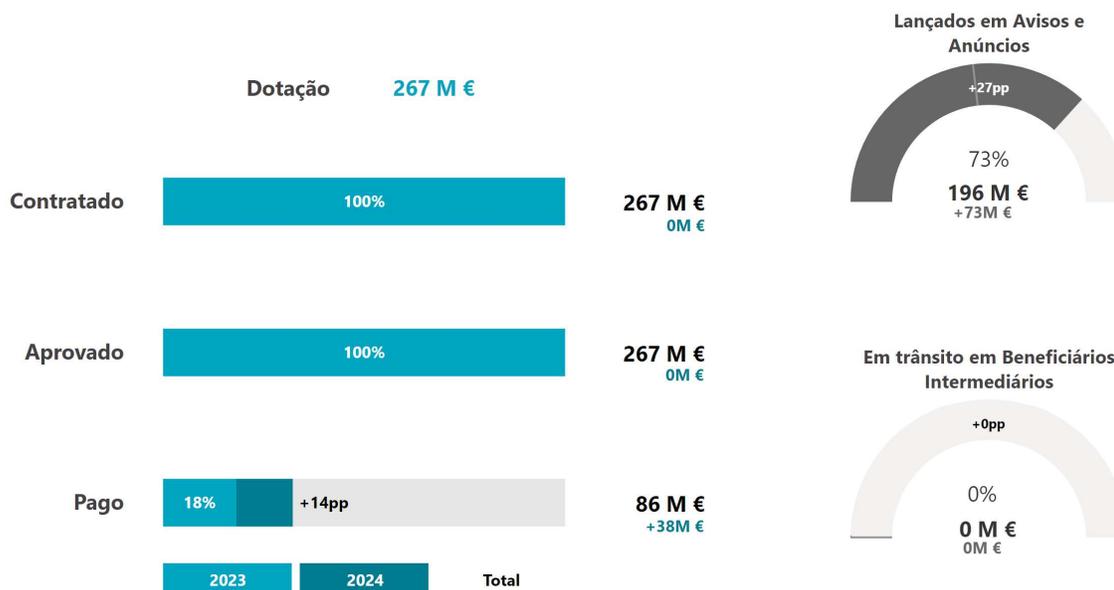
6.4 Transição Digital



COMPONENTE C18
Justiça Económica e Ambiente de Negócios

267 M €
Dotação orçamental

Síntese da Implementação Financeira da Componente a 31.12.2024



A 31 de dezembro de 2024, a dotação atualizada da componente 18 encontrava-se contratada com Beneficiários Diretos e Intermediários a 100%, que se traduz num montante de 267 M€. Por sua vez, o montante aprovado a Beneficiários Diretos e Finais ascendia a 267 M€ e o montante pago os 86 M€, 100% e 32% da dotação total, respetivamente. O montante lançado em Avisos de Abertura e Concursos Públicos nesta componente ascende a 196 M€, 73% da respetiva dotação orçamental.

Reformas

CÓDIGO	REFORMA	ESTADO DE IMPLEMENTAÇÃO A 31.12.2024
C18-r33	Justiça económica e ambiente empresarial	Em fase avançada de implementação

6.4 Transição Digital



COMPONENTE C18 Justiça Económica e Ambiente de Negócios

267 M €
Dotação orçamental

Investimentos

CÓDIGO	SUBINVESTIMENTO	DOTAÇÃO	APROVADO A 31.12.2024	PAGO A 31.12.2024
C18-i01.01	TD C18-i01.01: Justiça económica e ambiente de negócios/IGFEJ Responsável: INSTITUTO DE GESTÃO FINANCEIRA E EQUIPAMENTOS DA JUSTIÇA, I.P.	139 M €	100%	30%
C18-i01.02	TD C18-i01.02: Justiça económica e ambiente de negócios/IRN Responsável: INSTITUTO DOS REGISTOS E DO NOTARIADO, I.P.	43 M €	100%	34%
C18-i01.03	TD C18-i01.03: Justiça económica e ambiente de negócios/DGPI Responsável: DIRECÇÃO-GERAL DA POLÍTICA DE JUSTIÇA	24 M €	100%	22%
C18-i01.04	TD C18-i01.04: Justiça económica e ambiente de negócios/DGAJ Responsável: DIRECÇÃO-GERAL DA ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA	16 M €	100%	21%
C18-i01.05	TD C18-i01.05: Justiça económica e ambiente de negócios/PJ Responsável: POLICIA JUDICIARIA	19 M €	100%	54%
C18-i01.06	TD C18-i01.06: Justiça económica e ambiente de negócios/SGMJ Responsável: SECRETARIA-GERAL DO MINISTERIO DA JUSTIÇA	9 M €	100%	28%
C18-i01.07	TD C18-i01.07: Justiça económica e ambiente de negócios/INMLCF Responsável: INSTITUTO NACIONAL DE MEDICINA LEGAL E CIÊNCIAS FORENSES, I.P.	8 M €	100%	59%
C18-i01.08	TD C18-i01.08: Justiça económica e ambiente de negócios/INPI Responsável: INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL	2 M €	100%	54%
C18-i01.09	TD C18-i01.09: Justiça económica e ambiente de negócios/CAAJ Responsável: COMISSÃO PARA O ACOMPANHAMENTO DOS AUXILIARES DA JUSTIÇA	1 M €	100%	91%
C18-i01.10	TD C18-i01.10: Justiça económica e ambiente de negócios/PGR Responsável: PROCURADORIA GERAL DA REPUBLICA	3 M €	100%	27%
C18-i01.11	TD C18-i01.11: Justiça económica e ambiente de negócios/CSM Responsável: CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA	2 M €	100%	28%
C18-i01.12	TD C18-i01.12: Justiça económica e ambiente de negócios/CSTAF Responsável: CONSELHO SUPERIOR DOS TRIBUNAIS ADMINISTRATIVOS E FISCAIS	0 M €	100%	46%
C18-i01.13	Justiça Económica e Ambiente de Negócios / MENAC Responsável: MECANISMO NACIONAL ANTICORRUPÇÃO (MENAC)	1 M €	100%	13%

Concretizações - Concursos Públicos e Avisos lançados em 2024 ¹

Nome dos Investimentos	Concursos Públicos		Avisos			
	Número de Anúncios	Dotação Anúncios	Número de Avisos	Dotação Avisos	Candidaturas Aprovadas	Montante Aprovado
Justiça económica e ambiente empresarial	140	73 M €				
Total	140	73 M €				

¹ Sempre que uma linha contiver uma coluna vazia, não existe nenhum valor para mostrar e sempre que o valor mostrado for 0, o valor é superior a 0, mas arredondado à unidade é de 0.



Justiça Económica e Ambiente de Negócios



IMPLEMENTAÇÃO

Plataforma de software

que implementa o 'sistema informático modernizado para a investigação criminal', que inclui, na 'implementação de interfaces' de pesquisa que lhe fazem parte, as 'interoperabilidades com congéneres europeias e internacionais, respetivamente da Europol e da Interpol' em funcionamento.

EM VIGOR

Regime jurídico

para incentivar os acordos judiciais e extrajudiciais, com o

Decreto-Lei n.º 30/2023



INSTALAÇÃO

10 subsecções especializadas

dos tribunais centrais administrativos aprovada pela

Portaria 281-A/2023

PLATAFORMA

Empresa 2.0

em funcionamento



6.4 Transição Digital



COMPONENTE C19 Administração Pública mais Eficiente

675 M €
Dotação orçamental

A **Componente C19 - Administração Pública Mais Eficiente** pretende providenciar um melhor serviço público, utilizando a tecnologia e reforçando a proximidade para um acesso mais simples, seguro, efetivo e eficiente de cidadãos e empresas, reduzindo custos de contexto, bem como promovendo a eficiência, a modernização, a inovação e a capacitação da Administração Pública, reforçando o contributo do Estado e da administração pública para o crescimento e desenvolvimento económico e social.

Visão Global e Objetivos

REFORÇO DO QUADRO GERAL DE CIBERSEGURANÇA NA BASE DA CONFIANÇA PARA A ADOÇÃO DOS SERVIÇOS ELETRÓNICOS | **52 M€**

Objetivos

- Reforçar a **capacitação em cibersegurança** e segurança da informação
- Criar as condições tecnológicas para a implementação do **novo modelo de coordenação da cibersegurança** e da segurança da informação

MODERNIZAÇÃO E DIGITALIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA REGIONAL (AÇORES) | **31 M€**

Objetivos

- Programas de investimento:**
 - "APR + Acessível, Inclusiva e Aberta"
 - "APR + Serviços mais ágeis"
 - "APR + Proativa"
 - "APR + Apta para o Futuro"
- Infraestrutura digital** na Administração Pública Regional – Mobile.GOV e Azores_Ciber360º

REFORMULAR O ATENDIMENTO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS, COM A CRIAÇÃO DO PORTAL DIGITAL ÚNICO NACIONAL, O REDESENHO DE SERVIÇOS DIGITAIS MAIS UTILIZADOS E O DESENVOLVIMENTO DA CAPACIDADE DE ATENDIMENTO MULTICANAL | **216 M€**

Objetivos

- Portal Único de Serviços Digitais** que se assuma como "Loja do Cidadão Virtual" e que permita tratar de forma digital e desmaterializada os principais serviços da AP
- Centro de Contacto** que permita tratar dos principais serviços através deste canal
- Expandir a **rede de Lojas de Cidadão**, de **Espaços Cidadão** e de **Espaços de Cidadão Móveis**, e chegar a quem não consiga aceder aos serviços digitais
- Aplicação** para os cidadãos acederem de forma digital aos serviços públicos mais procurados
- SGMNE** - Novo modelo de gestão consular em vigor

TERRITÓRIOS INTELIGENTES - AMA | **60 M€**

Objetivos

- Formação de **+600 pessoas** sobre territórios inteligentes
- Desenvolvimento do **Portal dos Territórios Inteligentes**
- Criação em **75 municípios** de plataformas de gestão urbana (PGU)

SERVIÇOS ELETRÓNICOS SUSTENTÁVEIS, BASEADOS NA INTEROPERABILIDADE E UTILIZAÇÃO DOS DADOS PARA UM AUMENTO DE TRANSPARÊNCIA E EFICIÊNCIA | **65 M€**

Objetivos

- Incrementar a **governança e capacidade de reutilização segura dos dados** na AP
- Reforçar o serviço **Dados.Gov** enquanto portal de dados abertos da AP
- Criação de **infraestruturas integradas para fins específicos**.

TRANSIÇÃO DIGITAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DA RAM | **81 M€**

Objetivos

- 5 novos serviços públicos digitalizados** simplificados disponíveis para os cidadãos e as empresas
- Modernização de infraestruturas críticas e da arquitetura informática** dos serviços públicos na RAM
- Formação digital** para trabalhadores do setor público
- Solução de gestão centralizada de dados**

INFRAESTRUTURAS CRÍTICAS DIGITAIS EFICIENTES, SEGURAS E PARTILHADAS | **83 M€**

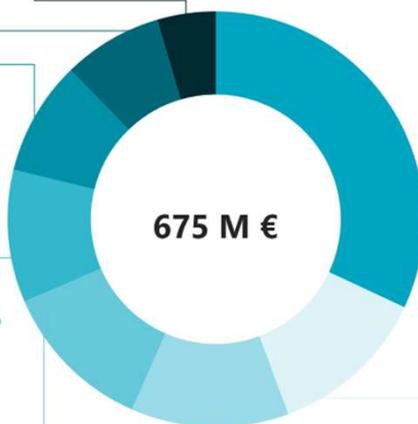
Objetivos

- Intervencionar a **Rede Informática do Governo** tornando-a mais resiliente
- Investir na melhoria da cobertura e capacidade da **Rede de Comunicações de Emergência do Estado**
- Renovar a **arquitetura dos sistemas de informação e processos associados à gestão e controlo de fronteiras**, cooperação policial e judiciária e asilo
- Eliminar as redundâncias dos processos técnicos burocráticos** das Forças e Serviços de Segurança (FSS)

CAPACITAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – FORMAÇÃO DE TRABALHADORES E GESTÃO DO FUTURO | **83 M€**

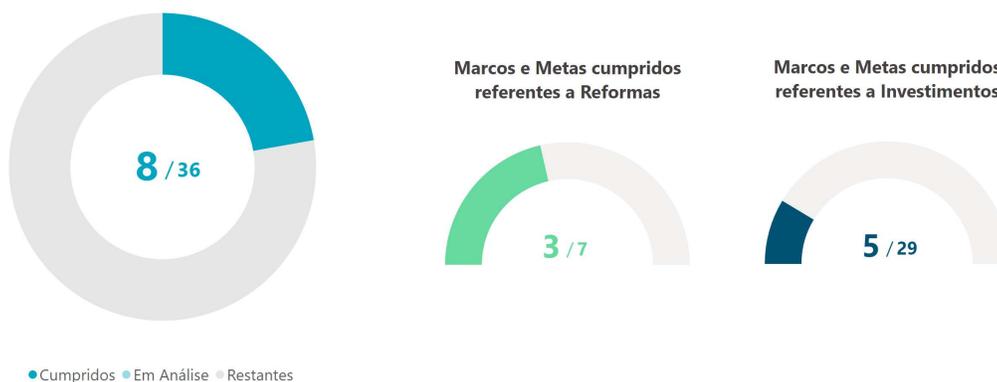
Objetivos

- Programas de capacitação para trabalhadores da Administração Pública:** "Infoexclusão Zero"; "AP Digital 4.0."; "Formação superior e avançada em gestão e administração" e . formação para Lojas do Cidadão/Espaços Cidadão, PlanAPP – projeto de competências em planeamento e prospetiva, SIADAP
- Programa Qualifica AP** (Plano de Ação 2021-2026) para a implementação dos objetivos do Programa Qualifica AP
- Programa de estágios profissionais** na Administração Pública
- Incentivar o adoção do regime de teletrabalho** por parte dos trabalhadores da Administração Pública
- Criação do PlanAPP** - Centro de Competências de Planeamento, de Políticas e de Prospetiva da Administração Pública
- Implementação da **Reforma** funcional e orgânica da **administração pública**



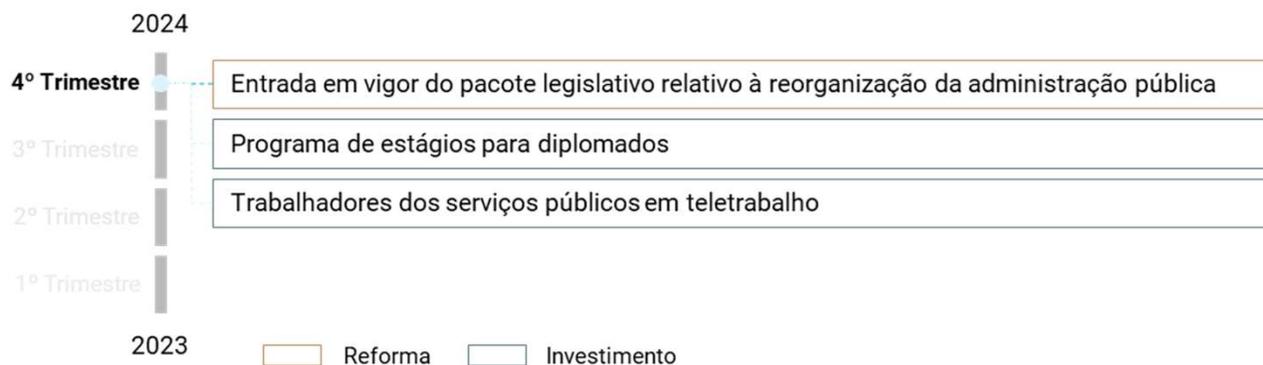
6.4 Transição Digital

	COMPONENTE C19 Administração Pública mais Eficiente	675 M € Dotação orçamental
Execução		



No final de 2024, encontravam-se cumpridos 8 dos 36 Marcos e Metas previstos nesta componente, correspondendo a 22% do total previsto. Dos 8 Marcos e Metas cumpridos, 3 são referentes a reformas e 5 são referentes a investimentos.

Em 2024 foram avaliados positivamente pela Comissão Europeia os 3 Marcos e Metas incluídos no 5º Pedido de Pagamento, 1 referente a reforma e 2 referentes a investimentos, tendo estes sido cumpridos ao longo de 2024, conforme a figura abaixo:



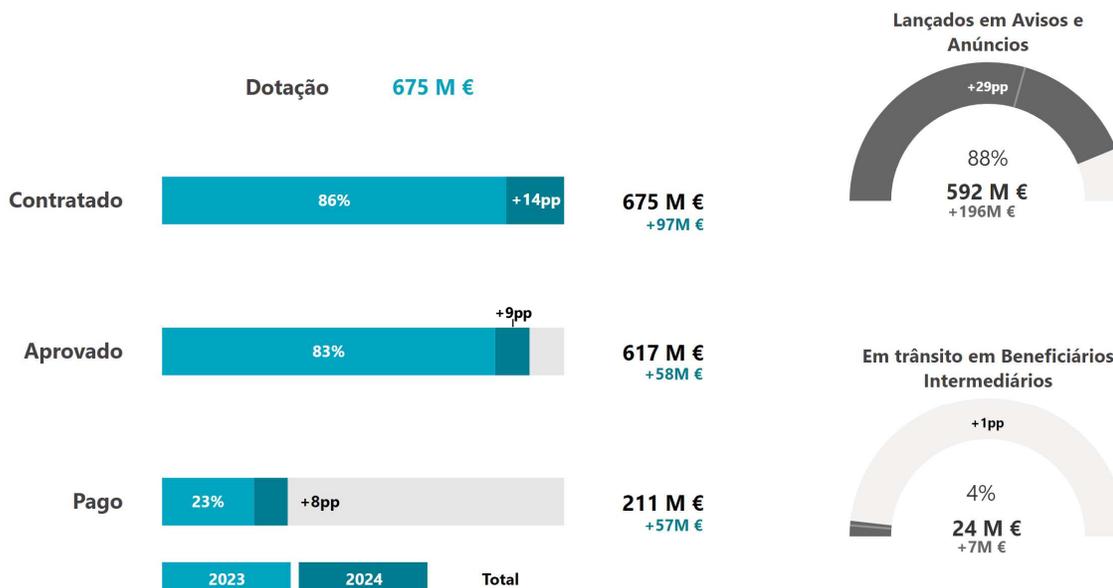
6.4 Transição Digital



COMPONENTE C19 Administração Pública mais Eficiente

675 M €
Dotação orçamental

Síntese da Implementação Financeira da Componente a 31.12.2024



A 31 de dezembro de 2024, a dotação atualizada da componente 19 encontrava-se contratada com Beneficiários Diretos e Intermediários a 100%, que se traduz num montante de 675 M€. Por sua vez, o montante aprovado a Beneficiários Diretos e Finais ascendia a 617 M€ e o montante pago os 211 M€, 91% e 31% da dotação total, respetivamente. Do montante total transferido para Beneficiários Intermediários 24 M€ ainda se encontram "em trânsito". O montante lançado em Avisos de Abertura e Concursos Públicos nesta componente ascende a 592 M€, 88% da respetiva dotação orçamental.

Reformas

CÓDIGO	REFORMA	ESTADO DE IMPLEMENTAÇÃO A 31.12.2024
C19-r34	Serviços públicos digitais, simples, inclusivos e seguros para os cidadãos e para as empresas	● Concretizada
C19-r35	Reforma funcional e orgânica da administração pública	● Concretizada
C19-r36	Administração pública capacitada para a criação de valor público	● Concretizada
C19-r41	Acesso aos serviços públicos: harmonizar e consolidar o acesso presencial e em linha	◐ Em fase de implementação
C19-r42	Novo sistema de avaliação para capacitar e rejuvenescer o pessoal da administração pública	◐ Em fase de implementação

6.4 Transição Digital



COMPONENTE C19 Administração Pública mais Eficiente

675 M €
Dotação orçamental

Investimentos

CÓDIGO	SUBINVESTIMENTO	DOTAÇÃO	APROVADO A 31.12.2024	PAGO A 31.12.2024
C19-i01.01	Reformulação do atendimento dos serviços público e consulares Responsável: AGÊNCIA PARA A MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA, I.P.	165 M €	92%	32%
C19-i01.02	Reformulação do atendimento dos serviços público e consulares/SGMNE Responsável: SECRETARIA GERAL DO MINISTERIO DOS NEGOCIOS ESTRANGEIROS	51 M €	100%	48%
C19-i02.01	Serviços Eletrónicos sustentáveis, baseados na interoperabilidade e utilização dos dados para um aumento de transparência e eficiência Responsável: AGÊNCIA PARA A MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA, I.P.	65 M €	95%	38%
C19-i02.02	Serviços Eletrónicos sustentáveis/INE Responsável: INSTITUTO NACIONAL DE ESTATISTICA	5 M €	100%	51%
C19-i03	Reforço do quadro geral de cibersegurança Responsável: GABINETE NACIONAL DE SEGURANÇA (GNS)	52 M €	100%	20%
C19-i04.01	Transição Digital na Rede Informática do Governo (RING)/CEGER Responsável: CENTRO DE GESTÃO DA REDE INFORMÁTICA DO GOVERNO - CEGER	13 M €	100%	62%
C19-i04.02	Infraestruturas críticas digitais eficientes, seguras e partilhadas/SGMAI Responsável: SECRETARIA-GERAL DO MINISTERIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA	62 M €	100%	54%
C19-i04.03	Infraestruturas críticas digitais eficientes, seguras e partilhadas Responsável: AGÊNCIA PARA A INTEGRAÇÃO, MIGRAÇÕES E ASILO, I.P.	4 M €	100%	13%
C19-i04.04	Infraestruturas críticas digitais eficientes, seguras e partilhadas Responsável: SECRETARIA GERAL DA PRESIDENCIA DO CONSELHO DE MINISTROS	4 M €	100%	98%
C19-i05.01-RAM	Transição Digital da Administração Pública da RAM- DRI Responsável: INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL IP-RAM	77 M €	100%	14%
C19-i05.02-RAM	Transição Digital da Administração Pública da RAM-DRAPMA Responsável: INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL IP-RAM	4 M €	100%	14%
C19-i06-RAA	Modernização e digitalização da Administração Pública- RAA Responsável: DIRECÇÃO REGIONAL DE PLANEAMENTO E FUNDOS ESTRUTURAIS	31 M €	100%	42%
C19-i07.01	Capacitação da Administração Pública - INA Responsável: INSTITUTO NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO, I.P. (INA, I.P.)	30 M €	98%	23%
C19-i07.02	C19 – i07.02 – Capacitação da Administração Pública – Entidade responsável pela implementação da reforma TD-r35 Responsável: SECRETARIA GERAL DA PRESIDENCIA DO CONSELHO DE MINISTROS	2 M €	100%	13%
C19-i07.03	Capacitação da Administração Pública - Formação Lojas do Cidadão/ Espaços Cidadão Responsável: AGÊNCIA PARA A MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA, I.P.	1 M €	100%	41%
C19-i07.04	Capacitação da Administração Pública - PlanAPP Responsável: CENTRO DE COMPETÊNCIAS DE PLANEAMENTO, DE POLÍTICAS E DE PROSPETIVA DA ADMINISTRAÇÃO (PLANAPP)	12 M €	100%	27%
C19-i07.05	TD C19-i07.05 - Capacitação da Administração Pública - Programa de Estágios e Promoção do Teletrabalho Responsável: DIRECÇÃO-GERAL DA ADMINISTRAÇÃO E DO EMPREGO PÚBLICO	38 M €	92%	34%
C19-i08	Territórios Inteligentes - AMA Responsável: AGÊNCIA PARA A MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA, I.P.	60 M €	37%	5%

6.4 Transição Digital



COMPONENTE C19 Administração Pública mais Eficiente

675 M €
Dotação orçamental

Concretizações - Concursos Públicos e Avisos lançados em 2024 ¹

Nome dos Investimentos	Concursos Públicos		Avisos			
	Número de Anúncios	Dotação Anúncios	Número de Avisos	Dotação Avisos	Candidaturas Aprovadas	Montante Aprovado
Administração pública capacitada para a criação de valor público	277	6 M €	1	0 M €	1	0 M €
Infraestruturas digitais críticas eficientes, seguras e partilhadas	45	34 M €				
Reforço do quadro geral de cibersegurança	50	6 M €				
Reformulação dos serviços públicos e consulares	61	48 M €	5	16 M €	21	12 M €
Serviços eletrónicos sustentáveis	47	46 M €	1	2 M €		0 M €
Territórios Inteligentes	1	0 M €	3	27 M €		0 M €
Transição digital da administração pública dos Açores			1	5 M €		0 M €
Total	481	140 M €	11	50 M €	22	12 M €

¹ Sempre que uma linha contiver uma coluna vazia, não existe nenhum valor para mostrar e sempre que o valor mostrado for 0, o valor é superior a 0, mas arredondado à unidade é de 0.



Administração Pública Mais Eficiente



6.4 Transição Digital



COMPONENTE C20
Escola Digital

605 M €
Dotação orçamental

No arranque dos investimentos do PRR, a garantia da acessibilidade ao ensino para todos, através dos meios digitais, ganhou o topo das prioridades. O principal objetivo da **Componente C20 – Escola Digital** é criar condições para a inovação educativa e pedagógica através do desenvolvimento de competências em tecnologias digitais, da sua integração transversal nas diferentes áreas curriculares e da modernização do sistema educativo português.

Visão Global e Objetivos

EDUCAÇÃO DIGITAL (R.A. MADEIRA) | 22 M€

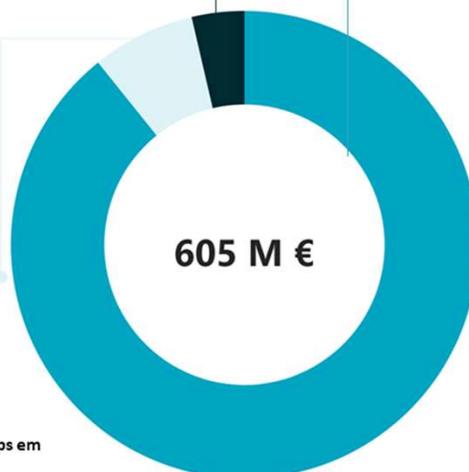
Objetivos

- Projeto dos **Manuais Digitais para 15.910 alunos**
- Formação em competências digitais** para **6.500** professores e pessoal não docente na RAM
- Implementação de **rede estruturada** em, pelo menos, **95% das Escolas**
- Instalação de equipamento científico e tecnológico** (conjuntos de experiências de robótica; conjuntos de ciências experimentais; conjuntos CTEAM; conjuntos de biologia, física e química; conjuntos polivisuais/multimédia, novos equipamentos de informática; Ambientes Inovadores de Aprendizagem)

EDUCAÇÃO DIGITAL (R.A. AÇORES) | 43 M€

Objetivos

- Aquisição de 24.900 computadores portáteis e tablets** para o ensino pré-escolar, o primeiro e o segundo ciclos e o ensino secundário equipamentos digitais móveis
- Ligação à Internet** de, pelo menos, **1 Gbps em 95% das escolas**
- Instalação de equipamentos digitais** (330 novos ecrãs interativos, 100 novos equipamentos laboratoriais especializados, 100 novas impressoras 3D, 150 novos projetores de vídeo e 150 novos robôs educativos)
- Desenvolvimento de 24 cursos de competências digitais** em linha acessíveis a professores e pais (MOOC).



TRANSIÇÃO DIGITAL NA EDUCAÇÃO | 540 M€

Objetivos

- Ligação de 1Gb** em, pelo menos, **95% das escolas**
- Pelo menos, **95% das escolas** com sistema único de identidades; sistemas de informação de gestão educativa do Ministério da Educação e sistema Escola 360, incluindo o fornecimento de **15.000 computadores** para utilização em atividades de gestão escolar
- Pelo menos, **95% das disciplinas com Recursos Educativos Digitais**
- Pelo menos **95% dos testes e exames digitais**;
- Atribuição de **600.000 de computadores portáteis** a professores e alunos em escolas públicas do ensino básico e secundário
- Instalação de **106 Laboratórios de Educação Digital** (conjuntos de robótica, impressoras 3D, equipamentos de medição e teste, ferramentas diversas, módulos de desenvolvimento e simulação, componentes eletrónicos, que permitam desenvolver e multiplicar os clubes de computação experimental, programação e robótica)
- Instalação de **26.564 equipamentos de projeção**

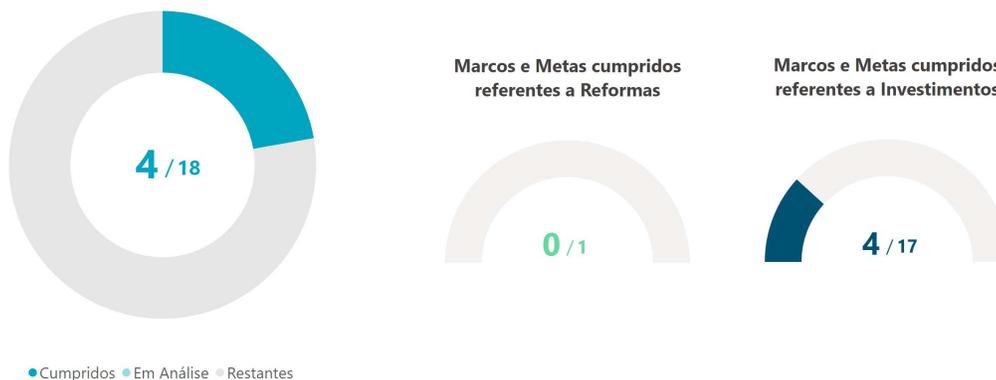
6.4 Transição Digital



COMPONENTE C20
Escola Digital

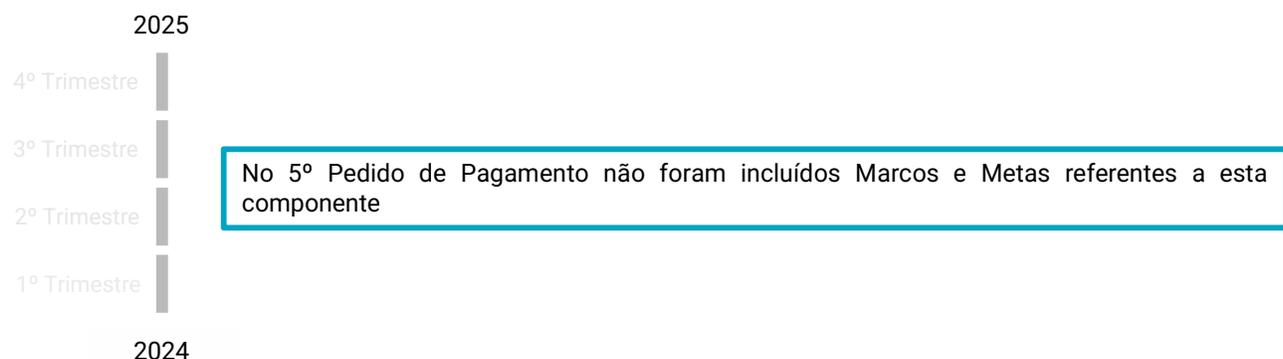
605 M €
Dotação orçamental

Execução



No final de 2024, encontravam-se cumpridos 4 dos 18 Marcos e Metas previstos nesta componente, correspondendo a 22% do total previsto. Os 4 Marcos e Metas cumpridos são referentes a investimentos.

Não foram incluídos Marcos e Metas referentes a esta componente no 5º Pedido de Pagamento, cujos Marcos e Metas foram avaliados positivamente pela Comissão Europeia em 2024.



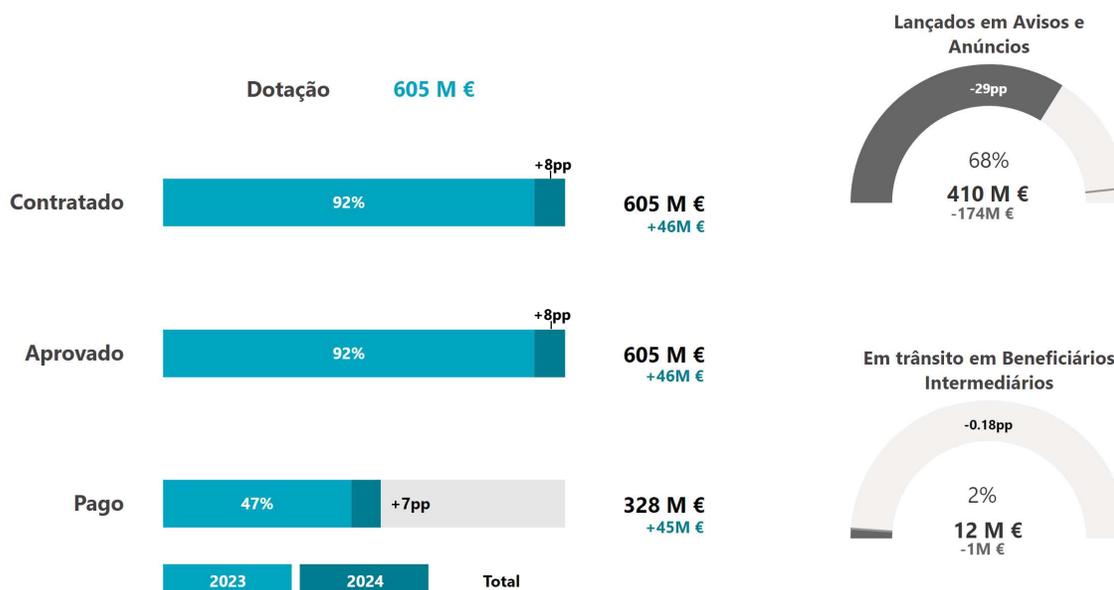
6.4 Transição Digital



COMPONENTE C20
Escola Digital

605 M €
Dotação orçamental

Síntese da Implementação Financeira da Componente a 31.12.2024



A 31 de dezembro de 2024, a dotação atualizada da componente 20 encontrava-se contratada com Beneficiários Diretos e Intermediários a 100%, que se traduz num montante de 605 M€. Por sua vez, o montante aprovado a Beneficiários Diretos e Finais ascendia a 605 M€ e o montante pago os 328 M€, 100% e 54% da dotação total, respetivamente. Do montante total transferido para Beneficiários Intermediários 12 M€ ainda se encontram "em trânsito". O montante lançado em Avisos de Abertura e Concursos Públicos nesta componente ascende a 410 M€, 68% da respetiva dotação orçamental.

Reformas

CÓDIGO	REFORMA	ESTADO DE IMPLEMENTAÇÃO A 31.12.2024
C20-r37	Reforma para a educação digital	Em fase de implementação

6.4 Transição Digital



COMPONENTE C20 Escola Digital

605 M €
Dotação orçamental

Investimentos

CÓDIGO	SUBINVESTIMENTO	DOTAÇÃO	APROVADO A 31.12.2024	PAGO A 31.12.2024
C20-i01.01	Transição digital na Educação Responsável: SECRETARIA-GERAL DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA	312 M €	2%	1%
C20-i01.02	Transição digital na Educação Responsável: SECRETARIA-GERAL DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA	228 M €	100%	100%
C20-i01.03	Transição digital na Educação Responsável: DIRECÇÃO-GERAL DA EDUCAÇÃO		0%	0%
C20-i01.04	Transição digital na Educação Responsável: INSTITUTO DE AVALIAÇÃO EDUCATIVA, I.P.		0%	0%
C20-i01.05	Transição digital na Educação Responsável: INSTITUTO DE GESTÃO FINANCEIRA DA EDUCAÇÃO, I.P.		0%	0%
C20-i02-RAA	Educação digital (Açores) Responsável: DIRECÇÃO REGIONAL DE PLANEAMENTO E FUNDOS ESTRUTURAIS	43 M €	100%	49%
C20-i03-RAM	Programa de aceleração da digitalização da Educação na RAM Responsável: INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL IP-RAM	22 M €	100%	30%

Concretizações - Concursos Públicos e Avisos lançados em 2024 ¹

Nome dos Investimentos	Concursos Públicos		Avisos			
	Número de Anúncios	Dotação Anúncios	Número de Avisos	Dotação Avisos	Candidaturas Aprovadas	Montante Aprovado
Educação digital (Açores)			1	0 M €	2	0 M €
Transição digital na educação	28	85 M €				
Total	28	85 M €	1	0 M €	2	0 M €

¹ Sempre que uma linha contiver uma coluna vazia, não existe nenhum valor para mostrar e sempre que o valor mostrado for 0, o valor é superior a 0, mas arredondado à unidade é de 0.

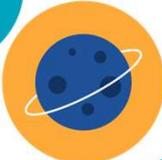


Escola Digital



ENTREGA

15.000 computadores



às escolas para utilização em atividades de gestão escolar

DISPONIBILIZAÇÃO

18 MOOC'S

de Aquisição de Competências Digitais para docentes e encarregados de educação, na RAA

INSTALAÇÃO

40.000 vídeo projetores

em salas de aula



ENTREGA

1.300 Laboratórios



de Educação Digital em escolas



ENTREGA

630.043 computadores e tablets

a alunos e professores para utilização individual



RECUPERAR
PORTUGAL

Perspetivas para 2025



7. Perspetivas para 2025

Reprogramação do PRR: Ajustes necessários para a implementação eficiente

A reprogramação do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) é uma ação crucial para garantir a implementação eficiente das reformas e investimentos necessários para construir um país mais resiliente, sustentável e digital.

Este plano ambicioso já começou a mostrar resultados visíveis no terreno, com milhares de investimentos em execução e muitos já concluídos (ver PRR por regiões e PRR no terreno). No entanto, ainda há um longo caminho a percorrer.

Até agora, dos 463 marcos e metas acordados com a Comissão Europeia, 147 já foram cumpridos, 30 estão em fase de avaliação e 13 em processo de submissão. Para garantir que os restantes sejam atingidos de forma eficiente, foi realizado um exercício de reprogramação.

Em setembro de 2024, a Estrutura de Missão Recuperar Portugal começou por realizar um diagnóstico abrangente das 21 componentes do PRR, identificando dificuldades de execução e propondo melhorias. Este diagnóstico contou com a participação ativa dos beneficiários intermediários e diretos, visando entender a exequibilidade temporal e o nível de exigência dos diferentes marcos e metas.

As propostas de ajustes desenvolvidas, com base nesse levantamento, foram discutidas com os beneficiários e articuladas com as áreas governativas e parceiros.

Além disso, a Comissão Europeia acompanhou de perto o processo, inclusive reunindo-se presencialmente com as equipas de Recuperar Portugal e beneficiários entre 13 e 15 de novembro para discutir as necessidades de ajustamento de cada componente do PRR.

Este processo de reprogramação, que mantém os compromissos climáticos e digitais muito acima dos mínimos 37% e 20%, respetivamente, foi além das discussões técnicas. Foi discutida na Comissão Eventual de Acompanhamento da Execução do PRR e PT2030, na Assembleia da República, em 30 de janeiro de 2025, bem como na Comissão Nacional de Acompanhamento do PRR.

Os principais objetivos desta revisão do PRR incluem:

- Ajustamento do calendário para a execução dos investimentos;
- Remoção de investimentos e projetos inviáveis em termos de custos ou eficiência;
- Incorporação de novos investimentos com melhor relação custo-eficiência;
- Redução da carga administrativa na execução do PRR;
- Correção de exigências desnecessariamente detalhadas ou administrativamente pesadas.

A reprogramação é um mecanismo previsto no regulamento europeu que permite ajustar investimentos que demonstrem dificuldades em cumprir o calendário. No entanto, a monitorização do PRR é um trabalho contínuo da Estrutura de Missão Recuperar Portugal, que trabalha diariamente com os beneficiários, áreas governativas e a Comissão Europeia.

Este esforço conjunto e intensificado visa garantir que o PRR continue a avançar em direção à construção de um país com uma economia mais robusta. A reprogramação é, sem dúvida, um passo decisivo para alcançar a implementação plena do PRR.

7. Perspetivas para 2025

Recebimento do 6.º Pedido de Pagamento

Para 2025 está previsto o recebimento do sexto Pedido de Pagamento, no valor 1.868 milhões de euros (valor bruto sem desconto de adiantamento).

Submissão do 7.º e 8.º Pedidos de Pagamento

Em 2025 está prevista a submissão de dois Pedidos de Pagamento.

O sétimo Pedido de Pagamento corresponde a um montante total bruto de 2.713 milhões de euros, dos quais 2.023 milhões de euros respeitantes a subvenções e 689 milhões de euros de empréstimos, que, deduzidos do correspondente valor do pré-financiamento de 13%, se traduzirá no pagamento líquido de 2.438 milhões de euros (656 milhões de euros de subvenções, e 1.781 milhões de euros de empréstimos).

O oitavo Pedido de Pagamento corresponde a um montante total bruto de 1.292 milhões de euros, dos quais 1.057 milhões de euros respeitantes a subvenções e 235 milhões de euros de empréstimos, que, deduzidos do correspondente valor do pré-financiamento de 13%, se traduzirá no pagamento líquido de 1.154 milhões de euros (930 milhões de euros de subvenções, e 224 milhões de euros de empréstimos).

Aprovação da reprogramação

Durante o decorrer de 2025 é ainda expectável que a 3.ª reprogramação do PRR, submetida no início de fevereiro à Comissão Europeia, seja por esta aprovada.

RECUPERAR
PORTUGAL

Anexo



8. ANEXO

ANEXO I

Listagem de Projetos Aprovados a Beneficiários Diretos

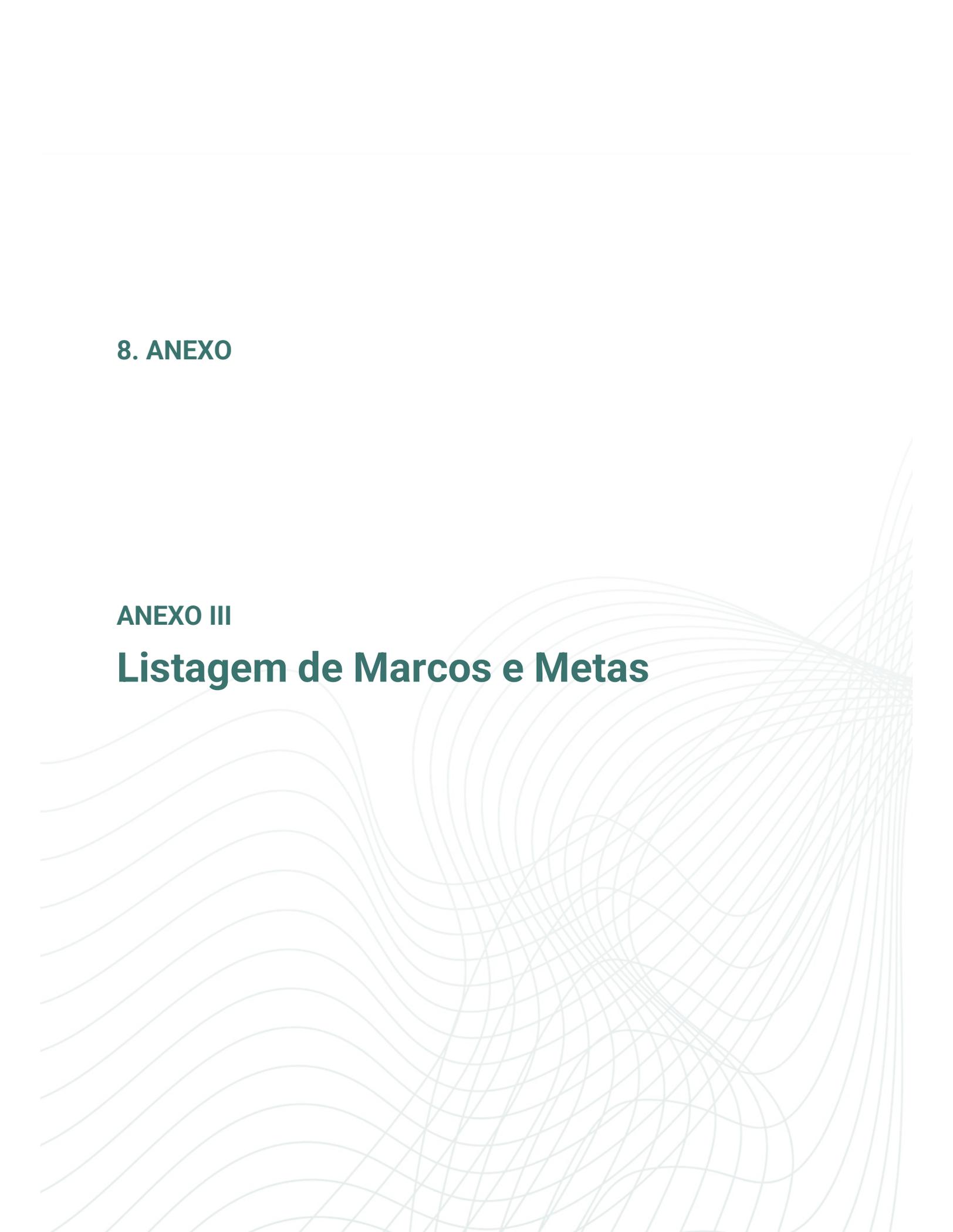
ANEXO II

Listagem de Projetos Aprovados a Beneficiários Finais

8. ANEXO

ANEXO III

Listagem de Marcos e Metas



RECUPERAR
PORTUGAL



REPÚBLICA
PORTUGUESA



Financiado pela
União Europeia
NextGenerationEU